

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

ELIANE DOMANESCHI PEREIRA

**ESTRUTURAS DISCURSIVAS  
DO CONHECIMENTO**

---

O CRER E O SABER NA  
CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

VERSÃO CORRIGIDA

---

SÃO PAULO  
2018

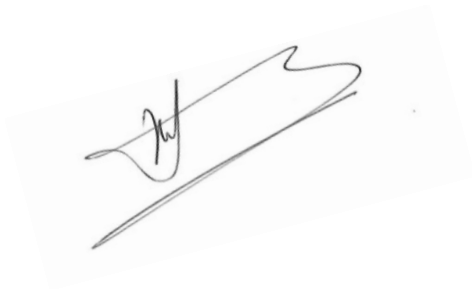
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

ELIANE DOMANESCHI PEREIRA

## ESTRUTURAS DISCURSIVAS DO CONHECIMENTO

---

### O CRER E O SABER NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS



Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientador: Prof. Dr. Waldir Beividas

VERSÃO CORRIGIDA

---

SÃO PAULO  
2018

Nome: PEREIRA, Eliane Domaneschi

Título: Estruturas discursivas do conhecimento: o crer e o saber na construção dos sentidos.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. Denis Bertrand

Instituição: Université Paris VIII Vincennes – Saint-Denis

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª. Dra. Verónica Estay Stange

Instituição: Sciences Po Paris

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Dedico esta tese à memória de Umberto Eco.



# AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a oportunidade de ter realizado um estudo de doutorado em um país como o Brasil, cujos governos relegam a último plano a importância e o investimento na educação nacional. Resistimos.

Isso posto, agradeço centralmente ao professor Waldir Bevidas pela orientação não só desta tese de doutorado, mas por ter ocupado essa função com otimismo e constância desde os idos de minha iniciação científica, figura intelectual e institucional sem a qual eu não estaria aqui. Obrigada pela confiança.

Ao professor Ivã Carlos Lopes por tudo em que contribuiu para minha formação acadêmica, notadamente por todos os eventos que tão diligentemente se empenha a organizar no âmbito das atividades do Grupo de Estudos Semióticos da USP, onde tive encontros e ideias que não ocorreriam de nenhuma outra maneira.

Ao professor Denis Bertrand por ter me recebido na Universidade Paris VIII com tanta simpatia, interesse pelo meu trabalho e disponibilidade em contribuir. Obrigada por ter tornado esse estágio de pesquisa possível. Obrigada pelo curso sobre o romance de André Gide, por corrigir a gramática e ortografia dos meus trabalhos escritos em francês, pelas sugestões de leitura para minha tese, pelas indicações de seminários em Paris, e também obrigada pelo entusiasmo inspirador e contagiante com que conduz sua pesquisa e ensina todos os seus alunos em Saint-Denis.

Ao professor Sémir Badir pelos cursos e palestras ministrados na USP, pela presença constante no Brasil que nos é tão cara, e por ter me dado a ideia, em uma conversa, para escrever sobre “o querer subestimado” na dimensão cognitiva: sugestão que deu origem à reflexão encontrada no capítulo 2 desta tese.

À professora Maria Giulia Dondero igualmente pelos cursos e palestras que nos traz a cada grata visita à USP, obrigada por compartilhar sua pesquisa sempre ativa e efervescente conosco, e por ter me apresentado aos estudos de Bruno Latour, que contribuíram em pontos-chave para a reflexão apresentada neste trabalho.

Ao Dilson Ferreira da Cruz, por todas as instigantes considerações sobre Machado de Assis e retórica. Dedico a análise de “A Cartomante” a você.

À professora Nathalie Mauriac Dyer pela organização do Séminaire Proust de l'ITEM-CNRS na École Normale Supérieure de Paris. Obrigada por tudo que aprendi nos encontros com vocês.

À Maison du Brésil, na Cité Internationale Universitaire de Paris, na figura de sua diretora Leda Guillemette e toda a sua equipe, por tão bem terem me acolhido no meu séjour na França.

Obrigada à Marina Maluli por ter preparado três chás que me curaram da faringite no inverno de Paris. Tomo esses chás até hoje.

Obrigada a meus amigos, os amigos de verdade, os amigos totais, eles: Leo Branco, Cauê Yuiti, Giovanni Baraglia, Renato Razzino, Camila Torrano e Bruno Makia.

Obrigada ao Renato Razzino por, além de tudo, ter feito o abstract.

Ao Cauê Yuiti por, além de tudo, ter diagramado esta tese.

Obrigada ao meu pai por me entender sem eu precisar dizer nada. À minha mãe por estar sempre lá. Aos dois por me apoiarem em tudo incondicionalmente.

Aos meus colegas do Ges Usp, contemporâneos a mim enquanto doutorandos e pós-doutorandos em Semiótica, Carolina Lindenberg Lemos, Mariana Luz, Lucas Shimoda, Matheus Mafra, Carol Chiovatto e Taís de Oliveira por terem me acompanhado nessa jornada.

A toda a equipe da Biblioteca Florestan Fernandes por me receber dia após dia.

À Biblioteca Mario de Andrade, onde passei o meu domingo de Páscoa de 2018. Obrigada por abrirem aos feriados.

Ao Instituto de Matemática e Estatística da USP, por se manter aberto aos sábados, domingos e feriados, durante as 24 horas do dia sem restrição, por entender que a pesquisa não pode parar. Vocês salvaram a minha vida.

Ao Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por oferecer o programa de excelência em que pude realizar meu Doutorado.

Ao CNPq, pela bolsa concedida a esta pesquisa, essencial para que esse trabalho existisse.

PEREIRA, E. D. **Estruturas discursivas do conhecimento: o crer e o saber na construção dos sentidos.** 2018. 367 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

## RESUMO

Este é um estudo sobre a dimensão cognitiva do discurso, como definida pela semiótica de linha francesa, que parte da teoria já produzida no âmbito dessa disciplina sobre o tema e busca articulá-la e atualizá-la para melhor compreender o modo como o conhecimento é construído discursivamente. Inicialmente definida por Greimas (1983) como o espaço em que o sujeito aciona as modalidades crer e saber, agenciando-as com vistas à criação do sentido, essa dimensão é posteriormente reformulada dentro da própria teoria, notadamente por Zilberberg (1988), que a concebe como um espaço fiduciário centrado na noção de valor onde o sujeito exerce uma atividade de reconhecimento de natureza avaliativa. Para além dos limites da própria semiótica enquanto disciplina, o crer, o saber e a atividade de cunho cognitivo recobrem, enquanto tópicos de pesquisa, um amplo e intrincado campo transdisciplinar para a reflexão, que abarca, por exemplo, o milenar debate conduzido pela filosofia sobre os problemas da “verdade” e da “crença”. Desse modo, devido à natureza vasta de nosso tema assim delimitado, a fim de poder refletir e debater sobre essa ampla e multifacetada questão com alguma objetividade, adotamos primeiramente um ponto de vista epistemológico discursivo e imanente, que busca identificar, descrever e explicar como os objetos cognitivos têm seu sentido estruturado, e também como se dão alguns problemas a partir do momento em que eles são discursivizados, ou seja, postos em circulação por meio do discurso. Além disso, selecionamos quatro objetos de análise, em relação aos quais defendemos, respectivamente, as quatro hipóteses desta tese: (i) a partir da observação e exame de alguns modelos semióticos que, ao se voltarem à descrição da dimensão cognitiva do discurso, procuraram captar e representar graficamente aí uma dinâmica necessária e conexa, postulamos a existência de um *princípio de movimento* ligado à atividade cognitiva; (ii) por meio da análise do conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, defendemos a incidência decisiva do *querer* nas avaliações e escolhas de ordem cognitiva; (iii) valendo-nos do estudo de dois dois “erros” de interpretação de sujeitos em relação aos seus objetos cognitivos (leitores que enviaram cartas aos autores de romances Umberto Eco e Virginia Woolf para corrigir o conteúdo de textos ficcionais porque eles não condiziam com a realidade e o episódio de disseminação massiva de uma notícia falsa de internet ocorrido em 2015 no Brasil), apontamos o papel fundamental da *confiança* na construção do conhecimento humano; (iv) e, finalmente, com base em trechos do romance *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, postulamos a ação da *memória* como uma instância produtora de sentido ela mesma junto ao que a semiótica entende como dimensão cognitiva do discurso.

**Palavras-chave:** crer; saber; modalidades; dimensão cognitiva; memória; conhecimento

PEREIRA, E. D. **Discursive structures of knowledge: believing and knowing in the construction of meaning.** 2018. 367 p. Doctoral Dissertation Faculty of Philosophy, Letters and the Human Sciences, University of São Paulo, 2018.

## ABSTRACT

This is a study about the cognitive dimension of discourse as defined by french semiotics which stems from the theoretical approaches to the theme already produced within the field and intends to articulate and update them in order to better understand how knowledge is built discursively. Initially defined by Greimas (1983) as the space in which the subject triggers the modalities of believing and knowing, actuating them with the purpose of meaning making, this dimension is later reformulated within the theory itself, notably by Zilberberg (1988), who conceives it as the fiduciary space centered in the notion of value where the subject exerts a recognition activity of evaluative nature. Beyond the limits of semiotics as a discipline, believing, knowing and the cognitive activity cover, as research subjects, a broad and intricate transdisciplinary field of inquiry, which encompasses, for instance, the ancient debate in philosophy about “truth” and “belief”. Thereby, due to the vast nature of our subject thusly circumscribed, in order to be able to reflect upon and debate this wide and multifaceted issue with some objectivity, we primarily adopted the point of view of a discursive and immanent epistemology, which intends to identify, describe and explain how cognitive objects have their meaning structured, and also how some issues arise when they are discursivized, in other words, circulate by means of discourse. Furthermore, we’ve chosen four study cases, in relation to which we defend the four hypotheses of this dissertation: (i) from the observation and examination of some semiotic models which, when used to describe the cognitive dimension of discourse, intended to capture and represent graphically a necessary and connected dynamics therein, we postulate the existence of a *movement principle* tied to the cognitive activity; (ii) from the analysis of the short story “A Cartomante”, by Machado de Assis, we defend the decisive incidence of *wanting* in cognitive evaluations and choices; (iii) studying two interpretive “mistakes” made by subjects in relation to their cognitive objects (readers who sent letters to the novelists Umberto Eco and Virginia Woolf to correct the content of fictional texts since they didn’t match reality, and the episode of the massive spreading of fake internet news in 2015 in Brazil), we point to the central role of *trust* in the process of building human knowledge; (iv) and, finally, from excerpts of the novel *In Search of Lost Time*, by Marcel Proust, we postulate the activity of *memory* as an instance that produces meaning in itself, in what semiotics understands as the cognitive dimension of discourse.

**Keywords:** believing; knowing; modality; cognitive dimension; memory; knowledge

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
I. Direção de leitura	11
II. Hipóteses de trabalho	20
III. Limites da reflexão	24
<b>1 A TEORIA SEMIÓTICA SOBRE O CRER E O SABER:</b>	
<b>ORIGENS E DESTINOS</b>	26
1.1 As modalidades na coxia	27
1.2 O binário e o complexo	35
1.3 Categorical vs. gradual	52
1.4 Reconhecimento e valor	55
<b>2 COGNIÇÃO E PRINCÍPIO DE MOVIMENTO</b>	69
2.1 Espacialização e temporalização	70
2.2 Os transportes da foria: do devir ao elã	73
2.3 Pensar: mover-se	84
2.3.1 Fé: a celebração do mistério	100
2.3.2 Revisitando Foucault: as camadas do saber	136
2.4 O querer subestimado	174
<b>3 VERDADE DE MENTIRA:</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE FICÇÃO E VEROSSIMILHANÇA</b>	190
3.1 Corrigindo o incorrigível	191

3.2 Acreditando no inacreditável _____	211
3.3 Contrato e regime _____	248
<b>4 SABER E MEMÓRIA _____</b>	<b>265</b>
4.1 As ligações perigosas _____	266
4.2 Semiotização da memória: os dois percursos da potencialização _____	282
4.3 Lembrar para contar: do vínculo da sequência às formas do narrado _____	308
4.4 Tempo, memória e sentido: um pouco de Proust _____	323
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____</b>	<b>338</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____</b>	<b>349</b>
<b>ANEXOS _____</b>	<b>355</b>
ANEXO A Transcrição da cena do longa-metragem <i>Doubt</i> _____	355
ANEXO B “A Cartomante”, de Machado de Assis _____	357

# INTRODUÇÃO

## I. DIREÇÃO DE LEITURA

O título desta tese, “Estruturas discursivas do conhecimento: o crer e o saber na construção dos sentidos”, dá a direção de leitura de seu conteúdo. Por isso, acreditamos que ele merece uma explicação termo a termo, por meio da qual temos a intenção de apresentar as características e os objetivos gerais deste estudo, que terá seus interesses específicos e hipóteses de trabalho discriminados ao longo da descrição de cada um dos capítulos encontrada no item seguinte deste texto introdutório. Assim, “estruturas”, no plural, é a palavra que abre este trabalho e aponta para a fundamentação teórica e grande parte da metodologia de análise empregada nesta pesquisa.

O estruturalismo, como corrente de pensamento em ciências humanas que conhece seu auge durante os anos 1960, está na base da constituição da linguística enquanto disciplina a partir do aporte teórico do *Curso de linguística geral* (1916) de Saussure, e também no projeto de criação e estabelecimento da semiótica como ciência de investigação do sentido empreendido por Algirdas Julien Greimas notadamente a partir de *Semântica estrutural* (1966). Desde então, esse modo de conceber, explicar e analisar a linguagem, entendida essencialmente, em um enfoque sincrônico, como um sistema fechado onde a relação entre os termos é responsável pela produção do sentido, enfrenta críticas e contemporaneizações na ampla área das humanidades, mantendo-se, contudo, como princípio epistemológico fundamental para a compreensão do modo como a linguagem é capaz de gerar significação no âmbito da teoria semiótica de linha francesa, campo disciplinar do conhecimento em que esta pesquisa se insere.



A manutenção dessa presença, porém, não se dá de maneira irrefletida em semiótica e hoje já é possível falar em termos de herança e transformação em torno do modo de pensamento estruturalista, tema que enceta justamente o debate proposto pelo congresso relativo ao centenário de nascimento de Greimas, intitulado oportunamente “Greimas aujourd’hui - L’avenir de la structure” e organizado pela Associação Francesa de Semiótica no ano de 2017 em Paris. Substancialmente e de forma sintética, a maior e mais representativa crítica dirigida ao estruturalismo vai no sentido de apontar que uma disciplina que adota tal orientação, como a linguística e também a semiótica em sua origem, abandona a dimensão histórica de seu objeto de estudo.

Em resposta a esse ponto, é interessante observar o debate realizado pelo próprio Greimas, já em 1970, em “Estrutura e história”, capítulo de *Du Sens I*. De maneira geral, o autor vai defender que, a partir da dicotomia saussuriana *langue* vs. *parole*, temos “o quadro explicativo que nos permite dar conta da permanência de uma estrutura subjacente à totalidade dos acontecimentos-mensagens”. Sobre o problema posto pela passagem do tempo em relação a essa base de fundo fixo, remissiva ao sistema da *langue*, Greimas aponta que em abordagem transfrásica, nível de pertinência teórica em que se coloca a semiótica ao se voltar à linguagem, o discurso não consiste na articulação de estruturas sucessivas, mas na “redundância de uma só estrutura hierárquica que é o enunciado” e, mais do isso, mesmo quando aparece como manifestação temporal do sentido, o discurso apresenta “condicionamentos que transformam temporalidade em simultaneidade” (GREIMAS, 1970, p. 103-104).

Disso decorre, preliminarmente, uma primeira mudança na apreciação sobre o impasse. Segundo ela, Greimas indica que, ao passo que não podemos inferir a historicidade dos comportamentos linguísticos a partir de sua temporalidade aparente, é nas estruturas visadas pela descrição linguística que devemos buscar compreender *se* e *como* elas se encontram ancoradas na história. Indo um pouco ainda mais longe em seu argumento, Greimas vai

apontar que a supressão da dimensão histórica do objeto por parte do ponto de vista teórico estruturalista é um falso dado. Ele chega a isso por meio de uma formulação que inverte as noções um tanto estereotipadas, porém bastante correntes, que tomam a perspectiva estruturalista como um fechamento ou ensimesmamento do estudo dentro da própria estrutura da linguagem (que fica alienada de todo e qualquer entorno contextual), enquanto considera a visada histórica como uma abertura pronta a acolher e contextualizar as manifestações linguísticas: quanto a isso, Greimas postula de forma perspicaz a história como um dispositivo justamente oposto, de frenagem da geração de sentido, como podemos observar a seguir:

(...) entre o grande número de possibilidades combinatórias que toda língua natural possui para construir seu estoque silábico, apenas as sílabas efetivamente realizadas como suportes de significação são levadas em consideração. A ancoragem histórica de uma estrutura, seu caráter de estrutura realmente manifestada em um certo *hic et nunc* histórico se define então, na formulação estruturalista, como uma limitação de suas possibilidades de manifestação.

Não é difícil transpor nossa reflexão do plano da expressão para o do conteúdo, e falar de parentesco histórico a propósito não das unidades do significante, mas do significado: as estruturas de significação só serão históricas na medida em que o inventário de efeitos de sentido seja limitado.

Se esse raciocínio for válido, a história, em vez de ser uma abertura, é ao contrário um fechamento; ela fecha a porta a novas significações contidas, como virtualidades, na estrutura a que se refere: longe de ser um motor, ela é antes um freio.

A redundância, o hábito que congela a todo momento as estruturas em funcionamento e as transforma em idiotismos certamente é um dos elementos explicativos da historicidade. (GREIMAS, 1970, p. 110 – 111)

Ainda sobre esse aspecto, Greimas vai completar apontando que, a partir da dicotomia dessa vez hjelmsleviana, que opõe *estrutura* (esquema) ao *uso*, e entendendo-se o uso como “a utilização que uma comunidade linguística faz da estrutura de significação da qual ela dispõe”, é possível identificar esse conceito com o de historicização da estrutura e “podemos igualmente nos servir do termo uso, como faz Hjelmslev, para designar a estrutura fechada pela história” (GREIMAS, 1970, p. III). E uma das suas conclusões sobre por que o estruturalismo não é anti-histórico vai na seguinte direção:

Longe de constituir uma postura a-histórica, ou mesmo anti-histórica, a metodologia estruturalista prepara provavelmente uma renovação das pesquisas históricas. Pois um melhor conhecimento das regras gerais de transformações estruturais é necessário antes que possamos nos pronunciar com qualquer certeza sobre o caráter específico das transformações diacrônicas. (GREIMAS, 1970, p. 113)

Consideramos útil observar também o aspecto que Herman Parret<sup>1</sup> levanta sobre a censura feita ao estruturalismo pelo que este teria de fixista, impondo uma metodologia rígida de pesquisa, em uma espécie de gabarito fechado: ele aponta que na teoria greimasiana há uma sutil dinâmica entre *estrutura estruturada* e *estrutura estruturante*, em que a última ressalta o caráter gerativo da produção do sentido autorizado e previsto pelo modelo. Temos ainda que, nesse contexto, um teórico que declaradamente promove uma releitura<sup>2</sup> do estruturalismo junto à semiótica francesa, triando a partir dele o que é pertinente ser mantido ou reelaborado, é Claude Zilberberg ao longo do desenvolvimento de sua teoria semiótica de ponto de vista tensivo. De fato,

---

<sup>1</sup> Em fala do curso “Sémiotique et esthétique en interface”, ministrado na Universidade de São Paulo de 20 a 23 março de 2017 com organização do Grupo de Estudos Semióticos da Usp (GES – USP).

<sup>2</sup> Comentamos em maior detalhe e exemplificamos esse movimento de reformulação ao longo do capítulo 1 desta tese, no item 1.2 *Categorial vs. Gradual*.

Zilberberg (2006, p. 154) sinaliza, em *Razão e poética do sentido*, livro originalmente publicado em 1988, que “por estruturação, entendemos, não o uso rústico e sistemático do princípio dicotômico recomendado pelos praguenses, mas a análise hjelmsleviana, que tem por resultante uma relação de dependência”.

Essa soberania da dependência no lugar da oposição dicotômica é ainda reiterada na abertura de outra de suas obras, *Elementos de semiótica tensiva*, em que, ao apresentar as premissas gerais de seu estudo, Zilberberg (2011, p. 15) destaca o “apego à estrutura mais que ao estruturalismo” e realinha a permanência do valor epistêmico que a noção de estrutura como definida por Hjelmslev continua detendo enquanto “entidade autônoma de dependências internas” (1991, p. 32). Assim, ao expor os três conceitos de base de sua reflexão, ele aponta este e ainda outros dois, que recuperamos aqui pelo que também contribuem para a abordagem e caracterização teórica de nosso tema e para a metodologia de análise dos objetos nesta tese (a *foria* que define a *direção* é especialmente pertinente em nosso capítulo 2 e a noção *valor* vinculada ao *afeto* tem sua importância evidenciada no que apresentamos no capítulo 1):

Os conceitos-chave são três:

- (i) quanto à estrutura, a dependência, mais que a oposição, já que a oposição pressupõe a estrutura;
- (ii) quanto à direção, a foria, na medida em que os destinos possíveis da foria motivam a direção, tal como já estava estabelecido pelo quadrado semiótico;
- (iii) quanto ao valor, o afeto, uma vez que essas grandezas se auxiliam reciprocamente, poupando-nos de pensar valores sem afeto e afetos sem valor. (ZILBERBERG, 2011, p. 11)

Para concluirmos as justificativas quanto ao termo “estruturas” em nosso título, salientamos em primeiro lugar nosso alinhamento ao que nos diz

Zilberberg sobre uma maior pertinência e interesse em se pensar antes a dependência do que a oposição: como será apresentado nas páginas seguintes, ao abordamos as modalidades do crer e do saber no âmbito da dimensão cognitiva do discurso, evitamos ao máximo a simplificadora dicotomia entre esses termos, que são tradicionalmente dicotomizados e postos mesmo em franca oposição, tentando, pelo contrário, complexificar essa relação, direcionando-nos no sentido da noção de termo complexo e “estrutura do misto” como diz Greimas (1983, p. 127).

Em segundo lugar, pelo mesmo tipo de expediente de que Zilberberg (2011, p. 15) lança mão ao dizer que, em relação ao estruturalismo, “considerando-se o que ocorreu durante as últimas décadas, o termo impõe-se no plural: os estruturalismos”, optamos em empregar “estruturas” no plural para denotar efetivamente que, ao mesmo tempo em que este é um estudo semiótico, portanto de base estruturalista em sua raiz, essa é aqui uma herança composta e filtrada, refletida nos termos que nos colocam Parret, Zilberberg e o próprio Greimas já bem cedo, e sobretudo, devido à especificidade de nosso tema, valorizada na medida em que é capaz de ultrapassar o simples binarismo opositivo entre termos.

Desse modo, interessamo-nos fundamentalmente em captar e descrever o sentido em sua geratividade estratificada em etapas de enriquecimento progressivo como postos e hierarquizados pelo percurso gerativo greimasiano, uma “estrutura estruturante” do senso por excelência, composta pelos níveis profundo, narrativo e discursivo. Esse é um arranjo canônico postulado por Greimas para a criação de sentido concernente ao plano do conteúdo da linguagem, ainda nos momentos iniciais de desenvolvimento de sua teoria, que se caracterizava, à época, como uma semiótica eminentemente narrativa. Uma proposta recente de releitura e complexificação para esse modelo é desenvolvida por Bertrand e Estay Stange (2014), em diagrama apresentado e comentado já no primeiro item do capítulo 1 desta tese, em que temos previsto, além do percurso para plano do conteúdo, um espaço concomitante

e perpendicular pronto a acolher o que se poderiam pensar como etapas estruturantes do sentido referentes ao plano da expressão.

De fato, o preenchimento conceitual dessa região prevista no modelo em questão é um trabalho que ainda está por ser feito e no qual se empenham algumas propostas encontradas atualmente em semiótica pós-Greimas, como, por exemplo, na noção de *práticas semióticas* de Fontanille (2006) ou no conceito de *iconicidade* como definido por Jean-François Bordron (2011). Mas isso importa menos em nosso estudo do que outro aspecto observável nesse esquema, que explicita visualmente o fato de que a instância que une esses dois planos, o conteúdo e a expressão, concerne justamente àquela da enunciação ou textualização (enunciação reiterada).

Nossa escolha pelo termo “discursivo” para a adjetivação de “estruturas discursivas” em nosso título vai nessa direção. Em um primeiro momento, inclinamo-nos a chamá-las de estruturas semióticas, o que nos parece, porém, sutilmente mais geral e conseqüentemente mais vago, visto que a *semiose*, como definida por Hjelmslev, consiste na instauração de uma relação de pressuposição recíproca entre a forma da expressão e a do conteúdo, ao passo que nos interessava sobretudo a análise dos sentidos assim estruturados uma vez que fossem *postos em discurso*. E que tipo de sentidos? Aqueles relativos aos objetos cognitivos, que acionam e mobilizam predominantemente a dimensão cognitiva do discurso junto aos sujeitos, a que fazemos referência por meio do termo “conhecimento” presente no título.

Pois bem. O conhecimento nos importa aqui na medida em que, construído evidentemente por meio da linguagem, é posto em circulação, ou seja, é discursivizado, torna-se discurso, atraindo-nos então a análise da ampla gama de problemas que entram em cena a partir disso, dos quais podemos citar em linhas gerais, por exemplo (e evocando alguns dos objetos-problema efetivamente analisados nesta tese), o da manipulação, dos usos dos

dispositivos retóricos, dos equívocos de interpretação em excesso ou em falta, das sacralizações, memorizações e esquecimentos.

É verdade que dedicamos parte de nosso capítulo 2 para debater e descrever o funcionamento do que podemos entender como o “movimento do pensamento”, aqui formalizado semioticamente na noção de atividade cognitiva do sujeito, em que ele não externaliza o conteúdo cognitivo “pensado” em uma relação intersubjetiva. Assumimos naturalmente nesse caso que tal atividade, mesmo que estritamente ipseizante, não deixa de ser uma circulação de conteúdo já discursivizado, no sentido de que, bem entendido, a existência do discurso não depende de uma vocalização.

Passemos, então, à segunda parte de nosso título, ou seja, seu subtítulo, “o crer e o saber na construção dos sentidos”. Acreditamos que o modo pelo qual concebemos teoricamente e abordaremos metodologicamente o processo de “construção dos sentidos” já tenha ficado minimamente indicado. Assim, crer e saber são definidos paradigmaticamente pela semiótica como modalidades que se articulam “em um único e mesmo universo cognitivo” (Greimas, 1983, p. 133) e que encontram distinção pelo “modo de relacionamento e valorização que estabelecem com o objeto cognitivo” (Fontanille, 1999, p. 227). A distinção entre esses termos constitui, como aponta ainda Fontanille, uma discussão de fundo, já clássica, dentro da teoria semiótica, pois “por um lado, ela traz ao debate muitas outras considerações além daquelas sobre as lógicas significantes do discurso e, por outro, ela supõe a intervenção, no interior da lógica cognitiva, das duas outras dimensões lógicas (ação e paixão)”.

Essas primeiras definições começam a descortinar um certo caráter ambivalente que as modalidades crer e saber assumem junto a nosso tema de pesquisa. Ao mesmo tempo em que esses são conceitos operacionais de base para a condução de uma reflexão semiótica sobre a dimensão cognitiva, presentes desde bastante cedo na disciplina, notadamente no arranjo do esquema narrativo canônico de Greimas enquanto modalidades que

configuram a competencialização do sujeito para a ação, sua assim postulada delimitação e decorrente funcionamento configuram um modo de discretização conceitual do espaço cognitivo ainda bastante tributário de uma semiótica datada de aproximadamente 40 anos atrás, ou seja, eminentemente categorial e narrativa. E, no entanto, tais modalidades se referem a toda uma região de complexos problemas discursivos de ordem cognitiva cuja relevância de pesquisa se manteve.

Efetivamente, o tema das modalidades conhece seu apogeu em termos de interesse, pesquisa e modelização junto à semiótica de linha francesa nos anos 1980, durante a “virada modal” da teoria, que se encontra detalhadamente comentada em nosso capítulo 1. A ambivalência a que nos referimos surge a partir daí: identificamos, por meio dessa tomada de perspectiva mais ampla em relação ao desenvolvimento da semiótica desde sua origem, que muito embora a “época de ouro” do estudo das modalidades dessa maneira compartimentadas e formuladas já tenha passado, *crer* e *saber* continuam a convocar a teoria a pensar e produzir criticamente sobre sua definição, relação e modo de funcionamento em discurso, e recobrem, enquanto objetos de pesquisa, um amplo e intrincado campo transdisciplinar para a reflexão, que abarca, por exemplo, o milenar debate conduzido pela filosofia sobre os problemas da “verdade” e da “crença”. Conseqüentemente, “*crer*” e “*saber*”, enquanto modalidades na acepção formal desse termo em semiótica, têm uma posição *quase* central no título desta tese – centralidade, porém, que elas não poderiam ocupar hoje. Evidentemente bem estabelecida como um dos pilares do edifício semiótico, a gramática modal certamente cumpre seu papel, mesmo histórico, enquanto aquisição operacional, descritiva e explicativa de que dispõe a teoria (da qual também nos valem), mas limitar-se às suas respostas diante da magnitude do problema posto pela construção do conhecimento humano talvez seja algo já insuficiente nos dias atuais.

De nossa parte, afirmamos não pretender, em pleno ano de 2018, explicar a dimensão cognitiva do discurso e os complexos problemas que ela



traz a reboque – como o da confiança, da persuasão, da dúvida, da verossimilhança, dos limites entre a ficção e a “realidade”, das condições de produção de uma “verdade” sobre o mundo por meio do discurso científico, da força do dogma e do mistério da fé que organizam em torno de si as práticas religiosas, para citar apenas alguns deles – por meio de análises actanciais escolares que vão buscar protocolarmente na dimensão narrativa do percurso gerativo do sentido respostas que só podem ser do tipo e do alcance de: “trata-se de um sujeito modalizado por um não-saber” ou “ele agiu assim porque é um sujeito do crer-ser”.

A ideia é tomar essa herança teórica e, frente à relevância do tema que se conserva, a despeito da passagem dos anos e das décadas (o que pretendemos explicitar ao apresentar nossos objetos de análise), trabalhar com ela não no sentido de irrefletidamente reproduzi-la, mas de alguma maneira avançá-la.

## II. HIPÓTESES DE TRABALHO

Nosso tema de pesquisa fica assim definido, de forma geral, como uma investigação sobre como o conhecimento é construído discursivamente, ou seja, o modo pelo qual a dimensão cognitiva do discurso é posta em funcionamento e agenciada pelo sujeito, acionando-se as modalidades do crer e do saber que aí se articulam, com vistas à criação de sentidos. Além disso, igualmente compõem nosso escopo de investigação alguns problemas que surgem uma vez que os objetos cognitivos assim concebidos e estabelecidos são partilhados em situações intersubjetivas de comunicação, bem como de que maneira e sob quais condições semióticas podemos explicar sua memorização e esquecimento.

Por sua natureza vasta e mesmo interdisciplinar, nosso tema aponta em múltiplas direções de diversos imbricamentos e ramais da vida discursiva dos sujeitos em que os problemas que acabamos de indicar como nossos focos de interesse emergem e tornam-se passíveis de serem analisados. Assim, para poder refletir e debater sobre essa ampla e multifacetada questão com alguma objetividade, selecionamos quatro objetos de análise, em relação aos quais defendemos, respectivamente, quatro hipóteses distintas, porém todas concernentes ao funcionamento da dimensão cognitiva do discurso como definida no âmbito da semiótica de linha francesa.

Desse modo, no capítulo 1 desta tese apresentamos, ainda em caráter introdutório, uma revisão teórica que se atém às principais produções da semiótica acerca das modalidades *crer* e *saber* e da dimensão cognitiva do discurso, a partir da origem dessa disciplina enquanto uma metodologia de investigação da criação do sentido. Nele, concentramo-nos na central e mais significativa mudança de perspectiva teórica pela qual passa a abordagem semiótica das modalidades: inicialmente concebidas sob uma perspectiva eminentemente categorial, como a de Greimas (1983), que descreve o ato epistêmico por meio de termos alocados nas categorias previstas no quadrado semiótico e de operações juntivas, elas recebem posteriormente certa reformulação teórica, notadamente a feita por Zilberberg (1988), que privilegia os aspectos tensivos aderidos aos termos e a gradação intervalar entre eles.

Em seguida, portanto, no capítulo 2, começamos a apresentar as hipóteses de trabalho que esta tese chega para propor: a primeira delas consiste na defesa da existência de um princípio de movimento necessariamente vinculado à atividade cognitiva do sujeito – para o qual o fenômeno da fé figura uma interessante exceção (também analisada) – que nos dispomos a descrever e explicar. A fim de exemplificar o que é colocado por essa hipótese, que pode ser sinteticamente resumida na frase “pensar é mover-se”, percorremos, tomando-os como evidências preliminares corroborativas, alguns modelos teóricos, encontrados em semiótica mas também em filosofia,

que tentaram captar conceitualmente e mesmo representar graficamente tal dinâmica concernente e forçosamente atrelada ao cognitivo: o diagrama dinâmico do percurso transgressivo de Fontanille (1982), o arranjo em onda sinusoidal concernente ao “domínio do cognitivo” de Pottier (1983), o cone invertido referente aos movimentos da vida mental de Bergson (1896) e a oscilação reversível no andaime modal como proposto por Denis Bertrand.

Caracterizado o aspecto teórico, propomos então uma análise mais aplicada do funcionamento desse movimento, que toma como objeto, de forma anticonvencional, o pensamento de Michel Foucault, porém não o conteúdo de nenhuma de suas importantes teorias ou reflexões para o campo das humanidades, mas antes uma característica ímpar de sua trajetória intelectual: o fato de ele ter-se dedicado a uma pesquisa acadêmica onde a construção do saber não se dá de maneira linear e nem acumulativa, mas age por meio de uma espécie de movimentação cognitiva incessante (depreensível dos textos contidos em sua obra), que se corrige e se nega, contradizendo-se e reiniciando-se a partir de outro ponto de vista. Esse dinamismo é um aspecto posto em evidência e debatido por duas obras recentes sobre a produção do filósofo: o livro *Impressões de Michel Foucault* (2017), de autoria de Roberto Machado, e o documentário *Foucault contre lui-même*, dirigido por François Caillat e lançado em 2014. Tomamos essa característica como um exemplo que explicita o papel do movimento junto à atividade cognitiva, em um caso onde temos uma espécie de pensamento nunca satisfeito e que, portanto, não para de se mover.

Ensejados pelo gancho dado pela noção de *satisfação* flagrantemente atrelada desse modo à movimentação cognitiva, defendemos ainda no capítulo 2, em seu último item, intitulado justamente “O querer subestimado”, a existência de uma incidência significativa e mesmo decisória, correntemente subestimada pelos modelos e reflexões semióticos sobre a dimensão cognitiva, da modalidade do querer em nossa atividade cognitiva. Apoiamo-nos aqui na ideia zilberbeguiana da *fória* como direcionadora do movimento narrativo e

procuramos demonstrar a pertinência dessa hipótese por meio da análise do conto “A Cartomante”, de Machado de Assis.

Avançando para o conteúdo do capítulo 3, nele desenvolvemos um debate sobre os conceitos de ficção e verossimilhança com base na análise de dois objetos que colocam em jogo erros de interpretação do sujeito em relação a seu objeto cognitivo: (i) o caso de dois leitores que enviaram cartas a autores de romances para corrigir o conteúdo de textos ficcionais porque eles não “condiziam com a realidade”; (ii) e o episódio de disseminação massiva de uma notícia falsa de internet ocorrida no ano de 2015 no Brasil, em que centenas de milhares de pessoas aderiram de forma espontânea e instantânea, além de bastante tônica, a uma redundante mentira tomada, assim, como a mais pura verdade. Nossa hipótese em relação a esses dois objetos toma como alicerce o papel fundamental desempenhado pela *confiança* na construção discursiva dos conhecimentos humanos, e, de acordo com isso, defendemos que, enquanto o primeiro equívoco pode ser entendido como um caso de *falta* de confiança, o segundo caracteriza-se em sua base como resultante de uma confiança em *excesso*. Para concluir este capítulo, apresentamos ainda uma análise crítica sobre o alcance e a eficiência das noções teóricas de *contrato* como postulado por Greimas e Courtés (1979) e de *regime de interação contagiosa do sentido* de Landowski (2004), ponderando em que medida e com quais limites elas são capazes de explicar esses dois tipos de “erros de leitura”.

Finalmente, no capítulo 4, tomando como ponto de partida dois modelos semióticos para a dimensão cognitiva que vinculam de forma direta o saber à memória, um proposto por Fontanille (1982) e o outro por Pottier (1983), buscamos problematizar e mostrar a fragilidade desse vínculo, mergulhando, para tanto, na maneira como o crer estabelece relações com a memória. Em um segundo momento, refletimos sobre como a memória pode ser concebida, compreendida, descrita e explicada a partir de uma visada semiótica desse fenômeno eminentemente cognitivo. Para tanto, valemo-nos da análise de trechos do romance *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust,

mantendo em mente e procurando defender e demonstrar a hipótese, a última sustentada por essa tese, de que a memória pode ser entendida como uma instância produtora de sentido ela mesma.

### III. LIMITES DA REFLEXÃO

Uma vez expostas e discriminadas as hipóteses defendidas por essa tese, e também os objetos de análise empregados em cada um dos capítulos com vistas a animar, sustentar e procurar demonstrar nossos pontos de vista, gostaríamos agora de demarcar os limites da reflexão ora proposta. Esse é um gesto metodológico, e mesmo didático, que consideramos importante dada a amplitude do tema geral desse estudo – a dimensão cognitiva do discurso e os diversos aspectos e fenômenos que lhe são próprios e conexos –, e também devido à variedade de objetos que reunimos para análise aqui, à primeira vista díspares como um conto de Machado de Assis e uma falsa notícia que circula pela internet, porém unidos pelo seu fundo discursivo de caráter cognitivo.

Em primeiro lugar, como já fica parcialmente indicado nessa introdução, ao longo de nossa argumentação, valemo-nos aqui e ali do ponto de vista filosófico, semiológico (em remissão a Barthes) e mesmo histórico sobre os problemas semióticos aqui abordados. Esse movimento deu-se, no entanto, com um limite em mente, de acordo com o qual não buscamos abrir a teoria semiótica à importação irrefletida de conceitos provenientes de outras disciplinas, numa espécie de estratégia para estender artificialmente (e mesmo incoerentemente) seu alcance explicativo.

Muito diversamente, a nossa recorrência a algumas elaborações transdisciplinares foi regida por uma intenção um tanto paradoxal de se “abrir para fechar”: por meio da elaboração e do tratamento, por exemplo, filosófico

dados a alguns aspectos ora problematizados, procuramos dar maior espessura e profundidade conceitual ao nosso debate e mesmo enriquecer o peso e a pertinência da reflexão por nós conduzida, de maneira a tornar mais preciso o ponto de vista e a abordagem semiótica dessas questões.

Frente a um tema amplo e naturalmente árduo à concepção e modelização teóricas, não nos propomos a apresentar um modelo para o funcionamento global da dimensão cognitiva do discurso em seus múltiplos aspectos, mas antes procuramos propor de forma pontual ajustes, modificações e especificações relativas a elaborações específicas da teoria semiótica que se dedicaram à abordagem dos problemas postos pelos nossos objetos de análise.

Nesse sentido, o limite da reflexão aqui proposta está rente às nossas hipóteses de trabalho: demonstrar a existência de um princípio de *movimento* ligado à atividade cognitiva; a incidência decisiva do *querer* em nossas avaliações e escolhas de ordem cognitiva; o papel fundamental desempenhado pela *confiança* na construção do conhecimento humano; e, finalmente, a concepção da *memória* como uma instância produtora de sentido junto ao que a semiótica entende como dimensão cognitiva do discurso.

É Françoise Bastide quem, em seu artigo “Exploration du ‘croire’ dans le domaine scientifique”, de 1982, define o saber, de forma bastante desafiadora e mesmo provocativa, como uma “ignorância ignorada”. É nesse sentido, de jogar um pouco de luz em um ponto específico do conhecimento linguístico e semiótico até aqui desenvolvido, sanando localmente eventuais áreas ou relações que tenham permanecido na sombra, que entendemos ficarem estabelecidos o objetivo e a justificativa desta tese.

# CAPÍTULO 1

---

A TEORIA SEMIÓTICA  
SOBRE O CRER E O SABER:  
ORIGENS E DESTINOS

## 1.1 AS MODALIDADES NA COXIA

O ano era 1983 quando Algirdas Julien Greimas publicou em Paris o segundo volume de *Du Sens*, continuação da obra original de 1970, não sem tomar o cuidado de apresentá-lo por meio de uma introdução que faz com que as duas primeiras palavras lidas nesse livro sejam: “fidelidade” e “mudança”:

Fidelidade e mudança: talvez seja um pouco paradoxal para um pesquisador afirmar que deseja permanecer fiel a si mesmo quando o projeto científico é hoje o único espaço em que a noção de progresso ainda faz sentido e no qual a renovação se mostra intrínseca a todo esforço teórico. (GREIMAS, 1983, p. 7)

Treze anos haviam então se passado desde a publicação do volume original, intervalo de tempo que nos chega comentado, analisado, justificado e de fato semiotizado por meio das próprias palavras do autor:

Não foi sem hesitação que acabamos por inserir o algarismo II no título deste volume: ele evoca a natureza discreta dos números, a ruptura radical entre dois ‘estados de coisas’. Convém, portanto, ler não oralmente, mas visualmente e ordinalmente a precisão do título, que se espera ser capaz de anunciar não o vazio, mas antes a abundância que existe entre os dois termos polares que separam cerca de quinze anos de aventuras semióticas. (GREIMAS, 1983, p. 7)



Greimas não se explica sem que para isso haja amplos motivos, um deles notadamente o de demarcação epistemológica. É possível identificar nesse texto introdutório uma preocupação preliminar em alocar os estudos que nos serão então apresentados nas páginas seguintes à justa medida, à boa distância, enfim, em uma espécie de ponto de equilíbrio – se não alcançado, idealmente (e declaradamente) perseguido pelo pesquisador – entre os dois marcos estabelecidos na primeira linha e que dão o tom dessa abertura: fidelidade e mudança.

A fidelidade aparece como objetivo para o autor na medida em que possa ser garantida e observada certa coerência entre sua produção pregressa, advinda dos anos do primeiro *Du Sens* (1970) e de ainda antes, como de *Semântica Estrutural* (1966), com o conteúdo que nos traz *Du Sens II*. A metáfora empregada nesse sentido é a de busca de um “fio condutor” capaz de fazer com que os textos ora reunidos deixem de ser testemunhas de errâncias e hesitações do pesquisador e possam denotar uma “abordagem gerativa” de um “sujeito de uma prática semiótica que supera esforços particulares” (GREIMAS, 1983, p. 7 - 9).

Ligada à noção de fidelidade, a valorização dessa espécie de trajetória em linha reta que pode ser apreendida da figura de “fio condutor” incide também na remissão às origens proppianas do percurso gerativo de sentido greimasiano, sobre as quais Greimas destaca ser possível então “reconstituir de maneira sucinta, para depois dar-lhe uma forma acabada quase linear, os principais progressos que puderam ser realizados (*pela semiótica*) a partir da descrição que Propp fez do conto maravilhoso russo<sup>3</sup>” (GREIMAS, 1983, p. 8).

No entanto, diante do “desejo de permanência” inerente a um projeto disciplinar nascente que dava seus primeiros passos, “a semiótica com a qual havíamos sonhado, longe de se satisfazer com a pura contemplação de seus

---

3 PROPP, Vladimir [1928]. *Morphologie du conte*. Tradução: Marguerite Derrida. Paris: Seuil, 2015.

próprios conceitos” colocava “a mão na massa a todo instante” com vistas a se “mostrar eficaz ao se apropriar do *real*”. Movimento acompanhado por um “constante exercício de lucidez que então nos impusemos” que “não cessava de relativizar os resultados obtidos e de abalar as certezas que mal havíamos adquirido” (GREIMAS, 1983, p. 7). Entramos, assim, na arena da mudança.

É interessante observar o que surge como mudança para a semiótica no horizonte do início dos anos 1980 ancorados no ponto cronológico em que nos encontramos hoje, quando o debate especulativo sobre o seu futuro enquanto disciplina (e pós-Greimas) se encontra fortemente frequentado. Atualmente, de fato, é possível traçar um percurso composto de diversas etapas, em que a original investigação sobre as condições de construção do sentido nos textos baseada na análise estrutural das variantes e invariantes das narrativas ficcionais, sobretudo na literatura, passa a se deslocar para outras esferas de interesse discursivo, como, entre outras, a configuração modal das paixões, o problema da apreensão estética do sentido, dos regimes de interação entre os sujeitos, indo em direções mais recentes como a das práticas significantes e formas de vida e da tentativa de conceitualização de um percurso gerativo de sentido para o plano da expressão.

Porém, voltando ao texto de 1983, o que Greimas introduz sob o tom da mudança, esta que, mesmo comprometida em atender um limiar de fidelidade teórica, precisa e irá ocorrer, configura justamente a origem do tópico de interesse central desta tese: o que é formulado à época como a questão das modalidades, apresentada pelo título de “Semióticas modais” (GREIMAS, 1983, p. 14), campo onde se encontram primordialmente conceituados e passam a partir daí a ser enriquecidos e implicados teoricamente – porém com limites, como veremos mais adiante – o crer e o saber.

De acordo com Fontanille, em “Conversations avec Jacques Fontanille” (PORTELA, 2006, p. 166), o desenvolvimento e a consolidação da teoria das modalidades são elementos que contribuem para a transformação da semiótica

narrativa, caracterizada por sua herança proppiana, à semiótica discursiva, como podemos observar no seguinte trecho em que ele comenta retrospectivamente essa passagem já localizando-a historicamente em relação a encadeamentos posteriores:

O fim dos anos 80, uma vez estabelecida a teoria das modalidades, que havia feito a transição entre a semiótica do narrado e aquela do discurso, consiste em primeiro lugar no seminário sobre as paixões, a virada 'sensível' das pesquisas semióticas, o crescimento em poder das abordagens fenomenológicas, é o momento em que nasce a semiótica que se faz hoje. (PORTELA, 2006, p. 166)

Luiz Tatit, em sua conferência no VII Seminário de Semiótica da USP<sup>4</sup>, intitulada “Narratividade e tensividade”, comentou o modo de concepção e entrada das modalidades no modelo de análise estrutural greimasiano, relacionando-o também com a etapa que acaba se tornando a notória sucessora da “semiótica modal”, ou seja, a “semiótica das paixões”<sup>5</sup>. Ele ressalta em primeiro lugar a estabilidade metodológica e autonomia teórica conquistadas até então pelo percurso gerativo do sentido, em que um destinador manipula seu destinatário e este, tornando-se sujeito, parte em busca de seus objetos, afirmando que “Greimas teve sempre muito cuidado para introduzir uma perspectiva subjetiva nessa estrutura que estava funcionando tão bem”.

De fato, a recusa em abordar num primeiro momento o que seriam os “sentimentos” ou as “emoções” do sujeito faz parte de uma tomada de posição epistemológica da semiótica em relação à teoria das paixões como anteriormente concebida pela filosofia. Presente nos grandes sistemas

---

4 Evento ocorrido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no dia 5 de outubro de 2017. Áudio da palestra disponível em: [http://semiotica.fflch.usp.br/sites/semiotica.fflch.usp.br/files/tatit\\_grav\\_p.mp3](http://semiotica.fflch.usp.br/sites/semiotica.fflch.usp.br/files/tatit_grav_p.mp3)

5 GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Sémiotique des passions. Des états de choses aux états d'âme*. Paris: Seuil, 1991.

clássicos filosóficos desde a Antiguidade, encontramos nela, por exemplo, métodos para a classificação dos humores do ser humano com vistas a desvendar suas disposições afetivas, como na teoria humoral, que data de IV a.C., e conta com uma notável sobrevida até o século XVII como fonte de explicações para a saúde e a doença humanas.

Desse modo, e também para se destacar de abordagens psicologizantes, criando assim força contrastiva para seu modelo frente a outras teorias em ciências humanas, Greimas inicialmente se abstém de qualquer empreendimento que visasse compreender ou descrever o sujeito pelo parâmetro da subjetividade, pendendo para o sentido em que o sujeito é compreendido e caracterizado pela natureza e relação com seu objeto-valor, que finalmente o leva à ação. Porém, esse é justamente um posicionamento revisto por Greimas no texto introdutório a *Du Sens II* que estamos retomando aqui:

Por muito tempo a semiótica se proibiu de tocar tudo o que pertencesse, direta ou indiretamente, ao domínio da psicologia. Essa opção era, então, plenamente justificada, pois no início era preciso que os actantes fossem apresentados como simples 'agidores' despidos da ganga secular de determinações psicologizantes acumulada em torno de 'caracteres' e 'temperamentos'. Todavia, hoje tal interdição não se justifica mais; ao contrário, quando se trata de abordar sentimentos e paixões 'de papel', encontrados no discurso, a ausência de instrumentos de análise se torna uma limitação metodológica arbitrária. (GREIMAS, 1983, p. 15)

Isso não nos coloca, porém, diante do pontapé teórico da semiótica das paixões, advento que ainda levaria cerca de dez anos para chegar à disciplina. Como nos conta Tatit, a partir desse ponto, Greimas usa as modalidades para “tingir” afetivamente um pouco a sua semiótica, que já se encontrava bem estruturada, sobretudo com o modelo do quadrado, empregando-as como um

modo de “dar uma certa objetividade no estudo da subjetividade”. É o semioticista brasileiro que sinaliza também os limites desse dispositivo.

Apesar de a configuração modal do sujeito ser a primeira etapa na conceitualização das paixões na acepção semiótica do termo (o que efetivamente já começa a ser feito no capítulo “De la colère” (GREIMAS, 1983, p. 225–245), mesmo que ao lado de uma densa análise da dimensão lexemática do vocábulo), apesar de permitirem as sobremodalizações e mesmo oferecerem decorrências teóricas pertinentes por meio das homologações dos quadrados modais, Tatit ressalva não ser possível “descrever o estado de ânimo, o estado emocional de um sujeito com as modalidades, ou o impacto que algum fenômeno tenha trazido para ele”. Essa limitação levará Greimas a introduzir inicialmente o que ele chama como categoria *tímica* associada à oposição entre dois termos, em que um é considerado *eufórico* e o outro *disfórico*.

Assim, frente a dois conteúdos, passíveis da projeção em quadratura, passa a ser possível, evidentemente sob a ação de condicionantes sociais, a formação de axiologias opostas que instauram o fato de que a narrativa não é só uma estrutura, mas uma estrutura que *valoriza*, ou seja, que define qual é o conteúdo prestigiado e desejável junto ao sujeito na dêixis positiva, e sua contraparte desabonada na negativa. Por maior precisão e mesmo motivação morfológica, Greimas posteriormente troca “tímia”, originalmente escolhido também por sua definição como uma “disposição afetiva fundamental”<sup>6</sup>, pelo termo *foria*.

Etimologicamente geradora de “eufórico” e “disfórico”, a *foria* figura então como um vocábulo menos geral, mais preciso, e denotador de uma noção de direção associada à narrativa pela sua definição como “força que leva adiante”.

---

<sup>6</sup> A definição para “tímia” encontrada no *Dicionário Houaiss* é “humor fundamental ou tono afetivo” e no *Dicionário Porto da Língua Portuguesa*: “tono afetivo de base; humor. Do grego *tymós*, <sopro; vida; alma>”.

É possível ainda visualizar de forma sistematizada tal distinção da foria (menos geral/mais precisa) em relação à timia (mais geral/menos precisa) no quadro estruturado por Denis Bertrand para representar o percurso gerativo da significação que, de forma ampla, abarca tanto o já semioticamente mapeado percurso gerativo do sentido concernente ao plano do conteúdo quanto prevê e situa o local teórico para o plano da expressão. O ponto de nosso interesse se encontra, em nível profundo referente ao plano do conteúdo, em destaque:

Percurso gerativo							
Plano da expr	Em curso	Plano do conteúdo					
		Modelo teórico	Ação	Cognição	Paixão	Percepção	
E N U N C I A Ç Ã O	Ponto de vista	Nível discursivo	Figurativização	Espaço Tempo Atores	Retórica em situação	"Encarnação" das paixões	Iconicidade
			Aspectualização	Incoativa Durativa Iterativa Terminativa	Estratégias retóricas	Aspectualização das paixões	Imperfeição-Perfeição
			Tematização	Papéis temáticos	Estilos argumentativos	Papéis passionais	Estilos perceptivos
	Focalização	Nível sêmico-narrativo	Esquema canônico	Esquema narrativo (Manipulação, competência, performance, sanção)	Esquema cognitivo (Discurso objetivo, referencial e cognitivo)	Esquema passional (Disposição-sensibilização-emoção-moralização)	Esquema estético (Sensação-índice-icone-símbolo)
			Actantes (Sujeito, Objeto, Destinador)	Programa narrativo $S_1[(S_2 \vee O) \rightarrow \neg(S_1 \wedge O)]$	Troca participativa (fazer persuasivo)	Objeto ativo, Sujeito passivo	Sintaxes sensoriais
			Modalidades	Querer, dever, saber, poder, fazer (fazer, ser)	Crer, saber: Veridictório (S-S) Epistêmico (S-O) Alético (O)	Modalização do objeto (cf. Sufixo: -ável)	A fé perceptiva (crer ser)
	embreagem	Perspectiva	Nível profundo	Estruturas elementares	Relação de contradição (na origem da transformação narrativa e das relações polêmico-contratuais)	Foria (euforia, disforia)	
				Quadrado semiótico			
	Uso	Práxis Enunciativa		Estruturas tensivas		Timia	
			Sobre-contrários - Sub-contrários - Sobre-contrários				
			Lógica concessiva / Lógica implicativa				

Finalmente, para concluir nossa tomada panorâmica sobre o momento de gênese das modalidades junto à teoria semiótica de linha francesa, gostaríamos de retomar o último trecho da introdução de Greimas a *Du Sens II* pelo instigante comentário que Greimas faz em relação à noção de *conhecimento*:

Quando as paixões foram interpretadas com a ajuda de estruturas modais, toda a afetividade se viu integrada à dimensão cognitiva e, finalmente, **a fidúcia substituiu o conhecimento** como suporte de toda comunicação, reduzindo o cognitivo propriamente dito ao estatuto de uma componente da discursividade, tudo que restou do 'cognitivo' na dimensão cognitiva foi o nome, um metatermo que recobre um arcabouço conceitual articulado de um modo totalmente diferente. Tudo se passa como se, tendo-se esgotado o valor heurístico de certos conceitos instrumentais, um novo projeto, a construção de uma sintaxe semiótica modal, capaz de criar suas próprias problemáticas e de definir objetos semióticos novos, já estivesse pronta para tomar o bastão após uma década de esforços coletivos.

Quer se trate de uma crise de crescimento ou de uma mudança decisiva, uma nova feição da semiótica vai se desenhando aos poucos. (GREIMAS, 1983, p. 18, grifo nosso)

No contexto de emergência e aplicação que levará ao auge a investigação em torno das modalidades, Greimas aponta como resposta para o interessante problema colocado relativo à substituição do conhecimento pela fidúcia nos domínios da dimensão cognitiva, à época, o derradeiro anúncio, de caráter eufórico, de uma sintaxe semiótica modal.

É pertinente notar, sob a perspectiva que temos hoje, como a ferramenta assim introduzida cumprirá seu papel e depois, sob os próprios olhos do semioticista lituano, rapidamente encontrará seus limites. Ao passo

que o problema da fídúcia e das relações de confiança e crença instauradas no âmago da dimensão cognitiva, contribuindo aí para a construção discursiva também dos *saberes*, que podem ser entendidos à primeira vista como conteúdos mais fiéis à “realidade” ou formas de conhecer o mundo mais objetivas e isentas – e de fato são assim categorizados em algumas abordagens teóricas que veremos aqui –, continua se colocando como desafio para uma disciplina que se propõe a compreender e explicar a construção do sentido.

O espaço cognitivo como local de fídúcia continua até hoje como problemático e profícuo campo para pesquisa, em que encontramos amplas disputas, especulações e elaborações teóricas, a algumas das quais pretendemos dar voz aqui, e onde entendemos também se inserir este trabalho. Antes disso, porém, gostaríamos de resgatar o que foi canonicamente produzido em termos de teorização acerca da dimensão cognitiva do discurso no âmbito da semiótica de linha francesa, começando justamente pelo conteúdo de “Le savoir et le croire: un seul univers cognitif”, capítulo de *Du Sens II* (1983).

## 1.2 O BINÁRIO E O COMPLEXO

“Le savoir et le croire: un seul univers cognitif” (GREIMAS, 1983, p. 127 - 145) possui conteúdo paradigmático em relação ao tratamento teórico dispensado pela semiótica da Escola de Paris à dimensão cognitiva do discurso e às modalidades crer e saber. Nele, o autor aborda tal dimensão de maneira predominantemente categorial, ou seja, alocando termos nas categorias previstas pelo quadrado semiótico. Isso configura e caracteriza um primeiro momento da teoria acerca da questão, como descrito no seguinte trecho de Lopes e Beividas:

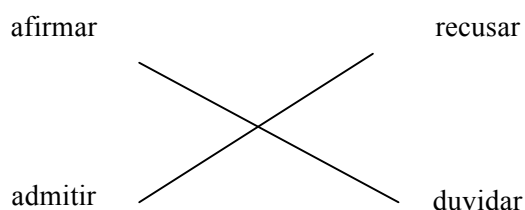


Numa primeira fase da teoria, é consensual dizer que o “ponto de vista” lançado sobre o modo de construção da significação dos discursos foi incidente no seu aspecto “gerativo” e descrito sob as relações de contrariedade e contradição acionadas pelo quadrado semiótico. Podemos dizer, resumidamente, que o universo das modalidades do saber e do crer foi descrito em termos “categoriais”, isto é, alocado nas categorias previstas no quadrado semiótico. (2009, p. 446)

É verdade que as relações de oposição que estruturam o quadrado semiótico regem a abordagem e orientam a posterior análise que Greimas realiza sobre as operações cognitivas do sujeito, mas não se trata de um quadrado que tem como par inicial de termos opostos crer vs. saber e também não é a projeção em quadratura relativa a nenhuma dessas duas modalidades (partindo do *saber-ser* ou *crer-ser*) que forma o mapeamento estrutural da dimensão cognitiva. Isso ocorre por um motivo bastante importante e rico em consequências teóricas que talvez não tenha conseguido ser representado pelos esquemas apresentados ao longo do capítulo de Greimas, que acabam privilegiando a visualização das relações entre termos contrários, contraditórios e complementares e que atendem a uma lógica conjunta.

Gostaríamos, por esse motivo, de diferenciar e destacar dois pendores distintos identificados no texto, sem em absoluto reduzi-lo a isso: o primeiro deles, e ao qual pretendemos dar mais saliência justamente por ser um aspecto menos óbvio é a maneira reiterada como Greimas nega qualquer postura binarista em relação ao crer e ao saber, razão pela qual ele anuncia desde o título se tratar aí de termos alocados em um mesmo e “único universo cognitivo”. O modo e as intrincadas condições sob as quais esses termos se relacionam recebem uma notável conceitualização que precede e justifica o primeiro quadrado semiótico apresentado no texto (logo abaixo).

O segundo pendor é justamente aquele que, talvez por rigor metodológico e por interesse em demonstrar a patente reprodutibilidade de análise que garante o quadrado enquanto ferramenta científica de pesquisa, leva o autor a projetar termos em quadratura – estrutura que, como apontamos, prepondera relações categoriais de oposição, mas que, enfim, está coerente com a natureza da abordagem proposta pela semiótica enquanto disciplina. Assim, o arranjo proposto para o que Greimas denomina de *ato epistêmico* é este:



(GREIMAS, 1983, p. 120)

A maneira como os termos aí observados, /afirmar/, /recusar/, /admitir/ e /duvidar/, se relacionam com as modalidades crer e saber e por que eles representam as operações cognitivas possíveis para o sujeito em seu fazer interpretativo fazem parte da reflexão preliminar de pendor não-binarista que acabamos de apontar e é o que queremos comentar a partir daqui.

Para conceber crer e saber como partícipes de um único e mesmo universo cognitivo, Greimas vai retomar, justamente para se opor a ela, o que ele chama de a “cisão fundamental que parece caracterizar a civilização europeia”, responsável pela primordial oposição entre *profano* e *sagrado* na Idade Média e que, a partir daí, se manifesta progressivamente para operar uma separação definitiva entre o crer e o saber. Graças a isso, o universo do saber é apartado daquele do crer de maneira irreconciliável, separação corroborada “pelas dicotomias praticadas no interior do contexto cultural que opõe razão e fé” (GREIMAS, 1983, p. 125).

Estamos evidentemente entrando aqui em uma querela filosófica e religiosa milenar que, não obstante o perigo de sua magnitude, nos interessa muito. Para nos aproximar do problema pelo viés que nos concerne, ou seja, o da linguagem, podemos começar observando o funcionamento desses termos enquanto verbos em línguas naturais. Proposições que podem ser acusadas de serem ilógicas, como o tertuliano “*credo quia absurdum*”<sup>7</sup> e o elisabetano “*When my love swears that she is made of truth, I do believe her, though I know she lies*”<sup>8</sup>, de Shakespeare, efetivamente nos trazem algo sobre como crer e saber se relacionam na estrutura das línguas, dado pertinente também para Greimas, que levanta de sua parte o exemplo: “*Nous savons tous que nous mourrons, mais nous ne le croyons pas*”<sup>9</sup> (1983, p. 116). Observamos aqui, como ele nos aponta, o fato de que nas línguas naturais esses dois termos “não somente se sobrepõem com frequência, sem se confundir, mas chegam a de fato se opor” (1983, p. 116).

As conclusões que Greimas começa a depreender dessas colocações o levarão a abandonar a polarização para conceber, no lugar disso, a nada tranquila ou intuitiva ideia de crer e saber fusionados como um *termo complexo*. Local formal único, passível de articulações distintas, a existência dessa posição atende à “ligação paradoxal que une os dois sistemas (*do crer e saber*)” apontada por Fontanille (1982, p. 22) e é a admissão, de acordo com Greimas (1983, p. 127), de que existe uma oposição entre, de um lado, o binarismo lógico e, de outro, a “estrutura do misto”, proveniente da filosofia pré-socrática e que perdura na coexistência de contrários nos estudos mitológicos.

Trunfo do modelo estrutural de Greimas, essa posição está prevista no quadrado semiótico que, segundo ele: “Mesmo conservando o espírito binário,

---

7 “Creio porque é absurdo”: frase atribuída ao pensamento de Tertuliano, católico eclesiástico do século II e primeiro autor romano a produzir uma obra em latim.

8 Em tradução livre: “Quando minha amada jura que é feita de verdade, eu realmente acredito nela, apesar de saber que ela mente”, trecho do soneto CXXXVIII, de Shakespeare, em: SHAKESPEARE, William [2005]. *The complete sonnets and poems*. Ed. Colin Burrow. Oxford: Oxford University Press, p. 657.

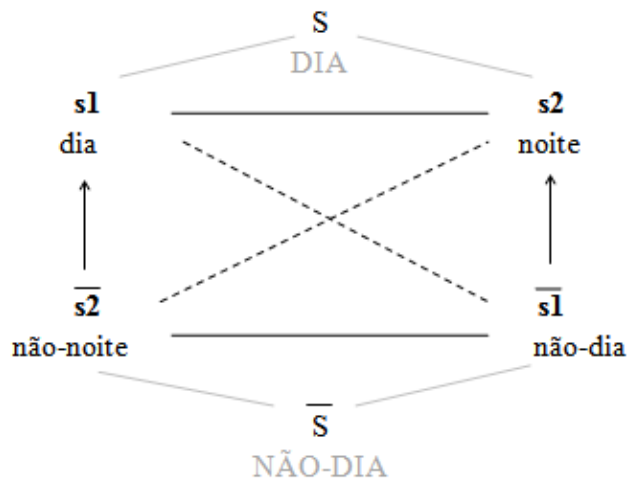
9 Em tradução livre: “Todos sabemos que vamos morrer, mas não acreditamos nisso”.

admite a geração dos termos neutros e complexos” (1983, p. 127). Fazemos então uma rápida recapitulação da natureza das relações encontradas no esquema da estrutura elementar da significação para melhor compreender os pressupostos e implicações do lugar formal do “complexo”.

O esquema teórico da estrutura elementar da significação, ou quadrado semiótico, é elemento central no paradigma semiótico greimasiano e em grande parte responsável pela sua fecundidade e alcance. É pertinente destacar que, sob uma perspectiva mais geral em relação ao amplo contexto de produção em ciências humanas, no momento em que Greimas formula sua teoria (*Sémantique Structurale* data de 1966), o estruturalismo enquanto corrente de pensamento encontrava seu auge na Europa.

Assim, para conceber seu esquema, o semioticista parte de uma relação de oposição binária entre dois termos retomada dos estudos fonéticos e fonológicos empreendidos por nomes como Trubetzkoy, Jakobson e Martinet no contexto do Círculo de Praga: trata-se de uma oposição qualitativa do tipo  $s_1$  vs.  $s_2$  (como em “dia” vs. “noite”), que formam então os termos *contrários*. A partir deles, por meio de uma operação de negação, obtêm-se  $\overline{s_1}$  vs.  $\overline{s_2}$  (“não-dia” vs. “não-noite”), em que  $s_1$  vs.  $\overline{s_1}$  (“dia” vs. “não-dia”) estão em oposição do tipo privativa, formando o par de termos *contraditórios*.

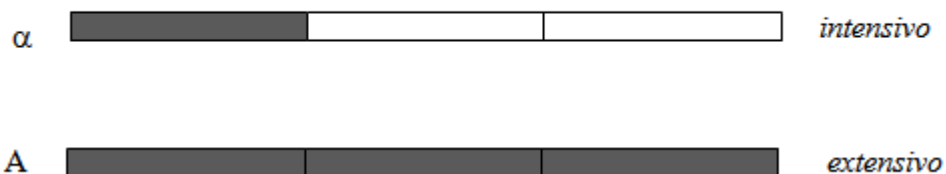
Superando o binarismo, a estrutura em quadratura comporta ainda termos de terceira geração, complexo ( $\overline{S}$ ) e neutro (S), que obedecem à lógica das oposições *participativas*, onde termos extensivos (mais vagos, como S) e intensivos (mais precisos, como  $s_1$  e  $s_2$ ), de acordo com definição de Hjelmslev (1972), se relacionam. De forma geral, temos, no quadrado semiótico, uma perspectiva estrutural em que as relações dão sentido aos termos. O arranjo final é este:



Negação ----- Contrários:  $s1$  e  $s2$  (sobrecontrários),  $\overline{s2}$  e  $\overline{s1}$  (subcontrários)  
 Asserção ————— Contraditórios:  $s1$  e  $\overline{s1}$ ,  $s2$  e  $\overline{s2}$   
 Complementares:  $\overline{s2}$  e  $s1$ ,  $\overline{s1}$  e  $s2$

Zilberberg, no capítulo de *Razão e poética do sentido* intitulado “Atualidade de Brøndal”, retoma justamente as formulações de Hjelmslev em relação aos termos *intensivo* e *extensivo* ressaltando que: “Brøndal compartilha com Hjelmslev a preocupação de liberar o binarismo daquilo que denominaríamos ‘antitetismo primário’” (Zilberberg, 2006, p. 72). Na sequência, Zilberberg mostra, utilizando as convenções gráficas propostas por Hjelmslev em *La catégorie des cas* (1972, p. 112-113), como se apresentam, tanto para Brøndal como para Hjelmslev, as “estruturas elementares” da significação. Ateremo-nos aqui às formulações de Hjelmslev e, mais especificamente, à representação gráfica que a oposição *participativa*, implicada na concepção do termo complexo, recebe do linguista dinamarquês:

1. O par  $\alpha/A$  intensivo-extensivo:



(ZILBERBERG, 2006, p. 73)

A oposição dos termos hjelmslevianos *extensivo* e *intensivo* é a mesma encontrada, por exemplo, na categoria semântica e morfológica do gênero gramatical (feminino e masculino) em línguas como o português e o também o francês. Assim, enquanto o pronome “eles” serve para denominar um coletivo de sujeitos, onde podem encontrar-se subsumidos tanto homens quanto mulheres, em “elas” temos forçosamente e exclusivamente representantes do gênero feminino. Desse modo, eles e elas opõem-se de modo participativo, sendo “eles” o termo *extensivo* e “elas” o *intensivo*.

Em *Le savoir partagé* (1987, p. 55-56), Fontanille usa a categoria do gênero gramatical para exemplificar o “sistema da marca”: extensivo, “eles” é o termo não-marcado, enquanto o intensivo “elas” é marcado. Esse sistema o interessa na medida em que o autor vai retomar o que Greimas aponta em *Du Sens II* como uma das restrições incontornáveis ao se tratar das modalidades crer e saber: a diferença de generalidade entre os termos. Com o objetivo de desenvolvê-la, Fontanille postula que, enquanto o saber é portador do traço /cognitivo/, o crer possui uma carga semântica suplementar, pois além de /cognitivo/ é também /único/, o que determina sua menor generalidade:

Aquilo que caracteriza no plano semântico o sistema da marca é que os dois constituintes da categoria não têm o mesmo estatuto e nem a mesma distribuição: um dos dois, o termo não marcado, serve de termo genérico, de termo neutro, etc. (FONTANILLE, 1987, p. 55)

Ele argumenta que, portanto, em relação às modalidades visadas, é possível fazer a observação: “o saber seria o termo não-marcado, e o crer o termo marcado” e, nesse sentido, poderíamos “facilmente explicar”, visto que um termo “comporta uma carga semântica suplementar, que eles não fazem parte do mesmo nível do percurso gerativo de sentido” (Fontanille, 1987, p. 55). Esse tipo de classificação é

cara ao autor pois ele irá estabelecer um sistema de hierarquia<sup>10</sup> concernente aos termos implicados no espaço cognitivo, que ordena tanto os diferentes tipos de níveis de saber quanto estes em sua ligação com o crer<sup>11</sup>.

De maneira bastante sintética, e tendo em mente a diferença de generalidade que acaba de ser apontada, para Fontanille, no desenrolar do percurso gerativo do sentido, os saberes (termos, para ele, mais gerais) encontram inevitavelmente os julgamentos epistêmicos, que os convertem em crenças: “De fato, toda troca de saber, situada em um nível narrativo ‘n’, é sobredeterminada, em um nível ‘n+1’, por uma relação fiduciária” (1987, p. 55). Ele ressalta, além disso, que tal sobredeterminação não é exclusiva à troca de saberes: não somos capazes de fugir ou nos abster dessa relação fiduciária para garantir a troca de valores, quaisquer que sejam eles, inclusas aí as próprias crenças.

### §

Retomada assim brevemente a posição do termo complexo em sua gênese teórica associada à elaboração do quadrado, e feita uma pequena incursão em um estudo que aplica a noção de oposição *participativa* no âmbito da pesquisa sobre o crer e o saber na dimensão cognitiva, gostaríamos de ressaltar que o modo com que Fontanille (1987) preenche a posição dos opostos em relação participativa é bastante distinto do empreendido por Greimas (1983) no texto “Le savoir et le croire: un seul univers cognitif”.

Em primeiro lugar, imbricado na relação participativa, Fontanille fala em termo “neutro”, “genérico”, “mais geral”. Ao longo do seu texto, ele sustenta dois focos de interesse majoritários: um é a definição do *saber* e a outra é a questão de *diferença de generalidade* que permite o estabelecimento de uma espécie de

---

10 Tratamos das relações de precedência e hierarquização que podem ser especuladas ou de fato estabelecidas entre as modalidades crer e saber no artigo “Crer e saber: relações de precedência e hierarquização”, publicado na revista *Estudos Semióticos*, v. 10, p. 69 – 75, 2014.

11 Para observar o quadro hierárquico concernente aos diferentes tipos de saberes, consultar: FONTANILLE, Jacques. *Le savoir partagé*, 1987, p. 34.

hierarquia em que saberes mais gerais englobam saberes menos gerais e estes são inevitavelmente sobredeterminados pela fidúcia quando compartilhados, ou seja, postos em situação intersubjetiva de comunicação, convertendo-se em crenças, termos menos gerais visto que marcados.

Como o título *Le savoir partagé* já antecipa, para o autor a questão do saber só se coloca em semiótica a partir do momento em que se observa um desnível entre o saber do enunciatário e o do enunciador, ou seja, entre o saber efetivamente enunciado, posto à disposição do enunciatário, e aquele que podemos em princípio supor pertencer ao sujeito da enunciação. Ele afirma que “para a semiótica, o saber compartilhado entre parceiros da comunicação só é interessante, ou seja, pertinente e observável, se ele for mal compartilhado, deformado, desviado, economizado” (FONTANILLE, 1987, p. 9).

Por outro lado Greimas busca, em estudo notadamente fundador, anterior e seminal, reunir crer e saber como um termo complexo para fazer face ao árduo problema da “transformação de uma alternância em uma coexistência” como descrito por Zilberberg (2011, p. 34) para esse tema. Diante do vasto campo dos mais variados procedimentos persuasivos com que o fazer interpretativo do sujeito tem que lidar, uma primeira redução feita por Greimas é sintetizar a interpretação como “uma operação de reconhecimento (da verdade)”, reconhecimento que “comporta necessariamente uma *identificação*, no enunciado apresentado, com a totalidade ou as frações da ‘verdade’ que já se possui” (GREIMAS, 1983, p. 119).

Temos assim que as operações, ou atos epistêmicos, de afirmar, recusar, admitir e duvidar funcionam por meio de uma comparação entre, de um lado, o enunciado posto e, de outro: uma intrincada amálgama de saberes e crenças que formam o universo cognitivo de qualquer sujeito, domínio do complexo para o qual tanto convergem “mentalidades, sistemas de pensamentos e crenças” de caráter coletivo quanto age a instância individual criando deformações mais ou menos coerentes uma vez que esses conteúdos são assumidos (GREIMAS, 1983, p. 125). É com base nesse palimpsesto que ocorre o fenômeno de conversão do



desconhecido em conhecido, e a autenticação do primeiro pelo segundo, adequação que Greimas indica ter como parâmetro apenas o próprio sujeito:

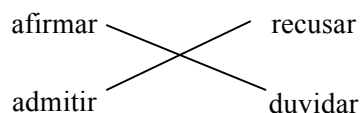
Se o ato epistêmico é uma identificação, ele se vale do universo do saber/crer do sujeito julgador. O reconhecimento da “verdade”, que até Einstein, inclusive, era definido por sua adequação à “realidade” referencial, o é agora pela adequação a nosso próprio universo cognitivo. (GREIMAS, 1983, p. 119)

Elaborados juntos numa espécie de arquivo articulado de relações formais e de fato Greimas (1983, p. 124) ressalta a não pertinência do uso aqui da palavra “enciclopédia”, por esta nada nos ensinar sobre o modo de organização desse universo, pois se caracteriza justamente pela ausência de qualquer ordem intrínseca, é com esse repertório que o sujeito confronta o novo e o desconhecido, o que autoriza a concepção do ato epistêmico como um *controle da adequação*: “Isso equivale a dizer que é como depositário de formas de organização ‘válidas’ que o universo cognitivo interessa e arregimenta a instância epistêmica integrada ao processo de comunicação” (GREIMAS, 1983, p. 125).

Além dessa anticonvencional formulação do termo complexo, para o qual Greimas demonstra dispor de um espaço formalmente previsto em seu modelo, justificando e dando coerência assim à sua tomada de posição antibinária, gostaríamos de ressaltar ainda uma passagem em que o semioticista parece vislumbrar *avant la lettre* a abordagem gradual que o espaço cognitivo passará a receber a partir da pesquisa de Claude Zilberberg, que ~~instaura~~ <sup>instaura</sup> o ponto de vista tensivo sobre a questão:

Tudo se passa como se crer e saber estivessem alinhados em uma estrutura elástica que no momento extremo de tensão se polarizasse produzindo uma oposição categórica, mas que ao se relaxar chegasse ao ponto de confundir os dois termos. (GREIMAS, 1983, p. 116)

É curioso também atentarmos para o fato de que o quadrado que nos traz os quatro atos epistêmicos<sup>12</sup> é uma formulação do próprio Zilberberg, como Greimas sinaliza em nota logo abaixo da estrutura:



Nota: Utilizamos o quadrado sugerido por Claude Zilberberg, mas substituímos uma das denominações, o "crer", por "admitir" para evitar os perigos da polissemia. (GREIMAS, 1983, p. 120)

A intuição de que as oposições polares termo a termo talvez auxiliem pouco na compreensão do funcionamento cognitivo acompanha Greimas ainda na ressalva de que se pode /duvidar/ ou /admitir/ mais ou menos, e portanto os esquemas  $s_1$  vs.  $\overline{s_1}$  e  $s_2$  vs.  $\overline{s_2}$  não constituem contradições mas *gradações*<sup>13</sup>, porém não é possível /afirmar/ ou /recusar/ mais ou menos, o que torna  $s_1$  vs.  $s_2$  o eixo binarizado da estrutura, tornando-o "equivalente à categoria fundamental lógica /asserção/ vs /negação/" (GREIMAS, 1983, p. 120).

Nesse ponto de seu texto, Greimas dá ênfase ao caráter gradual das modalidades epistêmicas ao contrastá-las às modalidades aléticas, de aspecto categorial, em que um dever-ser, uma vez projetado no quadrado semiótico, engendra os termos  $s_1$  /necessário/,  $s_2$  /impossível/,  $\overline{s_1}$  /contingente/ e  $\overline{s_2}$  /possível/. O caráter eminentemente categórico das modalidades aléticas pode

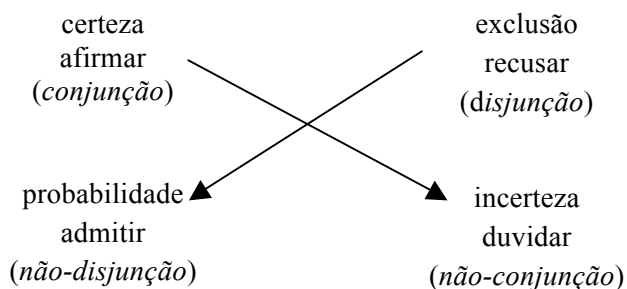
12 Greimas faz uma distinção concernente aos níveis do percurso gerativo de sentido em que ocorrem as operações no universo cognitivo: o ato epistêmico, que se dá em nível de *sintaxe profunda*, pode ser convertido em "fazer interpretativo" em *sintaxe de superfície* uma vez que haja possibilidade de narrativização (p. 118 – 119).

13 É interessante reparar que Greimas usa a palavra "gradações" (no original em francês, *graduations*) em vez de "gradações", termo que será próprio à perspectiva teórica *gradual* sobre as modalidades que ainda estava por vir.

ser exemplificado pelo fato de que não se considera algo mais ou menos impossível, e sim possível ou impossível, em uma oposição essencialmente polarizada. Ainda temos que:

Já os percursos sintáticos elementares – com as mediações obrigatórias, da recusa à afirmação, passando pela admissão, e da afirmação à recusa, passando pela dúvida – explicam o funcionamento *semiótico* do discurso. (GREIMAS, 1983, p. 120)

Finalmente, Greimas aponta que os atos epistêmicos, enquanto operações juntas, são formas dinâmicas da ordem do *fazer* e não do *ser*. Isso não impede, porém, que tais verbos sejam substantivados dando origem, assim, a modalidades, capazes de “colorir’ modalmente o enunciado submetido a julgamento” (1983, p. 121). Dessa maneira, as três espécies de definição (*modalidades, modalizações e operações juntas*) podem ser então homologadas da seguinte forma:



(GREIMAS, 1983, p. 121)

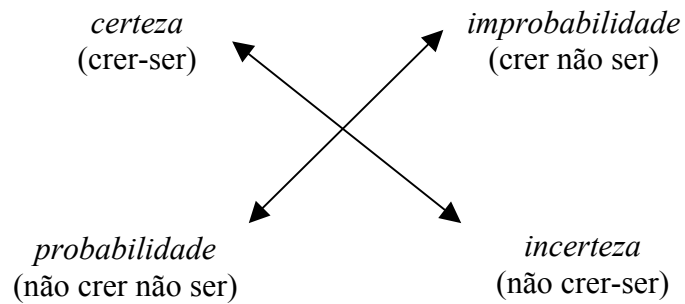
Este é o último quadrado e também o último esquema visual apresentado por Greimas nesse capítulo de 1983 que traz a fundamentação teórica e metodológica que pautará em grande parte as análises e abordagens subsequentes sobre o espaço cognitivo do discurso feitas no domínio disciplinar da semiótica francesa.

A ele se segue um profícuo e bastante diversificado debate que aborda questões como: especulações sobre as condições de existência de uma *manipulação segundo o saber* frente à tradicional manipulação via *crer* (1983, p. 123); os tipos de *racionalidade* fundados pela organização sintagmática do discurso (1983, p. 128); a forma como a semiótica elegeu a temporalidade como princípio organizador da narratividade e assim interpretou a consecução das “funções” (ações ou acontecimentos descritos) como um encadeamento *causal*, diferentemente da lógica, que busca o causal nas relações interproposicionais (1983, p. 129); o sorrateiro porém poderoso fato de que o “saber verdadeiro” frequentemente não passa de uma questão de *confiança* no discurso do outro, contexto em que a ‘verdade’ é substituída pela *eficácia* discursiva (1983, p. 130); para citar algumas delas.

O fato é que esses férteis focos de interesse à reflexão, ao lado do esforço conceitual em conceber *crer* e *saber* de forma não dicotômica preenchendo o termo complexo e da ressalva de que o único eixo binarizado do quadrado dos atos epistêmicos é o que opõe *s1 /afirmar/* vs. *s2 /recusar/* pois as demais relações comportam apenas *gradações* e não oposições, talvez tenham sido tópicos teoricamente eclipsados pela projeção das modalidades epistêmicas em quadratura e a incidência da lógica conjunta regendo a relação do sujeito com seus objetos cognitivos.

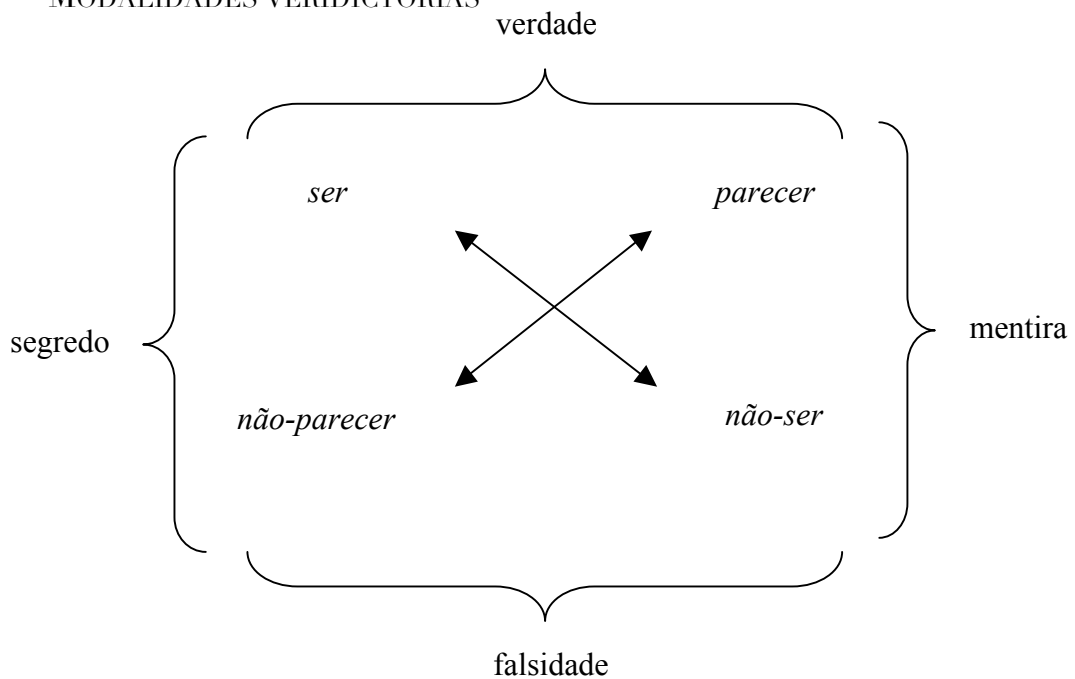
Efetivamente, se pensarmos no esquema narrativo canônico, a questão sobre como o sujeito conhece e interpreta o mundo à sua volta parece entrar formalmente para a elaboração da semiótica padrão primeiramente concentrada na etapa na *sanção* cognitiva, por ocasião do desfecho narrativo, em que o sujeito emite um juízo epistêmico, alocando-se no *crer-ser* (*s1*), *crer-não ser* (*s2*), não *crer não ser* ( $\overline{s2}$ ) ou não *crer-ser* ( $\overline{s1}$ ), concluído por uma sobremodalização veridictória que aí se justapõe, definindo pelo verdadeiro, o falso, o secreto ou o mentiroso. Esquemáticamente, temos:

## MODALIDADES EPISTÊMICAS (na estrutura modal epistêmica)



(GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 172)

## MODALIDADES VERIDICTÓRIAS



(GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 532)

Magnetizando uma audiência atenta, narrativamente esse é o momento, como nos descreve o *Dicionário de Semiótica* (2008, p. 427), muito ainda à la

Propp, de “reconhecimento do herói” e “confusão do vilão”, figuras abundantemente desdobradas em nossa cultura ocidental e modo de contar histórias, na forma, por exemplo, do desvendamento de um segredo insondável, revelação de uma verdade bombástica, desmascaramento de um impostor até então insuspeito ou solução de um enigma impossível, acontecimentos que convencionalmente tão bem preparam os estados de ânimo para o surgimento da palavra “fim” – escrita em uma página de papel ou composta por pontos de luz em uma tela eletrônica.

Correndo o risco do arquetípico ou mesmo da estereotipia, esse não deixa de ser o trajeto que entra para os autos da semiótica *standart* como o modo pelo qual o sujeito constrói uma “verdade”, ou, em termos semióticos, forja o parecer-verdadeiro no mundo, enfim, como ele o *conhece*, atividade que encontramos assim inicialmente confinada na etapa de resolução narrativa, momento em que um sujeito anteriormente muito ocupado em ser *manipulado* e em *agir* agora pode parar para julgar o que o rodeia.

Remetendo-nos justamente à clássica tríade manipulação, ação e sanção, temos outro bem estabelecido ponto de emergência concernente à dimensão cognitiva: na etapa de manipulação fiduciária do esquema narrativo, em que o destinador aciona estratégias persuasivas que visam fazer o destinatário crer (para em consequência fazer). Greimas vai também apontar em *Du Sens II* (1983, p. 122 - 123) um local ainda mais precedente para a incidência do crer: o que ele chama de prelúdio, proposição de contrato ou “gesto epistêmico que abre a comunicação”, do qual depende todo contato comunicacional humano, mesmo não verbal, em que precisa ser garantido o mínimo de confiança mútua, em forma de crer, para que os sujeitos possam a partir daí ser vinculados em um contrato fiduciário e a comunicação ocorra. Anterior à manipulação propriamente dita, esse estágio concerne ao preenchimento das posições de enunciador e enunciatário (GREIMAS, 1983, p. 122 - 123).

Não podemos deixar de mencionar que nesse mesmo texto (1983, p. 122) o semioticista declara que situar de partida a atuação do sujeito epistêmico no limite extremo da interpretação – e aqui podemos pensar na sanção – foi uma “escolha apenas tática” para que, por meio da dramatização assim obtida, fosse possível apreender o fenômeno “de um modo mais ‘puro’ e conseqüentemente construir um simulacro de seu funcionamento” com vistas a explicar as operações cognitivas “quaisquer que sejam suas posições no percurso do sujeito”.

É justo dizer que essas palavras vêm ao socorro de certa impressão de compartimentalização empreendida pela semiótica de cunho eminentemente narrativo, que acaba por confinar metodologicamente a ação ou pertinência da dimensão cognitiva em locais bem definidos do esquema narrativo canônico – a saber: sua abertura (*proposição inicial de contrato e manipulação*) e fechamento (*sanção*) –, quando de fato podemos concebê-la operando intermitentemente, detentora de ação não pontual mas extrapolada e pulverizada no contínuo exercício do sujeito em reconhecer o mundo, implicada em todo *perceber* e *fazer* sentido humanos, algo do que dificilmente podemos nos desvincular, como nos lembra Jacques Fontanille em seu *avant-propos* escrito a *Les interactions risquées* de Landowski (2006, p. 1): “(...) retomando Merleau-Ponty, nós somos, seres humanos e sociais, ‘condenados ao sentido’ ou, mais precisamente, ‘condenados a construir o sentido’”.

Apesar disso, temos a impressão de que as elaborações e dispositivos teóricos providos por Greimas em *Du Sens II* (1983) em relação ao universo cognitivo, após considerações preliminares em *Dicionário de Semiótica* (1979) e mesmo em *Semântica Estrutural* (1966), acabam encontrando ampla aplicação e profusa reprodução, mesmo didática, pelo que oferecem enquanto possibilidades de distinções categoriais francas sob a lógica junctiva. Do mesmo modo que a noção de *interpretação* ou *conhecimento* enquadrada como o encadeamento de uma modalização epistêmica seguida de uma sobremodalização veridictória – esta nos remetendo a uma seara lexical talvez

ainda bastante tributária à dinâmica da intriga do conto maravilhoso (o secreto, o verdadeiro, o falso, o mentiroso) torna-se o protocolo patentemente operacionalizado para se analisar e pensar tais fenômenos: contexto em que as ponderações e contemporizações feitas por Greimas a favor de *graduações* possíveis no eixo dos subcontrários epistêmicos e sua importante defesa pela não dicotomização entre crer e saber ficam um pouco obliteradas.

A falta de prestígio que os dois termos complexos acabam encontrando uma vez que a teoria é posta em uso é apontada de forma contundente por Zilberberg em *Elementos de semiótica tensiva*. Ao introduzir sua intenção de investigação sobre o que existe no espaço entre duas grandezas polares como [a] e [b], o autor pergunta-se de que maneira poderíamos conceber aí “um vão, um intervalo, ocupando-o ou ‘preenchendo-o’ de alguma maneira”, e completa afirmando o seguinte sobre a semiótica greimasiana:

Nas chamadas estruturas elementares, a teoria, seguindo os passos de Brøndal, prevê, por certo, dois termos complexos, transicionais por sua posição: [s1 + s2] e [não-s1 + não-s2], porém eles não desempenham, salvo ignorância ou injustiça de nossa parte, nenhum papel na teoria. (ZILBERBERG, 2011, p. 22)

Consequentemente, é verdade que o aporte greimasiano sobre as modalidades aqui em análise e sobre a própria dimensão cognitiva do discurso entra para, se podemos assim dizer, a história da disciplina, evidentemente como fundamentação paradigmática, mas também pelo seu pendor categorial no tratamento de tais questões, sobretudo quando se toma como contraponto sua notória reformulação empreendida por Claude Zilberberg no âmbito de uma semiótica tensiva a partir do final dos anos 1980.



## 1.2 CATEGORIAL VS. GRADUAL

Trabalhando no sentido de discretizar as oposições greimasianas que podem ser entendidas como originalmente categoriais, Zilberberg é um semioticista da Escola de Paris que se aloca sob o mesmo paradigma disciplinar fundado por Greimas e procura desenvolvê-lo e aperfeiçoá-lo, avançando a teoria e sua modelização em vários aspectos, por exemplo, na concepção da existência de um gradiente que comporta diversas posições intermediárias entre dois termos polarmente opostos como, retomando nosso exemplo inicial do quadrado semiótico, “dia” (s1) vs. “noite” (s2).

Abordagem especialmente relevante à nossa discussão – em cujo ponto de partida vimos Greimas tentar desentranhar de um quadrado estruturado por relações polares de contrariedade e contradição a possibilidade do que ele chama de “gradações” –, Zilberberg busca descobrir e descrever justamente o que está contido nesse “vs.” ou “x”, sinal que indica a oposição, que formaliza a diferença, relação cara e fundamental (e talvez tradicionalmente suficiente) à análise estruturalista para o estabelecimento de um sentido, mas que agora é encarada sob uma nova perspectiva, que busca o que se interpola no espaço da distinção: é nesse sentido que se pode dizer que Zilberberg se ocupa de uma *semiótica do intervalo*.

Todos os pontos que formam a passagem entre extremos ganham pertinência no enfoque zilberberguiano justamente por serem entendidos como portadores de uma carga fórica, também chamada de “cifra tensiva”, maior ou menor conforme sua posição relativa aos termos-limite: da manhã ao pôr-do-sol, do ocaso ao cair da noite, há uma sequência sucessória em gradiente, onde estados se assemelham mais ou menos ao dia ou à noite, sendo-lhes tonicamente distintos ou atonicamente aparentados, novas e diversas formas de conceber a oposição anteriormente estanque. Essa tomada de posição gradual por parte da teoria responde a preocupações primeiras de

Greimas que o motivaram originalmente a conceptualizar as modalidades, a timia e a foria, como já exposto aqui.

Com efeito, é sabido que, em sua origem e momentos iniciais, a semiótica ocupou-se predominantemente do esquema narrativo canônico, em que o sujeito, manipulado por um destinador e dotado de determinadas competências, vai em busca de seus objetos, com os quais se relaciona de acordo com uma lógica juntiva (que institui conjunções ou disjunções), e percorre, dessa maneira, as três etapas da fórmula mínima de produção de sentido nas narrativas: manipulação, ação e sanção. Nesse contexto, privilegiava-se a abordagem dos conteúdos *inteligíveis* com a finalidade de verificar como se dava a construção de sentido nos textos e havia certo interesse pela operacionalização do modelo semiótico. Entretanto, com o avanço da teoria, intensificou-se a necessidade de dar tratamento teórico à dimensão *sensível* aderida aos discursos, ou seja, faz-se necessária certa reformulação teórica para que os conteúdos passionais também pudessem ser semiotizados e, portanto, descritos, analisados e compreendidos enquanto elementos geradores de sentido.

Tal reformulação é notadamente um dos objetivos centrais do texto de Zilberberg, como ressalta Tatit<sup>14</sup> na apresentação da edição brasileira de *Raison et poétique du sens*: “Este livro é uma das respostas dadas à grande questão semiótica surgida no curso da década de 1980: como abordar os conteúdos sensíveis ao lado dos conteúdos inteligíveis já então previstos pelo modelo de Algirdas-Julien Greimas?”.

---

14 Em nota de apresentação na orelha da edição brasileira de *Raison et poétique du sens*, publicada em 2006 pela Edusp, com o título *Razão e poética do sentido* e tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas.

Zilberberg busca, então, um modelo que tem como objetivo tanto trocar o que as oposições categoriais excluem pela saliência do que um intervalo entre dois termos engloba, quanto dar conta de um aspecto não plenamente solucionado apesar das supracitadas tentativas de inserção das modalidades e da própria foria axiologizante vinculada à dêixis por parte de Greimas: o problema dos conteúdos sensíveis aderidos ao discurso, ou seja, o investimento afetivo do sujeito em sua relação com seus objetos ou com outros sujeitos, dimensão tímica indissociável de qualquer tipo de produção discursiva.

Metodologicamente, a estrutura elementar da significação é mantida enquanto tal pelo autor, que aponta em seu horizonte de retrospectão teórico, além de Greimas, nomes como Saussure, Hjelmslev e Brøndal, entre outros, e segue depreendendo diferenças significativas a partir de relações formais e que, afinal, abre a primeira parte de sua obra de 1988 com o título “O estruturalismo como continuidade”, afirmando que essa corrente do pensamento em ciências humanas, tão rigorosa quanto heterogênea, “satisfaz à reflexividade (se conhece) e à transitividade (conhece seu objeto, até porque o determina)” (2006, p. 15)<sup>15</sup>.

---

15 O papel de Zilberberg frente ao estruturalismo, como já sugerido, é também relê-lo em determinados pontos. Encontramos um exemplo disso em *Elementos de semiótica tensiva* (2011, p. 79), em que ele aponta alguns limites com que se deparou a análise estrutural: “O estruturalismo permaneceu enredado nos termos, sem conceber as propriedades da relação enquanto tais. (...) Cumpre agora ir mais além e formular os rudimentos de uma semiótica do intervalo. A diferença saussureana, como se isso fosse óbvio, foi pensada e repensada em termos de contrariedade e contradição, mas nem todos os contrários se equivalem, se nos lembrarmos de Bachelard em *A Dialética da duração*: ‘[...] podemos invocar dois tipos de casos, conforme os contrários se lancem numa hostilidade decisiva ou que tenhamos de tratar contrariedades mínimas’ em que os contrários podem ser ‘menos hostis, menos distantes’ (Bachelard, 1988, p. 130)”. Zilberberg aplica a hipótese assim esboçada à estrutura do quadrado semiótico greimasiano para distinguir entre *sobrecontrários* tônicos e distantes e *subcontrários* átonos e próximos, no sentido de defender que os *subcontrários* previstos por Greimas são termos mais próximos entre si do que os demais, proposta que analisamos mais detidamente no artigo “Greimas e o quadrado semiótico: herança e transformação”, publicado na revista *Estudos Semióticos*, v. 13, nº especial, 2017, p. 51 - 58

Porém, se a pertinência da *relação* persevera, a sua natureza se transforma na medida em que as oposições polares por contrariedade e contradição são substituídas pela concepção gradual em que os termos são colocados em pontas de um gradiente (tensivo) e comportam inúmeras posições intermediárias (gradações) entre si. De maneira mais específica ao nosso tema, Zilberberg, então, nesse texto, debruça-se, especialmente ao longo do capítulo “Reconhecimento do espaço fiduciário”, sobre o mesmo problema teórico abordado por Greimas em “Le savoir et le croire: un seul univers cognitif”: a questão do sujeito às voltas com crenças e saberes, enfim, com atos epistêmicos no domínio cognitivo.

Como o título já nos adianta, Zilberberg retém e retoma centralmente um contributo originalmente greimasiano: a proeminência e mesmo dominância da fidúcia no que podemos entender como cognição. Porém, e aqui reside a relevância de sua reelaboração, ocorre uma mudança no nível de pertinência em que o fenômeno é observado: passa-se a situar como ponto de partida do problema algo da ordem do *pré-modal* concebido em um percurso alternativo ao tradicional “gerativo do sentido”, que veremos a seguir qual é.

## 1. 4 RECONHECIMENTO E VALOR

Para que o exercício de um reconhecimento contínuo possa se colocar, o próprio conceito de “dimensão cognitiva” já se encontra reformulado desde partida, reestruturação que se dá em torno da noção fulcral de *valor*. Retomando o fato de que a reflexão semiológica “está, desde o seu aparecimento, imantada pelo valor” (2006, p. 150), Zilberberg remete-se a momentos basilares dos estudos do sentido para lembrar que:

Em seu fundador, Saussure, o signo parece por vezes ser apenas um momento, uma fase, um catalisador entre dois sistemas de valores, os valores constituintes (as figuras de Hjelmslev) e os valores constituídos que uma cultura categoriza: valores objetivos e comerciais, valores modais, valores estéticos<sup>16</sup> etc., cujo comércio ela regula. (ZILBERBERG, 2006, p. 150)

No mesmo sentido, ele aponta que em Hjelmslev<sup>17</sup>: “Uma forma linguística é um valor expresso. As relações de que se trata aqui são, em toda língua, valores expressos” (ZILBERBERG, 2006, p. 150). A definição que começa a ser assim delineada indica que a noção de alguma coisa que poderíamos chamar provisoriamente e imprecisamente como uma “interpretação” do mundo pelo sujeito assume aqui escopo explodido de ampla envergadura. De fato, Zilberberg (2006, p. 152) afirma que o campo semiótico ficaria homogeneizado na medida em que se pudesse mostrar que cada tipo de valor conforma e trabalha de maneira específica a cadeia significativa, completando que, contudo, “ainda estamos longe disso”. Ele também avisa não se estar lidando, nem mesmo em um nível superficial ou ilocucionário, com o “valor de alguma coisa, mas, sim, indefinidamente... com o valor de um valor”.

Desse modo, o valor fica definido como uma *função* cujos *funtivos* são o contravalor e o valor-base, termos que o autor não se furta a comentar em nota de rodapé, pondo em evidência um interessante aspecto de sua natureza:

Esses termos têm apenas um valor relativo, mas tal relatividade constitui um enigma, uma vez que, na era moderna, o dinheiro se converteu em... uma mercadoria como qualquer outra. De tal forma que a determinação cedeu lugar a uma relação dois-a-dois, a uma “rima”: um termo responde pelo outro e reciprocamente. (ZILBERBERG, 2006, p. 152)

---

<sup>16</sup> Aqui, em nota, Zilberberg faz a remissão: “Cf. a afirmação de Mallarmé: ‘Tudo se resume à Estética e à Economia política’”.

<sup>17</sup> HJELMSLEV, Louis. *La catégorie des cas*. Munique: Wilhelm Fink Verlag, 1972, p. 77.

De certa forma, isso traz a reboque uma característica-chave do conceito de valor como aqui abordado, ou seja, posto em engrenagem com seus fúntivos, definindo também seu poder de alcance relativo à modelização visada: seu caráter *circular*. É em relação a ele que Zilberberg afirma então que “o difícil, o delicado, já não é fundar determinado tipo ou regime de valores ou ‘entrar’ nesse, e sim, por assim dizer, ‘sair’ dele”, anunciando finalmente que: “É a partir dessa circularidade para nós, virtuosa que propomos introduzir as noções conjuntas de sujeito e espaço fiduciários” (2006, p. 152).

Em primeiro lugar, são feitas as distinções entre um *fazer normativo* (pressuposto), encarregado de fundar os valores, e um *fazer avaliativo* (pressuponente) que, em uma não convencional formulação do “ponto de vista objetual”, discute “as vantagens dos objetos e os méritos dos sujeitos” (ZILBERBERG, 2006, p. 153) e “do ponto de vista operatório” confronta ou compõe fazer apreciativo e fazer depreciativo. O autor indica que a contribuição dos valores constituintes para a estrutura em questão fica assim definida e, no que se refere às relações de dependência aí contraídas, observamos que mantém-se a tomada de posição de Greimas segundo a qual “a relação do sujeito com o valor precede e comanda a relação do sujeito com o objeto” (GREIMAS, 1983, p. 23).

Remetendo-se a Hjelmslev, Zilberberg (2006, p. 154) afirma que “aos olhos do linguista dinamarquês, temos boas razões para propor” que o valor é tomado como uma *constante* e o objeto como uma *variável*, e disso ele depreende suas próprias decorrências, que não pretendemos de nenhuma forma explanar em exaustão, mas apenas identificar de que modo elas concorrem conceitualmente para a configuração do espaço fiduciário: i) Do ponto de vista da manifestação, o valor aparece como um dado *extenso* e o objeto, como um dado *intenso*; ii) a junção do extenso e intenso é considerada uma “feliz coincidência”, uma “intersecção euforizante” da imanência e da

manifestação; iii) a passagem da imanência, o “valor do sujeito”, para a manifestação, o “valor para o sujeito” é indicada como uma *fronteira gerativa*: “Que subjetiva o sujeito, finalizando-o. E objetiva o objeto, contratualizando-o” (ZILBERBERG, 2006, p. 155).

Finalmente, tecida essa primeira rede de relações e dependências, começamos a identificar como o autor atende aos parâmetros que entendemos ser originais e centrais em sua reformulação: a construção de um ponto de vista *gradual* que aborda o intervalo no que ele traz de continuidade entre os termos antes predominantemente polares, e a integração dos conteúdos sensíveis, em termos fóricos, ao modelo de análise. Especificamente sobre o espaço fiduciário e o que acaba de ser colocado no parágrafo precedente, Zilberberg (2006, p. 155) assinala que: “Essa solução de continuidade entre valor e objeto, entre intenção e contrato, entre projeto e empenho, define o lugar do fazer avaliativo”, completando com o seguinte:

Assim, o fiduciário se encontra no princípio de uma dupla dependência, comandando tanto a subjetivação quanto a objetivação, as quais aparecem ambas como modos de manifestação (...) do valor. Sob esse ponto de vista, os valores induzidos podem ser chamados de **fóricos** ou, o que dá no mesmo, **pré-modais**. (ZILBERBERG, 2006, p. 155, grifo nosso)

A forma de ocupação desse espaço fundado no valor, então, chega revestida em uma metáfora algo pirandelliana que busca definir o status de um novo e ora proposto percurso, concernente à *avaliação*, junto ao já consagrado percurso gerativo do sentido: apresenta-se o *percurso fiduciário*. Nas palavras do autor:

(...) o percurso fiduciário reveste o percurso gerativo, tal como (numa peça de vestuário) o avesso em relação ao direito: cada nível do percurso gerativo se apresenta, por assim dizer, como a sombra projetada do nível correspondente no percurso

fiduciário. Cada nível de avaliação fica, com isso, dotado de um nível de efetuação. (ZILBERBERG, 2006, p. 156)

Fica assim atribuído ao percurso fiduciário o exercício da *avaliação*, ao passo que no percurso gerativo de sentido encontramos a *efetuação* correspondente. Pensar aqui, porém, o percurso gerativo de sentido em termos de nível profundo, nível narrativo e nível discursivo não parece ser mais suficiente ao autor. “Por razões ligadas tanto à arbitrariedade como à adequação” (ZILBERBERG, 2006, 2006, p. 156), e também para torná-lo mais explícito, ele propõe uma nova estratificação em cinco níveis, especificados como: N<sub>1</sub> nível tensivo; N<sub>2</sub> nível aspectivo; N<sub>3</sub> nível diretivo (ou modal); N<sub>4</sub> nível juntivo (ou narrativo); N<sub>5</sub> nível discursivo. A distribuição concernente aos dois percursos, no esquema denominados como “universos” e já predicados com a natureza de sua ação correlata (avaliativa ou factiva), é então a seguinte:

UNIVERSO AVALIATIVO		UNIVERSO FACTIVO	
FUNÇÃO	CATEGORIAS	FUNÇÃO	CATEGORIAS
espaço especulativo	equivalência/equidiferença	espaço discursivo	exclusão / participação
espaço crítico	o bem / o bom	espaço juntivo	prazer / satisfação
espaço pático	dever / desejo	espaço diretivo	obrigação / volição
espaço nômico	totalização / infinitização	espaço aspectivo	saliência / passância
espaço fórico	euforia / disforia	espaço tensivo	parada / continuação
sistema dos avaliadores		sistema dos predicantes	

(ZILBERBERG, 2006, p. 156)

As modalidades entram então para o debate a essa altura de sua elaboração, visto que já temos instado um nível modal (ou diretivo), no sentido de que a relação do sujeito com o valor “é dada habitualmente como um crer” (ZILBERBERG, 2006, p. 159) e, conseqüentemente, o sujeito fiduciário fica



caracterizado como aquele que acredita no valor do valor. Estabelecida assim a via de entrada dessa modalidade no seu modelo, o autor não deixa de problematizar o estatuto do crer no interior da teoria semiótica, apontando-o como incerto e questionando se trata-se de fato de uma modalidade, dado que o termo não consta na entrada “Modalidade” do *Dicionário de Semiótica* de Greimas e Courtés (2008, p. 314 – 316), ao mesmo tempo em que ganha um verbete próprio na mesma obra.

De nossa parte, já nos ocupamos em nossa dissertação de mestrado<sup>18</sup> em debater o problema de desnível de definição teórica entre crer e saber, contexto em que, ao lado da ausência apontada por Zilberberg, rapidamente temos acesso a uma bem estabelecida acepção para o saber em estreita relação com o esquema narrativo canônico: ele ocupa formalmente uma consolidada posição como modalidade *atualizante*, ao lado do poder (também *atualizante*), do dever e do querer (*virtualizantes*), que juntos definem a competência do sujeito para a ação – o que surpreendentemente não impede que o saber tenha um funcionamento em muito subserviente ao crer, como veremos logo a seguir. O próprio Greimas (1983, p. 115) indica certa inconsistência conceitual nessa região teórica afirmando que o aprofundamento dos estudos da dimensão cognitiva originou o “surgimento do que se chama, talvez de forma imprópria, da modalidade do /crer/”.

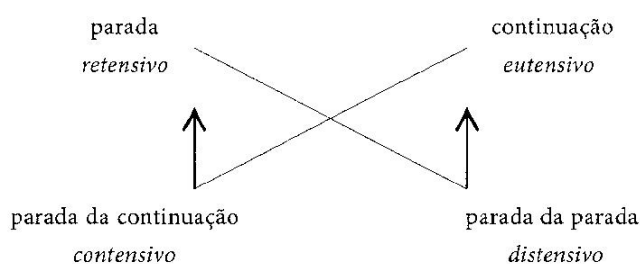
Mas o que nos interessa retomar dessa controvérsia são dois aspectos, justamente os que conduzirão Zilberberg à definição do saber e à conclusão da apresentação do espaço fiduciário. O primeiro se refere ao fato de que o crer compartilha com as demais modalidades a propriedade de reger um enunciado, mas diferencia-se delas justamente pela sua original capacidade de reger outro enunciado modal, como em crer-querer, crer-dever, crer-poder, e, finalmente, no polêmico crer-saber. O segundo, que não deixa de se

---

18 *Crer e saber: um estudo semiótico* (2014). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-03022014-122414/pt-br.php>. Acesso em: 23/2/2018.

relacionar o primeiro, se concentra no problema de que, da forma como o cognitivo é tradicionalmente modelizado, e aqui Zilberberg retoma “Le savoir et le croire” (1983) de Greimas e “Un point de vue sur ‘croire’ et ‘savoir’”<sup>19</sup> (1982) de Fontanille, “o saber se encontra como que em um ‘curto-circuito’, como se a modalização epistêmica privasse a atividade cognitiva de seu conteúdo operatório próprio” (ZILBERBERG, 2006, p. 161).

Desbastando então o saber do que ele *não é*, ou seja, livrando-o das isotopias que lhe são tão facilmente associadas, como a do fazer-informativo (ou comunicativo) e do fazer-persuasivo (ou manipulatório), Zilberberg (2006, p. 161) define a sua consistência como “uma isotopia propriamente cognitiva, cujo objeto seria, de certo modo, a relação”. Afirma também que “as estruturas cognitivas são gerais por sua forma e universais por seu objeto. Por forma, entendemos o quadrado semiótico em sua versão tensiva, fórica”:

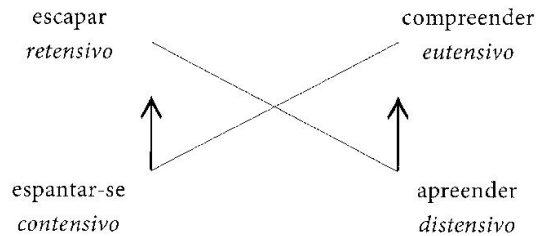


(ZILBERBERG, 2006, p. 161)

Dessa maneira, Zilberberg redefine a dimensão cognitiva já em termos tensivos. Essa abordagem se torna possível porque, sobre o quadrado tensivo que representa a forma (geral) das estruturas cognitivas, é depositado um novo quadrado, que articula os termos  $s_1$  /escapar/,  $s_2$  /compreender/,  $\overline{s_1}$  /apreender/ e  $\overline{s_2}$  /espantar-se/, relativos ao que Greimas progressivamente denominaria “ato epistêmico” do sujeito, ou seja, à ação do sujeito para conhecer, apreender, compreender, saber etc., algo sobre seu mundo. Desse modo, a cada termo

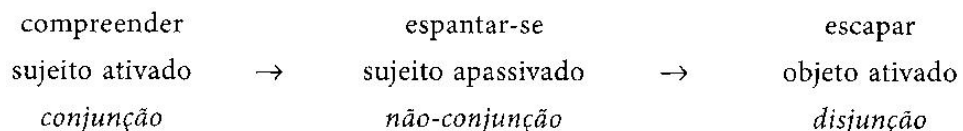
<sup>19</sup> O conteúdo desse estudo é abordado no capítulo 2 desta tese.

encontra-se já aderido um conteúdo tensivo (provido pelo quadrado tensivo que lhe é subjacente). A estrutura final constitui o que Zilberberg define como o “quadrado da cognição”:



(ZILBERBERG, 2006, p. 162)

Ao definir o objeto cognitivo como, “do ponto de vista figural, uma relação” (Zilberberg, 2006, p. 161), o autor também postula que, nessa relação, o sujeito pode estar *ativado* em relação ao objeto (quando o compreende) ou *apassivado* em relação a ele (quando se espanta com o novo), por exemplo. Ou seja, ao conhecer o mundo, o sujeito oscila por gradientes tensivos, onde já se encontram aderidos conteúdos fóricos, em vez de se alocar em uma categoria polarizada (conjunto ao objeto ou disjunto). Abaixo, apresentamos um exemplo de esquematização de um percurso do sujeito em “atividade fiduciária”, de acordo com Zilberberg:

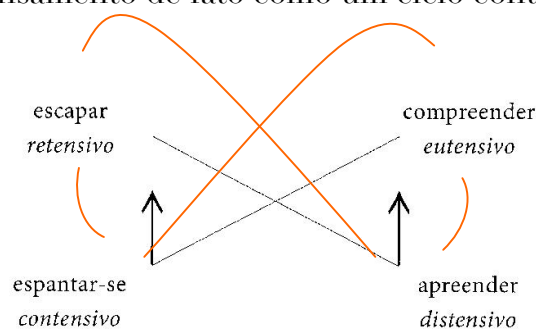


(ZILBERBERG, 2006, p. 163)

Apesar de a nomenclatura juntiva estar preservada, é interessante observar, como destacado pelo autor, que “os conceitos de sujeito e objeto tomam, nessa óptica, um caráter espectral decorrente de sua flexibilidade e capacidade de deformação” (ZILBERBERG, 2006, p. 143). Característica que nos interessa para a conclusão deste capítulo, essa maior dinamicidade aderida ao que se define então como espaço fiduciário, plantada em sua base desde a circularidade primordial do *valor*, emerge como decorrência do novo arranjo e surge mesmo como um ganho teórico da reformulação tensiva empreendida por Zilberberg.

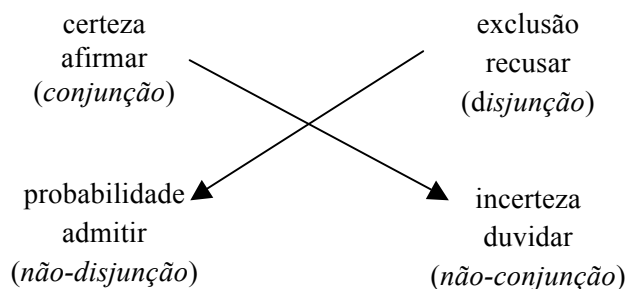
Ao observarmos a releitura proposta para o quadrado semiótico, um detalhe gráfico que pode parecer ter baixa expressividade conceitual, o fato de o eixo da contradição (na diagonal) ser agora desenhado em continuidade com a subida vertical da complementariedade, traçando um percurso de três pontos facilmente desdobrados em uma micronarrativa como a apresentada acima, na verdade atende a intenções da reestruturação tensiva em seu cerne.

É apenas a tomada de posição que troca o ponto de vista categorial, de visada pontual, pelo gradual, voltado ao prestígio do contínuo, que permite que as diversas posições intermediárias contidas no intervalo entre termos, justamente por estarem imantadas de carga fórica, assumam relevância suficiente a ponto de construir trajetos. Além disso, uma vez acionado o semantismo dos termos da estrutura do quadrado da cognição, torna-se mais sugestivo conceber o pensamento de fato como um ciclo contínuo:



(ZILBERBERG, 2006, p. 162, tracejado em destaque nosso)

Disposição anterior dos eixos:



(GREIMAS, 1983, p. 121)

A originalidade da formulação posta por Zilberberg destaca-se em relação à concepção semiótica precedente e também quando comparada a uma longa (ao mesmo tempo em que heterogênea) tradição filosófica que tende a ler o fenômeno ou conjunto de fenômenos de que estamos tratando aqui nos termos de um *reconhecimento*. Não nos parece despropositado lembrar que Paul Ricoeur levanta e conduz toda uma obra, *Percurso do reconhecimento*, de 2004, centrada justamente nesse conceito. Realizando inicialmente, bastante à moda de Greimas, uma investigação lexical cujo primeiro passo é recorrer às definições contidas no dicionário para o verbete, o que motiva o autor nessa pesquisa é a acentuada dissimetria entre, por um lado, a vasta magnitude dos modos de emprego e acepções dessa palavra e, do outro, a “ausência de qualquer apadrinhamento filosófico que estivesse à altura da amplitude do campo de suas ocorrências” (RICOEUR, 2006, p. 14).

É importante notar aqui que Ricoeur não está falando em inexistência de tratamento filosófico para o termo. Muito pelo contrário, e motivo pelo qual o autor afirma “que deve existir uma razão para que nenhuma obra de boa reputação filosófica tenha sido publicada sob o título de *O reconhecimento*” (RICOEUR, 2006, p. 13) se deve ao fato de que, fazendo jus à efervescente polissemia da palavra, as abordagens filosóficas da questão são diversas e estão longe de qualquer consenso unificador.

A título de mera exemplificação da problemática, e de modo extremamente sintético, Ricoeur distingue já em sua introdução três focos filosóficos relativos ao reconhecimento que “parecem não possuir qualquer referência em comum”, a saber: o foco kantiano, no sentido da *Reckognition* na primeira edição da *Crítica da razão pura* (1781); o foco bergsoniano, com o “reconhecimento das lembranças” notadamente em *Matière et mémoire* (1896); e o foco hegeliano, sob o vocábulo *Anerkennung*, que o autor aponta estar “atualmente em plena expansão”. Sobre eles, finalmente questiona: “Que relação pode existir entre a recognição kantiana, o reconhecimento bergsoniano, a *Anerkennung* hegeliana e pós-hegeliana, que a língua francesa coloca sob o mesmo vocábulo, *reconnaissance*?” (RICOEUR, 2006, p. 27).

À parte a rica contribuição da reflexão encontrada nesse volume, que se expande mesmo para domínios especialmente caros à semiótica como aqueles das noções de *sujeito* e *identidade* narrativos, abordadas no contexto de uma “fenomenologia do homem capaz”, que é aquele capaz de narrar-se (RICOEUR, 2006, p. 114), o que nos interessa é essa evidenciada polissemia, refletida numa variedade de usos conceituais não consensuais – o que não os torna, no entanto, inconsistentes – nem nos sistemas filosóficos.

Nesse sentido, é bastante instigante reparar que Zilberberg emprega a palavra “reconhecimento” no título de seu capítulo “Reconhecimento do espaço fiduciário”, talvez a fim de fixar o marco inicial de sua reflexão em termos de fato rizomáticos, para depois trabalhar no sentido de resolver a questão operacionalizando o dispositivo do *fazer avaliativo*: situando-o em um espaço valorativo e estruturando-o em um percurso fiduciário correlato ao percurso gerativo.

Em relação ao histórico dentro da própria disciplina, é certo que “o ponto de vista tensivo vem a complementar e, por vezes, retificar o ponto de vista gerativo/categorial” (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 446) e, portanto, o que assistimos ao final dos anos 1980 não é absolutamente um momento de

substituição ou descarte de um conjunto de noções e procedimentos teóricos em benefício de outros, mas antes um estágio de complexificação e enriquecimento da teoria semiótica. Parece-nos justamente relevante, neste texto de abertura que se propôs a retomar a jornada conceitual de um tópico teórico desde do que pode ser mapeada como sua origem até alguns subsequentes desdobramentos, observar como algumas preocupações primordialmente colocadas por Greimas sobre o tema parecem encontrar eco e relevo na releitura tensiva.

Trazemos um recorte na verdade bastante estreito da volumosa produção intelectual que se deu em semiótica em torno do tema das modalidades e seu universo conexo. Nossa concisão relativa a autores e momentos teóricos aqui retomados se justifica na medida em que optamos por dar ênfase e profundidade à etapa fundadora do pensamento semiótico sobre o tema, com o texto paradigmático de Greimas em 1983 “Le croire et le savoir: un seul univers cognitif”, seguido de uma reformulação pertinente tanto no que conserva quanto no que atualiza da proposta original.

O interesse pela pesquisa dessas questões encontra seu auge, como se sabe, na primeira metade da década de 80, desencadeada pela publicação de Greimas de “Pour une théorie des modalités” no periódico *Langages* n° 43, em 1976, seguida de “Le contrat de véridiction”, também de Greimas, que surge originalmente na revista *Man and World* n°13/3-4, em 1980 (posteriormente, em 1983, esse artigo é integrado em forma de capítulo a *Du Sens II*), que pavimentam o caminho para o que fica denominado como “virada modal”.

Assim, de forma contemporânea ao eixo Greimas-Zilberberg que acaba de ser brevemente exposto, diversos outros pesquisadores se debruçaram sobre esse mesmo tema, organizados à época ao redor do pico de interesse que as modalidades atraíram em torno de si, entre os quais, para nos limitarmos a alguns semioticistas que terão suas elaborações retomadas nas páginas seguintes, Jacques Fontanille, Bernard Pottier, Denis Bertrand e Jean Petitot.

Além disso, tentaremos mostrar que, mesmo passada a década de ouro das modalidades, e mesmo que o “crer”, o “saber” e a “dimensão cognitiva” deixem de ser formulados estritamente nesses termos da semiótica discursiva, os problemas da veridicção e da persuasão, da verdade e da mentira, das gradações do verossimilhante, para citar poucos pontos que formam nossa constelação de interesses, continuam estimulando e convocando propostas teóricas através dos anos até os dias atuais. Também é válido lembrar que esses temas já mobilizaram o pensamento de autores em um círculo teórico um pouco mais expandido – que também pretendemos visitar – do que aquele da semiótica da Escola de Paris, mas ainda assim preocupados com o modo estrutural de construção do sentido pela linguagem, como Michel Foucault, Umberto Eco e Roland Barthes.

Gostaríamos, por fim, de concluir este capítulo focalizando em detalhe e dando destaque a um aspecto que algumas páginas atrás já exaltamos como ganho teórico da reformulação aqui por nós narrada: a dinamicidade que acaba sendo impressa à atividade cognitiva a partir do momento em que ela passa a ser entendida como *contínua*, *gradativa* e dotada de cifra *tensiva*, advento que se reflete mesmo visualmente nos arranjos em diagrama compostos para representá-la. Esquemas que, no mínimo, proveem certo *movimento*, proveem espaço para que ele seja acolhido de forma significativa (dotada de sentido) e, em última instância, esperam e mesmo dependem dele para serem acionados e postos em funcionamento. Entendemos que, de forma solidária, no aparato conceitual o mesmo também possa ser apontado.

É fato que a *velocidade* da passagem de um termo a outro (do “escapar” ao “compreender”, por exemplo) é soberanamente produtora e definidora de sentidos do ponto de vista zilberberguiano, visto que o semioticista entende as operações juntivas como resultantes de modulações de velocidade e define o *andamento* como germe fundamental da produção de significação. Plenamente mantida a esse elemento sua importância fundamental, gostaríamos de nos aprofundar em uma reflexão dedicada ao que, se não pode ser formalmente



apontado como seu correlato, lhe é bastante íntimo: o movimento. Afinal, se se trata de ir de maneira mais rápida ou mais lenta de uma posição a outra, em primeiro lugar, é preciso *ir*.

# CAPÍTULO 2

---

## COGNIÇÃO E PRINCÍPIO DE MOVIMENTO



## 2.1 ESPACIALIZAÇÃO E TEMPORALIZAÇÃO

A definição de movimento encontrada no *Dicionário de Semiótica* consiste em um único parágrafo escrito no tempo verbal condicional do futuro do pretérito:

MOVIMENTO s. m.

FR. MOUVEMENT; INGL. MOVEMENT

Uma análise da localização espaço-temporal, efetuada em função não apenas dos enunciados de estado, mas também dos de fazer, **poderia permitir** a introdução do conceito de movimento: interpretável como passagem de um espaço a outro, de um intervalo temporal a outro, o movimento **poderia ser** articulado em função da direcionalidade (movimentos que, de um espaço ou de um tempo de origem, conduzem a um espaço ou a um tempo de destino). (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 324, grifos nossos)

Não vamos aqui assumir, de maneira talvez precipitada ou ingênua, que Greimas e Courtés apontam dessa forma uma tarefa que ainda está para ser feita ou uma promessa que aguarda até os dias atuais sua hora de ser cumprida nos quadros da disciplina. Como vimos no capítulo 1, ao retomarmos a definição dicionarizada para o termo “sanção”, uma leitura das acepções trazidas por esse volume que as situe também em relação à trajetória de complexificação da teoria talvez hoje já nos esteja autorizada para além da simples consulta. No entanto, o que encontramos no texto do *Dicionário* parece ser uma flagrante lacuna.

Assim, ao final do verbete “movimento” temos indicada a remissão para “localização espaço-temporal”, termo de baixa circulação ou emprego

enquanto tal na teoria, que vai, na verdade, desmembrar a noção de movimento em seus dois componentes essenciais: de um lado, o espaço. De outro, o tempo. Um item específico para cada um, sem que essas coisas se misturem. Assim, depois de uma breve explanação inicial de um parágrafo que, de novo, sugere “não ser impossível propor uma representação diferente da espaço-temporalização dos programas narrativos (*que os autores indicam ser feitas separadamente*), introduzindo o conceito de movimento” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 295), encontramos o item A, dedicado à *localização espacial*.

Nele temos o tradicional entendimento da *espacialização* como procedimento de construção que faz uso da debreagem espacial e de um certo número de categorias semânticas para formar “um sistema de referências que permite situar espacialmente, uns em relação aos outros, os diferentes programas narrativos”. Por meio dessa debreagem, ficam instaurados no discurso-enunciado um *aqui* (espaço enunciativo) e um *alhures* (espaço enuncivo), considerados posições espaciais zero, pontos de partida “para a instalação da categoria topológica tridimensional que depreende eixos da *horizontalidade*, da *verticalidade* e da *prospectividade* (adiante/atrás)”.

Este é considerado no entanto “um modelo muito (talvez demasiado) simples da localização espacial dos programas narrativos e de seus actantes transformados em atores” e, além da alegada rusticidade do conjunto, os autores ainda ressaltam o fato de que a semiótica narrativa atém-se e explora quase exclusivamente o eixo prospectivo, organizador de uma distribuição espacial linear homologada às etapas do esquema porém não pertinente, por exemplo, às semióticas visuais, em relação às quais tem “fraco rendimento” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 295-296).

É interessante observar, ainda nesse verbete, que apesar de a espacialização ser um item componente do processo discursivo mais amplo da aspectualização (ao lado da *actorialização* e a *temporalização*), em nenhuma altura

de seus quatro subitens os termos “aspecto” ou “aspectualização” são mencionados. Isso parece estar em harmonia com o trecho encontrado ao consultarmos a definição para “aspectualização”, em que os autores apontam uma acentuada discrepância no nível de elaboração teórica<sup>20</sup> entre os três elementos aí implicados: “Apenas a aspectualização da temporalidade, no entanto, permitiu, até o momento, elaborações conceituais que merecem ser consideradas, interpretadas e completadas” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 39).

Conseqüentemente, o item B da definição de localização espaço-temporal, este dedicado à localização temporal, emprega de partida os termos de *temporalização* e *aspectualização* e discorre, de maneira mesmo mais volumosa e segura, sobre o sistema de referências temporal que, por meio de dupla debreagem temporal, inscreve no discurso duas posições zero: o tempo do *então* (enuncivo) e o do *agora* (enunciativo). A categoria topológica então, de ordem lógica e não-temporal, formada pelos termos *concomitância* vs. *não-concomitância*, este subsumindo *anterioridade* e *posterioridade*, uma vez aplicada aos dois tempos zero, origina uma rede de posições temporais em relação à qual os diversos programas narrativos do discurso podem ser localizados (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 296 – 297). O movimento fica assim, por ora, conjecturado como possibilidade conceitual, mas não efetivamente conceitualizado devido à separação entre espaço e tempo em teoria.

---

20 O problema do aspecto em semiótica volta a ganhar relevo em reflexões teóricas mais recentes, como a de Sémir Badir, que aponta que essa noção permanece definida de forma pouco clara e em certa medida insuficiente pelos semioticistas. Para Badir, não é porque a aspectualidade ocorre de forma espalhada em diferentes momentos da construção do sentido que ela seja por natureza algo fluido. Ao contrário, trata-se de um conceito de base que constrói a teoria e que, no entanto, dispõe de definições teóricas imprecisas. Nesse sentido, ele defende que deve haver uma teoria da aspectualidade bem articulada aos *modos de existência* do sujeito. (Conteúdo da palestra “L’aspectualité spaciale – pistes théoriques et perspectives d’application”, ministrada na FFLCH – USP em 22 de setembro de 2017)

## 2.2 OS TRANSPORTES DA FORIA: DO DEVIR AO ELÃ

Mas há outra paragem em que gostaríamos de ir buscar uma possível definição semiótica para o movimento: ela está em *Elementos de semiótica tensiva*, de 2006, onde Zilberberg faz o comentário detido sobre o seu procedimento de esquadramento do *espaço tensivo* em um gráfico de dois eixos. Em estilo oracular como é próprio de sua lavra, o autor avisa antes de maiores explicações que “*Uma teoria que submete o espaço ao tempo, e o próprio tempo, por sua vez, ao andamento*, posiciona-se, por uma questão de coerência, mais sob a égide de Heráclito que sob a de Parmênides” (2011, p. 19, destaque nosso). Por coerções temáticas, disciplinares e mesmo de espaço, gostaríamos aqui de nos limitar inicialmente a compreender melhor a primeira metade dessa frase.

Acreditamos já ter salientado ao longo de nosso primeiro capítulo a centralidade do afeto, em termos de foria, para a construção do pensamento e modelo zilberbeguiano. É dessa noção que partimos para apresentar a gênese de outro esquema do autor que não o quadrado semiótico relido mas, dessa vez, o gráfico tensivo. Retomamos preliminarmente, para tanto, o modo como Zilberberg recebe e articula a herança do estruturalismo, estabelecendo de antemão o império da dependência: posicionamento declarado em *Razão e poética do sentido* (2006, p. 154), em seu descarte do uso “rústico e dicotômico” da estruturação propalado pelo Círculo de Praga — já mencionado em nossa Introdução — em benefício da centralidade da dependência, como posto por Hjelmslev.

Tomada de posição reiterada em *Elementos de semiótica tensiva* (2011, p. 11), por ocasião da abertura desse livro, em que o autor apresenta a estrutura como um de seus três conceitos-chave e, quanto a ela, declara se interessar antes pela “dependência, mais que a oposição, já que a oposição pressupõe a

estrutura”. O parâmetro epistemológico aqui é que a dependência prevalece sobre a oposição em virtude de sua maior generalidade, impondo-se, nos quadros de uma semiótica tensiva, “como o próprio objeto da análise” (ZILBERBERG, 2011, p. 40).

Assim, o autor apresenta uma primeira e basilar relação, retomada de artigo de sua autoria de 2001<sup>21</sup>, que consiste numa aqui mantida “presunção de uma dependência do sentido em relação à afetividade” (ZILBERBERG, 2011, p. 27). Disciplinarmente fundamental também para a psicanálise, o afeto é encarado sob outro prisma em semiótica tensiva:

(...) enquanto a psicanálise afirma uma anterioridade insuperável da afetividade, que reduz o presente à condição de um rebento, uma hipotipose mal dissimulada do passado remoto do indivíduo (o chamado “recalque”), nós, de nossa parte, pensamos a afetividade na sincronia, como um conjunto de funcionamentos descritíveis, analisáveis e sobretudo “gramaticalizáveis”. Dadas essas condições, gostaríamos de conceder à afetividade tanto uma “eficiência” (Cassirer)<sup>22</sup> quanto uma “imanência” (Hjelmslev). É com essa dupla preocupação que, sob a denominação de *intensidade*, acolhemos a afetividade como um dos dois eixos do espaço tensivo. (ZILBERBERG, 2011, p. 27)

Já vimos no capítulo 1 desta tese Zilberberg construir conceitualmente um espaço imantado pelo valor. Aqui temos que “como localidade, o fato semiótico é condicionado por sua filiação ao espaço tensivo” (ZILBERBERG, 2011, p. 41) e nele é traçado um primeiro eixo, norteador, regente, vertical, o da intensidade, que comporta as gradações do afeto. Entretanto, como veremos,

---

21 ZILBERBERG, Claude. “Sur la concordance de l’espace et du sens”. *Visio*, vol. 6, nº 2-3, 2001.

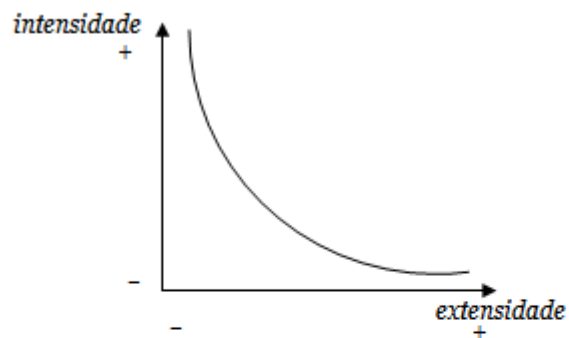
22 Zilberberg faz referência a Cassirer pelo conteúdo dos apontamentos deste em *A filosofia das formas simbólicas*, sobretudo em relação à noção de “acento de sentido” e naquilo em que ela contribui, por exemplo, para a sistematização zilberberguiana dos *estilos tensivos* de *ascendência* e *descendência*.

ele não age sozinho na produção do sentido e ganhará seu correlato – em coerência à abordagem que entende o valor sempre como função de duas valências. Assim, se formos perscrutar a origem e motivação para o eixo vertical que termina de compor o gráfico, podemos retomar a consideração do autor de que, contrariando preconceitos de que “o afeto ‘dionisíaco’ não faria nada além de perturbar, desarranjar a forma ‘apolínea’”, existe, na verdade, uma reciprocidade ininterrupta entre afeto e forma (ZILBERBERG, 2011, p. 45).

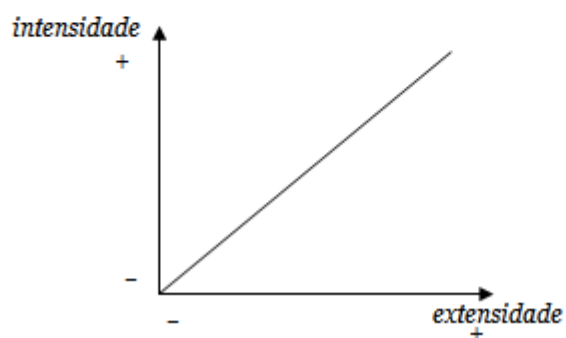
Sáimos aqui do domínio do *sensível* na intensidade vertical para entrar no que é denominado como o *inteligível* na extensidade horizontal, em que o mensurável dos afetos é substituído pelo numerável do tempo e do espaço. De fato, intensidade e extensidade são entendidas como duas *dimensões* que comportam, cada uma e respectivamente, duas subdimensões: *andamento e tonicidade e temporalidade e espacialidade*: “dois pares de grandezas capazes não só de variar por si mesmas, mas de variar quer em relação direta, quer em relação inversa”. O arranjo final dos eixos formando um gráfico *tensivo*, já projetando valores no espaço da *tensividade*, é o seguinte:



## CORRELAÇÃO INVERSA



## CORRELAÇÃO CONVERSA

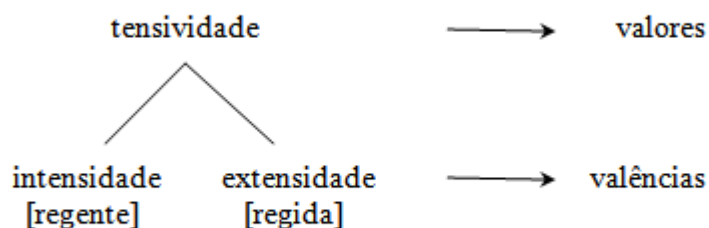


Preservado o princípio de dependência que define o valor como a associação de duas valências (aqui uma *intensiva* e outra *extensiva*), como já havíamos visto por ocasião do comentário sobre o “Reconhecimento do espaço fiduciário” (ZILBERBERG, 2006, p. 145 - 167), passa-se a falar agora em termos de um *espaço tensivo*, que “é, desde o início, complexo, pois está baseado na dependência da extensidade para com a intensidade, e dos estados de coisas com relação aos estados de alma” (ZILBERBERG, 2011, p. 39). Fala-se também em *tensividade*, que dispõe da seguinte definição:

(...) a tensividade não é propriamente uma categoria terceira, inédita, à espera de sua inserção, mas um espaço intermediário entre as estruturas da intensidade e da extensidade, em outras palavras, é o exercício de uma

reciprocidade criadora, condição *sine qua non* da interdefinição (ZILBERBERG, 2011, p. 37)

Esquemáticamente, temos:



(ZILBERBERG, 2011, p. 66)

Um primeiro entendimento da frase “*Uma teoria que submete o espaço ao tempo, e o próprio tempo, por sua vez, ao andamento*” já nos parece possível: o andamento, subdimensão da intensidade, controla tempo e espaço na medida em que se encontra no eixo vertical, ou seja, regente. A posição prevalente deste eixo é compreendida enquanto decorrência da mencionada dependência primeira do sentido em relação à afetividade. Tempo e espaço, no eixo regido, também atendem a uma hierarquia, como posta no trecho:

A extensidade diz respeito à extensão do campo controlado pela intensidade, porém com uma ressalva: que a extensão desse campo é em primeiro lugar temporal, dado que o tempo humano, o tempo discursivo está sempre além do tempo. (ZILBERBERG, 2011, p. 69)

Fica assim desvendada, mesmo que superficialmente e sem que se faça jus à densidade teórica dos conceitos, a ordenação dos elementos em jogo na sentença de onde partimos. Antes que nossa digressão em busca da

consistência semiótica do movimento pareça já ter ido longe demais, gostaríamos de avisar: estamos chegando lá. Um primeiro aspecto que se destaca em relação à cisão entre tempo e espaço, entendidos por Greimas e Courtés em termos de procedimentos apartados de temporalização e espacialização em nível discursivo, é a fusão dessas duas noções em um só eixo. Sem querer acreditar que uma ciência dura como a física seja capaz de nos fornecer qualquer resposta pertinente sobre os problemas do sentido em linguagem, a junção conceitual de espaço e tempo vista aqui segue a reformulação da noção de tempo como entendido por Newton operada por Einstein no início do século XX, gesto teórico que de fato funda um novo paradigma disciplinar nesse campo do conhecimento, em que tempo e espaço passam então a ser entendidos como grandezas fusionadas em bloco.

Limitada à curiosidade, tal informação não tem alcance transdisciplinar suficiente para dar conta de aspectos específicos que gostaríamos de começar a comentar aqui. Do mesmo modo que o quadrado greimasiano, uma vez pronto, ou seja, estruturado por meio de premissas inicialmente lógico-semânticas, parecia ficar à espera de algo que o “pusse para funcionar”, imobilidade estanque à qual a gradação e o evidenciamento de percursos de Zilberberg vêm a socorro, o gráfico tensivo monta-se e organiza-se em dimensões e subdimensões para acolher o fato semiótico, entendido sob o ponto de vista tensivo em termos de um *acontecimento*. Enfim, de modo análogo à estrutura elementar da significação, o espaço tensivo erigido e esquadrinhado, escalonado e gradualizado, coloca então sua ampla rede de subdimensões variáveis à espera do devir de um sentido:

Cabe-nos agora articular as duas subdimensões intensivas, o andamento e a tonicidade, bem como as duas subdimensões extensivas, a temporalidade e espacialidade, sobre uma mesma base formal que, sendo comum às quatro subdimensões aludidas, não é apanágio de nenhuma delas em particular; assim fazendo evitamos privilegiar uma dada dimensão em detrimento

das demais. As variações e vicissitudes de toda espécie que afetam o sentido decorrem de sua imersão no “movente” (Bergson), no instável e imprevisível, em suma, de sua imersão na *foria*. (ZILBERBERG, 2011, p. 69)

No horizonte metodológico que assim se apresenta, acreditamos já se encontrarem implicados tanto o problema como a solução para o tema que anima aqui nossa discussão, ou seja, a questão do movimento e seu modo de captação conceitual. Por um lado, temos salientadas a imprevisibilidade e a instabilidade do sentido, em estreita ligação com o imponderável daquilo que a teoria chama como devir, comentado da seguinte maneira em *Tensão e significação*:

As questões sobre o devir são tão antigas quanto a filosofia e o fato de termos como objeto de uma das primeiras confrontações – a que opõe Parmênides, adepto da eternidade do ser, a Heráclito, adepto da eternidade do devir – justamente o tratamento desse tema, indica que estamos diante de uma noção de grande envergadura. Realmente, as filosofias que se interessam pelo devir opõem-se ao ser: quanto mais prestamos atenção no movimento progressivo pelo qual as coisas se dão, menos o ser é detectável, a ponto de provocar dúvida se haveria, no fluxo do devir, alguma coisa além dos “estados”. Nesse sentido, tanto para Husserl quanto para Merleau-Ponty, o mundo sensível, a partir do momento em que é considerado por um sujeito, torna-se um perpétuo devir. (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 153)

Gostaríamos primeiramente de celebrar o modo como o trecho acaba por nos revelar o que Zilberberg quis dizer em 2006 na segunda metade de sua frase, onde afirma que sua teoria “*posiciona-se, por uma questão de coerência, mais sob a égide de Heráclito que sob a de Parmênides*”: sua semiótica não toma como tarefa compreender o ser, mas a eternidade do devir. Em segundo lugar, uma vez que a noção de devir é apresentada dessa forma, os autores irão

sinalizar a ausência desse termo no *Dicionário de Semiótica*, como já havia apontado Pottier<sup>23</sup>, e ressaltar a dificuldade que sua definição coloca, visto que, caso se tente partir da coleta de sinônimos ou quase-sinônimos oferecidos nos dicionários, o devir vira de fato “um vale-tudo” (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 154).

Caracterizado ainda por Zilberberg (2006, p. 23) como o oposto do “estado” (*état*) de acordo com o *Micro Robert*, estado que, “quando se refere a um sujeito, pressupõe uma lentidão extrema” (sendo esta, “para Baudelaire, uma das faces do horror” da condição humana), o devir de fato é elemento que dá o tom de uma semiótica que valoriza e euforiza não o ser, mas a passagem, e cujas grandezas são “menos traços que vetores (...), menos participípios, como passados resolvidos, do que gerúndios, como presentes em devir, em ato” (ZILBERBERG, 2011, p. 19).

No entanto, temos um conceito ainda mais geral, no sentido de que rege e mesmo organiza o devir, em termos de direcioná-lo, e que consiste em nossa última noção intermediária (e já conhecida) antes de chegarmos ao que entendemos como o aparecimento semiótico do movimento, que é: a foria. Considerada “o princípio sintático do espaço tensivo”, e aí temos dado seu papel medular, a foria, na verdade já prevista desde a estrutura elementar da significação, é entendida pela semiótica tensiva como o que de fato “carrega”, no sentido de carrear ou conduzir, qualquer percepção do sujeito em seu campo de presença (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 135). Imerso na foria, o sentido não parte da simples afetividade primordial, mas de uma afetividade direcionada.

Dado que “os destinos possíveis da foria motivam a direção” (ZILBERBERG, 2011, p. 11) e que as “as variações e vicissitudes de toda espécie que afetam o sentido” (ZILBERBERG, 2011, p. 72) decorrem de sua imersão na

---

23 POTTIER, Bernard. “Um mal-aimé de la sémiotique: le devenir”. In: PARRET, H. et RUPRECHT, H.-G. *Exigences et perspectives de la sémiotique*, tome 1. Amsterdam: John Benjamins, 1985, p. 499 – 503.

foria, Zilberberg, diante de seu gráfico tensivo montado por duas dimensões e quatro subdimensões, a fim de tentar prever, definir e caracterizar os inúmeros e variados modos como um acontecimento pode traçar sua trajetória, arrastado pela foria, no espaço tensivo, vai realizar a rima, ou como ele chama, a “declinação” das quatro subdimensões (andamento, tonicidade, temporalidade e espacialidade) com três *foremas*.

O aparecimento da noção de forema no texto ocorre, no mínimo, de forma um pouco súbita: ao citar as flutuações de todo tipo que agem alterando o sentido, mencionando que “a perenização dos clichês e a ritualização dos gêneros” são modos de conter e mesmo de “estancar essa efervescência”, o autor postula que:

Ao contemplar tais grandezas, que propomos designar como *foremas*, temos de explicitar, sem falseá-la – em outras palavras, sem imobilizá-la – a foria cifrada, sob certo aspecto, por cada uma das quatro subdimensões mencionadas. A fim de qualificar em discurso um fazer que advenha em uma ou outra das subdimensões, é importante reconhecer três “coisas”: sua *direção*, o *intervalo* assim percorrido e seu *elã*. (ZILBERBERG, 2011, p. 72 - 73)

Motivado por sua leitura de Binswanger<sup>24</sup> (1998, p. 79), onde se encontra a tripartição *direção*, *posição* e *movimento*, Zilberberg vai trocar o termo *intervalo* inicialmente citado para apresentar sua tríade de foremas da seguinte forma: *direção*, *posição* e *elã*. É importante dizer que *direção* e *posição* são pressupostos do *elã*, termo pressuposto e em primazia no modelo. O autor (ZILBERBERG, 2011, p. 73) ainda afirma que “identificamos a valência como ‘interseção’ de um forema com uma subdimensão” e “o cruzamento metódico de três foremas com quatro subdimensões produz, em todas as acepções do termo, doze pares de valências”, como podemos observar em:

---

24 BINSWANGER, Ludwig. *Le problème de l'espace en psychopathologie*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1998.

<i>dimensões</i>	intensidade regente		extensidade regida	
subdimensões foremas	andamento	tonicidade	temporalidade	espacialidade
<b>direção</b>	aceleração vs. desaceleração	tonificação vs. atonização	foco vs. apreensão	abertura vs. fechamento
<b>posição</b>	adiantamento vs. retardamento	superioridade vs. inferioridade	anterioridade vs. posterioridade	exterioridade vs. interioridade
<b>elã</b>	rapidez vs. lentidão	tonicidade vs. atonia	brevidade vs. longevidade	deslocamento vs. repouso

(ZILBERBERG, 2011, p. 74)

Entendemos que a assim introduzida noção de *elã*, forema em primazia que conjuga por sua vez *direção* e *posição*, nos fornece uma definição semiótica para o que pode ser entendido como movimento, capaz de captá-lo e representá-lo em plenos direitos de suas origens e implicações para com o sentido, e mesmo de destrinchá-lo e prevê-lo em diversos modos e direções para onde a foria o transporte.

O movimento nos interessa aqui na medida em que, configurando-se como essa espécie de princípio irrigador, fortemente capilarizado, que “põe para funcionar”, digamos, os dois modelos semióticos de ordem geral aqui visitados até agora (o quadrado semiótico e o gráfico tensivo), quando nos voltamos para as teorias semióticas que abordaram a dimensão cognitiva, a sua presença, ação, descrição e mesmo representação gráfica têm sua importância e necessidade acentuadas.

Quando observamos a estrutura proposta para a cognição por Zilberberg (2006, p. 162), constatamos que ela realfirma o caráter inexoravelmente cíclico que a atividade cognitiva deve assumir: é pouco

provável que o sujeito se aloque seja na *continuação* (compreensão), seja na *parada da continuação* (espanto), ou em qualquer uma das outras posições, e ali permaneça indefinidamente, a menos que o princípio elementar que rege o desenrolar de sua narrativa, ou de sua vida, cesse<sup>25</sup>. Do mesmo modo ocorre com o quadrado de Greimas, em que um sujeito fixado em um dos atos epistêmicos pouco nos diz sobre como ele aprende ou conhece qualquer coisa no mundo.

No caso da narrativa ficcional, esse estancamento pode ser explorado por gerar efeitos de sentido não convencionais ou usuais, e por isso literariamente ricos e interessantes, como encontramos no conto *Funes, o memorioso*, de Jorge Luis Borges. Sujeito da apreensão total e contínua, que defendemos se tratar de uma apreensão estética<sup>26</sup> conforme definida por Greimas em *De l'imperfection* (1987), Funes tudo percebe e de tudo se lembra, sem que lhe venha ao socorro o poder de edição da memória, chamado por Ricoeur (2007, p. 423 - 462) como o “esquecimento de reserva”, acumulando assim um saber exacerbado e sobre-humano a ponto de se tornar pejorativo e que o leva, em última instância, à morte.

De fato, a dinamicidade requerida para o processo de produção de conhecimento parece impor ao sujeito uma circulação contínua e cíclica, necessidade que se reflete desde muito cedo no tom das abordagens semióticas, mesmo que ainda em sua era “narrativa”, sobre esse tema. Assim, embora o próprio encadeamento na tríade manipulação, ação e sanção fique fundamentalmente na dependência de um movimento que a “realiza”, como se trata de um esquema geral esse é um princípio que permanece implícito ou subentendido em noções correlatas como a de *ação* ou a do *fazer*, sem que a compreensão global do modelo seja prejudicada e possa-se aguardar em

---

25 A esse respeito vamos discutir o que seria um regime de exceção ao longo do item 2.3.1 *Fé: a celebração do mistério* ainda neste capítulo.

26 Apresentamos essa proposta de análise do conto no artigo “Apreensão e significação em *Funes, o memorioso*, de Jorge Luis Borges”, publicado na *Estudos Semióticos*, vol. 9, 2012, p. 91 – 98.



tranquilidade cerca de uma década até que a semiótica tensiva reponha-lhe a premência da fôria.

Por outro lado, quando nos voltamos para os estudos específicos sobre a dimensão cognitiva, o movimento parece ser algo preponderado desde partida, e é isso que gostaríamos de começar a analisar a partir daqui.

## 2.3 PENSAR: MOVER-SE

Em 1982, no epicentro do furor teórico em torno das modalidades em semiótica francesa, Jacques Fontanille publica o artigo “Un point de vue sur ‘croire’ et ‘savoir’ Les deux systèmes de l’adéquation cognitive”, em que vai discretizar a dimensão cognitiva do discurso em termos de dois *universos de racionalidade*<sup>27</sup>, também chamados ao longo do texto de dois *universos de*

---

27 O fato de Fontanille postular a existência de *dois* universos de racionalidade pode, em um primeiro momento, sugerir uma possível discordância do conteúdo de seu artigo em relação ao texto paradigmático de Greimas (1983), onde encontramos a definição de “um único universo cognitivo”. Entendemos, porém, que as duas reflexões se alocam sob o mesmo paradigma teórico, o fundado por Greimas, e participam em uníssono de um mesmo projeto de construção do universo das modalidades *crer* e *saber* enquanto objeto de investigação para a semiótica. Primeiramente, destacamos que Fontanille remete, por meio de uma nota de rodapé, a expressão “universos de racionalidade” ao próprio Greimas, atribuindo a este a autoria do termo, produzido “a respeito dos trabalhos do Professor J. P. Vernant” (1982, p. 11). Além disso, o que Fontanille denomina como “dois universos de racionalidade”, “dois universos de conhecimento” (1982, p. 12), “dois universos axiológicos” (1982, p. 11) ou “dois sistemas axiológicos contrários” (1982, p. 9) são noções que constituem um esforço para a especificação do que é encontrado em Greimas de modo mais geral: o universo cognitivo do sujeito. Dessa maneira, compreendemos aqui o universo de racionalidade do *crer* e o universo de racionalidade do *saber* como formas englobadas em um único universo cognitivo englobante.

*conhecimento* ou dois *sistemas axiológicos contrários*, um concernente ao crer e o outro, ao saber. Sua reflexão tem como objetivo inicial, como posto em seu título, a identificação de modelos de *adequação cognitiva* possíveis em semiótica, visto que, diferentemente da lógica, cuja “avaliação do saber e do crer é limitada à sua relação com a verdade, ou seja, a um sistema de dois valores, não hierarquizável”, na semiótica “essa avaliação só pode se fundar nas relações de adequação, internas ao enunciado” (Fontanille, 1982, p. 5).

Naturalmente, há um interesse central no artigo em extrair e descrever uma sintaxe modal que subjaz às operações intersubjetivas ou interactanciais do sujeito em dimensão cognitiva, cuja ênfase está na perspectiva categorial, postura plenamente coerente com seu contexto de publicação, pano de fundo histórico cujas linhas diretrizes gerais acreditamos já ter esboçado. Resgatamos aqui esse texto, porém, porque dele gostaríamos de destacar um ponto especialmente pertinente à nossa reflexão: o modo como os dois tipos de racionalidade propostas por Fontanille se comunicam e, para além disso, a importância teórica, já posta em 1982, de que elas estejam e sejam compreendidas em *relação dinâmica*. Para tanto, vamos retomar brevemente como o autor estrutura esses dois sistemas.

Fontanille fundamenta-se em uma análise de quatro diálogos platônicos (*Protágoras, Eutidemo, Górgias e Mênon*), textos a partir dos quais o objetivo é “isolar as operações discursivas subjacentes à transmissão de conhecimentos” (1982, p. 7). A transmissão aqui analisada se dá entre S<sub>1</sub> (mestre) e S<sub>2</sub> (discípulo), caracterizada por ser, uma vez que intersubjetiva, fundada no crer e na confiança. Com base nela, o autor vai depreender e caracterizar três operações que formam o que ele chama de *sintagma intersubjetivo*: entre S<sub>1</sub> e S<sub>2</sub>, onde ocorre um *fazer persuasivo* (em que “S<sub>1</sub> afirma que sabe”, “crê ser superior aos outros”, “não discute à maneira dos outros, mas à sua maneira”, “prefere falar longamente a brevemente”, todos exemplos provindos dos textos platônicos (FONTANILLE, 1982, p. 8)); entre S<sub>2</sub> e O (o objeto entendido como

o saber em si), onde se dá um *fazer epistêmico*; e entre S<sub>2</sub> e S<sub>1</sub>, onde temos um *fazer fiduciário*.

Bem entendido, nesse exemplo inicial temos uma figura onde S<sub>2</sub> reconhece a competência e a superioridade de S<sub>1</sub>, é mesmo “encantado” e “seduzido pela maneira de S<sub>1</sub> falar” e conseqüentemente aceita não só o contrato explícito como todos os implícitos (FONTANILLE, 1982, p. 9). As medições e jogos do poder serão importantes, como veremos, para os desdobramentos subsequentes do modelo.

Assim, e com apoio em diversos outros pontos dos diálogos sob exame que não retomaremos aqui para maior sinteticidade de nossa apresentação, Fontanille vai delinear que, nesse conjunto de textos de Platão, crer e saber se distribuem em dois universos axiológicos, sistemas que se opõem e contrastam em relação a: conteúdos cognitivos, procedimentos de aquisição, origem do conhecimento, tipos de relação nos sintagmas intersubjetivos e figuras dominantes nestes. O quadro final é o que segue, rico em decorrências e implicações, mas no qual destacamos o parâmetro que nos é por ora mais pertinente, a relação dominante no sintagma intersubjetivo:

	Crer	Saber
Conteúdos cognitivos	crenças ("conhecimento falso")	ciências ("conhecimento verdadeiro")
Estratégia cognitiva	persuasão	convicção
Origem do conhecimento	S1 (exterioridade) por manipulação	S2 (interioridade) por reminiscência
Relação ao objeto	imediate não aspectualizada	mediata, aspectualizada, com resistência do objeto
Relação dominante no sintagma intersubjetivo	S2 – S1 (ligação às pessoas)	S2 – O (ligação às ideias)
Figuras dominantes	consenso, acordo, identidade	desacordo, discussão, alteridade

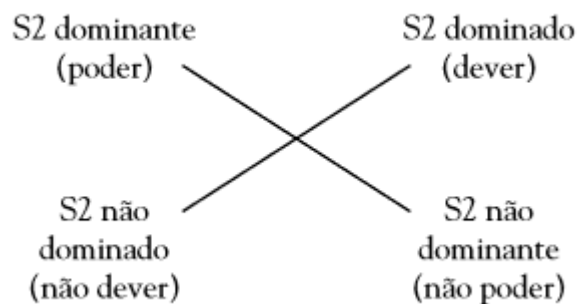
(FONTANILLE, 1982, p. 11)

O autor completa a distinção entre os universos essencialmente da seguinte maneira:

a) a oposição entre “crer” e “saber” é a homologia cognitiva da oposição geral entre “manipulação” e “ação”; e se trata, de fato, de se distinguir na dimensão cognitiva a relação somente aos objetos da relação aos outros sujeitos e aos objetos;

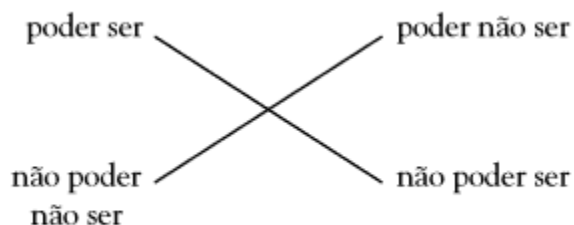
b) em consequência, podemos supor que a modalização própria aos objetos de crença é o /dever-ser/, porque ela remete à dominação de um outro sujeito (S1), e que a modalização própria aos objetos do saber é o /poder-ser/, porque ela remete estritamente ao desejo de domínio cognitivo do sujeito S2 sobre o objeto. (FONTANILLE, 1982, p. 12)

Deixando momentaneamente de lado a controversa, porém muito interessante para o debate, colocação de que no universo do saber encontraríamos uma relação não mediada, ou seja, direta entre o sujeito e seu objeto cognitivo, como expressa no sintagma S2 O (ligação às ideias), observamos como, para resolver a organização e caracterização dos universos de crer e saber, Fontanille convoca outras duas modalidades, o poder e o dever, que acabam por regê-los: “Todas as diferenças entre os dois universos de conhecimento parecem depender em profundidade da relação do sujeito em respeito ao conhecimento, relação de *dominação reversível*” (FONTANILLE, 1982, p. 12, destaque nosso). Em seguida, as posições possíveis para o sujeito (S2) frente a qualquer objeto cognitivo são projetadas em um quadrado que representa “a axiologia relacional sobre a qual se funda a oposição entre os dois universos cognitivos”:



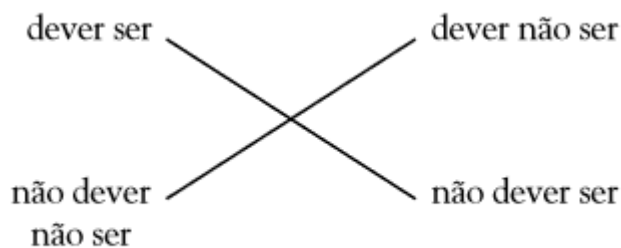
(FONTANILLE, 1982, p. 12)

A partir disso Fontanille (1982, p. 12) aponta que a “modalização própria aos objetos da crença é o dever-ser, porque ela remete à dominação de um outro sujeito (S<sub>1</sub>), e que a modalização própria aos objetos do saber é o poder-ser, porque ela remete estritamente ao desejo de domínio cognitivo do sujeito S<sub>2</sub> sobre o objeto”. Sendo assim, quando os objetos circulam no universo do saber, eles percorrem o seguinte sistema:



(FONTANILLE, 1982, p. 14)

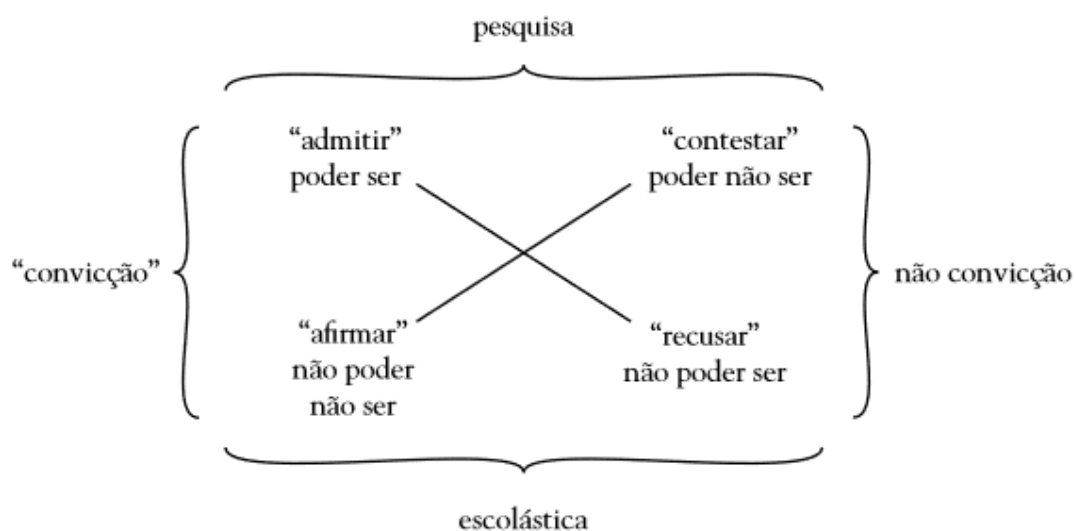
E, quando circulam no universo do crer, percorrem as posições:



(FONTANILLE, 1982, p. 14)

Em seguida, cada uma dessas posições modais será recoberta pelas *operações de adequação cognitiva* correspondentes a cada universo:

a) Operações “científicas” (dominadas pelo saber e denominadas “convicção” por Sócrates):



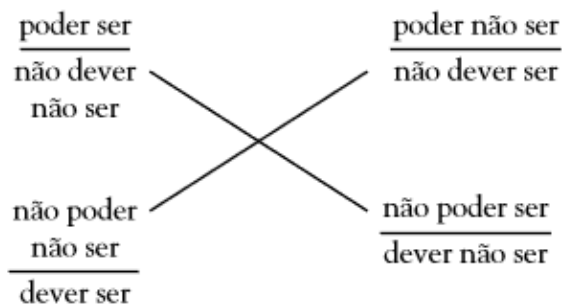
(FONTANILLE, 1982, p. 20)

b) Operações “fiduciárias” (dominadas pelo crer e denominadas “persuasão” por Sócrates):



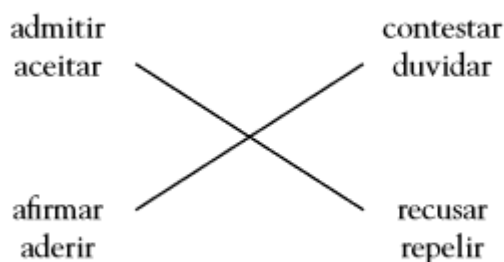
(FONTANILLE, 1982, p. 20)

É já notório em semiótica o fato de que os quadrados das modalidades aléticas, do /dever-ser/, e as do /poder-ser/ são homologados de maneira invertida, procedimento dirigido pelo fato de que, como descrito por Greimas e Courtés em seu *Dicionário de Semiótica*, os termos /não poder não ser/ e /dever ser/ “mesmo repousando apenas em uma intuição semântica”, se encontram em “relação de complementaridade” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 373). Assim, “a necessidade, por exemplo, seria um não poder não ser que pressupõe um dever-ser” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 373). Para Fontanille, “essa solução evidencia singularmente a ligação paradoxal que une os dois sistemas” (do saber e do crer) (FONTANILLE, 1982, p. 22). O resultado, retomado por Fontanille em seu artigo, é o seguinte:



(FONTANILLE, 1982, p. 23)

A partir da homologação das modalizações, Fontanille faz a homologação das operações cognitivas, unindo-se assim, de forma também invertida, as adequações concernentes ao saber e ao crer:



(FONTANILLE, 1982, p. 25)

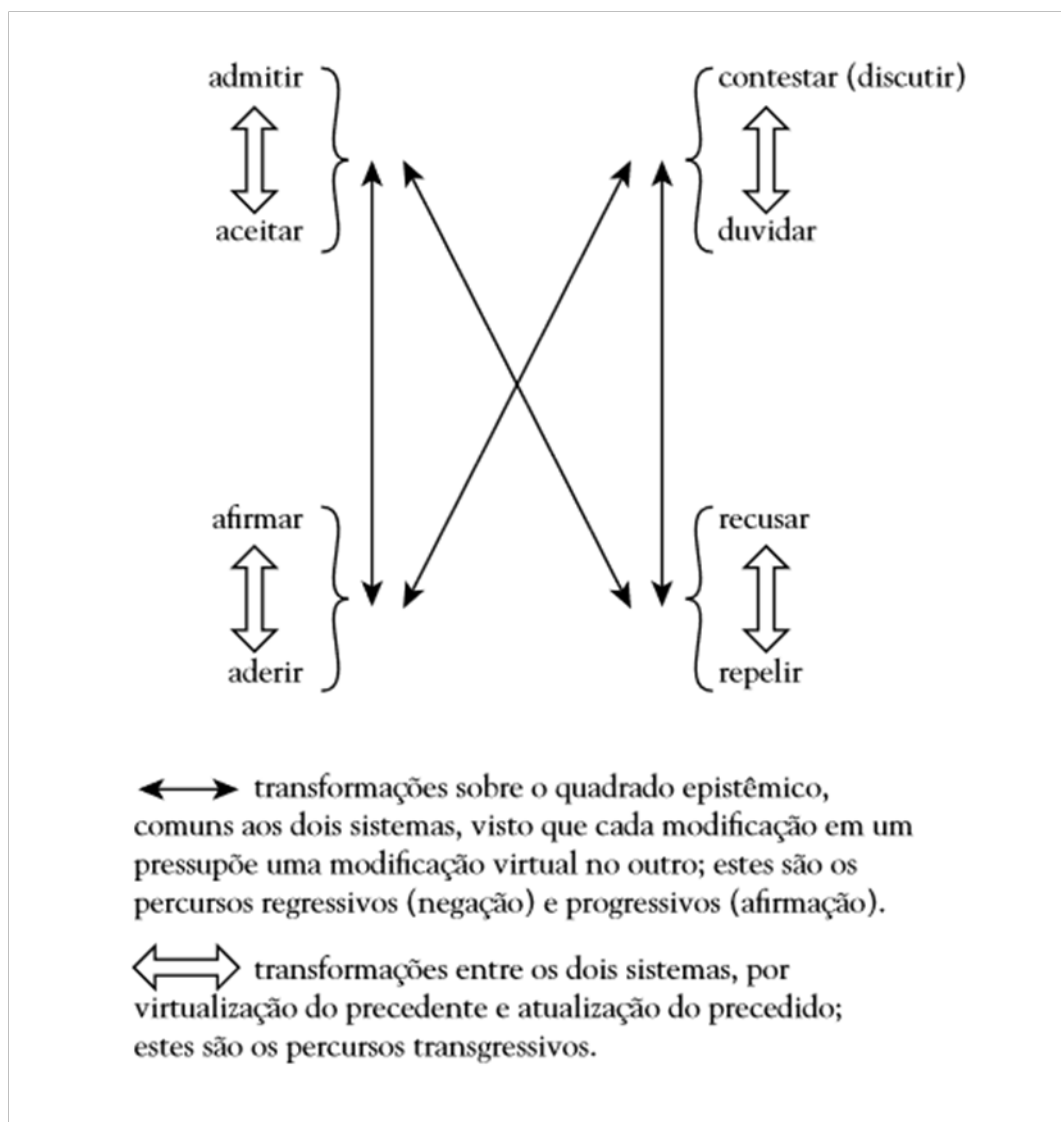
Para nós, que viemos buscar nessa proposta de Fontanille modos de captação e elaboração teórica do que pode ser entendido como movimento cognitivo, encontramos até esse ponto de fato ancorados em relações de oposição categorial projetadas em quadratura que pouco nos mostram nesse sentido. Porém, e aqui reside o interesse dessa retomada, a partir da noção de *reversibilidade* defendida um pouco antes pelo autor, segundo a qual o sujeito está sempre em uma relação de dominação reversível frente ao conhecimento, é preciso que um mesmo sujeito, em seu único universo cognitivo (em termos greimasianos), seja capaz de acessar alternadamente os universos de racionalidade do saber e do crer. Nesse sentido, o autor afirma que as



operações de adequação cognitiva homologadas no esquema acima, em que se encontram reunidos os dois sistemas, são “contraditórias, porque independentes no plano axiológico, mas complementares, porque pressupõem juntas um mesmo sujeito cognitivo, suscetível alternadamente ao crer e ao saber” (FONTANILLE, 1982, p. 24).

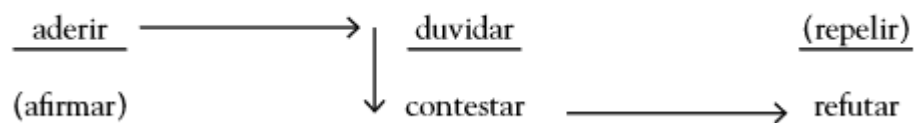
A respeito dessa dinâmica de alternâncias, Fontanille defende que “‘crenças’ e ‘saberes’ se virtualizam uns aos outros. Quando as operações de adequação são atualizadas em um sistema, elas são virtualizadas no outro” (1982, p. 27). Desse modo, ao mesmo tempo em que o sujeito pode circular e é previsto que o faça dentro de um mesmo sistema, o do crer, por exemplo, se movendo por meio de *percursos progressivos* (de afirmação, como quando se afirma a *dúvida* para passar a *repelir*) e *percursos regressivos* (onde ocorre uma negação, como quando a *adesão* é negada para se passar a *duvidar*), ele também pode atravessar os limites do sistema do crer, virtualizando-o, para adentrar o do saber, atualizando-o. Esse movimento está previsto e contido na noção de *percurso transgressivo*.

Para estruturar seu modelo teórico de maneira que esse duplo acesso fosse garantido e esquematicamente representado, Fontanille nos apresenta então o seguinte arranjo final, definido como “a forma global de interpretação *dinâmica* das operações cognitivas” (1982, p. 28, destaque nosso):



(FONTANILLE, 1982, p. 28)

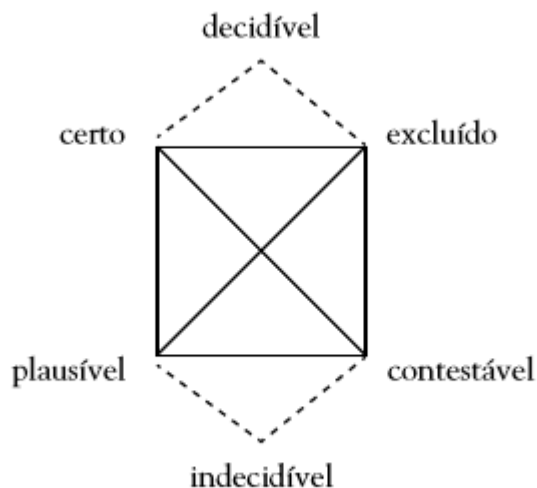
De acordo com a imagem, da adesão, por exemplo, o sujeito pode ir à dúvida (em percurso regressivo) e daí à contestação (em *percurso transgressivo*) e, então, à refutação (em percurso progressivo), saindo do universo do crer em direção a um saber. Esse percurso é apresentado por Fontanille para ilustrar a figura denominada “crise de fé”. Mesmo já traçado e estabelecido no esquematismo, o movimento do sujeito talvez pareça ao autor estar ainda por demais encapsulado no arranjo do quadrado semiótico, o que o motiva a desdobrá-lo em sintagma, resultando no seguinte arranjo:



(FONTANILLE, 1982, p. 26)

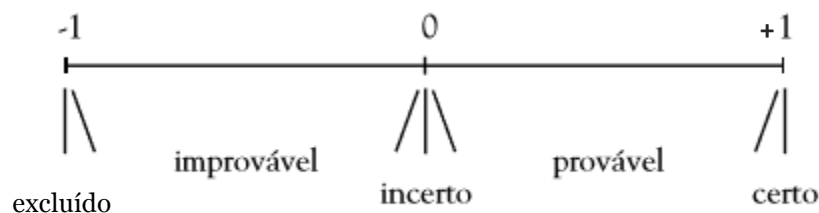
É para nós valioso observar como, mesmo tendo por base teórica de sua proposta, à época, procedimentos de homologação de quadrados e oposições lógico-semânticas e categoriais termo a termo, Fontanille manobra conceitualmente e enriquece visualmente seus diagramas no sentido de caracterizar a dimensão cognitiva como um espaço em essência dinâmico, de avanços, recuos e travessias por parte do sujeito em busca por seus objetos, aqui cognitivos, arquitetando uma estrutura que, em sua totalidade, parece ser cíclica.

Outra representação gráfica que dá conta da dimensão cognitiva como um espaço de movimento ou, no mínimo, oscilação do sujeito, pode ser encontrada em Bernard Pottier. O semioticista é responsável, em “Le croire dans une perspective sémio-linguistique dynamique” (1983), pela mais importante crítica ao quadrado epistêmico tal como apresentado por Greimas e Courtés no *Dicionário de Semiótica* (2008, p. 172), defendendo que “não existe contrariedade entre ‘certeza’ e ‘improbabilidade’” (1983, p. 272) e apontando que o termo “excluído” deveria estar presente. Pottier sugere, portanto, em *Théorie et analyse en linguistique* (1987), que a modalidade epistêmica seja representada pelo seguinte quadrado, em que ele também completa as posições, deixadas vazias por Greimas, do termo complexo com “decidível” e do termo neutro com “indecidível”:



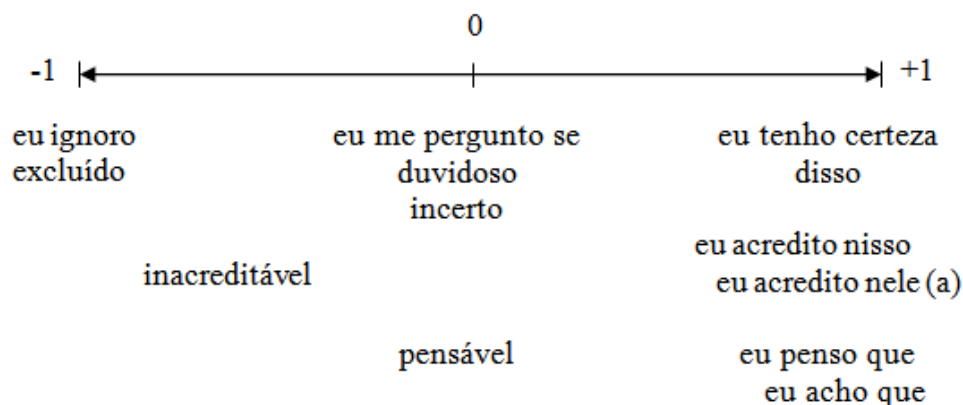
(POTTIER, 1987, p. 209)

São esses termos reformulados no quadrado que estruturam o seguinte esquema apresentado em “Le croire dans une perspective sémio-linguistique dynamique” (1983):



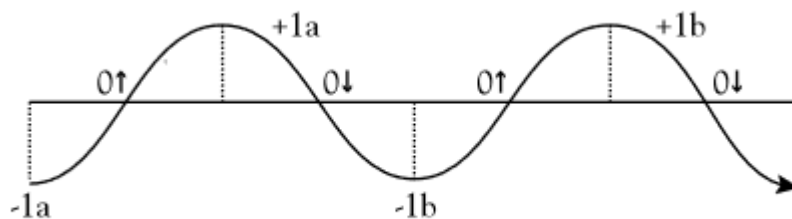
(POTTIER, 1983, p. 272)

Trata-se do que o autor chama como “eixo conceitual”, cujas pontas religam as duas posições extremas da oposição categórica (-1 e +1). Em *Théorie et analyse en linguistique* (1987, p. 202), esse eixo reaparece um pouco mais comentado, ilustrando o “domínio epistêmico”, dimensão “do crer, do conhecer, do se lembrar, que põe em jogo o cognitivo”:



(POTTIER, 1987, p. 202)

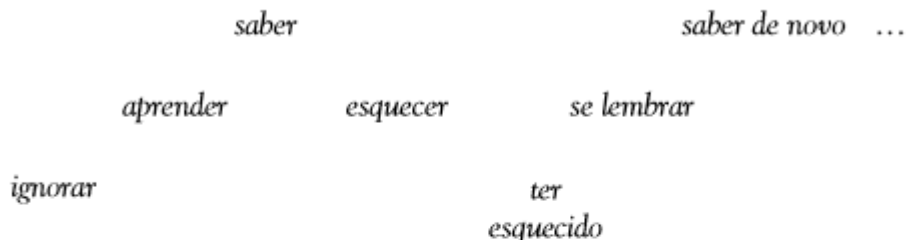
Bastante sintético em sua exposição, Pottier (1983, p. 272) postula em relação a esse eixo que “se utilizado em cronoexperiência (pragmática) se torna um ciclo, com a alternância ordenada pelo tempo”:



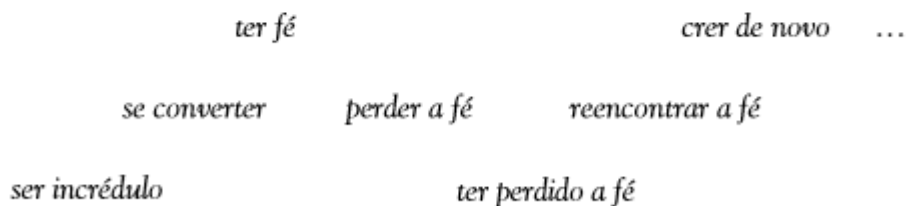
(POTTIER, 1983, p. 272)

Esse arranjo em forma de onda sinusoidal é a estrutura que subjaz, então, a dois ciclos propostos para o domínio do cognitivo, o do conhecimento/memória e o da fé:

## Ciclo do conhecimento/memória:



## Ciclo da fé:



(POTTIER, 1983, p. 272)

O modelo projetado em “cronoexperiência pragmática” de Pottier chega para acentuar, e mesmo radicalizar se pensarmos no contexto de uma semiótica discursiva em virada modal, a preocupação em conceitualizar o movimento junto ao cognitivo. Enquanto Fontanille (1982) procura e efetivamente logra dar contorno cíclico à sua interpretação global das operações cognitivas, que é nominalmente apresentada como *dinâmica*, Pottier vincula de forma ainda mais estreita a atividade cognitiva a um princípio de movimento ao instaurar no centro do seu modelo um eixo temporal para que ao longo dele, nas etapas sucessivas do tempo, ela se desdobre.

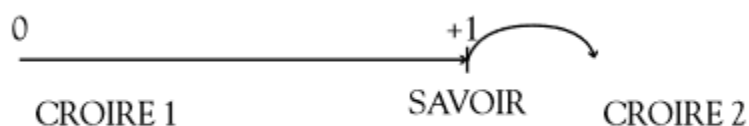
Vimos algumas páginas atrás Zilberberg (2006, p. 69) evocar a noção de “movente” de Henri Bergson no momento em que, tendo já estruturada a grade de seu *espaço tensivo* por meio de dois eixos e quatro subdimensões, era preciso mergulhá-la em algo da ordem do instável e do imprevisível do sentido, o que é resolvido em sua teoria em termos da *foria*. O livro em que Bergson nos traz esse conceito, *La pensée et le mouvant* (1934), é motivado em sua raiz por uma crítica geral ao modo como os sistemas filosóficos negligenciaram amplamente a questão do tempo, o que enseja uma exposição sobre o que se torna o conhecimento quando nele reintegra-se as considerações de duração.

A ideia de duração já se encontra estabelecida no pensamento bergsoniano desde *Matière et mémoire* (1896), ocupando aí papel central e sendo definida em íntima relação com a ação da memória sobre a percepção. Segundo o autor, por mais curta que seja qualquer percepção, ela tem sempre uma *duração*, resultante de um esforço de trabalho da memória, que “contrai” o real, ou seja, uma pluralidade de momentos, para torná-lo uma só lembrança (BERGSON, 2012, p. 74). A duração, assim, funda um descompasso entre o tempo da física, grandeza mensurável e divisível em suas idênticas porções sucessivas, pontos que formam o infinito de uma linha, e a duração, uma contração compacta e indivisível do tempo (BERGSON, 2012, p. 238 - 239) e, para o filósofo, o único modo pelo qual sujeito percebe o tempo, ou seja, já afetado de sentido.

Tanto Pottier como Zilberberg nos apresentam a noção de tempo contida em um eixo horizontal orientado “ao futuro”, mas é oportuno notar como o tempo já cifrado na *foria* como concebido por Zilberberg nos remete à noção de duração de Bergson, ambas abordagens que se afastam da ideia de tempo como grandeza absoluta. Enquanto isso, o eixo que Pottier nos expõe parece de fato comportar um desdobramento estritamente atinente à sucessão cronológica. Essa disposição está de acordo com seu posicionamento geral sobre a questão temporal (POTTIER, 1987, p. 162 - 165), segundo o qual o

homem se encontra no eterno “instante presente”, aquele da comunicação e único momento que lhe é acessível, dando origem à concepção do tempo como uma sucessão de presentes vividos.

Para concluir por ora nosso comentário sobre a proposta de Pottier neste capítulo, gostaríamos de fazer uma última observação sobre a dinâmica de seus ciclos: de maneira análoga a Fontanille, que põe os universos de racionalidade em comunicação via *percurso transgressivo*, a passagem dos domínios do conhecimento à fé também é teoricamente pavimentada e formalizada. De forma lacônica, certamente, mas acompanhada de uma representação gráfica e de uma decorrência teórica bastante pertinente para nosso estudo, apesar de específica, Pottier nos dá um exemplo de passagem possível, afirmando que uma vez ordenados os ciclos do conhecimento/memória e da fé em um eixo que vai de 0 a +1, “o movimento que vai de 0 a +1 pode se exceder, seu limiar pode ser atravessado, e alcançamos então o ‘conhecimento absoluto’, aquele da fé” (POTTIER, 1983, p. 273):



(POTTIER, 1983, p. 273)

O comentário de Pottier sobre o esquema acima, então, resume-se a dois breves parágrafos, que dizem:

O sábio, homem do saber, tenta se aproximar constantemente da certeza, mas os progressos da ciência apenas repelem eternamente o conhecimento.



Por outro lado, o crente, homem de fé, possui a convicção do saber absoluto. (POTTIER, 1983, p. 273)

Num capítulo dedicado inicialmente a evidenciar a premência do movimento aderido ao exercício do cognitivo, gostaríamos de aproveitar as últimas palavras de Pottier, indo também ao socorro do leitor no que elas podem ter de enigmático, para fazer um pequeno parêntese relativo à questão da fé que, em nosso entendimento, instaura um regime de exceção na paisagem dinâmica que viemos esboçando até aqui. Vamos a ele.

### 2.3.1 FÉ: A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO

Associada à modalidade do crer, o aparecimento da figura da fé nos modelos semióticos que abarcam a dimensão cognitiva é recorrente, ao mesmo tempo em que o nível de estruturação teórica para esse conceito segue francamente heterogêneo. Ao dizer “fé”, autores distintos se referem a coisas distintas e mesmo muito apartadas em termos do que formalmente elas pressupõem e geram como implicação na construção de um sentido. Uma primeira diferenciação, em termos de uma gradação, se faz necessária, contribuindo também para a clareza de nossa reflexão.

Em “Reflexões sobre a perspectiva gerativa em semiótica” (2014, p. 15), Bertrand e Estay Stange alocam o conceito de fé, já complexificado na noção composta de “fé perceptiva”, na base do nível sémio-narrativo do percuso

gerativo de sentido referente ao plano do conteúdo. Concebe-se aqui também um percurso horizontal de estruturação do sentido (ao qual damos destaque na imagem), perpendicular e concomitante aos já estabelecidos estratos profundo, narrativo e discursivo do modelo fundador, que vai da etapa mais imediatamente sensível da *percepção*, até o estágio mais mediatizado pela linguagem da *ação*, atravessando as paragens intermediárias da *paixão* e *cognição*. Juntas, elas são definidas como quatro dimensões de investimento de sentido:

Plano da expr		Percurso gerativo				
		Plano do conteúdo				
Em curso	Modelo teórico	Ação	Cognição	Paixão	Percepção	
		Nível discursivo	Figurativização	Espaço Tempo Atores	Retórica em situação	"Encarnação" das paixões
Aspectualização	Incoativa Durativa Iterativa Terminativa		Estratégias retóricas	Aspectualização das paixões	Imperfeição-Perfeição	
Tematização	Papéis temáticos		Estilos argumentativos	Papéis passionais	Estilos perceptivos	
Nível sêmi-narrativo	Esquema canônico	Esquema narrativo (Manipulação, competência, performance, sanção)	Esquema cognitivo (Discurso objetivo, referencial e cognitivo)	Esquema passional (Disposição-sensibilização-emoção-moralização)	Esquema estético (Sensação-índice-icone-símbolo)	
	Actantes (Sujeito, Objeto, Destinador)	Programa narrativo $S_1[(S_1 \vee O) \rightarrow (S_2 \wedge O)]$	Troca participativa (fazer persuasivo)	Objeto ativo, Sujeito passivo	Sintaxes sensoriais	
	Modalidades	Querer, dever, saber, poder, fazer (fazer, ser)	Crer, saber: Veridictório (S-S) Epistêmico (S-O) Alético (O)	Modalização do objeto (cf. Sufixo: -ável)	A fê perceptiva (crer ser)	
Nível profundo	Estruturas elementares	Relação de contradição (na origem da transformação narrativa e das relações polêmico-contratuais)		Foria (euforia, disforia)		
	Quadrado semiótico $\begin{matrix} A & & B \\ & \times & \\ B & & \bar{A} \end{matrix}$	Estruturas tensivas		Timia		
		Sobre-contrários - Sub-contrários - Sobre-contrários				
		Lógica concessiva / Lógica implicativa				

ENUNCIACÃO  
 TEXTUALIZAÇÃO  
 Ponto de vista  
 Focalização  
 de breagem  
 Perspectiva  
 embreagem  
 Uso  
 Práxis Enunciativa



Compreendida nos seminais termos de um crer-ser (na percepção), porém ainda não actancializado (em uma sintaxe sensorial)<sup>28</sup>, a fé-perceptiva ocupa o domínio do sensível mais imediato que já denota sua baixa carga semântica: trata-se aqui de *acreditar que há algo* ou *acreditar que eu percebo algo* por parte do sujeito, muito precedente a qualquer estratégia de persuasão intersubjetiva. Essa caracterização poderia nos remeter inicialmente a um trecho de Zilberberg em que é assinalada uma espécie de ubiquidade distintiva, sempre precedente, do crer em relação às demais modalidades formalizadas pela teoria em nível narrativo: bem antes de se engajar na “competencialização do sujeito para a ação” o crer incide preliminarmente na própria junção do sujeito com o valor de qualquer valor:

O crer compartilha com as demais modalidades a capacidade de reger um outro enunciado, mas diferencia-se delas pelo fato de reger um outro enunciado modal: afinal, o dever e o querer não pressupõem um crer, ou seja, uma junção com o valor do valor? Para levar a bom termo um empreendimento o senso comum não recomenda “acreditar nele”? (ZILBERBERG, 2006, p. 160)

Guardada a pertinência dessas observações, entendemos que na fé-perceptiva, porém, talvez o recuo seja um pouco maior. Temos essa impressão dado que “acreditar no valor do valor” no contexto de um crer-dever ou crer-querer nos parece já acionar as categorias do desejo, do bom e do bem, como propostas por Zilberberg para o nível *pático* e o nível *crítico* do percurso fiduciário do sujeito:

---

28 Como destacamos, a leitura do quadro é orientada da direita à esquerda no percurso horizontal e também “de baixo para cima: as configurações mais simples e abstratas encontram-se na parte inferior e as mais complexas e concretas na parte superior. (...) trata-se de mostrar o percurso que conduz as estruturas elementares às estruturas semionarrativas (profundas e de superfície) e destas às estruturas mais superficiais”. (BERTRAND e ESTAY STANGE, 2014, p. 16)

UNIVERSO AVALIATIVO		UNIVERSO FACTIVO	
FUNÇÃO	CATEGORIAS	FUNÇÃO	CATEGORIAS
espaço especulativo	equivalência/equidiferença	espaço discursivo	exclusão / participação
→ espaço crítico	o bem / o bom	espaço juntivo	prazer / satisfação
→ espaço pático	dever / desejo	espaço diretivo	obrigação / volição
espaço nômico	totalização / infinitização	espaço aspectivo	saliência / passância
espaço fórico	euforia / disforia	espaço tensivo	parada / continuação
sistema dos avaliastes		sistema dos predicantes	

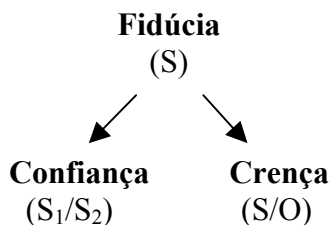
(ZILBERBERG, 2006, p. 156)

Por outro lado, se começarmos a descer aos níveis do *nômico* e do *fórico*, indo ao encontro das próprias condições de configuração do espaço fiduciário para Zilberberg, ou seja, etapa onde valores fóricos da ordem do pré-modal começam a ser induzidos por ocasião da transformação de uma imanência (“valor do sujeito”) para uma manifestação (“valor para o sujeito”), talvez estejamos mais próximos da ideia de um sujeito em fé-perceptiva, que começa a acreditar e confirma para si acreditar estar acreditando – com o perdão da confusão tautológica –, visto que, afinal, este é justamente o ponto estrutural inaugurado pela passagem de uma “apercepção” para uma “avaliação” conforme o autor (ZILBERBERG, 2006, p. 154 - 155).

O abismo que se abre entre tal conceito de fé e aquele empregado já abaixo de uma grossa espessura de semantismo, ou seja, o da fé que nos leva às portas do sagrado e de fato as atravessa para entrar em templos, parece-nos explícito. Assim, entre a noção de fé perceptiva, que apontamos ser a mais despojada de traços sêmicos e mais precedente no percurso gerativo de sentido que pudemos rastrear na teoria, e a fé religiosa, fundadora de uma prática e uma ética discursivas assim como de um estilo enunciativo e uma forma de vida, encontramos um gradiente extenso que acolhe as variações da fidúcia, da confiança à crença, passando pelos múltiplos estágios da adesão em suas diversas tonalizações mais ou menos laicas. Mas nem tudo isso compõe a

noção de fé que queremos abordar e debater brevemente aqui: nossa atenção está efetivamente voltada às regiões em que a *adesão* começa a se intensificar via reafirmação ou reiteração até as áreas de grande iluminação (ou obscuridade, se estamos permitidos a dizer) da fé religiosa ligada ao sagrado. Começaremos mostrando como esse “trecho” de fenômenos cognitivos se encontra definido na teoria.

A proeminência do crer, em termos de *fidúcia*, na dimensão cognitiva é um fato que encontra amplo consenso em semiótica francesa desde as reflexões fundadoras de Greimas. Nesse sentido, Fontanille e Zilberberg (2001, p. 264 - 265) estabelecem uma distinção produtiva ao tomar a *fidúcia* como termo precedente para, a partir dela, pensar em uma *cisão* protoactancial que, atendendo à alteridade, funda a distinção entre um sujeito e um objeto (S/O). Quando obedece à ipseidade essa *cisão* permite a diferenciação entre um sujeito e outro (S<sub>1</sub>/S<sub>2</sub>). A partir desse dispositivo mínimo de dois sujeitos e um objeto, os autores indicam existir três regimes para a *fidúcia*: um regime *átono* que concerne apenas ao próprio sujeito (S) relativo a afirmações como “*Il croit que p*”, e dois regimes *tônicos*, um para a relação do sujeito com objetos (S/O) como “*je crois à*” e outro para a relação intersubjetiva (S<sub>1</sub>/S<sub>2</sub>) em “*je crois en lui*”. A distribuição final é a seguinte:



(FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 265)

Desse arranjo decorre que a confiança é tida como um fenômeno entre sujeitos (eu confio *em alguém*) e a crença se dá, por definição, entre sujeito e objeto (eu acredito *em algo*). O parâmetro interactancial é de fato bastante esclarecedor por nos permitir distinguir nuances diante um termo massivo da ordem do crer, um verbo que pode emergir discursivamente na forma de diversos temas e figuras, encarado aqui enquanto modalidade matricial de onde se depreende a fidúcia e partir dela, como vimos, confiança e crença. Os diferentes tipos de relações interactanciais que se estabelecem nos domínios da produção, adesão, transmissão e disputa de conhecimentos aparecem também como parâmetro central para composição do modelo dinâmico de *échafaudage modal* de Bertrand de que trataremos mais adiante nesse mesmo item.

Com base nessas primeiras distinções, podemos afirmar que se encontra inclusa em nossa região de interesse toda a extensão da crença (S/O), espaço em que nos parece ser pacífico conceber a incidência da fé em seus plenos direitos e poderes. Já em relação à confiança, achamos pertinente fazer uma observação: vemos aqui uma área mista, em que já é posta em jogo a dimensão estratégica do crer, representada patentemente pelos mecanismos de persuasão retórica entre sujeitos.

Isso carrega uma implicação importante: na medida em que “uma questão de fé” está longe de ser uma questão de mera retórica, e os entimemas e demonstrações retóricas pouco têm em poder de fogo contra os arrebatamentos do sagrado, entendemos que no âmbito da confiança é possível, sim, identificar pontos de incidência da fé, mas não a consideramos como conceito central, mas talvez complementar, para uma abordagem que se proponha a descrever e explicar os convencimentos intersubjetivos via persuasão. Defendemos existir aí uma interface dado que um sujeito convencido sobre determinado conteúdo, por meio de uma demonstração retórica no que ela pode conter de mais “lógica” ou “racional”, que ele passa a *afirmar*, pode facilmente evoluir para um estágio de *adesão* – inaugurando o

intervalo que nos interessa, pois aqui vemos o início da incidência da fé nos domínios também da confiança.

Pensando justamente na fronteira entre dois tipos de racionalidade e retomando sua dinâmica de virtualização e atualização entre saber e crer, Fontanille descreve esse ponto de viragem da seguinte forma:

A regra de virtualizações/atualizações recíprocas permite explicar como determinado 'saber' que afirmamos se torna rapidamente um dogma ao qual 'aderimos': é preciso apenas atravessar uma fronteira axiológica. Assim se esclarecem em parte muitos dos falsos debates e diálogos entre surdos – de um sistema a outro –, mas também a rigidez e escleroses científicas e pedagógicas. (FONTANILLE, 1982, p. 28)

Ao adentrar os estados de adesão, que podem assumir diferentes gradações, parece-nos que, quanto mais intensamente o sujeito adere a um conteúdo, mais ele prescinde de qualquer esforço de convencimento demonstrativo por parte de outrem, encaminhando-se, em última instância, à corrente figura da “adesão cega” que acaba por configurar uma crença. É nesse sentido e em torno das preparações para essa “passagem” que os fenômenos da confiança nos interessam aqui. Afinal, apesar de o esquema teórico que tomamos por base distribuir a crença em torno de *objetos* e a fideducía em volta de *pessoas*, não achamos inconsistente pensar na noção de “ter fé em alguém” e talvez esse seja mesmo um dos objetivos a que aspira uma bem-sucedida retórica.

Fica assim *grosso modo* delimitada a consistência semiótica daquilo a que nos referimos quando dizemos aqui “fé”: não a perceptiva, naturalmente, mas aquela implicada em determinadas operações de adesão que levam ao território da crença e, a partir daí, toda a gama do misterioso “crer sem explicação”. Vemos como necessárias essas distinções preliminares para que

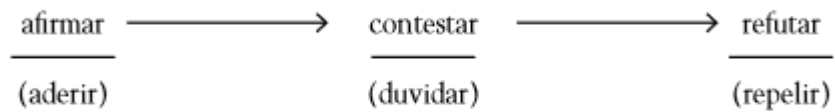
seja evitado o uso indiscriminado e inconsequente que toma fé como sinônimo de confiança, confiança como o equivalente à fidúcia ou crença como fenômeno sempre religioso, e também o emprego desses termos de forma intercambiável sem que seja observada sua hierarquização e relações de dependência expostas aqui. Postura que só vem a complicar um terreno tomado por emaranhados já bem complexos por excelência.

Voltemos então à transição da afirmação à adesão como narrada por Fontanille (1982, p. 28) para começar a fazer algumas considerações sobre o estatuto do movimento cognitivo frente à fé, tema que nos interessa centralmente. Retomando sua fala e pensando no funcionamento sugerido por seu modelo, a criação de dogmas, os saberes que se engessam em forma de crenças via adesão a que ele se refere, tem retorno à dinamicidade garantido pela natureza da estrutura proposta: os sistemas do crer e do saber homologados e ligados por um *percurso transgressivo*. Esse movimento compõe justamente a figura da “crise de fé”, que já apresentamos há algumas páginas, em que o sujeito vai da adesão à refutação.

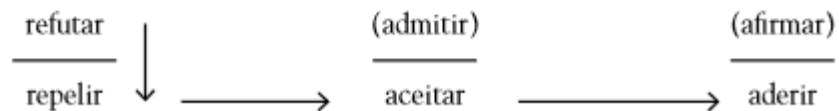
O autor vai nos apresentar, no entanto, outro exemplo para aplicação de seu método: uma estratégia persuasiva do filósofo e teólogo católico Pascal para “reconduzir à fé” os homens “libertinos” que punham o rigor científico acima do poder de Deus. Essa estratégia se chama “vertigem da incerteza” e conta com duas etapas: “a vertigem” em si, que leva o sujeito da *afirmação* à *refutação* (operações cognitivas ainda do sistema do saber), e finalmente “a aposta”, essencialmente um “ato de fé”, que conduz o sujeito que teve seus saberes arruinados à *adesão* no sistema do crer. Os percursos podem ser observados a seguir:



a) “A vertigem”:



b) “A aposta”:



(FONTANILLE, 1982, p. 29 – 30)

Pergunta oportuna em um momento que nos parece propício: mas o que ocorre com o sujeito uma vez reconduzido à fé? Mesmo que, em teoria, a continuidade de seu movimento através de todas as operações, tanto do *crer* quanto do *saber*, em relação a já conhecidos ou novos objetos cognitivos continue garantida, o sentido e direcionamento geral da figura da “vertigem da incerteza” nos sugere um forte teor de contenção. Sobre a questão colocada, Zilberberg nos dá uma boa pista ao afirmar a evidência de que o *crer* conserva os objetos, enquanto o *saber* os destrói:

Parece que aí, mais uma vez, a modalidades do *saber* e do *crer* cifram de modo diferente seu objeto: a

modalidade do *crer* privilegia os valores emissivos<sup>29</sup> e poderíamos falar nesse caso de *perobjeto*<sup>30</sup> (...).

Ao contrário, a modalidade do *saber* acentua os valores remissivos e tudo parece indicar que, se o *crer* conserva seu objeto, o *saber*, por sua vez, o extenua de tal forma que poderíamos conceber aqui o termo *an-objeto*. Se pensarmos na prática da adivinhação, da charada, do enigma, a operação cognitiva anula seu objeto no instante em que o apreende! (ZILBERBERG, 2006, p. 142 – 143)

Ainda sobre o tema, o autor indica que o *crer* engendra uma atividade estetizante que é “conservadora – como um culto, uma devoção” (2006, p. 144):

E ela (*a estética*) é assim duplamente. De um lado, em virtude de uma conservação pragmática que existe por criação de um “reduto” no espaço social ou idioletal: museu, cripta, paredes de caverna..., mas também conservação cognitiva, sempre por clivagem de espaço: o não-saber (o “eu sei que não sei”) advém por divisão e compartimentação do espaço enquanto o saber, como processo, é a apenas a resolução, a reabsorção dessa clivagem. Isso quer dizer que a atividade estetizante, considerada do ponto de vista cognitivo, consiste na confissão do caráter “enigmático” das obras, “obscuro” para utilizar o termo que prevaleceu na literatura moderna. (ZILBERBERG, 2006, p. 144)

As considerações assim postas sobre a noção de *perobjeto* e os efeitos conservadores do *crer* sobre a atividade cognitiva, também em seu aspecto

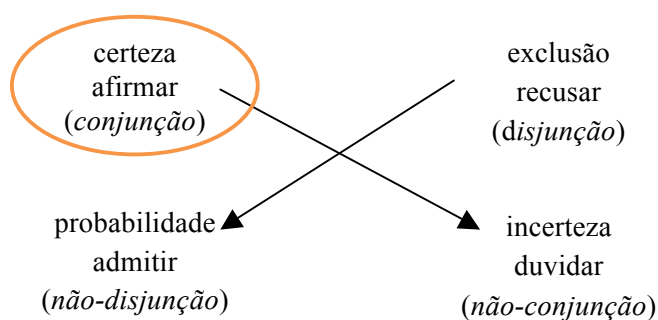
---

29 A noção de valor emissivo na teoria de Zilberberg (2006, p. 135) decorre do conceito de “missividade”, função composta pelos funtivos remissivo e emissivo, onde “o fazer missivo discretiza o tempo”, permitindo à semiótica “domesticá-lo”. Assim, o remissivo e o emissivo se encontram na seguinte relação; “o tempo emissivo se move, oscila... começa quando o tempo remissivo se extenua e acaba”. O fazer emissivo está ligado ao ardor, ao roubo, à duração e apreensão do percurso. Em oposição, o fazer remissivo se refere à inibição, à intensidade e à stase.

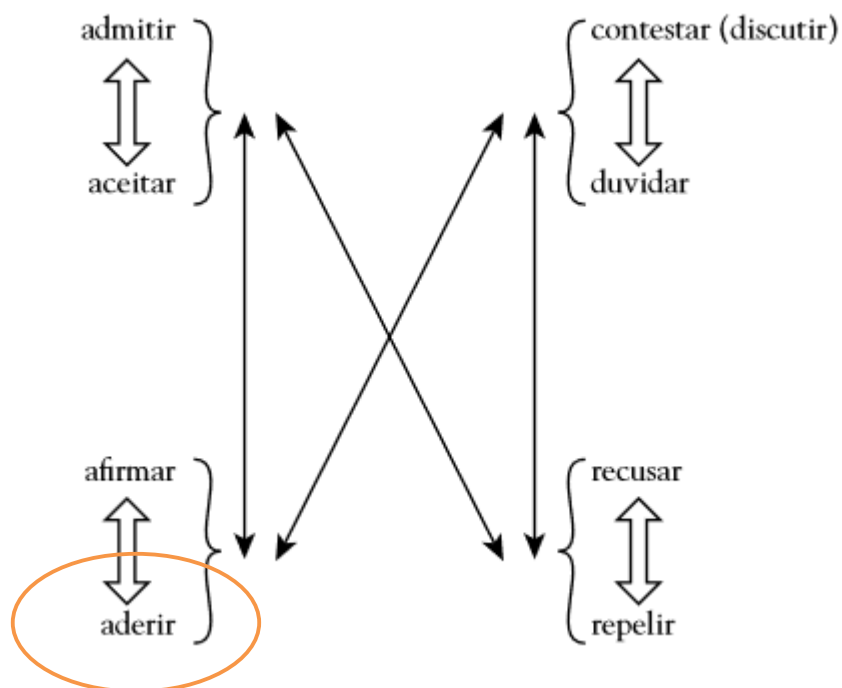
30 O prefixo “per-” é empregado aqui no sentido assumido em palavras como “permanência”, “perpétuo” e “perene”, por exemplo, denotando noções como a de parada, retenção, manutenção, fixação, conservação.

estelizante, começam a fazer eco à hipótese que gostaríamos de apresentar, segundo a qual o sujeito de fé, da adesão abandonada à crença religiosa, é aquele que, contrariando a caracterização geral de ordem dinâmica para a cognição ou o pensamento que viemos construindo e exemplificando até aqui, tende a se fixar em um ponto do percurso previsto por todos os modelos já apresentados até o momento.

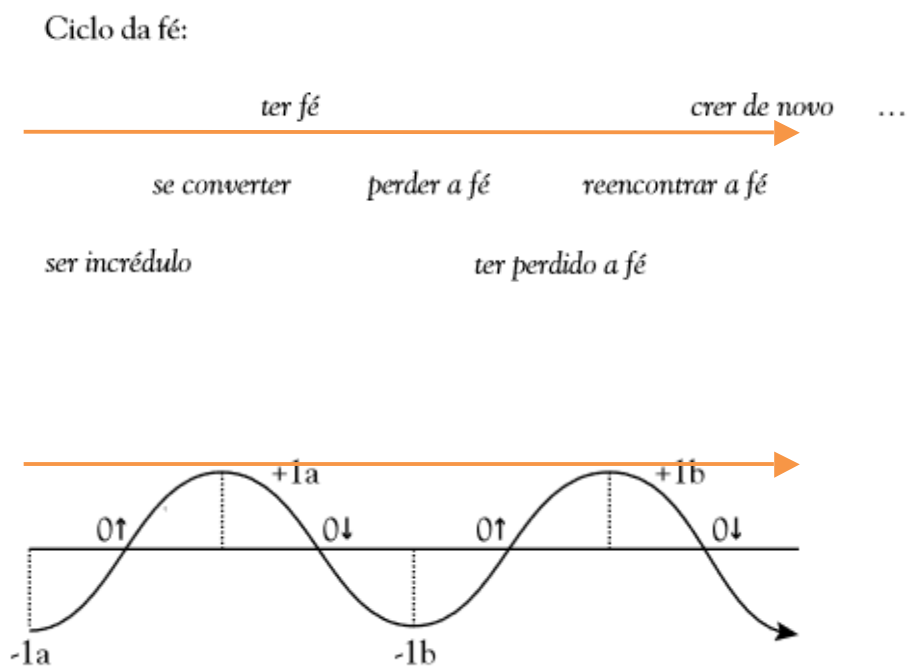
Assim, ele se encontra em *afirmação* da certeza, *conjunto* a seu objeto, de acordo com Greimas (1983, p. 121):



Em *adesão* reiterada, que não migra para a dúvida, no universo de racionalidade do crer segundo Fontanille (1982, p. 28):



No ciclo da fé, originando uma linha reta<sup>31</sup> em cronoexperiência pragmática de acordo com o modelo de Pottier (1983, p. 272):

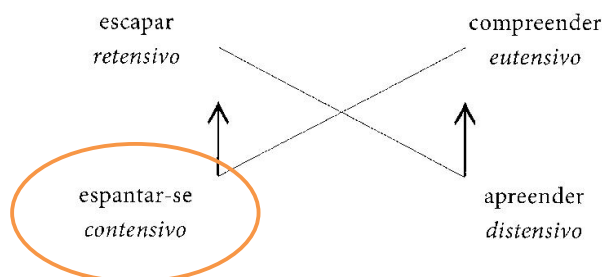


E, finalmente, ensejados pelas considerações sobre a ação estetizante do crer e entendendo que os estados de adesão e fé muito têm de fascinação e contemplação<sup>32</sup>, propomos alocar esse sujeito em *parada da continuação* na atividade contensiva de espantar-se no arranjo do *quadrado da cognição* de

31 Apesar de o gráfico apresentar originalmente o desenho de uma curva sinusoidal, a fim de se tornar exaustivo no sentido de prever todas as posições de oscilação possíveis para o sujeito, o fato é que, em cronoexperiência pragmática, um sujeito em adesão inabalada à sua fé produz graficamente uma linha reta.

32 Nesse sentido, retomamos a definição encontrada para "contemplação" no dicionário *Michaelis* da língua portuguesa (1998, p. 570), que evidencia a relação desse termo com o âmbito religioso em duas acepções de fato de natureza teológica (*Teol*): "*sf* (*lat contemplatione*) (...) 3. *Teol* Fase da meditação em que a pessoa se eleva ao nível do objeto contemplado, Deus. 4. *Teol* Estado místico da alma que se concentra em Deus e se mantém em completa receptividade em relação a Ele, despreendendo-se de tudo quanto a rodeia". Vínculo corroborado de maneira especialmente interessante para um estudo discursivo pelo que é encontrado no dicionário *Novo Aurélio* (1999, p. 539): "contemplação: [Do *lat contemplatione*] s.f.(...) 4. *Rel* Conhecimento de Deus e das realidades divinas não por vias e métodos discursivos e, sim, pela vivência".

Zilberberg (2006, p. 162), lembrando que essa é a posição de um sujeito *apassivado em não-conjunção* com seu objeto:



O princípio de movimento que defendemos irrigar em essência toda a noção de dimensão cognitiva não deixa de ser significativo, pois agora assume valor negativo: na medida em que se dá a sua diminuição, falta e finalmente ausência, o sujeito passa do deslizamento livre e mesmo esquematicamente incentivado pela maioria dos modelos acima para começar seu estacionamento nas posições indicadas que, em última instância, pode se tornar um congelamento total. A ausência de qualquer dinâmica, com efeito, tem sua significação enfatizada pela ociosidade de todas as outras posições possíveis e previstas mas que permanecem não acionadas ou acessadas.

É evidentemente plausível pensar em momentos de parada ou fixação do sujeito por mais ou menos tempo em qualquer ponto de sua trajetória no espaço cognitivo – retomando as elaborações teóricas cuja rescensão foi feita: na *dúvida* ou *recusa* de Fontanille, no “ter perdido a fé” de Pottier, na *exclusão* de Greimas ou na *continuação* da “compreensão” de Zilberberg. Mantemos aqui nosso posicionamento geral exposto no início deste capítulo, segundo o qual nos parece pouco provável a permanência definitiva do sujeito em qualquer uma dessas posições, a não ser que o desenrolar de sua narrativa, ou de sua vida, cesse e o completamos agora com o regime de exceção que havia sido anunciado em ressalva: a imobilidade promovida pela fé nos parece ser a única configuração semiótica subjetiva da ordem do cognitivo que tem uma

permanência motivada pela própria natureza da operação que lhe origina. Os motivos para tanto podem ser múltiplos e mesmo controversos, e gostaríamos de debater alguns deles aqui.

Em *A violência e o sagrado* (1972), René Girard nos oferece uma bastante completa explicação antropológica sobre a relação de dependência entre a conquista e manutenção da estabilidade coletiva social e o ritual religioso, que funciona por meio do apagamento de um saber. Assumindo de partida haver um desejo humano pela violência e indicando como o grande terror que paira sobre a existência social a possibilidade sempre à espreita da violência indiferenciada de todos contra todos, Girard (1998, p. 15) afirma inicialmente que “só é possível ludibriar a violência fornecendo-lhe uma válvula de escape, algo para devorar”.

Em torno desse problema, o autor delinea uma teoria do mito e do ritual, em suas palavras (GIRARD, 1998, p. 134) , “do religioso em sua totalidade”. Assim, frente ao impasse inicial, todo grupo social que conseguiu se constituir como tal, na teoria de Girard, aí chegou porque conseguiu canalizar seu desejo generalizado por violência para uma *vítima expiatória*, sacrificada no que ele chama como a violência original. É para ela, então, que a sociedade desvia “uma violência que talvez golpeasse seus próprios membros, que ela pretende proteger a qualquer custo” (GIRARD, 1998, p. 14).

Nesse sentido, o sacrifício da vítima expiatória é a violência fundadora que tem virtude e propriedade estruturante das culturas, mas com uma condição: desde que se torne um acontecimento cognitivamente inacessível, ou seja, seja expulso e apagado, tornando-se um fato desconhecido a seus próprios membros. Isso se dá com a elaboração do rito religioso, que sublima a vítima expiatória na figura da vítima ritual. Assim, enquanto “a violência original é única e espontânea”, os sacrifícios rituais e mesmo a evocação narrativa da vítima ritual “são múltiplos e repetidos interminavelmente” (GIRARD, 1998, p. 132). Disso provém a eficácia contensiva do rito mesmo fora

dos momentos de crise social e seu papel não somente curativo, mas preventivo, constituindo um dispositivo que “dissimula dos homens a verdade de sua violência”, um saber com o qual “eles nunca conseguiriam conviver” (GIRARD, 1998, p. 108).

Por meio do assim estabelecido mecanismo da vítima expiatória, talvez um dos mais destacados conceitos de René Girard ao lado é claro de sua teoria sobre o *desejo mimético*, constrói-se um contexto de harmonia coletiva abrigado pelo ritual sagrado, em que a violência humana pode ser entendida mesmo como algo exterior ao homem, estrutura que se equilibra em torno de um não-saber e leva o autor a afirmar justamente que: “O desconhecimento constitui uma dimensão fundamental do religioso” (1998, p. 134). Essa contextualização nos mostra sob outro prisma, que não o de nossa disciplina mas ainda assim estruturalista, essa espécie de reiteração necessária da crença pela própria crença por nós assinalada e seus poderes mobilizadores sob os sujeitos.

Há ainda um último aspecto que nos interessa no texto do antropólogo. É conhecida a crítica e oposição sumária de Girard à psicanálise de Freud: ela se funda numa incompatibilidade crucial no modo como ambos concebem e estruturam o desejo. Girard (1998, p. 184) descarta originalmente a ideia de um sujeito como “um ser que sabe perfeitamente o que deseja, ou, se aparentemente não sabe, como um ser que sempre tem um ‘inconsciente’ que sabe por ele”, deslegitimando qualquer tipo de primazia do objeto, pois vai entender o desejo como uma ação de imitação, em que o sujeito depende que outro, eleito como modelo, mostre-lhe o que desejar. A partir disso, mimeticamente, passa-se a desejar o mesmo objeto que o outro sujeito que, finalmente, torna-se um rival.

Apontando que “o mimetismo no desejo infantil é universalmente reconhecido” (GIRARD, 1998, p. 184), e afirmando que o desejo adulto nada tem de diferente a não ser certa vergonha cultural em transparecer sua falta de essência por se deixar modelar pelo outro, a convergência dos desejos para um

mesmo objeto constitui um obstáculo recíproco. Daí vem a homologação entre desejo e violência, que permanecem indissociáveis desde o primeiro momento em que a livre mimese encontra inexoravelmente a violência do rival.

Isso posto, Girard indica que este é um domínio conflitual que Freud não identificou. Apesar de a psicanálise trabalhar em sua base com a noção de *identificação*, que orienta o desejo da criança para os objetos do pai, “a via do desejo mimético abre-se diante de Freud e Freud recusa-se a engajar-se nela” (GIRARD, 1998, p. 214) para insistir em “um desejo rigidamente objetual” (GIRARD, 1998, p. 212). Em última instância e de forma ainda mais geral, Girard censura em Freud “o fato de que ele permanece ligado de forma indefectível, apesar das aparências, a uma filosofia da consciência”:

(...) *consciência* certamente relâmpago, entre a noite das primeiras identificações e a do inconsciente, mas assim mesmo *consciência* real, *consciência* à qual Freud não quer renunciar, o que o obriga a trair toda a lógica e toda verossimilhança: uma primeira vez para tornar possível essa *consciência*, e uma segunda vez para anulá-la, imaginando o inconsciente-receptáculo e o sistema de bombas aspiradoras e recalcanes que conhecemos. (GIRARD, 1998, p. 220)

Essencialmente ligado ao parricídio e ao incesto, o recalque freudiano é da ordem do desejo sexual. Enquanto isso, o “verdadeiro recalcado” do mito e do ritual, para Girard (1998, p. 151), é o terror da violência absoluta e indiferenciada. Para além disso, Girard considera a violência como algo mais profundo e original que a sexualidade, dando estatura mais geral e exaustiva para sua teoria frente a Freud: a sexualidade *faz parte* da violência (1998, p. 151) que lhe é prioritária junto à ordem cultural (1998, p. 179).

O que nos interessa centralmente nessa decalagem é o fato de que em Girard o desejo, em seu íntimo vínculo com a violência, é uma forma que se encontra apaziguada pelo rito no contexto do sagrado. De fato, temos aqui um quadro em que:



(...) as regras e proibições de todo tipo impedem que o desejo flutue ao acaso e fixe-se no primeiro modelo que aparecer; canalizando as energias para as formas rituais e para as atividades sancionadas pelo rito. (GIRARD, 1998, p. 187 – 188)

Voltemos, então, à intenção de busca por justificativas para nossa hipótese de que a paralisação do sujeito de fé, em termos de supressão de seu movimento na dimensão cognitiva como entendida pela semiótica, é motivada pela própria natureza da operação de adesão à crença. Parece-nos que o deslizamento livre e cíclico de um sujeito em busca de seus objetos cognitivos só é desencadeado, em grande medida, caso incidam aí os efeitos de um desejo não satisfeito, ou seja, não aplacado pelo rito religioso – talvez uma boa caracterização de cunho antropológico para o que conhecemos como *curiosidade*, mola de primeira importância para que o pensamento se mova.

Explorados alguns motivos interdisciplinares para os efeitos retensivos da fé, podemos também ir na direção de uma explicação genuinamente semiótica para o fenômeno. Em “Argumentação e persuasão: tensão entre crer e saber em ‘Famigerado’, de Guimarães Rosa”, Lopes e Bevidas (2009) partem de um instigante trecho de *Du Sens II*, já citado em nosso primeiro capítulo, segundo o qual Greimas (1983, p. 116) aponta existir uma “estrutura elástica” entre crer e saber, que no momento extremo de tensão se polariza produzindo a oposição categórica, mas que ao relaxar distende-se ao ponto de permitir que os dois termos cheguem mesmo a se confundir em sobreposição.

Com base nessa sugestão, os autores têm como objetivo demonstrar no conto de Guimarães Rosa:

(...) até que ponto se pode manter como recorrente esta hipótese, simplificada ao mínimo necessário: o *crer* tensiona e o *saber* distensiona. Mais e mais *crer*, maior

tensão; mais e mais *saber*, maior distensão, estando nas valências intermediárias e 'elásticas' desses vetores a nossa situação geral de homens sem garantia de verdade. (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 447)

Votando-se à análise de dispositivos semióticos cuja ação poderia ser identificada nos domínios da persuasão e da argumentação, e apontando ser este um campo relativamente negligenciado pela disciplina dada a ausência, até o final dos anos 1980, de uma teoria da argumentação ou estudo mais sistemático da racionalidade argumentativa (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 443) – o que leva a uma postura considerada pelos autores como “ecumênica”, de empréstimo irrefletido de conceitos já construídos em disciplinas afins, como a retórica, a pragmática e a análise do discurso, e sua transposição direta para o interior da reflexão semiótica –, a intenção é identificar “possíveis estratégias sintáticas e semânticas, modais e tensivas, que possam matizar singularmente os movimentos cognitivos da argumentação” (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 444).

Para tanto, recorrem às definições dicionarizadas dos termos *demonstração*, *argumentação* e *persuasão*, que permitem estruturar uma hierarquia, alicerçada no funcionamento próprio das línguas naturais, relativa ao estatuto lógico dessas três operações:

(...) *demonstrar* tem um sentido mais lógico, digamos “superior”, de estabelecer uma verdade de modo evidente e rigoroso. Num degrau “inferior”, *argumentar* tem menor força lógica, a de apresentar razões ou raciocínios para se obter uma conclusão. Por fim, *persuadir*, no degrau menos nobre da hierarquia, embora o mais abrangente, é levar a pensar, a querer, a crer, a fazer (através da adesão completa, tanto sentimental quanto intelectual). (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 445)

A partir dessa estruturação hierárquica, é possível caracterizar semioticamente de forma mais detalhada o jogo elástico entre valores modais

do crer e do saber que se instaura no interior das situações intersubjetivas de comunicação. Ao percorrermos a série de três termos desse modo ordenados, partindo da *demonstração*, passando pela *argumentação* e chegando à *persuasão*, “revelam-se dois movimentos tensivos: uma diminuição do saber acoplada a um aumento do crer nessa mesma ordem” (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 445). Isso ocorre porque:

Uma demonstração se fundamenta no saber e prescinde do crer ou minimiza-o; uma argumentação tenta fazer prevalecer um saber (novo) sobre o crer (anterior); e uma persuasão promove um crer adesivo, ainda que, para fazê-lo, tenha de atropelar algum saber. (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 446)

A abordagem assim ancorada nas modalizações sintáticas inscritas nos discursos privilegia o enfoque dos movimentos elásticos entre o crer e o saber no interior da comunicação. Tal aproximação teórica é especialmente cara à semiótica por esta ser uma ciência que “diferentemente das teorias da comunicação então correntes”, “entendeu que a comunicação entre os homens é menos transferência ou transmissão de informações, um *fazer-saber*, e mais um contrato fiduciário, incidente sobre o crer, um *fazer-crer*” (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 446). Ainda de acordo com os autores, “noutros termos, sem garantias de uma verdade intrínseca do mundo, nosso pouco de *saber* sobre o mundo está plenamente invadido pelo nosso *crer* nos outros” (2009, p. 446).

Munidos dessas ferramentas, o aspecto centralmente analisado no conto de Guimarães é justamente a elasticidade tensiva entre o crer e o saber, modalidades que emergem discursivamente na ação narrada, em que um jagunço, renomado assassino local, confronta um médico, único homem culto e instruído de um pequeno vilarejo sertanejo, sobre o significado da palavra que dá nome ao conto, *famigerado*. As oscilações modais, já enquadradas no

gradiente tensivo subjacente à hipótese central do artigo de que o crer tensiona e o saber distensiona, caracterizam preponderantemente o fazer-interpretativo dos dois sujeitos que protagonizam a ação.

Damázio, o temível jagunço, é chamado de “famigerado” e, não sabendo se tratar de insulto ou elogio, coloca-se à porta do médico, o narrador do conto, em companhia de outros três comparsas, para passar a limpo o significado do termo em questão. A partir daí, “o texto gerencia (...) os ascensos e descensos de tensão pela ótica desse narrador, surpreendido, um dia qualquer, pela chegada a sua casa daquele grupo de cavaleiros desconhecidos” (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 449).

A proposta inicial de análise das “modulações tensivas do medo e das paixões correlatas” e das “formas de raciocínio inferencial mobilizadas pelas personagens do relato, e notadamente as ilações abduativas<sup>33</sup> postas em cena” (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 443) encontra vasto material semiótico na narrativa onde se encontram imbricados dois sujeitos: de um lado, Damázio, sujeito do não-saber que *crê* ter sido ofendido; do outro, o médico narrador da ação, sujeito tido por Damázio como competente e detentor de um saber pressuposto pelo exercício de sua profissão, mas que, tomado de medo, define seu estado como o de “extrema ignorância em momento muito agudo” (ROSA, 1985, p. 14) por desconhecer (não-saber) o motivo que levara até sua porta o jagunço mais perigoso daquelas bandas:

Desde esse instante, o medo e os sentimentos conexos assaltarão o narrador com intensidade variando em função daquilo que, a cada momento, ele pode diretamente observar (a linguagem somática sincretizada no comportamento de seus visitantes, por exemplo) e

---

33 A definição de abdução empregada pelos autores é a de Peirce (2009): “A abdução é o processo de formulação de uma hipótese explicativa. (...) A dedução prova que algo deve ser. A indução mostra que algo é operatório de fato. A abdução apenas sugere que algo pode ser”. Peirce, C. S. *Collected papers: pragmatism and pragmaticism*. V. 5. Disponível em: <http://www.textlog.de/7658.html> (Acesso em: 22/2/2018).

das inferências que irá fazendo a partir de tais observações, somadas aos saberes e crenças constitutivos de sua posição social (médico do vilarejo). Para o leitor, podemos esquematicamente dizer que as coisas reportadas como *observadas* pelo narrador são da ordem do saber, ao passo que as coisas *inferidas* por ele são, em princípio, da ordem do crer. (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 449)

Nesse sentido, o quadro modal do narrador caracteriza-se inicialmente por uma acentuada presença do crer (visto que, diante da surpresa da chegada de Damázio, a quantidade de dados *inferidos* ultrapassa a dos *observados*), que convoca vivamente a dimensão tímica para dentro de seu fazer-interpretativo e contribui para o aumento da tensão narrativa.

Num segundo momento, porém, quando o médico compreende o motivo da visita de Damázio e se dá conta de que é capaz de manejar a situação de modo que sua segurança seja garantida, ou seja, respondendo ao jagunço que *famigerado* significa “famoso” e é um elogio, a quantidade de dados observados, da ordem do saber, sobrepujam o apenas observado, o que engendra a distensão narrativa. De acordo com os autores, “o final da narrativa estabiliza um estado distenso para o médico/narrador, mas isso se dá ao cabo de uma série de oscilações tímicas ao longo das quais ele, o interpelado (...), percorrerá diversos valores da escala passional centrada no medo” (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 448).

Assim, a hipótese inicial de que “o *crer* tensiona e o *saber* distensiona. Mais e mais crer, maior tensão; mais e mais saber, maior distensão” (LOPES e BEIVIDAS, 2009, p. 447) é observada e validada nesse conto de Rosa. Parece-nos pertinente, porém, atentar para o fato de que, se é um saber que distende o estado tensivo do médico, Damázio apazigua-se por meio de um crer. Ele *crê* que “*famigerado*” significa “importante”, pois assim lhe informou o doutor. Mas não sabe que, no final das contas, o termo também pode ser um insulto ao assumir outro de seus sentidos possíveis: “aquele que tem má fama”.

De fato, por ocasião da apresentação do conteúdo de “Argumentação e Persuasão: Tensão entre Crer e Saber em ‘Famigerado’, de Guimarães Rosa” em um congresso, ao autores comentaram, em fala no IX Minienapol de Semiótica<sup>34</sup>, que um dos presentes na plateia, ao fim de sua exposição, apontou que no interior de uma religião a máxima crença propicia a máxima distensão. Esse é um arranjo tensivo relevante junto às práticas religiosas que propalam que na maior crença, no mais elevado grau de adesão à doutrina e de fé, o sujeito encontraria o mais pleno estado de apaziguamento, de conforto, ou seja, a maior distensão.

Essa contra-hipótese não fica descartada pelos autores desde a conclusão de seu artigo, em que deixam apontados ambos os arranjos possíveis, indicados como duas inconclusividades que merecem maior investigação. Assim, em nossa dissertação de mestrado, nos propusemos a averiguar a possibilidade de um crer distensivo no contexto discursivo da prática religiosa analisando, para tanto, o sermão do padre Flynn na cena de abertura do filme *Doubt* (2008)<sup>35</sup>. Ambientada no Bronx no ano de 1964, a história começa com a fala do padre<sup>36</sup> dirigida à comunidade católica em uma missa de domingo, que tematiza a polêmica questão da dúvida junto ao homem de fé e é iniciada pela pergunta: “O que você faz quando não tem certeza?”.

Para retomar sinteticamente as conclusões a que pudemos chegar<sup>37</sup>, observamos que as estratégias discursivas postas em uso pelo enunciad-

---

34 Encontro dos Alunos de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, evento realizado na FFLCH – USP, em outubro de 2010.

35 *Doubt*. Direção de John Patrick Shanley. Goodspeed Productions. Com Meryl Streep, Philip Seymour Hoffman e Viola Davis. EUA: 2008. São Paulo: Buena Vista Home Entertainment, 2009. DVD (104 min.), colorido.

36 O texto do sermão pode ser lido na íntegra na seção de Anexos desta tese.

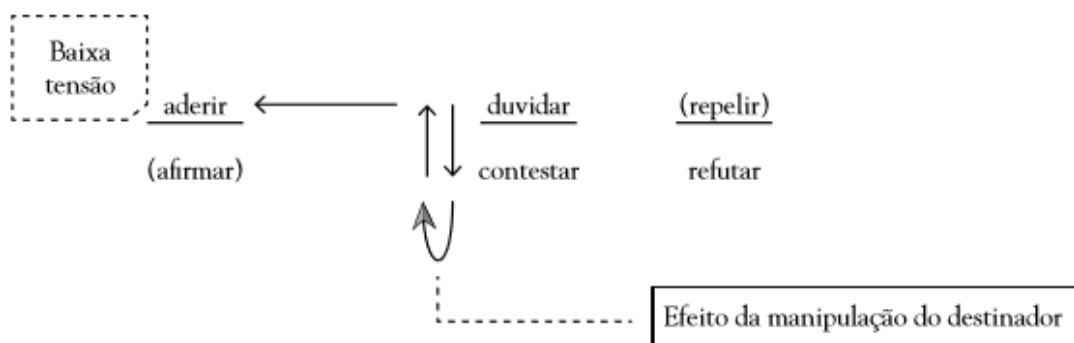
37 A análise completa pode ser consultada no artigo “Dúvida e percurso transgressivo: uma análise de cena do longa-metragem ‘Dúvida’”, *Cadernos de Semiótica Aplicada (CASA)*, v. 10, p. 175-190, 2012. Ou em nossa dissertação de mestrado *Crer e saber: um estudo semiótico* (2014), p. 75 – 92. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-03022014-122414/pt-br.php> (Acesso em: 23/2/2018).

destinador, no caso, padre Flynn, tomam como destinatário o sujeito acometido pela dúvida e em vias de se dirigir à *contestação* da doutrina. A parábola empregada é, de fato, a de um marinheiro naufrago em momento de grande perigo que ameaça abalar definitivamente sua fé:

Um navio de carga naufragou uma noite. Pegou fogo e afundou. E somente um marinheiro sobreviveu. Ele encontrou um bote salva-vidas, improvisou uma vela e, de acordo com a disciplina náutica, voltou seus olhos para o céu e leu as estrelas. Ele definiu uma rota até a sua casa e, exausto, adormeceu. Nuvens encobriram o céu. Pelas vinte noites seguintes, ele não pôde mais ver as estrelas. Ele achava estar em seu curso, mas não havia como ter certeza. E, com os dias encobertos, e o marinheiro lançado ao mar, ele começou a ter dúvidas. Como ele iria definir seu curso corretamente? Ele ainda estava indo em direção à sua casa? Ou estava horrivelmente perdido e condenado a uma morte terrível? Não havia como saber. A mensagem das constelações, ele teria a imaginado devido às circunstâncias desesperadoras? Ou teria ele visto a verdade uma vez... e agora precisava se agarrar a ela sem mais confirmações?

Alguns de vocês na igreja hoje conhecem exatamente a crise de fé que eu descrevo.

Trabalhando em cima dessa figura, e a título de um primeiro mapeamento actancial narrativo que nos fornece explicações ainda em termos de uma gramática modal, apontamos em nossa análise como o efeito de sentido construído pelo sermão visa à recondução do sujeito à fé por meio de uma retensão e inversão de um *percurso transgressivo* como proposto por Fontanille (1982). Em nosso exemplo, o sujeito iria da *dúvida* no sistema do crer à *contestação* no sistema do saber, e daí a uma possível *refutação*, que não ocorre porque ele é levado de volta à *adesão*:



Mas o poder persuasivo desse texto nos parece residir essencialmente, como já antecipa nossa sinalização de “baixa tensão” no esquema, em um nível mais profundo e abstrato que o narrativo, que arregimenta uma avaliação por parte do sujeito fiduciário em termos mais elementares e basais como a euforia e a disforia. Valores que ficam postos por meio da axiologização operada pela narrativa: a inquietação, o incômodo, o sofrimento, a expectativa e o questionamento da dúvida nada têm a oferecer ao sujeito frente ao bálsamo do apaziguamento transcendental daquele que acredita sem nenhuma explicação. Dessa maneira euforizada, e para concluir a retomada resumida da análise, a adesão à fé, na prática religiosa, pôde ser identificada nesse texto como promotora da distensão narrativa, proporcionando ao sujeito uma posição de conforto tensivo. Efeito inverso do previsto para o contexto da ética e prática discursiva seculares.

Diante dos possíveis benefícios da permanência e conservação de objetos cognitivos no âmbito da crença, a imagem do campo da construção dos saberes como aquele em que o sujeito se lança rumo ao desconhecido, assumindo o risco de sua resistência e hostilidade, também merece ter alguns de seus motivos explanados. Afinal, qual é, em maiores detalhes, a consistência dessa motivação que empurra o sujeito a uma dinâmica que lhe pode ser desconfortável?



Em franca coerência com a observação de Fontanille (1982, p. 28) de que basta transpor uma bastante sutil barreira axiológica para que um saber se transforme em um dogma, Bachelard nos descreve em *Formação do espírito científico* (1938) um mecanismo inerente à pesquisa científica, atividade que tem como fundamento, afinal, o uso da razão:

(...) é sabido que a satisfação racional deve ser renovada para oferecer um verdadeiro dinamismo psíquico. Por curioso hábito, o apodíctico amanhecido fica com gosto de assertórico, o *fato de razão* fica sem o conjunto de argumentos. (...) É preciso, pois, evitar o desgaste das verdades racionais que têm a tendência a perder a apodicticidade e a tornar-se hábitos intelectuais. Balzac dizia que os solteirões substituem os sentimentos por hábitos. Da mesma forma, os professores substituem as descobertas por aulas. (BACHELARD, 1996, p. 303)

Em uma obra que se propõe centralmente a empreender a *psicanálise do pensamento científico*, procedimento capaz de identificar o que Bachelard chama de “obstáculo epistemológico” que se incrusta no conhecimento não questionado, o autor vai trabalhar com a, parece-nos, produtiva noção de diferentes níveis de “satisfação da razão” como parâmetro capaz de explicar a dinâmica entre o avanço empírico para o desconhecido e a sedimentação racional da descoberta, movimento de oscilação implantado no centro da produção de conhecimento humano:

Ora, como o conhecimento objetivo nunca está terminado, como objetivos novos vêm continuamente trazer assuntos a discutir no diálogo do espírito e das coisas, todo ensino científico, se for vivo, estará sujeito ao fluxo e refluxo do empirismo e do racionalismo. De fato, a história do conhecimento científico é uma alternativa sempre renovada de empirismo e

racionalismo. Essa alternativa é mais que um fato. É necessidade de dinamismo psicológico. (...)

No intuito de esclarecer a interminável polêmica do racionalismo e do empirismo, Lalande<sup>38</sup> propôs, em recente congresso de filosofia, em admirável improviso, o estudo sistemático dos períodos em que a razão se sente satisfeita e dos períodos em que ela encontra dificuldades. Ele mostrou que, no decorrer do desenvolvimento científico, há de repente sínteses que parecem absorver o empirismo, tais como as sínteses da mecânica e da astronomia, de Newton, da vibração e da luz, de Fresnel, da óptica e da eletricidade, de Maxwell. Aí, os professores triunfam. Depois, a época luminosa cede a vez à escuridão: algo não dá certo, Mercúrio se desorienta no Céu, fenômenos fotoelétricos enfraquecem a ideia ondulatória, os campos não se quantificam. Então, os incrédulos sorriem, como crianças. Prosseguindo a proposta por Lalande, seria possível determinar de modo preciso o que se deve compreender por satisfação da razão quando ela racionaliza um fato. Observaríamos tão exatamente quanto possível, em casos precisos, no seguro domínio da história decorrida, a passagem do assertórico para o apodíctico, assim como a ilustração do apodíctico pelo assertórico. (BACHELARD, 1996, p. 302)

Tendo em mente a premência dessa dinâmica junto ao desenvolvimento de qualquer pensamento que se pretenda científico de acordo com Bachelard, que em muito nos remete às considerações de Zilberberg sobre a tendência do saber em destruir seus objetos (como na adivinhação de uma charada que anula seu objeto no instante em que o apreende), acreditamos já ter referências interpretativas o suficiente para compreender a fala de Pottier (1983, p. 273) que ensinou o início deste item, que nos diz que “o sábio, o homem do saber, tenta se aproximar constantemente da certeza, mas os progressos da ciência apenas repelem eternamente o conhecimento”, enquanto “o crente, o homem de fé, possui a convicção do saber absoluto”. À medida que possa se tornar um objeto de contemplação admirada, e até

---

38 Pierre André Lalande, doutor em letras e professor de filosofia na Sorbonne.

estetizante, o que Pottier denomina como o “saber absoluto”, ou seja, aquele que não precisa mais se examinar e se questionar, parece ser mesmo um tipo de conteúdo cognitivo acessível apenas na arena da crença, opondo-se à construção interminável do conhecimento por parte das disciplinas, em que se assistiria à sucessão do apodíctico pelo assertórico regida pelo maior ou menor grau de satisfação da razão.

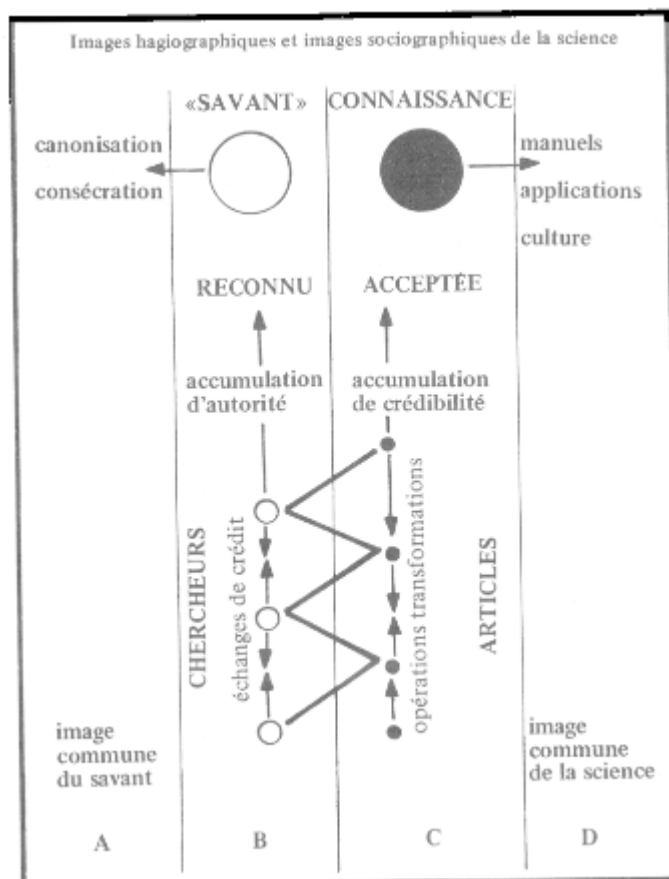
Bruno Latour e Paolo Fabbri nos oferecem uma perspectiva de caráter discursivo sobre as intermitências da vida e morte no curso de uma ciência em “La rhétorique de la science – pouvoir et devoir dans un article de science exacte” (1977). Nesse estudo, que tem como objetivo identificar e analisar o que se pode caracterizar como a retórica científica, destacando as formas de competência linguística postas em uso em um artigo de neuroendocrinologia de 1962, os autores traçam uma linha distintiva entre dois momentos ou estágios discursivos da ciência: aquela já estabilizada nos manuais, textos de vulgarização cujos enunciados têm a estrutura impessoal do tipo “A é B” e se atende de forma geral à concepção de ciência como “o conjunto de enunciados verdadeiros” como posta por Wittgenstein; e aquela dos textos trocados entre pares no interior da discussão e disputa disciplinar, tidos como “escritos de fronteira” de uma ciência (LATOUR e FABBRI, 1977, p. 81) caso do artigo analisado, cuja disciplina à qual pertence, à época da sua publicação, não se encontrava estabilizada o bastante para ter seu próprio indexador, sendo identificada por meio da área conexa já estabelecida da “endocrinologia”.

Nesse contexto, o estudo apresenta uma bastante original proposta geral de “estudo da ciência do ponto de vista de uma economia geral do crédito”, entendido sob as suas diferentes espécies de ocorrência (*a autoridade científica, o capital econômico e o capital teórico*), e aloca-se “no cruzamento entre um estudo de sociologia das ciências e um estudo semiológico” (LATOUR e FABBRI, 1977, p. 79–81), dando especial atenção aos procedimentos retóricos

e ao emprego das modalidades do poder e do dever no texto elegido para análise.

Especificamente sobre nosso tema de interesse, os autores postulam que o ápice do enunciado científico se dá justamente quando ele consegue se despir de toda e qualquer modalização, “entendida como tudo que modifica uma proposição” (LATOURE e FABBRI, 1977, p. 83). Assim, a vitória para uma afirmação de ciência exata é poder circular nua sob a forma de “A é B” , enquanto seu fracasso é permanecer vinculada a modalizações do tipo “alguns consideram que A é B” ou “há evidências de que seja possível A ser B”, sendo que o mais severo ataque que ela pode sofrer é ser mergulhada de volta nas suas condições de produção empírica ou experimental, como nos exemplos fornecidos pelos autores (LATOURE e FABBRI, 1977, p. 91): “Um de nós expressou suas reservas sobre as conclusões de Shibuzawa et coll” ou “não tendo reunido todas as condições necessárias para afirmar que a fração ativa de Schereiber et coll não se trata de...”.

No entanto, é justamente a chegada ao êxito do enunciado debreado que caracteriza para Latour e Fabbri (1977, p. 82) um dos dois modos possíveis de “desaparecimento da atividade científica”: ela se dá em duas vias, tanto por meio dos enunciados, com o surgimento de um manual (trajetória  $C > D$ ), quanto através de indivíduos, com a consagração da imagem de um “sábio” (percurso  $B > A$ ), como podemos observar no quadro a seguir:



(LATOURE e FABBRI, 1977, p. 82)

No primeiro caso (de C a D), ocorre uma acumulação de credibilidade tendo por pano de fundo uma rede de artigos que culmina na aceitação, aplicação e absorção cultural do “conhecimento”; e no segundo (de B a A) há uma acumulação de autoridade que produz o reconhecimento e mesmo a “canonização” da imagem de um indivíduo que conduziu dada pesquisa. Ainda em relação ao esquema, a linha em zigue-zague sinaliza a região de interesse do artigo que, diferentemente das análises mais comuns, em maioria dedicadas aos estágios de “morte científica” e que tomam como *corpus* o texto já enrijecido dos manuais, volta-se ao exame das estratégias dos autores pesquisadores em busca de autoridade e capital teórico, bem como às interações e ao modo de circulação e acumulação dos textos na área fronteira e polêmica de estabelecimento de uma disciplina.

Frente à pertinência de estudos como o de Bachelard, Fabbri e Latour, poderíamos nos questionar ainda se montar uma oposição entre a certeza da fé religiosa diretamente contrastada a um saber no âmbito da ciência – como fizemos aqui com a intenção de melhor compreender a fala de Pottier sobre um “saber absoluto” dado ao homem de fé e inacessível ao sábio que o busca no progresso científico –, não guarda, de nossa parte, algo de obtuso no sentido de ignorar uma vasta gama de posições intermediárias que aí se encontram, e, sobretudo, por desconsiderar a ideia de um saber que possa estar fora do domínio científico.

Nesse sentido, gostaríamos de recorrer a algumas considerações de Michel Foucault em *A arqueologia do saber*, de 1969. Nesse livro o filósofo vai definir o saber em relação às noções diretoras de *formação discursiva e positividade*, apontando, entre outros aspectos, que o saber consiste em um conjunto de objetos, formados de maneira regular por meio de uma prática discursiva, indispensáveis à constituição de uma ciência, mas não necessariamente destinados a dar origem a ela.

Para contextualizar os objetivos gerais dessa obra, nela Foucault propõe uma metodologia para se fazer a história das ideias, defendendo o abandono de todas as figuras de continuidade usualmente empregadas pela análise histórica, como a noção de tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade ou espírito de uma época, que criam continuidades milenares ao longo de uma linha reta da história teleologicamente orientada em direção ao progresso, mas que para o autor nada mais são do que “reagrupamentos retrospectivos pelos quais as ciências contemporâneas se iludem sobre seu próprio passado” (1969, p. 48).

No lugar disso, Foucault propõe a análise das grandes formações discursivas, que são conjuntos estáveis de enunciados que obedecem a uma regularidade e a um sistema de dispersão e que definem as condições de existência e aparecimento dos objetos no mundo. Sobre o que o autor diz:

As condições para que apareça um objeto do discurso, as condições históricas para que se possa 'dizer qualquer coisa' dele e várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que ele possa estabelecer com eles relações de semelhança, vizinhança, afastamento, diferença e transformação - essas condições, vê-se, são numerosas e pesadas. O que quer dizer que não se pode dizer qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer algo novo; não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência para que novos objetos, logo, se iluminem.

(...) o objeto não espera no limbo a ordem que vai liberá-lo e permitir a ele encarnar em uma objetividade visível e loquaz; ele não pré-existe a si mesmo, retido por algum obstáculo à beira dos primeiros raios de luz. Ele existe sob condições positivas de um feixe complexo de relações.

Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação; e essas relações não estão presentes no objeto. (FOUCAULT, 1969, p. 65)

É sabido que no contexto da *arqueologia* foucaultiana o fato de se “dizer algo” está subordinado à ideia geral de que a língua fala mais nos sujeitos do que os sujeitos falam a sua própria língua. A abordagem aqui proposta se distingue da análise linguística na medida em que esta investiga sob quais regras um enunciado foi construído, e conseqüentemente segundo quais regras enunciados semelhantes podem ser construídos, atendo-se à noção de língua como um sistema de enunciados possíveis em que um número finito de regras autoriza um número infinito de performances (FOUCAULT, 1969, p. 41-42).

Enquanto isso, a arqueologia encara o enunciado como um acontecimento discursivo no nível próprio de sua existência e se questiona

como tal enunciado apareceu e não outro em seu lugar. Entendido como função ou modo de existência dos signos, os enunciados são investigados justamente em sua *raridade*, onde se procura pelo princípio de sua rarefação, e o objetivo é descrevê-los “não em referência a uma interioridade de uma intenção, um pensamento ou um sujeito, mas segundo a exterioridade da sua dispersão” (FOUCAULT, 1969, p. 172), buscando-se não sua origem mas os seus modos de *acúmulo*, termo que Foucault emprega no sentido da multiplicação ou desdobramento de um elenco limitado de enunciados por meio de sua interpretação. Assim, a descrição dos enunciados não enquanto totalidades fechadas de significação, mas de acordo com sua raridade, exterioridade e acúmulo é o estabelecimento do que se chama de sua *positividade*.

A propósito de uma formação discursiva, enquanto grande conjunto estável de enunciados, o primeiro limiar, o da positividade, é transposto no momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume a sua autonomia. A prática discursiva, que permite o aparecimento de objetos no âmbito de uma formação, é definida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definem em uma dada época, e por um círculo social, econômico, geográfico ou linguístico dado, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1969, p. 162).

Estabelecido em linhas muito gerais o sentido dos elementos implicados no aparecimento de um saber para Foucault em *A arqueologia*, temos que uma formação discursiva excede as disciplinas que por ventura ela permita demarcar, e a ciência apenas *se inscreve* em um campo do saber e ali, então, desempenha um papel:

Esse conjunto de elementos (*da positividade*), formados de maneira regular por uma prática discursiva e que são indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de



não serem necessariamente destinados a lhe dar origem, podemos chamá-lo de *saber*. Um saber é (...) o domínio constituído por diferentes objetos que adquirem ou não um estatuto científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma daquilo que se acreditou ser verdade, é o conjunto de condutas, de singularidades, de desvios dos quais podemos falar no discurso psiquiátrico); um saber é também o espaço no qual o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos dos quais se ocupa em seu discurso (nesse sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto de funções de observação, de interrogação, de decifração, de registro, de decisão, que pode exercer o sujeito do discurso médico); um saber é também o campo de coordenação e subordinação de enunciados onde os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (nesse nível, o saber da História natural, no século XVIII, não é a soma do que foi dito, é o conjunto de modos e de colocações de acordo com os quais podemos integrar ao já dito todo enunciado novo); enfim um saber se define pelas possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (assim, o saber da economia política, à época clássica, não é a tese de diferentes teses defendidas, mas é um conjunto de seus pontos de articulação sobre outros discursos ou sobre outras práticas que não são discursivas). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico nem seu inverso vivido), mas não existe saber sem uma prática discursiva definida; e toda prática discursiva pode se definir pelo saber que ela forma. (FOUCAULT, 1969, p. 246 – 247)

Para destacar a originalidade metodológica da análise arqueológica frente à já estabelecida prática da disciplina da “história das ideias”, cuja crítica é mote central para o desenvolvimento dessa obra de Foucault, o autor aponta que no lugar de percorrer o eixo consciência-conhecimento-ciência, “que não pode se liberar do index da subjetividade” (FOUCAULT, 1969, p. 247), a arqueologia percorre o eixo prática discursiva-saber-ciência:

E enquanto a história das ideias encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no elemento do conhecimento (se encontrando assim coagida, mesmo contra a sua vontade, a reencontrar a interrogação transcendental), a arqueologia encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no saber – ou seja, em um domínio onde o sujeito está necessariamente situado e do qual é dependente, sem que ele possa jamais ser considerado como o titular (seja como atividade transcendental, seja como consciência empírica). (FOUCAULT, 1969, p. 247)

Torna-se claro como, para Foucault (1969, p. 249), a prática discursiva não coincide com a elaboração científica à qual ela pode dar lugar, sendo-lhe anterior, e “o saber que ela forma não é nem o rascunho nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída”. De fato, aqui, as ciências surgem imersas no elemento de uma formação discursiva e tendo o saber como “pano de fundo”.

Essa ordenação está presente na cronologia dos diferentes limiares que uma formação discursiva pode transpor: sendo o primeiro deles o limiar da positividade, como já mencionado, a este seguem o limiar da *epistemologização* (quando o conjunto de enunciados pretende fazer valer normas de verificação e coerência e passa a exercer função dominante face a um saber), da *cientificidade* (quando os enunciados não respondem mais apenas a regras arqueológicas de formação mas também a certas leis de construção de proposições) e finalmente da *formalização* (quando o discurso científico passa a poder definir os axiomas que lhe são necessários, os elementos que ele utiliza, as transformações que ele aceita, etc., sendo capaz de desenvolver a partir de si mesmo o edifício formal que o constitui). O filósofo (1969, p. 253) afirma ainda que: “A repartição no tempo desses diferentes limiares, sua sucessão, seu afastamento, sua eventual coincidência (...) constituem para a arqueologia um dos seus maiores domínios de exploração”.

Para concluir essa breve incursão teórica pela noção do saber sob o ponto de vista arqueológico de Michel Foucault, apontamos que nosso tom foi menos o de busca de respostas conceituais últimas para o tema e mais o da complexificação e adensamento da perspectiva que podemos lançar sobre um domínio que é muitas vezes chamado indistintamente como aquele do “conhecimento”. Nesse sentido, essa obra nos ajuda a entender de forma um pouco mais crítica uma tendência geral, observada em alguns dos modelos teóricos já apresentados aqui, em se associar diretamente o saber ao universo científico, caracterizando-o como um conteúdo mais “exato” e “verdadeiro” sobre os objetos, até mesmo para se alcançar contraste descritivo em relação ao domínio do crer, onde reinam a mediação, a persuasão e o arbítrio dos afetos – montando-se e reiterando-se um binarismo da ordem do conhecimento *versus* ignorância.

Além de abrir os canteiros da existência de saberes não epistemologizados, não cientificizados e não formalizados para que não os percamos de vista, Foucault avança sua reflexão também no sentido de não tomar esses limiares como igualmente transponíveis, apontando que, na verdade, há um movimento mais frequentado entre os possíveis, visto que “por um gradiente que caracteriza sem dúvida nossa cultura, as formações discursivas não param de se epistemologizar” (FOUCAULT, 1969, p. 265).

Por um lado, podemos considerar que isso inaugura os estágios iniciais do problema ou da tendência ao congelamento dos saberes no nível das instituições. Por outro, motiva e justifica o fato de haver um interesse e orientação em direção à episteme junto à pesquisa que se dedica a construir a história das ideias, contexto no qual os estudos dos atos e limiares epistemológicos empreendida por Gaston Bachelard é referência expoente. Frente a isso, a proposta da análise arqueológica se apresenta para ser explorada na medida em que não se entende obrigada a nenhum domínio específico do saber, podendo trabalhar, por exemplo, no nível das positivities.

Retomemos, então, o eixo geral de interesse deste capítulo, a defesa de um princípio de movimento regente e incidente em toda a dimensão cognitiva para o qual as paragens da fé aparecem como exceção significativa. Levando agora em consideração as últimas reflexões que passamos em revista para tentar corroborá-la, parece-nos ser de certo modo pacífica a aceitação de uma dinâmica de sucessão de paradigmas em ciências, para retomar o termo de Thomas Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas* (1962), quando se olha o que se pode chamar de “pensamento humano” na ampla escala do extenso período em que se desenrolam as décadas e os séculos (encadeamento do qual, no entanto, Foucault (1969) vai remover providencialmente toda teleologia direcionada ao “progresso”).

Voltando-se para a escala individual do sujeito, Bachelard (1996, p. 19) vai mesmo radicalizar essa ideia afirmando em tom anedótico que “os grandes homens são úteis à ciência na primeira metade de sua vida e nocivos na outra metade” precisamente no sentido de que “hábitos intelectuais que foram úteis e sadios podem, com o tempo, entravar a pesquisa”, completando com o fato de que “Bergson<sup>39</sup> diz com justeza: ‘Nosso espírito tem a tendência irresistível de considerar como mais clara a ideia que costuma utilizar com frequência’”.

Interessados em averiguar justamente até que ponto os ânimos fóricos do sujeito o dispõem ao movimento cognitivo num contexto mais formal e mesmo institucional de produção de saberes, e em que medida se dá aí o agenciamento da tendência ao instinto conservativo como assinalado por Bachelard e Bergson, gostaríamos de ilustrar a reflexão conduzida até aqui de forma um tanto hipotética com uma breve análise em torno da trajetória intelectual *sui generis* de Michel Foucault.

---

39 BERGSON, Henri. *La pensée et le mouvant*. Paris, 1934, p. 231.

Gostaríamos de, antes de tudo, e já para introduzir nossas intenções metodológicas subsequentes, retomar uma consideração bastante estóica de Zilberberg, na qual ele nos diz que “retóricas, e incapazes no momento de enunciar ‘boas’ leis e produzir provas objetivas, as chamadas ciências humanas podem todavia propor exemplos” (2011, p. 28). Este é o nosso objetivo maior em relação à leitura que iremos propor a seguir. Vamos a ela.

### 2.3.2 REVISITANDO FOUCAULT: AS CAMADAS DO SABER

Em 7 de janeiro de 1977, Roland Barthes inaugura oficialmente a cadeira de semiologia literária no Collège de France proferindo o discurso que seria depois publicado sob a forma de livro com o título *Leçon*, na tradução para o português *Aula*, texto em que faz a célebre e a partir daí amplamente retomada e citada relação entre saber e *sabor*.

O trecho original consiste em uma porção de fato breve do texto, mas que, a partir do momento em que é posta, passa a reverberar conceitualmente até a sua conclusão. Em suas definições preliminares sobre o que é a literatura e quais são seus poderes, Barthes (1980, p. 20) aponta que, apesar de termos já alcançado um momento em que é permitido, e até mesmo recomendável e de “bom-tom”, questionar a oposição que se faz entre as ciências e as letras, visto que relações cada vez mais numerosas, tanto de modelo e de método, “ligam essas duas regiões e apagam frequentemente sua fronteira”, sendo possível que “essa oposição apareça um dia como um mito histórico”, do ponto de vista da linguagem, que é a do autor em sua reflexão, essa oposição segue como pertinente:

Segundo o discurso da ciência – ou segundo certo discurso da ciência – o saber é um enunciado; na escritura, ele é uma enunciação. (...) A enunciação, por sua vez, expondo o lugar e a energia do sujeito, quiçá sua falta (que não é sua ausência), visa o próprio real da linguagem; ela reconhece que a língua é um imenso halo de implicações, de efeitos, de repercussões, de voltas, de rodeios, de redentes; ela assume o fazer ouvir um sujeito ao mesmo tempo insistente e insituável, desconhecido e no entanto reconhecido segundo uma inquietante familiaridade: as palavras não são mais concebidas ilusoriamente como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa.

O paradigma que aqui proponho não segue a partilha das funções; não visa a colocar de um lado os cientistas, os pesquisadores, e de outro os escritores, os ensaístas; ele sugere, pelo contrário, que a escritura se encontra em toda parte onde as palavras têm sabor (saber e sabor têm, em latim, a mesma etimologia). Curnonski dizia que, na culinária, é preciso que “as coisas tenham o gosto do que são”. Na ordem do saber, para que as coisas se tornem o que são, o que foram, é necessário esse ingrediente, o sal das palavras. É esse gosto das palavras que faz o saber profundo, fecundo. (BARTHES, 1980, p. 20 - 21)

Essa passagem definitivamente chega plena em implicações e desdobramentos a uma tese que se propõe investigar o saber, o crer e a produção de conhecimento em suas diversas ordens. Temos, de fato, no centro da celeuma que autoriza ou autorizou (e que nos parece ainda hoje seguir francamente autorizando) a oposição entre “letras” e “ciências” concepções muito distintas do que é a linguagem.

Talvez se trabalhe mesmo, do lado das ciências duras e naturais, na ausência de conceptualização da língua e dos fenômenos linguísticos, uma vez que são tidos como elementos transparentes, ou seja, entendidos como meios isentos e neutros para a passagem ou transmissão de informações, sob um ponto de vista geral em que a língua funciona como uma verdadeira

ferramenta da qual eu me sirvo utilitariamente para falar de coisas mais importantes do que ela mesma. Ao lado do que se encontram os estudos linguísticos, que têm na linguagem seu objeto último de investigação ao mesmo tempo em que se constroem como enunciados e enunciação em dada língua, para os quais a produção de sentido em textos onde se dão relações conceituais são a própria construção do conhecimento, cuja existência “fora” da linguagem soa epistemologicamente improvável ou mesmo inconcebível conforme os diferentes graus de assunção da imanência.

Encontramos um interessante exemplo do desacordo até mesmo combativo entre esses dois pontos de vista lançados ao mundo nas críticas recebidas por Bruno Latour e Paolo Fabbri por parte da comunidade científica em relação ao conteúdo de seu artigo “La rhétorique de la science (pouvoir et devoir dans un article de science exacte)” (1977) já comentando aqui. Essas críticas, uma vez proferidas, passam a ser proveitosamente publicadas, em trechos como foram recebidos, em que são omitidos os nomes dos leitores mas apresentadas entre aspas as suas palavras originais, na forma de um post-scriptum que consta junto ao texto do artigo original na *Actes de la Recherche*.

Frente ao estudo que identifica e analisa os modos de funcionamento do que os autores definem como uma “retórica científica”, apresentando, para tanto, formas e estratégias de competência linguística postas em prática para a conquista de autoridade e crédito científico, houve objeções acaloradas que os autores dividiram em três principais eixos temáticos: i) as acusações de *fetichismo do texto* que alegam que: “Um artigo é apenas um meio de transmissão e não tem importância enquanto tal”, “O que existe finalmente, sob os textos, é a natureza” e “Os efeitos reais se exercem sobre outros corpos, não sobre os textos”; ii) as críticas que apontam uma *cegueira à informação transmitida e ao caráter concreto da experimentação*, cujos comentários recebidos foram: “Os resultados apresentados não são ‘jogos de escritura’. Os resultados são simplesmente *traduzidos* pelos instrumentos (...) não temos outros meios de alcançá-los, mas os efeitos reais são independentes. Com todos os dados construímos uma imagem completa,

coerente”, “Se não damos em detalhe os livros de protocolo, não é para esconder o que quer que seja. É simplesmente inútil” e “Vamos concluir (*segundo vocês*) que preenchemos cinco páginas para dizer o que poderíamos ter dito em duas linhas. Esse texto seria ao contrário recheado de informações”; iii) e finalmente a fala dos detratores que acusam Latour e Fabbri de uma *visão ingenuamente cínica e agnóstica das estratégias científicas e subestimação dos obstáculos epistemológicos*: “Tudo é levado para o lado das motivações pessoais, como se o cientista fosse malandro e maligno. Nós estudamos, não estamos brincando”; “Quanto tempo demora para remover um falso conceito? E quantos anos para demolir aos poucos um erro que se arrasta?” e “Nós descobrimos, não criamos nada” (LATOURE e FABBRI, 1977, p. 95).

No que têm de irreconciliáveis, essas críticas na verdade encontram uma robusta justificativa pelo fato de que o que viemos chamando até agora, de modo um pouco leviano, de “pontos de vista” sustentados por diferentes disciplinas em determinados campos do conhecimento trata-se, com efeito, de paradigmas epistemológicos fundadores distintos em relação aos quais a humanidade não parece dispor de muitas opções, justamente porque, como veremos, eles ocorrem em número reduzido.

Em “Uma epistemologia discursiva em construção: a teoria semiótica imanente entre a percepção e a semiocepção” (2014), Waldir Beividas nos apresenta uma proposta de sistematização de paradigmas epistemológicos com o objetivo de situar e refletir sobre o lugar e o estatuto da semiótica enquanto disciplina frente aos seus desenvolvimentos durante a primeira década do século XXI. Esse é o momento em que o advento do *tournant phénoménologique* coloca a questão da percepção no limiar primeiro para a construção do sentido, contexto descrito da seguinte forma pelo autor:

Desde então, a primazia da percepção vem se impondo progressivamente a tal ponto que hoje é possível se dar conta de uma espécie de império (quase “imperativo”,



no sentido kantiano) da percepção encarnada, ferrenhamente unida ao mundo da experiência sensível, como a primeira capa de significação encarregada de reger todas as outras que se encontram debaixo dela. A partir de agora, a semiótica será experiencial e carnal, ou não será. Esse parece ser o lema deste périplo fenomenológico. A carne, por assim dizer, se impôs e depôs o *in principio erat verbum*. As razões semióticas (do texto, e sua forma semiótica imanente) cedem lugar aos argumentos fenomenológicos (da percepção e de sua substância corporal transcendente). (BEVIDAS, 2014, p. 144)

Ao lado dessa primeira via de afastamento progressivo da teoria semiótica em relação às suas raízes imanentes, que vai em direção ao transcendente dos conceitos filosóficos como o de “corpo próprio”, “carne” e “campo de presença”, Bevidas (2014, p. 144 – 145) indica também outra corrente teórica dissidente dentro da disciplina, que considera a semiótica imanente “idealista” e propõe, em seu lugar, uma semiogenética realista, em que a emergência do sentido ocorreria a partir de uma percepção fundada neurobiologicamente nos seres e cuja abordagem retrocede “à ontologia dos organismos, à sua biologia material”: esta é a proposta de Jean-Marie Klinkenberg e Francis Edeline, pesquisadores que fundam na Bélgica o Groupe  $\mu$ .

Imanente, transcendental e materialista, frente a esse entroncamento de caminhos que portam posicionamentos epistemológicos distintos, que já veremos quais são, Bevidas toma duas atitudes: primeiramente, o autor vai propor a noção teórica de *semiocepção*<sup>40</sup>, um conceito que busca radicalizar a via imanente para a semiótica como posta por Hjelmlev e Greimas a partir de

---

40 A hipótese teórica que se encontra esboçada no artigo “Uma epistemologia discursiva em construção”, de 2014, em torno da noção de semiocepção e da proposta de radicalização da via imanente para a semiótica, dá origem à reflexão que compõe a tese de livre-docência de Bevidas, *A teoria semiótica como epistemologia imanente (uma terceira via do conhecimento)*, defendida no Brasil em 2015 e publicada em 2017 na França pela editora Lambert-Lucas com o título *La sémiologie de Saussure et la sémiotique de Greimas comme épistémologie discursive : une troisième voie pour la connaissance*.

Saussure, e apreende o fenômeno da percepção como algo semiotizado desde a origem. Fica assim descartada de partida qualquer ideia de “uma percepção bruta, pura, direta e simples do mundo”, de natureza “antepredicativa”, dado que “depois de Saussure, nada de real se apresenta *diretamente* à nossa percepção, mas sempre *indiretamente*, através de uma operação semiológica das linguagens, ou seja, uma ação de semiocepção” (BEIVIDAS, 2014, p. 152).

Não havendo, desse modo, etapa aquém à linguagem que seja, bem entendido, semioticamente descritível e pertinente, “a semiocepção se põe de repente como nosso único e inevitável equipamento de gestão da apreensão do mundo” (BEIVIDAS, 2014, p. 153). De modo geral e em retomada bastante sintética, de acordo com essa proposta, querer captar o mundo bruto, enquanto fornecedor de dados puros à nossa percepção ainda despojada da sistematização e categorização da linguagem, configura uma aporia, e, visto que tais eventos só podem chegar a nós quando apreendidos “em redes semiológicas das linguagens”, ou seja, onde já incide uma função semiótica que une uma forma a um conteúdo, temos que em relação ao sentido: “A imanência não é um purismo de partida: é uma depuração de chegada” (2014, p. 157).

Em segundo lugar, Beividas vai proceder a um mapeamento do que se podem entender como as grandes epistemologias referentes à produção do conhecimento humano, organizadas em uma tríade<sup>41</sup>, motivado pelo fato de que o impasse em que se encontra a semiótica frente às três vertentes apontadas consiste em um dilema dessa natureza: um dilema de escolha epistemológica. Assim, temos a *epistemologia científica*, realista e materialista, para a qual “todo dado provém da natureza e está inscrito de antemão na estrutura do real”, cabendo à ciência então “descobri-los, descrevê-los,

---

<sup>41</sup> O arranjo proposto por Beividas retoma e atualiza a tríade dos grandes paradigmas da *prima philosophia* posta por Karl Otto Apel (em “La sémiotique transcendante et les paradigmes de la Prima Philosophia”, in *Révue de Métaphysique et de Morale*, ano 92, nº 2. Paris: Armand Colin, p. 147 – 163), em que temos o paradigma ontológico (de Aristóteles a Descartes), o paradigma epistemológico (do cogito cartesiano a Kant) e o paradigma semiótico (a partir de Peirce).

formalizá-los e modelizá-los com o auxílio de sofisticadas ferramentas tecnológicas disponíveis” (BEIVIDAS, 2014, p. 148).

Bastante correspondente a uma espécie de ambição humana imemorial de “ler no grande livro da natureza” (GIRARD, 1998, p. 281), a postura da epistemologia científica entende o sentido como *resultado* da ação de uma estrutura natural que passa a poder ser acessado uma vez que as armadilhas da natureza são investigadas, desvendadas e compreendidas a ponto de poderem ser previstas. De descoberta em descoberta e de tentativa em tentativa experimental, as ciências vão então perpetuamente corrigindo seus erros e ilusões do passado num movimento que já vimos aqui ser descrito por Bachelard em termos da cíclica inversão da balança em torno do racionalismo e o empirismo, e cuja eficácia se encontra defendida nas falas que criticaram Latour e Fabbri (1977, p. 95) onde se diz, por exemplo, que “Os resultados apresentados não são ‘jogos de escritura’. Os resultados são simplesmente *traduzidos* pelos instrumentos” e que “O que existe finalmente, sob os textos, é a natureza”.

Ao lado dela, temos a *epistemologia filosófica*, de visada transcendental, em que “o universo de sentido surge da cogitação da razão pensante para somente depois expressar-se em linguagem”. Nela, “de reflexão em reflexão e de aporia em aporia, busca-se investigar as astúcias da razão (transcendental) para chegar ao ponto mais profundo do que faz a razão em suas operações de apreensão e cognição do mundo e do sujeito”. Ao lado dessa vertente filosófica racionalista, Beividas aponta também que temos a organização do sentido em torno da percepção, notadamente na filosofia de Merleau-Ponty, em que se continua concedendo “um papel menor e subalterno à linguagem na geração, apreensão e gestão do sentido” e onde “toda competência de apreensão do mundo vem dada, como intuição doadora original, ao primado da percepção, de suas ‘razões’ por assim dizer” (BEIVIDAS, 2014, p. 148).

Finalmente, temos a *epistemologia discursiva*, de cunho imanente, que coloca e defende a linguagem como o campo primário de apreensão do mundo pelo sujeito e a entende mesmo como a “condição de possibilidade da própria percepção humana”, em frase retomada por Beividas do filósofo tcheco Jan Patočka. Concebe-se aqui que a linguagem, então, através da multiplicidade e polivalência da ampla miríade de discursos possíveis, impõe a todos os atos de reflexão, experiência (mesmo científica) e percepção semiocategorizações e, conseqüentemente, o sujeito “pensa” por meio de uma *racionalidade discursiva*: “razão, emoção, percepção, conhecimento do mundo, tudo começa, tudo segue, tudo termina na imanência languageira” (BEIVIDAS, 2014, p. 151).

Quando Barthes (1980, p. 20) faz menção à manutenção da pertinência da oposição entre “ciências” e “letras”, desde que o contraste seja feito do ponto de vista da linguagem, não pudemos deixar de pensar nas fronteiras e demarcações epistemológicas implicadas nessa distinção, às quais a noção de epistemologia científica em oposição à discursiva, e também a ideia de existência de uma *racionalidade discursiva*, talvez venham especificar acreditamos aqui estar diante de um conjunto de ponderações que se iluminam mutuamente.

É fato que, no entanto, Barthes não tem em mente proceder a uma “partilha de funções”, como ele mesmo coloca, ou a uma delimitação dos campos e modos de ação dos cientistas de um lado e os escritores do outro, para que assim cada um possa circular em coerência abrigado e justificado pelo seu paradigma epistemológico de escolha. Na verdade, e bem ao contrário, a ideia nos parece ser antes a de, frente a essas distintas esferas de produção do saber, identificar um traço comum capaz de legitimar um conteúdo como um verdadeiro conhecimento humano. Barthes resolve essa heterogeneidade em torno das noções de “escritura” e “sabor”, em certa medida sinônimas, expressas na metáfora “o sal das palavras” do trecho aqui já citado: “Na ordem do saber, para que as coisas se tornem o que são, o que

foram, é necessário esse ingrediente, o sal das palavras. É esse gosto das palavras que faz o saber profundo, fecundo” (BARTHES, 1980, p. 21).

É interessante pensar que o *sabor das palavras* barthesiano assim compreendido incide indistintamente no que se produz tanto no domínio das letras como das ciências, o que nos remete, sem querer reduzir um conceito ao outro, ao amplo espectro de ação da retórica, muito embora seu poder e efeitos tenham progressivamente menos importância junto à comunidade científica quanto mais esta conceber a linguagem como um instrumento. Pudemos observar como a identificação de procedimentos linguísticos retóricos em um artigo de ciências exatas chegou aos pesquisadores da área como algo muito próximo da acusação de existência de uma camada insidiosa de fantasia e mentira sobre a limpidez de seu conhecimento preciso, da qual se defenderam colocando, por exemplo, que “Tudo é levado para o lado das motivações pessoais, como se o cientista fosse malandro e maligno” e “Nós descobrimos, não criamos nada” (LATOURE e FABRI, 1977, p. 95).

Disciplina de todas as disciplinas por se ligar a todo conhecimento sem corresponder “a nenhuma ciência em particular” (ARISTÓTELES, 2005, p. 89), a retórica, compreendida pacificamente pelos estudos linguísticos como água que escorre por toda parte, aí nos parece ter sido tomada de fato em uma acepção pejorativa da ordem do “jogo de palavras” que a desconecta de todo o processo de construção de um saber. Estamos no âmbito, justamente, de uma epistemologia científica, de caráter realista e materialista, que compreende que a linguagem entra em cena apenas *a posteriori* – e de forma justaposta a um objeto de conhecimento já estabelecido, ou descoberto, no ambiente controlado e isento de ilações dos laboratórios e seus equipamentos de alta precisão numérica –, estritamente por ocasião da transmissão de sua informação.

Nesse sentido, talvez os cientistas estivessem mais cordatos a ouvir, ou não, que seu conhecimento tem *sabor*, ou seja, fala com coerência dentro do

sistema de significações humano, chegando a de fato nos contar narrativas fascinantes como a da chegada do homem à Lua, em tudo que ela aciona em termos da fantasia da conquista humana do universo, ou mesmo como a da teoria cosmológica hoje dominante sobre o desenvolvimento inicial do universo, o Big Bang. Evidentemente, esses são exemplos alçados à estatura cinematográfica – e não podemos nos esquecer aqui que o próprio gênero da *ficção científica* é produto e resultado do fato de que a ciência instaura no mundo uma prática, um estilo e um modo de enunciar –, mas que em nada diferem do técnico de laboratório que procede leituras sucessivas, sem apelo hollywoodiano, em uma balança de precisão: temos em todos os casos uma partilha comum da mesma tomada de ponto de vista sobre o mundo, ou seja, a adoção de uma epistemologia científica.

A respeito dessa questão, no colóquio “Sciences du vivant: imaginaire et discours scientifique”<sup>42</sup>, Yohann Ringuedé<sup>43</sup> destacou em sua fala o modo como a própria ideia de que existe na natureza algum segredo que precisa ser desvendado ou descoberto já é uma narrativização do mundo e destacou o fato de que a fonte primeira para a hipótese, mesmo científica, é a imaginação, só depois submetida ao empirismo e à probabilidade. Sobre a questão, Miroslaw Loba<sup>44</sup> apontou que justamente porque o imaginário participa da descoberta e da prática científica é possível procurar uma dimensão literária na ciência.

Consequentemente, sob o nosso ponto de vista, a fim de que o discurso científico possa alcançar seus efeitos de sentido, e mesmo o efeito de verossimilhança que nos garante estarmos sendo postos em contato com o

---

42 Ocorrido em Paris nos dias 20 e 21 de outubro de 2016, com organização de Gisèle Séginger (Université Paris-Est Marne-la-Vallée) e Miroslaw Loba (Universidade Adam-Mickiewicz de Poznan), no Centre Scientifique de L’Académie Polonaise des Sciences à Paris. No evento houve a apresentação de trabalhos resultantes do projeto binacional entre as universidades francesa e polonesa, que teve como tema a construção e o desenvolvimento do imaginário científico e suas implicações discursivas do fim do século XVIII ao século XIX. Algumas informações podem ser encontradas no site: [imascience.hypotheses.org](http://imascience.hypotheses.org)

43 Université Paris-Est Marne-la-Vallée. Em conteúdo de sua fala “Les ailes de l’imagination et les sandales des faits observés: Les souvenirs entomologiques de Jean-Henri Fabre”.

44 Professor da Universidade Adam-Mickiewicz de Poznan.

“real verdadeiro”, fica aí pressuposto que todo o domínio científico é uma instância produtora de textos na acepção ampla do termo e atende, em sua raiz primeira, a uma *racionalidade discursiva*. Não se trata aqui, de uma inclinação a “jogar com palavras” em cima do real, mas do fato de que percebemos o mundo por meio de categorias dadas pela linguagem, em termos de uma *semiocepção* como posta por Bevidas, e apenas por meio dela podemos construir sentidos, qualquer que sejam eles, sem que haja por isso desabono da eficácia de nenhum dos paradigmas científicos – até que sejam substituídos pelo seguinte.

Movimento é justamente o tema deste capítulo, e constitui o último – e talvez principal – aspecto que gostaríamos de decorrer da ligação conceitual feita por Barthes entre saber e sabor. Em *Leçon*, a perspectiva dinâmica sobre a sucessão incessante de paradigmas nas ciências, inclusas aí as humanidades, é também corroborado, como podemos observar no trecho a seguir:

É preciso primeiramente dizer de novo que as ciências (pelo menos aquelas de que tenho alguma leitura) não são eternas: são valores que sobem e descem numa Bolsa, a Bolsa da História: bastaria lembrar, a esse respeito, a sorte bolsista da Teologia, discurso hoje exíguo e, no entanto, outrora ciência soberana, a tal ponto que a colocavam fora e acima do Septenium. (BARTHES, 1980, p. 29)

Como uma espécie de contraelemento que congela esse fluxo, ao menos pelo momento efêmero de algumas gerações, Barthes começa a se aproximar e a conceitualizar a questão do poder ligado às disciplinas e ao ensino. Essa reflexão tem origem em outra ilustre passagem desse discurso, em que o autor aponta o fascismo da língua:

A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que a língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva: *ordo* quer dizer, ao mesmo tempo, repartição e cominação. Jakobson mostrou que um idioma se define menos pelo que ele permite dizer do que por aquilo que ele obriga a dizer. Em nossa língua francesa (e esses são exemplos grosseiros), vejo-me adstrito a colocar-me primeiramente como sujeito, antes de anunciar a ação que, desde então, será apenas meu atributo: o que faço não é mais do que a consequência e a consecução do que sou; da mesma maneira, sou obrigado a escolher sempre entre o masculino e o feminino, o neutro e o complexo me são proibidos<sup>45</sup>; do mesmo modo, ainda, sou obrigado a marcar minha relação com o outro recorrendo quer ao *tu*, quer ao *vous*: o suspense afetivo ou social me é recusado. Assim, por sua própria estrutura, a língua implica uma relação fatal de alienação. Falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, como se repete com demasiada frequência, é sujeitar: toda língua é uma relação generalizada.

(...) a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer.

Assim que ela é proferida, mesmo que na intimidade mais profunda do sujeito, a língua entra a serviço de um poder. (BARTHES, 1980, p. 13 – 14)

Essas definições são especialmente caras para o autor no sentido de que, ao mesmo tempo em que enfatizam o vigor e a importância única da literatura, entendida como um “logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem” (BARTHES, 1980, p. 16), delimitam o campo para a ação da semiologia, que

---

45 Ao ler este trecho não pudemos deixar de nos lembrar de uma fala de Zilberberg já citada ao longo do capítulo 1 desta tese, em que ele nos diz que a teoria semiótica, na estrutura do quadrado como postulado por Greimas, “prevê, por certo, dois termos complexos, transicionais por sua posição: [s1 + s2] e [não-s1 + não-s2], porém eles não desempenham, salvo ignorância ou injustiça de nossa parte, nenhum papel na teoria” (ZILBERBERG, 2011, p. 22).



entende língua e discurso como indivisos, “pois eles deslizam segundo o mesmo eixo de poder” (BARTHES, 1980, p. 31). Ele aponta, de fato, como a origem do seu projeto semiológico, em torno de 1954, a oposição e postura de intolerância em relação à *língua trabalhada pelo poder*, denominada por Brecht como o “Grande Uso”, e que busca compreender e descrever de que maneira, sob e pela ação da língua, “uma sociedade produz estereótipos, isto é, cúmulos de artifício, que ela consome em seguida como inatos; isto é, cúmulos de natureza” (BARTHES, 1980, p. 33).

Nesse cenário, e por ocasião justamente de inauguração de uma cadeira, Barthes começa a fazer algumas considerações sobre o papel do ensino e seu método em íntima relação com o saber e o poder imiscuídos nesta prática:

O que pode ser opressivo num ensino não é finalmente o saber ou a cultura que ele veicula, são as formas discursivas através das quais ele é proposto. Já que este ensino tem por objeto, como tentei sugerir, o discurso preso à fatalidade de seu poder, o método não pode realmente ter por objeto senão os meios próprios de baldar, desprender, ou pelo menos aligeirar esse poder. (BARTHES, 1980, p. 43)

Uma vez que acreditamos já estar conceitualmente clara a noção de que um saber não ocorre em forma pura mas única e exclusivamente discursivizado e, assim, de acordo com a perspectiva barthesiana, posto a serviço de um poder, o que Barthes vai fomentar em termos de um método são formas de despreendimento em torno dos saberes. Elas giram ao redor de procedimentos de fragmentação na escrita e digressão ou *excursão* na exposição, movimento para o qual o autor parece estabelecer como único parâmetro legítimo o desejo. Ele o exemplifica com a atitude de uma criança que brinca em volta de sua mãe, afastando-se e voltando a aproximar-se dela, trazendo-lhe “uma pedrinha, um fiozinho de lã, desenhando assim ao redor de um centro calmo toda uma área de jogo, no interior da qual a pedrinha ou a lã

importam menos do que o dom cheio de zelo que deles se faz”, e completando com a afirmação de que “quando a criança age assim, não faz mais do que desenrolar as idas e vindas de um desejo, que ela apresenta e representa sem fim” (BARTHES, 1980, p. 44).

O que um tal método já nos traz de anticonvencional frente às estruturas de institucionalização de ensino e suas metodologias formalizadas é ainda intensificado pelo fato de que todo esse arranjo também deve se dispor livremente à ação do esquecimento. Barthes conclui sua fala com um trecho em que descreve de forma ampla sua intenção pedagógica junto aos seminários que passaria então a conduzir no Collège, e onde podemos observar postas em relação as noções a que demos destaque aqui:

Empreendo, pois, o deixar-me levar pela força de toda vida viva: o esquecimento. Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama *pesquisar*. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de *desaprender*, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: *Sapientia*: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível. (BARTHES, 1980, p. 47)

O que fica assim exposto por Barthes como projeto de ensino e pesquisa, como meio de construção do conhecimento e mesmo forma de experimentar o mundo, nos parece ser uma característica expressa de modo expoente no que pode ser entendido ou apreendido como o “pensamento” de Michel Foucault a partir do percurso de sua produção intelectual sob perspectiva ampla trajetória que evocamos no que ela é capaz de

exemplificar, em determinado registro discursivo, nossa reflexão e análise semiótica de algo da ordem de uma dinâmica cognitiva que veio sendo feita até aqui de maneira predominantemente especulativa.

Antes de mais nada, não é sem muita injustiça para com a magnitude do aporte dos estudos de Michel Foucault junto às ciências humanas que vamos sugerir uma abordagem que não se ocupa centralmente de nenhum dos conteúdos de suas reflexões e teorias, mas sim de sua múltipla sucessão de estágios conceituais irreconciliáveis. Entende-se aqui que a cada obra do autor o que encontramos não é uma simples mudança de tema de interesse para a pesquisa, mas a emergência de um novo problema em outro nível de pertinência teórica, que se constitui como o objeto de estudo e é abordado por meio de uma conceitualização e metodologia também refeitas, sem que haja obrigatoriedade de continuidade entre uma reflexão e outra dinâmica que autoriza que se fale, nos círculos especializados em estudos foucaultianos, em termos de um *corte* ou *fenda epistemológica*.

Em relação ao quão incoerente possa ser falar nas noções de o “autor” e sua “obra” de acordo com o próprio Foucault (que, afinal, defende em *A arqueologia do saber* (1969, p. 48) o abandono de todas essas figuras de coerência e continuidade “pelas quais as ciências contemporâneas se iludem sobre seu próprio passado”), mesmo que seja para indicar a ausência de um elemento de identidade e constância que permita a generalização e síntese explicativa entre esses dois fatores, como é o caso aqui, gostaríamos de socorrer a legitimidade de nossas intenções nos apoiando em duas recentes obras que abordam justamente, e nesses termos, o aspecto que nos interessa destacar em torno do pensamento foucaultiano: o recém-lançado livro *Impressões de Michel Foucault* (2017), do filósofo Roberto Machado<sup>46</sup>, e o

---

46 Professor já aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), cujas linhas de pesquisa abarcam a análise histórico-filosófica da obra de Michel Foucault e a constituição da teoria do pensamento de Gilles Deleuze. Autor também de: *Foucault, a filosofia e a literatura* (Zahar, 1999), *Deleuze, a arte e a filosofia* (Zahar, 2009) e *Foucault, a ciência e o saber* (Zahar, 2016), entre outros.

documentário francês *Foucault contre lui-même*<sup>47</sup>, dirigido por François Caillat, lançado em 2014 e que é aberto com a seguinte fala do filósofo e sociólogo Geoffroy de Lasgnerie<sup>48</sup>:

É impressionante como, se colocarmos diante de nós um conjunto de livros de Michel Foucault, a pergunta que surge ao olharmos para eles é: “Foi a mesma pessoa que os escreveu?”. Parece incrível que, em 20 anos, período em que Foucault escreveu, ele possa ter tido tantos estilos, assuntos, teses e retóricas tão amplamente difundidos, expressivos e incoerentes. E nos perguntamos o que produz a unidade dessa obra além de seu nome. E o que isso quer dizer? Porque parece haver um vácuo no lugar da relação entre cada um desses livros. É um sentimento muito evidente quando lemos mais de um livro de Foucault: “É o mesmo autor?”. A ideia de um pensamento que permanentemente se contradiz a si mesmo, que se corrige a si mesmo e que se constitui para ser questionado em outro livro é o que Foucault chama de “escrita”. Ele diz que “escrever é se transformar, é desprender-se de si mesmo, dissociar-se de si mesmo” e “se eu já soubesse para onde estava indo, eu não escreveria”. Então, no fundo, o importante é que Foucault toma como ponto de partida de cada um de seus livros os livros anteriores para afastar-se deles. Poderíamos dizer que ele escreve permanentemente contra ele mesmo, em um diálogo consigo mesmo, no sentido que ele parte de onde parou para se tornar outra coisa. (FOUCAULT CONTRE LUI-MÊME, 1’06” a 2’56”)

A essa fala segue o início do primeiro capítulo desse documentário, chamado “Variações sobre o poder”, que acreditamos ser um bom eixo temático e conceitual onde podemos nos ancorar a fim de, a partir dele, observar trechos da produção de Michel Foucault em sua constante

---

47 Disponível na íntegra e legendado em: [www.youtube.com/watch?v=FVKw8V-CgXk](http://www.youtube.com/watch?v=FVKw8V-CgXk)

48 Professor da École Nationale Supérieure d’Arts de Paris-Cergy. Autor dos livros *Logique de la création. Sur l’Université, la vie intellectuelle et les conditions de l’innovation* (Fayard, 2011), *La dernière leçon de Michel Foucault. Sur le néolibéralisme, la théorie et la politique* (Fayard, 2012) e *Penser dans un monde mauvais* (PUF, 2017), entre outros.

transformação. É sabido que em *A arqueologia do saber*, de 1969, para retomar uma obra que já comentamos aqui, Foucault se preocupa de modo principal em descrever e analisar o modo de funcionamento e dispersão das grandes *formações discursivas*, que estruturam e possibilitam a metodologia arqueológica voltada ao estudo do princípio de raridade, exterioridade e modos de acúmulo dos enunciados.

É certo que instâncias que concorrem para a sedimentação de uma formação, autorizando (ou obstruindo) em última medida a própria existência do objeto, sob a perspectiva arqueológica, são entendidas em termos de um feixe positivo e complexo de relações, que poderíamos adjetivar como proeminentemente coercivo, formado pelas “relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação” (FOUCAULT, 1969, p. 65). Seria impreciso, porém, afirmar que nessa obra Foucault trata da relação entre o saber e o poder, intrincada e necessária ligação como patentemente posta no discurso de 1977 de Roland Barthes, pois isso não acontece em absoluto.

Falar em termos de um “Foucault não preocupado com as questões do poder” já causa estranheza o suficiente visto se tratar de um autor que, como nos indica Marcos César Alvarez<sup>49</sup>, entra oficialmente para a catalogação em “qualquer manual de sociologia, como o ‘teórico da microfísica do poder’, que é exatamente o que ele sempre negou: se negou a criar teorias, se negou a ser um teórico, por pensar que fazer uma teoria impede justamente a descrição”. No entanto, de sua volumosa produção intelectual, parece de fato se reter com maior relevo sua reflexão conduzida em parte da década de 1970, em que ele passa a se dedicar, mas de maneira nenhuma de forma definitiva, à busca da

---

49 Sociólogo, professor livre-docente no Departamento de Sociologia da USP. Observação feita por ocasião do seminário “Foucault au Collège de France: A sociedade punitiva” ministrado no primeiro semestre de 2017 na FFLCH – USP.

revelação de mecanismos de poder onde eles se encontram dissimulados, contributo teórico a que seu nome muitas vezes é evocado como sinônimo<sup>50</sup>.

A passagem de uma *arqueologia dos saberes* para um *genealogia dos poderes* concretizar-se a partir de *A verdade das formas jurídicas* (1973), em que, como coloca Roberto Machado<sup>51</sup>, “Foucault passa a analisar diferentes procedimentos de aproximação e relação com a verdade, cuja culminância é a relação entre poder e saber”. O filósofo brasileiro nos conta ainda que, como metodologia para tratar, então, das formações discursivas que fundam os poderes, Foucault emprega dois conceitos de Nietzsche: a noção de que o conhecimento é um efeito de superfície dos instintos (e não há pacificidade nos saberes); e o fato de que não existe afinidade nem adequação do conhecimento com o mundo a conhecer. Nesse estágio, já se operou o desaparecimento da arqueologia para o surgimento da genealogia, sem que haja continuação entre uma coisa e outra.

É importante observar que falamos aqui a partir de *A arqueologia*, de 1969, e daí em diante, mas antes dela temos em recuo, por exemplo, *As palavras e as coisas*, de 1966, em que Foucault sustenta como tese central que a noção de “homem” consiste em uma invenção recente, surgida no século XIX por meio da criação das ciências empíricas, âmbito no qual o homem aparece como objeto para a biologia, as ciências econômicas e a filologia, e que essa noção corre o risco iminente de desaparecimento conforme mude a configuração dos saberes modernos.

---

50 Em uma raríssima remissão de Greimas a Foucault, o semiótico retoma o nome do filósofo justamente para sinalizar que, em relação à constatação de que em semiótica uma “massa modal” poderia ser articulada em termos de uma “semiótica do poder (do poder-fazer e do poder-ser)”, “esse vasto domínio é desbravado de maneira feliz por Michel Foucault” – sem deixar de completar de forma ferina –, “cujas análises ricas e pertinentes são frequentemente exacerbadas em razão das motivações ideológicas do filósofo e de seus discípulos” (GREIMAS, 1983, p. 16).

51 Em sua fala “Michel Foucault: a paixão pela diferença” proferida na 1ª Jornada Foucault Filósofo, que ocorreu na FFLCH – USP em 18 de abril de 2017.

Ainda antes disso, temos *A história da loucura*, de 1962, onde Foucault mostra como, até o final da Idade Média, os indivíduos denominados como “loucos” eram bem aceitos socialmente, vistos até como figuras de razão e detentoras de um certo tipo de verdade, mas que depois passam progressivamente a ser excluídos da sociedade para, no final do século XVII, serem por lei removidos do convívio por atrapalharem a ordem social, junto com os vagabundos, os criminosos e os homossexuais, no que o filósofo denomina como “a grande internação”. Depois disso, no início século XIX, o olhar sobre a loucura muda novamente: ela começa a ser entendida como doença mental, tornando-se objeto de estudo e algo passível de tratamento.

Entre uma obra e outra, de novo, temos uma ruptura epistemológica, padrão que vai ser manter em sua produção posterior, e que nos sugere que uma espécie de motivação que atravessa de forma mais transversal a pesquisa do autor seria a busca do modo como um problema se torna um problema, como o “homem” se torna uma questão, como a “loucura” se torna uma questão, como o “poder” se torna uma questão, sobre o que o próprio Foucault afirma:

Eu diria que o que eu faço é a história das problematizações. Ou seja, a história da maneira como as coisas constituem um problema. Como e por que, e de que forma específica, a loucura impôs um problema ao mundo moderno? E por que isso se tornou um problema grave? (FOUCAULT CONTRE LUI-MÊME 4'31" a 4'53")

A partir, então, de *A verdade das formas jurídicas* (1973), Foucault vai se ocupar durante alguns anos com as questões em torno do poder, contexto em que os dispositivos e a microfísica são concebidos e ganham centralidade na sua reflexão, período que se estende até *Vigiar e punir*, de 1975. Porém, em 1976, com *A história da sexualidade*, ocorre a passagem de uma genealogia do poder ao que Machado (2017, p. 78) chama de *genealogia da subjetividade*. De

acordo com o autor<sup>52</sup>, a ideia do poder disciplinar e regulador aparece em *A sociedade punitiva* (1973), mas depois Foucault percebe e afirma que isso não daria conta do seu problema principal: que passa a ser o sujeito, mais especificamente, o nascimento do homem e de seu desejo. Nesse momento, o filósofo passa da afirmação dos anos 1970 de que “a minha questão sempre foi o poder” para alguém que diz “a minha questão nunca foi o poder, sempre foi o sujeito” nos anos 1980.

Nesse sentido ele vai desenvolver uma estética da existência (de inspiração grega) em *O cuidado de si*, já de 1984, e se ocupar dos modos de subjetivação do sujeito, exercendo até mesmo uma certa crítica à psicanálise por discordar de seu método: ele opõe, então, o que identifica como uma hermenêutica do desejo em Freud à sua proposta de estética da existência, fundada no prazer. O filósofo não entra, porém, de fato nessa briga contra a psicanálise porque, como diz Machado, ele “não acreditava ter as armas mortais para eliminá-la”.

Esboçado assim esse percurso parcial e bastante sintético, do final dos anos 1960 até os anos 1980, em um eixo em que vemos emergir o problema do saber, do poder e finalmente do sujeito, a tomada de posição em perspectiva sobre a produção acadêmica de Foucault nos permite identificar um intelectual que, além de se dedicar à elaboração e ao desenvolvimento dos seus conteúdos conceituais, mantém uma preocupação de outra ordem, que talvez pudesse ser denominada como “arqui-teórica” malgrado sua recusa em ser descrito como um produtor de teorias, que busca de modo vigilante evitar o que Lasgnerie descreve como um dos riscos do pensamento, que é justamente “fechar-se em si mesmo, tornando-se seu próprio jogo ou uma estética vazia, acomodando-se satisfeito em seus próprios conceitos” (FOUCAULT CONTRE LUI-MÊME, 22’48” a 22’55”).

---

52 Agora novamente em conteúdo da sua fala “Michel Foucault: a paixão pela diferença” proferida na 1ª Jornada Foucault Filósofo, que ocorreu na FFLCH – USP em 18 de abril de 2017.



Por mais que estejamos no âmbito de uma análise semiótica de herança e posicionamento imanente, ou seja, que se volta estritamente aos textos e ao modo como essa espécie de movimento cognitivo que avança incessantemente contrapondo-se a si mesmo se encontra discursivizado nos livros que compõem o arco da obra de um autor, é importante não perder de vista a dimensão política dessa movimentação e, sobretudo, quando se fala em termos da atuação intelectual de Michel Foucault no contexto do final dos anos 1960 em Paris, furtar-se a no mínimo nomear esse aspecto talvez configure uma proposta demasiadamente míope para que seja levada em consideração.

Assim, destacamos e consideramos pertinente o modo como Lasganerie aponta haver uma articulação muito forte entre a atuação política local e militante de Foucault e suas reflexões mais conceituais. Ele coloca esses dois polos da vida do filósofo em uma relação de dependência pendular, apontando que a ida de Foucault às ruas para lutar por suas causas sociais e políticas alimenta sua produção acadêmica, momento posterior em que ele elabora conceitualmente sua atividade prática de luta em um ciclo onde esses dois núcleos se encontram em mútua emancipação, e seu pensamento nunca se fecha conclusivamente visto que a militância não para.

Ainda nesse sentido, de acordo com Leo Bersani<sup>53</sup> em sua fala no mesmo documentário, muito embora Foucault seja um legítimo produto do sistema educacional francês, indo do preparatório no Lycée Henri IV à École Normale Supérieure e daí à Sorbonne e ao Collège de France, a sua prática intelectual e de ensino de certo modo frustra determinados estereótipos e expectativas na medida em que, para Foucault, “a instituição se torna um ponto de partida para algo que é fundamentalmente anti-institucional”, na direção justamente da construção de um saber que se retoma e se corrige, se

---

53 Professor emérito de literatura francesa e teoria literária na Universidade da Califórnia, Berkeley. Autor dos livros: *Balzac to Beckett* (Oxford Univ. Press, 1970), *The freudian body: psychoanalysis and art* (Columbia University Press, 1986), *Homos* (Harvard Univ. Press, 1995) e *Thoughts and things* (Univ. Chicago Press, 2015), entre outros.

contradiz e se nega sem muito pudor, dispondo-se mesmo à maleabilidade da desconstrução e do esquecimento como postos por Barthes.

Ao optar se manter em constante movimento, muitas vezes atuando contra si mesmo, Foucault enfim nos deixa a impressão de que o único fio condutor possível de seu percurso intelectual talvez seja justamente a redefinição constante do que é possível ser *pensado*:

Quando olhamos a trajetória de Foucault, é impressionante notar que ele tem os títulos mais legítimos e que, ao mesmo tempo, ele tem uma prática extremamente inovadora e objetos de pesquisa até então ilegítimos. Por um lado, ele cursou a École Normale Supérieure, foi professor de filosofia, defendeu uma tese na Sorbonne. Assim, ele segue um percurso que dá a noção de legitimidade e centralidade acadêmicas mas, ao mesmo tempo, ele escreve livros de história, o que já é novidade para um filósofo, e não é qualquer história, mas a história dos loucos, depois a história dos presos, depois a da sexualidade. Ou seja, com objetos indignos que ele conduz ao campo da legitimidade. Essa contradição é muito bonita em sua obra e demonstra uma grande capacidade de resistência à domesticação institucional. Precisamente, o que Foucault fez foi utilizar o capital institucional e o capital simbólico para transformar a definição de filosofia e a definição da atividade do pensamento. Ele utilizou as instituições para redefinir o campo do pensável para todos, em vez de se deixar domesticar por elas. E essa é uma das suas grandes contribuições ao pensamento contemporâneo. (LASGANERIE em FOUCAULT CONTRE LUI-MÊME, 43'53'' a 45'25'')

Finalmente, muito ao eco do conteúdo de *A arqueologia*, que se opõe ao emprego das noções de gênese, continuidade e totalização em relação à história das ideias, não encontramos em Foucault um pensador teleologicamente guiado pela busca de uma verdade, cujas reflexões possam ser dispostas em uma linha reta de desenvolvimento progressivo ou

aperfeiçoamento acumulativo. Muito diversamente, o teor de seu aporte teórico talvez seja melhor lido em termos de camadas superpostas que se podem acessar em diferentes profundidades ou alturas de *episteme*, entendida justamente na acepção de “um conjunto de relações que podemos descobrir, para dada época, entre as ciências quando as analisamos no nível das regularidades discursivas” (FOUCAULT, 1969, p. 259).

Como último aspecto que gostaríamos de explorar em relação ao exemplo que buscamos trazer com Foucault no que concerne à questão do dinamismo vinculado ao pensamento, a ideia de uma oscilação pendular entre a experiência prática da militância e a elaboração conceitual de noções associada à sua pesquisa, como posta em evidência por Lasganerie, não deixa de nos remeter à esquematização dos movimentos da vida mental como proposta por Henri Bergson em *Matéria e memória* (1896), sobre a qual gostaríamos de fazer alguns comentários.

Nesse livro, Bergson parte de uma preocupação fundamental em atenuar o dualismo entre corpo e espírito, que se traduz em termos de orientações filosóficas gerais na oposição entre materialismo *vs.* idealismo, usando para tanto o exemplo preciso de como esses dois elementos entram em relação no âmbito da memória. Nesse contexto, para retomar pontos centrais de interesse da sua reflexão, o filósofo estabelece e descreve em reformulação original de que maneira a memória molda a percepção tornando-a na verdade um espaço de “visão interior e subjetiva” (BERGSON, 2012, p. 74) e, opondo-se à perspectiva psicologizante e mesmo biologizante de tais questões, já em voga à época, defende centralmente que a noção de cérebro como espaço físico de armazenamento da memória não existe.

Em sua abordagem, Bergson (2012, p. 198) aponta que tal concepção do cérebro, a seu ver ilusória e mesmo metafórica, só se justifica na medida em que atende à nossa necessidade de vincular a uma série de lembranças as noções de “conter e estarem contidas” para que possa ficar assim estabelecido

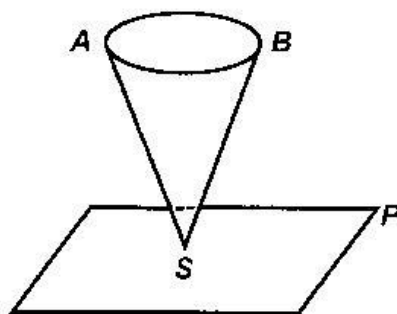
o modo de sobrevivência *em si* do passado. O que o autor propõem no lugar disso é que o cérebro é apenas uma *imagem* e toda a memória fica inscrita no corpo que, por sua vez, é também uma imagem em meio a outras imagens.

O conceito de imagem é bastante central na proposta do filósofo e nos parece responder diretamente à sua crítica ao dualismo vulgar entre corpo e espírito, e ainda ao associativismo da psicologia (BERGSON, 2012, p. 185-187). Para o filósofo, a psicologia associativista faz uma distinção também entre dois termos (segundo ele, erroneamente separados por diferença de grau e não de natureza): as sensações atuais (percepção) e a lembrança pura, ao que ele propõe a intervenção de uma noção intermediária. Bergson (2012, p. 181) postula uma hierarquia de três termos, a *lembrança-pura*, a *lembrança-imagem* e a *percepção*, que não se produzem isoladamente mas sempre impregnando-se entre si, para começar a esboçar o mecanismo pelo qual ele entende, colocando-se aqui de forma muito sintética, ser possível ao sujeito perceber o mundo e lembrar-se dele.

Assim, no modelo bergsoniano para a vida mental, o corpo, em sua atividade sensório-motora, assume o papel de vértice que une o passado ao presente e de selecionador de imagens, em uma elaboração que compreende o seu movimento no espaço como único meio do qual dispomos para executar um corte incessantemente renovado no que Bergson chama de (2012, p. 197) *devoir universal*, e que nos cria justamente o efeito de sentido de “estar-se no presente”. Desse modo, “o estado psicológico que eu chamo de ‘meu presente’ é ao mesmo tempo uma percepção do passado imediato e uma determinação do futuro imediato” (BERGSON, 2012, p. 186) – sendo para o filósofo o presente puro inacessível pois percebemos sempre e apenas o passado (BERGSON, 2012, p. 198) –, e que consiste em “ao mesmo tempo, sensação e movimento; e visto que meu presente forma um todo indiviso, esse movimento deve estar ligado a essa sensação e se prologar em ação”.

Começamos a ver por aí o modo como movimento e pensamento se encontram imbricados de forma necessária na teoria de Bergson, relação que é formalizada na representação gráfica no formato de um cone que o filósofo propõe para esse complexo fenômeno que o ocupa e que também procuramos sondar com este estudo. Esse modelo é introduzido com as seguintes palavras do autor, onde observamos postas em relação noções já mencionadas aqui como a do corpo como uma imagem, a impertinência da noção de cérebro como armazém da memória e a união do passado ao presente por meio da movimentação:

Imagem ele mesmo, o corpo não pode armazenar imagens, pois ele faz parte das imagens; e é por isso que é quimérico o empreendimento de querer localizar as percepções passadas, ou mesmo presentes, no cérebro: elas não estão nele; é ele que está nelas. Mas essa imagem tão particular, que persiste em meio a outras e que eu chamo de meu corpo, constitui a cada instante, como já dissemos, um corte transversal do devir universal. É então o *local de passagem* dos movimentos recebidos e emitidos, o traço de união entre as coisas que agem sobre mim e as coisas sobre as quais eu ajo, a sede, em uma palavra, dos fenômenos sensório-motores. Se eu represento com um cone SAB a totalidade das lembranças acumuladas na minha memória, a base AB, assentada no passado, permanece imóvel, enquanto o vértice S, que figura a todo momento meu presente, avança sem cessar, e sem cessar toca o plano móvel P da minha representação atual do universo:

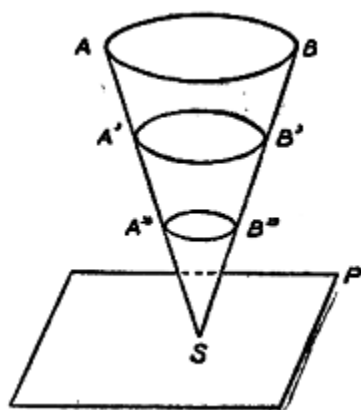


(BERGSON, 2012, p. 200)

Sobre esse arranjo complexo, Bergson comenta, subvertendo de certa forma a hierarquia do senso comum segundo a qual por via de mão única o presente vira passado, o modo como as lembranças em parte dirigem e emolduram a percepção ao afirmar que: “as lembranças puras, chamadas do fundo da memória, se desenvolvem em lembranças-imagens cada vez mais capazes de se inserir no esquema motor” e “na medida em que as lembranças tomam a forma de uma representação mais completa, concreta e consciente, elas tendem a se confundir com a percepção que as atrai” (BERGSON, 2012, p. 172 - 173).

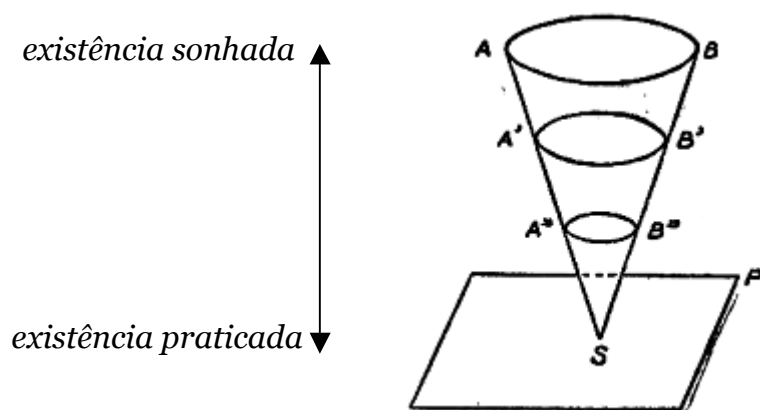
Com efeito, em formulação original, o filósofo considera que quaisquer que sejam o número e a natureza dos termos interpostos (entre lembrança-pura, lembrança-imagem e percepção), “não vamos da percepção à ideia, mas da ideia à percepção, e o processo característico do reconhecimento não é centrípeto, mas centrífugo” (2012, p. 178) - movimento de dentro para fora em relação ao sujeito e que tangencia o contorno de uma curva já relativa aos círculos contidos no arranjo do cone.

De fato, o filósofo especifica o funcionamento do cone desenhando-lhe círculos concêntricos (AB, A'B', A''B''), e assim indefinidamente em uma “multidão de estados possíveis da memória” (2012, p. 217)), que representam as diferentes alturas em que o sujeito pode oscilar mentalmente, confirmando peremptoriamente o papel fundamental do movimento, de acordo com Bergson, na conceitualização do que entendemos como pensamento:



(BERGSON, 2012, p. 211)

As subidas e descidas ao longo desse eixo-gradiente representam na proposta do filósofo justamente os movimentos da vida mental de um sujeito. Para Bergson (2012, p. 210 – 211), a dinâmica de que se pode chamar como uma “ideia geral” é se mover sem parar entre a esfera da ação e a da memória pura, em uma corrente dupla em que pode vir a se materializar e cristalizar em palavras ditas ou se evaporar em lembranças. Desse modo, ele estabelece a possibilidade de movimentos de idas e vindas, e também de translação e rotação, da memória em relação a dois pontos distintos do esquema, que consistem em duas disposições mentais polares da vida psicológica: a de uma existência *sonhada* (*rêvéé*) (assentada no passado da base AB, da ordem do sonho, da fantasia<sup>54</sup> e da total intelectualização de conceitos) e uma existência *praticada* (*jouée*), cada vez mais próxima à medida que descemos em direção ao ponto S, domínio da ação sensório-motora do corpo no presente, ponta extrema de nossa vida mental que não para de se inserir no tecido dos acontecimentos:



(BERGSON, 2012, p. 211, especificações adicionais nossas)

54 Apesar da *existence rêvéé* bergsoniana estar associada ao sonho e à fantasia, o filósofo toma o cuidado de traçar uma distinção clara entre essas noções e a loucura e a alucinação em relação ao equilíbrio mental e à atenção à vida ao longo das páginas 222 e 223 de *Matéria e memória*.

Sobre o modelo final, o filósofo afirma:

Tudo se passa como se nossas lembranças fossem repetidas um número indefinido de vezes nessas milhares e milhares de reduções possíveis de nossa vida passada. Elas assumem uma forma mais banal quando a memória se contrai, mais pessoal quando ela se dilata, entrando assim em uma quantidade ilimitada de “sistematizações” diferentes. Uma palavra em língua estrangeira, pronunciada aos meus ouvidos, pode me fazer pensar nessa língua no geral ou em uma voz que a pronunciou uma vez de uma certa maneira. Essas duas associações por semelhança não se devem à chegada acidental de duas representações diferentes que o acaso conduziu caso a caso à esfera da percepção atual. Elas correspondem a duas *disposições* mentais diversas, a dois graus distintos de tensão da memória, aqui mais próxima da imagem pura, acolá mais disposta à réplica imediata, ou seja, à ação. Classificar esses sistemas, buscar a lei que os liga respectivamente aos diversos “tons” da nossa vida mental, mostrar como cada um desses tons é determinado pelas necessidades do momento e também pelo grau variável de nosso esforço pessoal, seria uma empreitada difícil: toda essa psicologia está ainda por ser feita, e nós não queremos, por ora, tentar fazê-la. Mas cada um de nós sente que essas leis existem, e que há relações estáveis desse gênero. (BERGSON, 2012, p. 218)

Neste capítulo, buscamos identificar e defender a existência de um movimento correlato e necessário à dimensão cognitiva, e também descrever de que maneira ele já foi conjecturado, concebido e mesmo descrito e graficamente esquematizado por alguns autores. Esperamos que nossa intenção inicial em resgatar esse modelo de Bergson, que de forma geral atende às ambições teóricas aqui alimentadas, e de forma específica nos oferece uma robusta e sistematizada explicação filosófica para o movimento pendular que observamos na prática intelectual de Michel Foucault (oscilando entre a ação militante e a elaboração conceitual), tenha conseguido ficar em certa medida explícita.



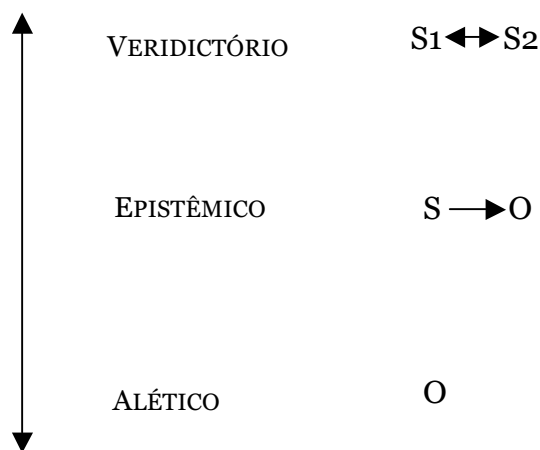
Ensejados justamente por essa modelização de baixo a alto (e vice-versa) como proposta por Henri Bergson para, nos seus termos, a “vida mental” do sujeito, pensamos ser oportuno reconduzir a discussão para dentro do domínio da semiótica francesa a fim de observar como duas elaborações teóricas abordaram a questão de maneira virtuosamente análoga no âmbito de nossa disciplina. Entendemos que já atravessamos aqui duas etapas de rescensão crítica e argumentativa do que podemos encontrar como teorização semiótica acerca da dimensão cognitiva: partimos dos modelos bastante gerais, e mesmo teoricamente fundadores, do quadrado semiótico dos atos epistêmicos de Greimas e da configuração do espaço fiduciário, de caráter tensivo, de Zilberberg apontando-lhes como preveem e dispõem-se ao acolhimento significativo do movimento para chegarmos a dois esquemas oriundos dos anos 1980, especificamente voltados às questões do crer e do saber e suas flutuações correlatas, que já tematizam de forma direta o movimento aí incidente, procurando centralmente lhe dar tratamento conceitual e mesmo representação gráfica.

Nossa recensão não intencionou ser uma simples exposição em desfile de conteúdos, mas antes um modo de especificar progressivamente e fazer a defesa teoricamente ancorada da hipótese: “pensar é mover-se”, mote para esta seção. Gostaríamos de concluí-la com proposições ainda mais recentes. Nesse sentido, dispomos do modelo de *échafaudage* ou andaime modal proposto por Denis Bertrand<sup>55</sup>, que apresenta de maneira articulada as modalidades alética, epistêmica e veridictória, preponderando e complexificando a sua relação. O arranjo não só coloca o movimento em destaque, formalizando sua ação em patamares, como se mostra especialmente esclarecedor em relação às idas e vindas de descobertas, estabilizações e disputas veridictórias em torno de um objeto cognitivo, que emergem mais ou menos intensamente de acordo com o parâmetro interactancial posto em jogo.

---

55 No minicurso “Semiótica 2000-2015: história conceitual e campos de intervenção” ministrado na FFLCH – USP e 17 a 20 de agosto de 2015.

Partindo do consenso já aqui indicado de que há uma proeminência modal do crer em relação ao saber, e também no sentido de que na percepção “eu creio naquilo que eu vejo” e a sensorialidade funciona como um regulador da percepção e da confirmação em relação a outros sujeitos, Bertrand determina que, sempre sob essa dominância, o que podemos chamar de um saber se regra em três níveis:



No nível alético, o autor entende que o objeto se torna o sujeito do discurso e há uma minimização extrema ou mesmo apagamento da participação da subjetividade. Estamos no domínio das coisas como elas *devem-ser*, que nos remete aos enunciados de estrutura “A é B” descritos por Latour e Fabbri (1977, p. 83) como proposições despidas de qualquer modalização que representam o ápice do sucesso do enunciado científico. Para Bertrand, nesse nível encontramos uma espécie de objetificação do saber em torno de enunciados como “a Terra é redonda” ou “a água ferve a 100 °C”, que chegam a de fato acessar o efeito de sentido de verdades universais – trata-se em última instância dos saberes pacíficos, estabilizados e de ampla ou irrestrita aceitação.

No que concerne ao modo potencialmente problemático como o objeto (O) aparece sozinho nessa descrição, visto que em semiótica todo sentido é

fundamentalmente uma *relação*, gostaríamos de retomar uma interessante passagem de “Petite philosophie de l’énonciation”, artigo de Bruno Latour de 1998. Nesse texto o filósofo parte da teoria da enunciação como postulada por Greimas para propor-lhe uma releitura que não a trai no sentido de que não se “volta à natureza nem ao contexto social” (LATOURE, 1998, p. 3) para explicar o fenômeno da enunciação, mas, diferentemente do projeto greimasiano, em que é “tradicional chamar de ‘enunciação’ o conjunto de elementos ausentes cuja presença é no entanto pressuposta pelo discurso graças às marcas que ajudam o locutor competente a lhes reunir a fim de dar um sentido ao enunciado” (LATOURE, 1998, p. 2), busca triar daí o que permite manter a enunciação como um *ato* e uma *mediação* para concebê-la e explicá-la no âmbito de sua *presença*, entendida em termos de um *envio*.

Diferentemente da “solução tradicional, de Benveniste a Greimas”, o envio relativo à enunciação não consiste na passagem da *langue* à *parole*, ou seja, no papel da enunciação como atualizadora das potencialidades do discurso. A enunciação é entendida aqui como uma condição de existência, “aquilo que permite permanecer em presença, ou seja, ser, ou seja, existir”, como “um processo, um movimento, uma passagem, literalmente um *passé* no sentido do jogo de futebol” (LATOURE, 1998, p. 3), único elemento capaz de garantir continuidade a um existir que é aqui compreendido como incessantemente ameaçado. A noção de passagem é justamente o que define nove regimes de enunciação<sup>56</sup> para Latour, alguns deles inconcebíveis para a semiótica greimasiana arraigada em sua gramática actancial por não apresentarem um sujeito (seja enunciador ou enunciatário), que se caracterizam e se diferenciam de acordo com o que cada deles um *passa*.

---

56 Que são os seguintes: reprodução, substituição, crença, técnica, ficção, ciência, religião, política e direito. Ao conceber o que considera o primeiro e fundamental regime de enunciação, a reprodução, que não conta com enunciador nem enunciatário e consiste numa passagem de *linhas de força* (LATOURE, 1998, p. 6), o tom geral é de crítica às demais teorias que buscaram compreender a enunciação, aí inclusa a semiótica greimasiana, pela sua orientação antropocentrista e logocêntrica.

Nesse contexto, e para fechar o parêntese latouriano e retornar ao modelo de Bertrand, nos interessamos especialmente pelo que Latour define como o regime da crença, também chamado de regime da *omissão*. Guardadas as devidas tomadas de posição teóricas francamente distintas, achamos curioso como esse regime de Latour é capaz de iluminar, mesmo que de longe e outros ângulos, alguns aspectos em relação aos enunciados da ordem do alético, do *dever-ser assim* frente a impossibilidade de ser de qualquer outra maneira, e também no que viabiliza em termos de se conceber formalmente um domínio onde o objeto reina absoluto em solidão.

Para Latour (1998, p. 8), o que o regime da crença *passa* é justamente uma *essência*, no sentido de que: “aquilo que é dito não depende de forma nenhuma de quem disse e nem a quem disse. As coisas são. Há. Sabemos. As figuras da enunciação são totalmente abolidas. Pouco importa quem, onde, quando” e “mesmo a distinção entre o enunciado e as ‘pessoas’ da enunciação é impossível”.

É bastante coerente que nossa associação de um regime de crença com o nível alético cause estranheza, dado que no andaime de Bertrand dispomos do patamar veridictório, notório domínio do *crer-ser*, que de fato não nos motivou a traçar tal relação. Isso se deve justamente porque ativemo-nos ao parâmetro actancial e ao modo não convencional, segundo a teoria semiótica, em que ele ocorre em nível alético (objeto pleno frente a subjetividade suprimida), buscando formas de compreendê-lo (e desdobrá-lo para interesse de nossa pesquisa) por meio de uma proposta também anticonvencional, a da “*Petite philosophie*”, no que esta prescinde em relação à obrigatoriedade de actantes para o estabelecimento de um sentido. Lembramos também que, de partida, Bertrand postula a predominância modal do *crer* que, assim, emana sobre todo o modelo. No que pode guardar de despropositada, essa aproximação revela, no contexto em que é feita, o quanto de adesão temos no alético e como a crença incide em um regime de “conhecimento” fundado no *dever-ser*, conferindo-lhe vitalidade.

Assim, voltando à proposta de *échafaudage* modal, é na passagem do alético ao epistêmico que vemos entrar em jogo a participação subjetiva, na relação S – O, onde se instauram variáveis de certeza do sujeito sobre o objeto. E, ascendendo à etapa veridictória, encontramos a relação intersubjetiva S<sub>1</sub> – S<sub>2</sub>, onde os sujeitos brigam sobre pontos de vista e há a polêmica do saber, já narrativizado e problemático em meio a disputas e estratégias de veridicção e convencimento. Finalmente, essa estruturação se encontra aberta à movimentação livre e cíclica, como indica o eixo vertical duplamente orientado.

Bertrand exemplifica uma dinâmica de ida do alético ao veridictório, e de seu completo retorno em percurso inverso, em torno de uma polêmica descoberta científica do século XVII: afirma-se, no alético, que a “Terra gira em torno do Sol”, mas, quando isso chega ao veridictório torna-se problemático no contexto da Inquisição e volta-se ao epistêmico: pode-se afirmar que não se tem certeza sobre o fato ou até mesmo negar a descoberta, como fez Galileu frente a um tribunal em Roma em 1633 – completando no íntimo com “*Eppur si muove*”<sup>57</sup>, voltando-se então ao alético, mas que agora ratifica o geocentrismo.

O movimento assim sistematizado em patamares e cujo contorno cíclico é garantido pela livre reversibilidade de sua direção ilustra especialmente os arranjos, consequências e coerções modais e actanciais atreladas aos objetos cognitivos, sobretudo quando postos em circulação entre sujeitos. Mantém-se aqui uma dinâmica de oscilação contínua, mas que difere do que é concebido, por exemplo, por Bergson, cujo modelo privilegia o espaço mental íntimo do sujeito em reflexão consigo mesmo. Nesse sentido, e antes que nos notifiquem da não pertinência para um estudo semiótico daquilo que “se passa na cabeça do sujeito” em termos mentais ou psicológicos, gostaríamos de encerrar este item com uma reflexão de Jean-François Bordron encontrada em “Descartes e Brunelleschi – la pensée au miroir”, capítulo de seu livro *L'iconicité et ses*

---

57 E, no entanto, se move.

*images* (2011), que consideramos ser, entre todas as propostas semióticas voltadas ao cognitivo que já percorremos aqui, a mais rizomática sugestão de abordagem para o que se entende e se chama em outras disciplinas como o “fluxo do pensamento” e também pelo que ela reitera sobre a nossa associação fundamental entre pensamento e movimento.

O objetivo de Bordron (2011, p. 67) nesse capítulo é fazer uma leitura da passagem de *Méditations métaphysiques* (1641), de Descartes, em que se efetua a transição entre o ato do “*cogito*” e o enunciado que conclui “eu sou uma coisa que pensa”. O autor vai resgatar a estrutura especulativa do raciocínio cartesiano para compará-la à experiência realizada pelo pintor renascentista Brunelleschi em Florença em 1415 que buscou demonstrar a validade da técnica da perspectiva central em pintura. Bordron considera que essas duas obras, separadas por séculos, de alguma forma compartilham o mesmo problema: e seu objetivo em relação a elas é mostrar a importância da esquematização espacial na efetuação de um pensamento.

Ateremo-nos aqui, por afinidade e interesse temáticos, a algumas considerações feitas por Bordron em relação à experiência do *cogito* e o que pode ser sistematicamente estruturado em torno dele. Entendemos que essa reflexão se mostra especialmente pertinente junto à nossa pesquisa justamente por se propor “estudar os movimentos especulativos de um pensamento na medida em que seus efeitos são manifestos pela textualidade” (BORDRON, 2011, p. 70). Assim, uma primeira distinção feita pelo autor consiste no fato de que, uma vez instalada a primeira certeza da ordem da razão, de acordo com Descartes, um “eu sou, eu existo”, que é “necessariamente verdadeiro todas as vezes que eu a pronuncio ou a concebo em meu espírito” (DESCARTES, AT, IX, p. 19 apud BORDRON, p. 67), coloca-se imediatamente a questão, para o sujeito da certeza, sobre a natureza daquilo que ele está certo ser, dúvida que Descartes descreve da seguinte maneira: “Mas eu não conheço ainda muito claramente o que eu sou, eu que estou certo de que sou” (Descartes, AT, IX, p. 19 apud BORDRON, 2011, p. 68).

Essa configuração estabelece de partida o conflito de estados central do texto de Descartes, descrito por Bordron (2011, p. 77) como o “conflito próprio ao ato de conhecer”, que se dá entre um sujeito da certeza ingênua e o sujeito da dúvida sempre retomada. Dessa forma, um primeiro movimento do sujeito para conhecer o que ele é, ou seja, sua natureza, é, para Descartes, o ímpeto de percorrer o inventário das antigas crenças. Bordron (2011, p. 69) sinaliza que aí já existe o estabelecimento de diferentes regimes temporais<sup>58</sup>, o que distancia a ideia do inventário como uma simples lista acrônica: no exercício dessa tentativa de conhecer-se há “uma tensão em direção a um conhecimento a ser adquirido; um inventário de crenças passadas; e o julgamento atual sobre essas crenças”.

Para Bordron, em relação ao conjunto crenças, é importante distinguir os enunciados, em sentido estrito, que as contêm de sua enunciação. Isso é fundamental pois “os enunciados em si não dependem do *cogito* (...). Podemos dizer, de forma geral, que as dimensões da descrição e da narração, assim como os elementos propriamente lógicos podem ser concebidos independentemente do fato de que sejam enunciados” (BORDRON, 2011, p. 69). Com efeito, o objetivo do semioticista é evidenciar “a diferença de regime entre a sequência de enunciados e o desenrolar do pensamento que acompanha sua enunciação” (BORDRON, 2011, p. 69) ou, dito de outro modo, “ênfatisar a diferença entre os momentos textuais que expõem os conteúdos

---

58 Apesar de fazer uma primeira ordenação de caráter temporal em relação ao inventário de crenças, a proposta de Bordron trabalha no sentido de descrever e explicar as operações *espaciais* subjacentes ao desenvolvimento especulativo do pensamento – e isso se torna mais flagrante quando ele associa essa primeira reflexão sobre Descartes com o experimento de Brunelleschi. Dessa maneira, ele se opõe a uma ampla tradição filosófica que vincula o pensamento ao tempo, como na expressão temporal, e não espacial, dada por Kant ao esquematismo transcendental (BORDRON, 2011, p. 76), e também às organizações lógicas: “O inventário das antigas crenças segue de modo bastante estrito uma ordem que vai do mais distante ao mais próximo em relação à presença atual do pensamento. Não se trata de uma ordem da razão, mas de uma ordem de proximidade que poderíamos descrever quase como espacial” (BORDRON, 2011, p. 71). Sua tomada de posição nesse sentido se apoia ainda no fato de que “uma parte considerável de operações gramaticais de base é representável por esquemas espaciais. Assim como para gramáticas actanciais e também para certas gramáticas cognitivas” (BORDRON, p. 76 - 77).

do pensamento e aqueles que efetuam esse mesmo pensamento” (BORDRON, 2011, p. 72).

Desse modo, monta-se uma estrutura *em passagem* concernente ao que é pensado e enunciado, e é essencialmente aí que Bordron (2011, p. 77) busca estabelecer uma dinâmica relativa aos preceitos de Descartes, de acordo com o que requer uma “intuição de movimento” que o próprio semioticista afirma ter em relação à questão. Para tanto, ele retoma o perene conflito entre o sujeito certo de ser e o sujeito que duvida e se pergunta o que é, apontando que o momento do *cogito* é justamente o único instante de estabilização dessa oscilação, desdobrando-o da seguinte maneira:

Esse conflito, que podemos imaginar eterno, se estabiliza momentaneamente no momento do *cogito*. Mas este não é evidentemente a obtenção de uma certeza no mesmo sentido em que poderíamos dizer, para qualquer narrativa, que um objeto buscado é enfim obtido. O *cogito*, assim como a certeza de existir que o acompanha, não são precisamente objetos do pensamento que podemos dominar da maneira como adquirimos um conhecimento usual. Eles concernem à dimensão de efetuação do pensamento e não são portanto objetos do pensamento. Assim, o conflito que segue essa primeira obtenção de certeza não se situa entre dois tipos de enunciados contraditórios sobre os quais deveríamos decidir a verdade (como em uma antinomia). O conflito se situa entre a efetuação do pensamento que se marca pelo *cogito* e a certeza de existir que chega a ele face a face. Só podemos destacar a profunda instabilidade da situação tal como Descartes a enuncia:

*Enfim, é preciso concluir e ter como certo que essa proposição Eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira, todas as vezes que eu a pronuncio, ou que eu a concebo em meu espírito.* (BORDRON, 2011, p. 77-78)



Sobre essa espécie de reiteração relativa ao *cogito*, o semioticista comenta:

Se este for o caso, basta parar de pensar um momento para que recomece a experiência da dúvida. Esta poderá originar, por sua vez, de acordo com o mesmo caminho, uma nova certeza. Nós estamos então engajados em um processo sem fim, à maneira de um ciclo de histerese<sup>59</sup>. Podemos dizer nesse sentido que o pensamento aí se encontra em momentos de certeza, em momentos de conflito consigo mesmo, cada uma dessas duas situações devendo conduzir uma à outra. (BORDRON, 2011, p. 78).

Finalmente, como resolução desse aspecto do movimento que tende ao vicioso, Bordron (2011, p. 78) propõe algo que aponta, se pensarmos nos níveis de estruturação semiótica para o sentido, na direção mais superficial de focalização e actancialização, ao dizer que: “Para que esse ciclo pare e para que o pensamento pare de ser, por assim dizer, sua própria presa, é preciso que se estabeleçam de modo estável um sujeito e um objeto”. Não podemos deixar de observar que essa distribuição estrutural, de caráter espacial e dinâmico, que Bordron estipula entre uma dimensão de efetuação do pensamento que, bem entendido, já é textual, e uma dimensão de objetificação desse pensamento, em que se discursivizam sujeito e objeto, atende ponto a ponto a proposta de sintelização do percurso gerativo do sentido por Zilberberg, que propõe uma redução da estrutura em termos de um nível *figural* profundo e abstrato que emerge no *figurativo*.

A essa colocação se segue imediatamente o início da análise sobre o experimento de Brunelleschi, na qual não teremos oportunidade de nos aprofundar aqui, mas cujo mecanismo formado pelo olho do artista, seu quadro e um espelho, enquanto modo de legitimar e retificar a técnica da

---

<sup>59</sup> Fenômeno apresentado por determinados sistemas físicos cujas propriedades dependem de sua história precedente. Também entendido como a tendência de um sistema de conservar suas propriedades na ausência de um estímulo que as gerou, ou ainda, a capacidade de preservar uma deformação efetuada por um estímulo.

perspectiva construída por meio de pontos de fuga, é abordado por Bordron (2011, p. 81) justamente por ser entendido como uma maneira concreta de “tornar o dispositivo do pensamento claro e objetivá-lo” o que vai repercutir e endossar, ao longo do capítulo, sua reflexão de cunho mais conceitual, porém apontada como de caráter análogo, em torno do texto de Descartes.

Começamos a concluir assim parte do debate proposto como objetivo central de nosso capítulo: partindo de uma intuição sobre o vínculo necessário entre pensar e mover-se que, ao ir ao *Dicionário de Semiótica*, encontrou para “movimento” apenas uma definição especulativa que aponta um possível ganho ou vantagem para a teoria caso tal noção de fato existisse formalmente, julgamos ser este um terreno fértil a ser explorado, esquadrinhado e abordado sob diferentes ângulos e em alguns de seus múltiplos vieses. Tomando como base o que já se produziu como teoria atinente ao tema e propondo aí também novas possibilidades de relação teóricas e alguns exemplos, consideramos no mínimo proveitoso um trajeto que se conclui nos proporcionando o retorno ao emblemático *cogito* cartesiano pelas mãos de um semioticista, Jean-François Bordron, que de maneira muito afinada à nossa hipótese entende a conceptualização de uma dinâmica estrutural em torno do pensamento como uma necessidade primordial ao se abordar tal questão.

Dado que acreditamos já ter descrito de maneira geral o que entendemos ser esse movimento, como e em qual nível de pertinência ele pode ser captado e descrito de acordo com determinados modelos, e também quais são algumas de suas consequências (e mesmo de sua falta) em relação à construção de um sentido, gostaríamos de dizer algumas palavras sobre o seu *por quê*.

## 2. 4 O QUERER SUBESTIMADO

Certamente já tangeíamos por aqui, *en passant*, o modo como a movimentação cognitiva do sujeito é motivada por uma espécie de motor que lhe dá propulsão e que fica mais evidente em determinadas figuras: como quando falamos em termos de uma curiosidade não aplacada pelo rito ao retomarmos o conteúdo de *A violência e o sagrado*, de René Girard, para refletirmos sobre os efeitos retensivos da fé; ou quando assinalamos o aporte da motivação política para o incessante movimento intelectual de Michel Foucault.

A teoria semiótica, tomada em perspectiva bastante geral, tende a formular essa espécie de propulsão referente à dimensão cognitiva, de modo operacionalmente feliz, por meio da noção da *dúvida*. Associada modalmente a um *não-saber* e mesmo a um *não-creer*<sup>60</sup>, dado que os efeitos desestabilizantes da falta de convicção se espraiam do epistêmico ao veridictório e talvez encontrem sua faceta mais aguda justamente na ausência da *crença*, que põe em jogo o traço tímico vinculado ao cognitivo (FONTANILLE, 1987), a dúvida é efetivamente descrita por meio da figura de uma “mola” propulsora por Jean Petitot.

Abordada pelo autor no contexto que acabamos de evocar aqui, da dúvida enquanto a falta de crença, Petitot (1983, p. 237) afirma que ela não consiste em um simples posicionamento operacional subjetivo, da ordem da opinião, mas como um núcleo “vital dos ideais que determinam o sentido do ser do sujeito, como a *mola* de uma *vontade* prática necessária à regulação e à

---

60 Observamos que a alocação da dúvida em relação às modalidades *creer* ou *saber* varia conforme o modelo teórico tomado em consideração: para Fontanille (1982) a operação de “duvidar” é própria ao universo de racionalidade do *creer*, tendo como sua contraparte equivalente no sistema do *saber* a operação da “contestação”. Já para Greimas (1983), “duvidar” é um ato epistêmico equivalente à modalidade da *incerteza*, um estado de *não-conjunção* do sujeito em relação ao objeto, que não concerne exclusivamente nem ao *creer* e nem ao *saber*, mas atua sobre uma amálgama de ambos, fundidos formalmente na noção de *termo complexo*.

finalização da ação” (Petitot, 1983, p. 237, destaques nossos). De forma análoga, vimos a dúvida ocorrer também como motor de arranque que enseja o que Fontanille (1982, p. 25 – 36) chama de *percurso transgressivo* cognitivo favorito de Sócrates, que leva o sujeito a abandonar o universo do crer em direção ao do saber por meio da contestação – motivada pela dúvida.

Guardado o mérito de sua eficácia operatória enquanto noção para a teoria semiótica, queremos propor um despojamento semântico mais profundo em torno do que ocorre em comum em figuras como a da curiosidade – aí inclusa a científica – instigada a avançar, da motivação política para o movimento intelectual ou da dúvida como mola propulsora para a ação, por entender que elas discursivizam porém não descem à raiz do fenômeno. Se depuradas de seus contextos temáticos e figurativos, acreditamos que elas nos revelam algo paradoxalmente bastante simples e ao mesmo tempo dotado de toda a complexidade possível para o mundo da construção dos sentidos humanos: o sujeito guiado pelas asas de seu *desejo*.

Já apontamos conceitualmente aqui, ao longo do item 2.3.1 *Fé: a celebração do mistério*, o modo como, sob uma perspectiva girardiana sobre o sagrado, podemos compreender o sujeito estacionado em relação à movimentação cognitiva por se encontrar justamente com o desejo satisfeito em torno do rito. Essa leitura encontrou eco em nosso comentário sobre o sermão do padre Flynn, alocado sob a prática e ética religiosas, cujo efeito de sentido busca justamente neutralizar os poderes dinamizadores da dúvida e reconduzir o sujeito aos domínios de uma crença apaziguadora dos desejos e que lhe oferece, assim, conforto tensivo, ou seja, sob o nosso ponto de vista, distensão narrativa.

Entendemos que a semiótica padrão aborda e conceitualiza formalmente o desejo em termos do *querer*, modalidade *virtualizante* que caracteriza e compõe a competencialização do sujeito para a ação (ao lado do *dever*, *saber* e *poder*) e que rege os enunciados da ordem do *querer-ser* e do

*querer-fazer*, passíveis de serem projetados em dois quadrados que apresentam as categorias modais *volitivas*. São os próprios autores Greimas e Courtés (2008, p. 406) que apontam uma primeira lacuna conceitual inerente à noção semiótica do querer que muito nos interessa aqui ao dizerem que, enquanto “as lógicas que manipulam a modalidade do dever – a deôntica e a alética – se valem de denominações já estabelecidas pelo uso”, “uma *lógica volitiva* (ou *boulêutica*), se bem que previsível, ainda não está em condições de fornecer sua terminologia às denominações semióticas”, estendendo em seguida a mão em direção à psicanálise, de maneira no mínimo ambivalente, para concluir desse modo:

Por outro lado, a psicanálise, cujas preocupações seriam as que melhor corresponderiam a esse projeto semiótico, é bem conhecida por sua resistência à elaboração de uma metalinguagem de vocação científica. Seria de se desejar que a teoria semiótica assumisse a articulação lógico-semântica desse campo de problemas. (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 406)

Não saberíamos precisar com justiça em que medida a semiótica cumpriu as funções dessa tarefa, mas o ponto a que somos especialmente sensíveis nesse impasse é a relação de regência entre a lógica e o querer, mesmo em sua faceta de uma lógico-semântica colada às etapas do esquema narrativo canônico, que nos parece definir um querer bastante regrado e, inclusive, inexoravelmente regrado via manipulação<sup>61</sup>. É notadamente Eric Landowski que faz a mais contundente crítica a esse arranjo de Greimas, tocando precisamente, entre outros aspectos mais amplos, na questão do sujeito e seu *querer*.

---

61 Mais especificamente, de acordo com a semiótica *standart*, a manipulação do tipo *tentação* é a que *faz* o sujeito *querer*.

Landowski considera de partida problemática a concepção de um sujeito que age única e exclusivamente na medida em que tem estabelecido para si qual é o seu objeto, ou seja, conhece em termos de finalidade o porquê de sua ação, configurando-se forçosamente como um sujeito-destinatário manipulado que já entrou em conjunção com o universo de valores axiológicos do destinador, que lhe postula um objeto-valor para onde é imediatamente direcionada sua ação. Enfim, entende-se como frágil a hipótese de que o sujeito age porque sabe o quer.

Assim, em “Les interactions risquées” (2006), Landowski vai propor como alternativa ao esquema greimasiano de produção de sentido, que ele considera ser da ordem da *programação* e da *regularidade*, da *manipulação* e da *intencionalidade*, seu regime de interação calcado no *ajuste* e na *sensibilidade*, no *acidente* e no *perigo*. Nesse texto, o autor vai tecer críticas mais gerais ao modelo, apontando-lhe, por exemplo, sua orientação ideológica pautada fundamentalmente em um princípio de reestabelecimento da ordem e, mais especificamente, a concepção moral em torno do arranjo actancial da manipulação:

Assim, tomemos como exemplo o “esquema narrativo”, um dos instrumentos de análise ainda um dos menos contestados da semiótica enquanto ciência do texto e, por extensão, enquanto teoria da ação. Derivado da análise do conto popular, colocando a *ordem* como um dado primeiro, e seu reestabelecimento final como um objetivo em si, ele é evidentemente portador de uma visão de mundo que por si só implica toda uma “filosofia”. O próprio Greimas, ao caracterizá-lo como “o quadro formal onde vem se inscrever o sentido da vida” não foi o primeiro a lhe atribuir o valor de um modelo ideológico? (...). Se isso salta aos olhos em relação ao esquema narrativo, é quase tão evidente quanto, naquilo que concerne o “esquema actancial”, que sabemos bem que procede de uma concepção moral (mas também psicológica, social, política e mesmo jurídica) bem precisa sobre o estatuto do sujeito em relação ao seu

“destinador”. O mesmo se aplica às configurações mais particulares, tais como as da “manipulação” e da “programação” das quais, entre outras, vamos nos ocupar. (LANDOWSKI, 2006, p. 9)

Retomando mais objetivamente nosso ponto de interesse, Landowski entende que a configuração greimasiana de sujeito que age em busca de seus bem delimitados objetos-valor atende a uma lógica econômica mercantilista de conquista e acumulação de bens, ao que ele opõe a existência de relações, ações e movimentos intersubjetivos que ocorrem aparentemente “sem objetivo” algum. Na base disso encontramos, desde *Passions sans nom* (2004, p. 108-109), sua crítica a uma gramática narrativa que põe os sujeitos em relação exclusivamente pelo intermédio de objetos, sendo a posição dos objetos o que determina, quase mecanicamente, por simples junção, todas as variações de estado capazes de afetar os sujeitos, aí compreendidas inclusive toda a sua interioridade e subjetividade.

Como uma alternativa complementar a isso, nessa obra, Landowski vai propor a noção de *contágio de sentido* ou da *presença contagiosa*, cujo expressivo exemplo da “crise de riso” (2004, p. 117-119), que se alastra de um indivíduo a outro sem nenhum motivo racional ou cognitivo aparente, serve para que o autor faça algumas considerações sobre relações que se estabelecem entre sujeitos sem a mediação ou a obrigatoriedade de manipulação em torno de objetos, e que se fundam em uma espécie de “reafirmação transgressiva, quase erótica, da copresença dos participantes enquanto corpos” (LANDOWSKI, 2004, p. 117), fugindo à ordem do intelectual para descer ao domínio do somático, contexto em que a propagação do riso se transforma, na verdade, em uma propagação do *desejo*.

Nesse sentido, consideramos que Zilberberg resolve de forma feliz o problema da motivação do sujeito para sua movimentação colocando a questão nos termos basilares da *foria*, que é justamente um afeto direcionado que se

torna responsável pela regência da sucessão de aberturas e fechamentos narrativos. É nessa medida que nos interessa tanto o afastamento da concepção do querer limitado estritamente a seu papel de modalidade em nível já narrativo, e também nos atrai uma certa relativização da noção programática de que o sujeito age sabendo claramente o que deseja e que a configuração actancial desse desejo consiste sempre em um objeto-valor euforizado, ou seja, que guarda a promessa de lhe trazer alguma benesse, mesmo que seja a satisfação da pura conquista.

A título de pequena exemplificação do que acabamos de dizer, convidamos o leitor a uma rápida análise narrativa da tirinha de Andre Dahmer, intitulada “Crueldades desnecessárias”, que abre este capítulo. Entendemos que o texto tematiza o movimento cognitivo do sujeito que avança, de maneira voluntária ou não, em direção à descoberta da verdade, evidenciando justamente o quanto esse percurso pode ser problemático e mesmo catastrófico para o bem-estar subjetivo. É possível observar uma gradação afetiva textualizada de modo não verbal, por meio da sucessão de imagens da feição facial dos sujeitos, que nos narra algo bastante distante da conquista canônica de um objeto-valor cognitivo que reestabelece a ordem e nos proporciona a satisfação da junção. As etapas que compõem o trajeto hierarquizado e paulatino de descoberta da verdade são: primeiramente de “parte da verdade”, ilustrada como algo desconfortável (a feição do sujeito se enerva, ele parece contrariado), seguida de “metade da verdade”, algo doloroso (vemos cair uma lágrima pelo seu rosto), e concluída por “toda a verdade”, algo finalmente enlouquecedor (os olhos se esbugalham e o rosto se deforma, o sujeito parece transtornado).

Tomamos esse texto como exemplar do fato de que, quando se trata da dimensão cognitiva, pensar os avanços e recuos voluntários do sujeito em termos do desejo (que entendemos aqui como uma noção próxima à foria como posta por Zilberberg), em tudo que ele possa ter de equivocado, contraditório e mesmo “ilógico”, nos responde um pouco mais do que a



adoção de uma gramática actancial lógico-semântica para a qual toda e qualquer junção com o objeto cognitivo assume valor por acumulação: sabemos que a expansão do saber a mero título informativo muitas vezes pouco ou em nada atende a expectativa dos nossos afetos.

Para tentarmos clarificar em que nível de pertinência teórica identificamos a incidência do que viemos até aqui chamando como desejo, retomamos o modelo estratificado em cinco níveis de Zilberberg para o fazer avaliativo ou fiduciário do sujeito. Nele, destacaremos a região que vai do fórico, que trabalha com a oposição *euforia* e *disforia*, ao pático, que coloca as categorias do *dever* e do *desejo*, como área pertinente para se refletir sobre o fenômeno. Lembramos que, para Zilberberg (2006, p. 158), é em nível pático que se dá a modalização, motivo pelo qual escolhemos este patamar como limite de nosso trecho de interesse:

UNIVERSO AVALIATIVO		UNIVERSO FACTIVO	
FUNÇÃO	CATEGORIAS	FUNÇÃO	CATEGORIAS
espaço especulativo	equivalência/equidiferença	espaço discursivo	exclusão / participação
espaço crítico	o bem / o bom	espaço juntivo	prazer / satisfação
espaço pático	dever / desejo	espaço diretivo	obrigação / volição
espaço nômico	totalização / infinitização	espaço aspectivo	saliência / passância
espaço fórico	euforia / disforia	espaço tensivo	parada / continuação
sistema dos avaliadores		sistema dos predicantes	

(ZILBERBERG, 2006, p. 156)

Entendemos ainda que o querer se encontra *subestimado*, como anuncia o título desta seção, porque, mesmo em sua formulação canônica, ocupando o nível narrativo enquanto modalidade, tem baixa ocorrência nos modelos semióticos que explicam a dimensão cognitiva do discurso. De fato, por ocasião de nosso mestrado, citamos e refletimos brevemente sobre nove artigos encontrados no volume *De la croyance. Approches épistémologiques et*

*sémiotiques*, organizado por Herman Parret em 1983 e dedicado tematicamente ao estudo das modalidades crer e saber: textos de autoria de Paul Ricoeur, Sorin Alexandrescu, Jean-Claude Coquet, Jacques Geninasca, Louis Marin, Eric Landowski, Jean Petitot, Bernard Pottier e do próprio Herman Parret, em que essa relação não é feita.

Do mesmo modo, passando em revista as formulações semióticas que já apresentamos aqui, à exceção das de Zilberberg, que coloca o direcionamento da foria na base de qualquer estruturação do sentido (e, mesmo assim, não temos aí a presença do “querer” enquanto modalidade, mas uma elaboração em outro nível), o papel do querer não chega a ser tematizado como uma incidência pertinente junto à dimensão cognitiva que, quanto mais recuarmos em direção aos anos 1980, mais se equilibrará dicotomicamente de modo estrito entre saber e crer.

Efetivamente, entre os semioticistas que convocaram outras modalidades que não essas duas para compor conceitualmente sua reflexão sobre a dimensão cognitiva do discurso, temos a perspicaz inclusão do alético (*dever-ser*) junto ao epistêmico e ao veridictório na estrutura dinâmica em andaime por parte de Bertrand, o que responde de maneira coerente e produtiva às intenções de seu modelo; e também a associação, em termos de regência, que Fontanille faz em sua proposta de 1982 entre o *universo de racionalidade* do crer sendo regido pela modalidade do dever, e o do saber pela modalidade do poder – relação esta, entre saber e poder, que conta com amplo endosso e pesados desdobramentos na grande área dos estudos do discurso, das quais podemos citar reflexões como as de Roland Barthes e Michel Foucault.

Restringimos essa observação aos modelos semióticos justamente porque as elaborações filosóficas já citadas nesta tese traçam, sim, essa relação: Bergson faz observações, por exemplo, em relação ao papel de nossas necessidades e vontades básicas no recorte do real (1896, p. 247 – 248) e

Bachelard faz referência direta à importância do *querer* (empregando de fato esse termo), que ele chama também como uma “vontade de espírito”, para o “êxito geral do pensamento científico” (1996, p. 309).

Assim, desde o homem de fé ancorado na certeza luminosa do sagrado até o intelectual em “movimento por vocação” na mais clássica acepção bachelardiana de que “o ato de conhecer dá-se *contra* um conhecimento anterior” (BACHELARD, 1996, p. 17), entendemos que em última, ou, na verdade, em primeira instância, o que define a existência do movimento, dando-lhe propulsão no que pode ser usualmente formulado em nossa disciplina como “dúvida” ou no senso comum como “curiosidade”, é o *querer* do sujeito, em um nível de estruturação mais profundo entre o fórico e o pático.

Nossa hipótese consiste, desse modo, em conceber o conhecimento como algo definido fundamentalmente pelo *nível de satisfação* do sujeito ao que ele já sabe ou acredita — daí a importância decisória da incidência do querer junto à dimensão cognitiva. Não se trata, assim, da qualidade, coerência ou mesmo eficácia das informações detidas pelo sujeito ou, em termos semióticos, da vinculação de maior valor quanto mais extenso e mais povoado de objetos cognitivos for o campo de presença (como definido por Fontanille e Zilberberg, 2001, p. 123 — 151) em que o sujeito com eles se relaciona, e nem, se quisermos passar da quantidade à qualidade, de uma afinação em equilíbrio “ideal” regendo relações mais átonas ou tônicas em termos de foco e apreensão do sujeito sobre cada um desses objetos, mas sim de uma questão de desejo satisfeito.

Para tentar ilustrar essa proposta, gostaríamos de trazer alguns trechos que formam a intriga central da narrativa do conto *A Cartomante*, de Machado

de Assis<sup>62</sup>. Antes de tudo, confessamos ter escolhido esse texto pelo que ele nos oferece em termos de sujeitos guiados de forma extremada pelo seu desejo, em uma ação que se dá em torno de um triângulo amoroso e tematiza, de partida, o adultério, a paixão e o ciúme, para que possamos observar mais explicitamente, e até de forma caricata, o poder decisório da incidência do querer junto à dimensão cognitiva.

Apesar do importante aporte da dimensão passional do discurso para a construção de sentido desse texto, mantemos nossa análise centrada na cognição pelo que essa narrativa tematiza em relação ao crer e saber, desdobrados ricamente nas figuras da desconfiança, crença, suspeita, verossimilhança, fé, credence, curiosidade, ilusão, incredulidade, imaginação, do mistério e do inexplicável<sup>63</sup>, e as de complexidade ainda mais intrincada como a superstição, a intuição, o sexto sentido e a própria prática de adivinhação do futuro, cercada dos diferentes graus de adesão ou ceticismo que se distribuem em torno dela. Vamos ao texto.

No Rio de Janeiro de 1869, Rita é casada com Vilela e tem um caso com Camilo, melhor amigo de seu marido. Ela é descrita como uma mulher de “boca fina e interrogativa” (p. 353), é propensa à sugestão e “cita Hamlet no vulgar” ao dizer que “havia muita coisa misteriosa e *verdadeira* neste mundo” (p. 352, destaque nosso), em uma versão já enviesada do trecho original de Shakespeare que diz que “há mais coisas no céu e na terra do que sonha nossa filosofia” – e que serve de abertura para esse conto. Camilo é descrito como um sujeito que não tem “Nem experiência. Nem intuição” (p. 353). Mais especificamente, “Camilo não acreditava em nada. Por quê? Não poderia dizê-lo, não possuía um só argumento; limitava-se a negar tudo. E digo mal, porque negar é ainda afirmar, e ele não formulava a incredulidade; diante do mistério, contentou-se em levantar os ombros, e foi andando” (p. 352).

---

62 O conto se encontra na íntegra na seção de Anexos desta tese.

63 Todas essas palavras foram retiradas do breve texto de 8 páginas. As que ocorrem na forma verbal ou adjetiva foram apenas subjetivadas.

Ambos, em diferentes momentos dessa narrativa, que já veremos quais são, visitam a cartomante. A cartomante fala pouco. Ouve mais. Deixa o cliente concluir as frases dela de modo que muito da resposta de suas questões saia da boca dele mesmo. Usa sentenças genéricas que permitem ampla ilação por parte do interlocutor, abrindo a consulta de Rita com “A senhora gosta de uma pessoa...”, e a de Camilo com “o senhor quer saber se lhe acontecerá algo ou não...”. Os dois prontamente completam, cada um à sua vez, as reticências lançadas ao espaço pela vidente. Malgrado suas distintas e mesmo opostas intensidades de adesão à crença na existência do sobrenatural – Rita é caracterizada já nas páginas iniciais como “iludida”, Camilo é radicalmente cético –, é fascinante observar como resultado da consulta é idêntico para ambos: tudo se passa de modo que eles se sintam satisfeitos em escutar o que queriam ouvir. O efeito geral é apaziguante e analgésico.

Vejamos como isso acontece.

Tudo vai bem no caso extra-conjugal de Rita e Camilo até que este recebe uma carta anônima “que lhe chamava de pérfido, e dizia que a aventura era sabida de todos” (p. 354). Tomado pelo medo e desorientação, Camilo começa a rarear suas visitas à casa de Vilela até acabar por cessá-las completamente. Rita, sem saber de nada do que se passava, “desconfiada e medrosa” (p. 354), vai até a cartomante para “consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo” (p. 354). A consulta consiste na *mise en scène* que já mencionamos: ela é tida em alta conta por Rita que, ao detalhar em primeira pessoa e discurso direto a passagem a Camilo, vai dizer que: “Pois saiba que fui, e que ela adivinhou o motivo da consulta, antes mesmo que eu lhe dissesse o que era” (p. 351), enfatizando a competência da guru que, apenas combinando algumas cartas havia desvendado e esclarecido todas as suas dúvidas. Por outro lado, o narrador limita seu comentário sobre o ocorrido a: “a cartomante restitui-lhe a confiança” (p. 354). Gostaríamos que o leitor guardasse em mente a ação de “restituir”.

A maior parte da ação desse conto, à exceção das duas consultas e do desfecho narrativo, se passa “dentro da cabeça dos personagens”, ou, em termos semióticos, consiste na narração das oscilações incessantes dos sujeitos Rita e, sobretudo, Camilo em seu espaço cognitivo, onde entendemos estar imbricados crer e saber, acionados em um gradiente de diferentes tonalidades: “Rita estava *certa* de ser amada” (p. 352), Camilo “*Imaginariamente*, viu a ponta da orelha de um drama” (p. 355), “a ideia de serem descobertos parecia-lhe *cada vez mais verossímil*” (p. 355), “era a ideia de ouvir a cartomante, que lhe *passava* de longe, muito longe, com vastas asas cinzentas; *desapareceu, reapareceu*, e tornou a esvair-se no *cérebro*, mas daí a pouco *moveu* outra vez as asas, mais perto, fazendo uns *giros concêntricos*...” (p. 356) (destaques nossos).

Como recuo de equilíbrio dessa estrutura, as idas à cartomante funcionam justamente como a frenagem para essa movimentação. A ideia que defendemos aqui é que, devido ao tema do texto e ao arranjo actancial para os sujeitos que compõem um triângulo amoroso adúltero em frágil equilíbrio desde partida, em que Rita é retratada como insegura e se põe dúvidas sobre os sentimentos do amante, e Camilo, apesar de cético, começa a ser fustigado pela dúvida a partir da primeira missiva anônima que lhe impõem o medo – desestabilização cognitiva que já veremos onde vai dar –, estamos diante de uma narrativa que alija cognitivamente em grande parte as questões referentes ao saber para orbitar pendularmente entre a perda da crença e a restituição da crença: acreditamos se tratar de uma narrativa de *busca de reparação da crença*. Uma vez envoltos pela paixão, entendemos que o que é elaborado cognitivamente por Rita e Camilo aciona preponderantemente a modalidade que porta como traço suplementar de significação o *tímico*, como apontado por Fontanille (1987), ou seja, aquela do crer.

Em cima disso, ou talvez por todos os lados, incidem as decisões irrevogáveis do querer. A própria ideia de uma busca já conota o direcionamento dos afetos postos em movimento que, aqui, além de levarem Rita e Camilo ao encontro da cartomante, faz com que eles, frente à pobreza

de procedimentos e mesmo a escassez de suas palavras – o que não deixa de ser um contundente recurso retórico – se satisfaçam ao ouvir o que *querem* escutar. Isso é enunciado claramente pelo narrador justamente quando Camilo, depois de receber outras cartas anônimas e ser finalmente instado por Vilela a comparecer à sua presença em um bilhete que diz “Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora”, ao dirigir-se em clima de aguda desconfiança à presença do amigo se detém na frente da casa da cartomante e, olhando fixamente para sua janela, a única fechada ao lado de todas as demais da fachada, recebe o comentário:

“(...) nunca ele *desejou* tanto crer nas lições das cartas.”  
(ASSIS, Machado, 2007, p. 355, destaque nosso)

Consideramos essa frase como a chave central de nossa análise na medida em que explicita o dispositivo pelo qual o desejo sela as direções da cognição. Acontece, assim, a segunda consulta à cartomante, dessa vez com o inicialmente descrédulo Camilo, e seus efeitos são tremendos. Ele completa a primeira indução genérica da guru de que ele teria ido até ali por temer que ocorresse algo com um completo e informativo: “Sim, a mim e a ela” (p. 357). A partir disso, depois de uma pausa dramática e uma boa manipulação do baralho:

Então ela declarou-lhe que não tivesse medo de nada. Nada aconteceria nem a um nem a outro; ele, o terceiro, ignorava tudo. (...) Falou-lhe do amor que os ligava, da beleza de Rita... Camilo estava deslumbrado. A cartomante acabou, recolheu as cartas e fechou-as na gaveta.

— *A senhora restitui-me a paz ao espírito*, disse ele estendendo a mão por cima da mesa e apertando a da cartomante. (ASSIS, Machado, 2007, p. 357, destaque nosso)

Reencontramos o papel reparativo ou restitutivo das crenças empreendido pela cartomante reiterando-se aqui. Reempossados de suas certezas, reencontrados consigo mesmos, tanto Rita como Camilo, após deixarem a presença da vidente não têm mais interesse cognitivo em se mover: exemplo para a nossa hipótese de que o conhecimento<sup>64</sup> reside em um grau de satisfação, avançando em direção a este mas atendo-se prontamente assim que uma espécie de ponto de saturação da saciedade é atingido, os patamares do suficiente a que são conduzidos os amantes lhes autorizam a parada. As figuras que denotam essa desaceleração ou estagnação, e também o retorno satisfeito ao conhecido, são flagrantes no trecho que narra os estados de ânimo de Camilo após sua consulta, quando ele imediatamente volta a seu túlburi para ir ao encontro de Vilela:

E consigo, para explicar a demora ao amigo, engenhou qualquer coisa; parece que formou também o plano de aproveitar o incidente para *tornar à antiga* assiduidade... De volta com os planos, reboavam-lhe na alma as palavras da cartomante. Em verdade, ela adivinhava o objeto da consulta, o estado dele, a existência de um terceiro; por que não adivinharia o resto? O presente que se ignora vale o futuro. Era assim, *lentas e contínuas*, que as *velhas crenças* do rapaz iam tornando ao de cima, e o mistério empolgava-o com as unhas de ferro. Às vezes queria rir, e ria mesmo, algo vexado; mas a mulher as cartas, as palavras secas e afirmativas: - *Vá, vá, ragazzo innamorato*; e no fim, ao longe, a barcarola da despedida, *lenta e graciosa*, tais eram os elementos recentes, que *formavam, com os antigos, uma fé nova e vivaz*.

(...) Ao passar pela Glória, Camilo olhou para o mar, estendeu os olhos para fora, até onde a água e o céu dão um abraço infinito, e teve assim uma sensação do futuro, longo, longo, interminável. (ASSIS, Machado, 2007, p. 358, destaques nossos)

---

64 Tanto em seu viés da crença como no da sabedoria.



Finalmente, ao chegar à casa de Vilela e pergunta-lhe o que há, porém, como um leitor mais atento já poderia ter cogitado:

Vilela não lhe respondeu; tinha as feições decompostas; fez-lhe sinal, e foram para uma saleta interior. Entrando, Camilo não pôde sufocar um grito de terror: - ao fundo, sobre o canapé, estava Rita morta e ensanguentada. Vilela pegou-o pela gola, e, com dois tiros de revólver, estirou-o morto no chão. (ASSIS, Machado, 2007, p. 358)

É Roland Barthes quem, no artigo “Plaisir au langage” (2002, p. 1.238), radicaliza o vínculo entre texto e desejo, relação que sabidamente assume proporção amplificada em sua reflexão e à qual não poderemos fazer justiça com essa breve remissão, ao dizer que: “Há um prazer da linguagem, de mesma constituição e mesmo material que o prazer erótico, e esse prazer da linguagem é a sua verdade”. Não sabemos se estamos à altura do modo direto como essa relação se impõe e se resolve ricamente em sua teoria, mas consideramos pertinente resgatar essa fala para concluir a análise de um conto em que vimos dois sujeitos usarem como parâmetro soberano para o julgamento veridictório e epistêmico de um discurso o seu querer, a sua vontade, ou, dito de outro modo, elevarem ao status de verdade aquilo que responde a seus desejos de forma mais íntima.

É certo que “há mais coisas no céu e na terra do que sonha nossa filosofia” e que esse magistral texto de Machado de Assis guarda ainda múltiplas potencialidades no que é capaz de nos esclarecer em relação aos mistérios da natureza humana. Esperamos ter conseguido iluminar minimamente uma dessas facetas inexplicáveis, na qual se assenta justamente toda a dinâmica e conclusão do conto: a dúvida que nos ronda e nos fascina (porque também somos todos cúmplices em sua resposta) sobre, afinal, por que, em um cenário de evidências contrárias, Rita e Camilo acreditaram nas poucas palavras ditas, no fundo de um sótão escuro, por uma cartomante “de

grandes olhos sonsos e agudos” (p. 356)? Eles acreditaram porque isso lhes deu *prazer*.

Terminamos aqui a nossa reflexão sobre pensar e mover-se.

# CAPÍTULO 3

---

## VERDADE DE MENTIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE FICÇÃO E VEROSSIMILHANÇA

“Nunca dizemos tanto a verdade  
como quando a inventamos.”

Luigi Pirandello, em *Os gigantes da montanha* (1934)

*“Non si dà mai il caso di dirla, la verità, come quando la s'inventa.”*

### 3.1 CORRIGINDO O INCORRIGÍVEL

#### *Sobre a ficção*

Em 1928, Virginia Woolf escreve o prefácio a *Orlando*, texto em que, depois de agradecer a amigos próximos, ao círculo íntimo de sua família, a seu marido e aos funcionários do British Museum e do Arquivo Nacional por a terem auxiliado em sua pesquisa para o romance, intenciona dirigir seu “obrigada” a um leitor em especial, descrito da seguinte forma pela escritora:

Agradeceria, finalmente, se não tivesse perdido seu nome e seu endereço, a um cavalheiro americano que, generosa e gratuitamente, corrigiu a pontuação, a botânica, a entomologia, a geografia e a cronologia de anteriores obras minhas, e que, espero, não regateará seu zelo desta vez. (WOOLF, 1972, p. 194)

De maneira análoga, Umberto Eco nos conta em *Seis passeios pelos bosques da ficção* um curioso episódio que se deu em torno da recepção de seu romance *O pêndulo de Foucault*, lançado em 1988:

No capítulo 15 de meu livro *O pêndulo de Foucault*, depois de assistir a uma cerimônia ocultista no Conservatoire des Arts et Métiers em Paris, na noite de 23 para 24 de junho de 1984, a personagem chamada Casaubon caminha como que possuída por toda a extensão da rue Saint-Martin, atravessa a rue Aux Ours, passa pelo Beaubourg e chega à igreja de Saint-Merri. E continua andando por várias ruas, todas designadas pelo nome, até chegar à Place des Vosges. Para escrever esse capítulo, percorri o mesmo trajeto várias noites, levando comigo um gravador, tomando notas sobre o que via e sobre minhas impressões. (...)

Publicado o romance, recebi uma carta de um homem que evidentemente foi ler na Bibliothèque Nationale todos os jornais de 24 de junho de 1984. Ele descobriu que na esquina da rue Réaumur (cujo nome não menciono, mas que cruza a rue Saint-Martin em

determinado ponto) ocorreu um incêndio depois da meia-noite, mais ou menos na hora em que Casaubon passou por ali – e um grande incêndio, já que os jornais o noticiaram. O leitor me perguntou como Casaubon não conseguiu ver o fogo. (ECO, 2006, p. 82)

Esse trecho faz parte do capítulo 4 de *Seis passeios*, intitulado “Bosques possíveis” e aberto por Eco com a afirmação de que a norma básica para se lidar com uma obra de ficção é a aceitação tácita, por parte do leitor<sup>65</sup>, de um acordo ficcional. Apenas esse acordo, que ele chama de “suspensão da descrença” (noção retirada de Coleridge, poeta e ensaísta do romantismo inglês), seria capaz de permitir ao leitor a fruição do texto literário sem que haja confusão entre ficção e mentira. O autor aponta que essa suspensão é, porém, pontual e não total: ao lermos uma obra de ficção, suspendemos nossa descrença “em relação a algumas coisas e não outras” (ECO, 2006, p. 83). Por exemplo: aceitamos que em *Chapeuzinho Vermelho* exista um lobo que fale, mas, quando ele engole a menina, assumimos que ela está morta (e pensar isso corresponde ao efeito de sentido que o texto busca construir), o que corresponde ao funcionamento do mundo de nossa experiência, base sobre a qual abrimos uma exceção pactual para fruir a narrativa.

Assim, para nos perturbar, nos assustar ou nos comover, a ficção conta com o nosso conhecimento do mundo real<sup>66</sup>, ou seja, precisamos adotar o mundo real como “pano de fundo” (ECO, 2006, p. 89) e devemos entender que tudo aquilo que o texto não diferencia explicitamente do que existe no real corresponde às leis e condições deste mundo. Para o autor, os mundos

---

65 A partir desse momento começaremos a empregar os termos leitor, autor e obra no lugar das noções semióticas de enunciatário/enunciador, destinatário/destinador, narratário/narrador e texto devido à especificidade do problema em torno da ficção que queremos apresentar e discutir aqui, reencontrando o jargão greimasiano mais à frente, já de maneira crítica e vinculado a algumas conclusões decorrentes da reflexão proposta.

66 Antes do primeiro emprego desse termo, Eco (2006, p. 83) tem o cuidado de especificar, para a economia de qualquer polêmica de natureza ontológica em relação à sua reflexão eminentemente discursiva e fielmente textualista, ser este “o mundo de nossa experiência, um mundo que daqui para a frente passaremos a chamar, sem muitos compromissos ontológicos, de *mundo real*”.

ficcionais são “parasitas” do mundo real, de onde decorre sua denominação também como “pequenos mundos” (ECO, 2006, p. 91): podem ser maiores do que a nossa experiência, mas são ontologicamente mais pobres, permitindo que nos concentremos em algo finito e fechado: como não podemos ultrapassar suas fronteiras, somos levados a explorá-los em profundidade. De modo geral, Eco sinaliza que as afirmações ficcionais são verdadeiras dentro da estrutura do *mundo possível* estruturado por determinada narrativa.

Extrapolando os domínios da ficção, o autor faz ainda uma importante consideração em relação à ligação entre *verdade* e *confiança* nesses diferentes registros:

Acreditamos que, no que se refere ao mundo real, a verdade é o critério mais importante e tendemos a achar que a ficção descreve um mundo que temos que aceitar tal como é, em *confiança*. *Mesmo no mundo real, todavia, o princípio da confiança é tão importante quanto o princípio de verdade*. Não é através da experiência que sei que Napoleão morreu em 1821. Mais ainda, se tivesse de depender unicamente de minha experiência, eu sequer poderia dizer que Napoleão existiu. (...) Não é através da experiência que sei que existe uma cidade chamada Macau ou que a primeira bomba atômica funcionava por fusão; na realidade, não sei muita coisa sobre o funcionamento da fusão atômica. Segundo Hilary Putnam, há uma “divisão linguística de trabalho” que corresponde a uma divisão social do conhecimento: delego aos outros o conhecimento de nove décimos do mundo real, guardando para mim o conhecimento do décimo restante<sup>67</sup>. Daqui a dois meses, estarei de fato indo para Macau; comprarei minha passagem certo de que o avião vai aterrisar num lugar chamado Macau e, assim, conseguirei viver no mundo real sem ter de me comportar neuroticamente. Aprendi isso por uma série de coisas, acostumei-me a *confiar no conhecimento de outras pessoas*. Limito minhas dúvidas a um setor especializado do conhecimento, com o qual estou familiarizado apenas em parte, mas ao qual posso

---

67 PUTNAM, Hilary. *Representation and reality*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988, 22 p.

recorrer porque é como uma enorme biblioteca composta de todos os livros e enciclopédias – todos os papéis e documentos manuscritos de todos os séculos, inclusive os hieroglifos dos antigos egípcios e as inscrições cuneiformes.

A experiência e uma longa série de decisões que me levaram a confiar na comunidade humana me convenceram de que o que a Enciclopédia Total descreve (em geral de maneiras contraditórias) representa uma imagem satisfatória do que chamo de mundo real. Em outras palavras, o modo como aceitamos a representação do mundo real pouco difere do modo como aceitamos a representação de mundos ficcionais. Finjo acreditar que Scarlett se casou com Rhett, da mesma forma que finjo assumir como uma questão de experiência pessoal o fato de Napoleão ter se casado com Josefina. Evidentemente, a diferença está no grau dessa confiança: a confiança que deposito em Margaret Mitchell é diferente da que deposito nos historiadores. Só quando leio uma fábula, aceito que os lobos falem; no resto do tempo, me comporto como se os lobos em questão fossem aqueles descritos pelo último Congresso Internacional da Sociedade Zoológica. (ECO, 2006, p. 95 – 96, destaques nossos)

Esse trecho vem a explicitar que a noção de “mundo real” é em grande parte construída por meio da confiança no que me é dito e não na minha experiência. O que destacamos da reflexão acima é justamente a emergência da questão da confiança desde a leitura do texto literário até a leitura do mundo pois esse será o parâmetro capital pelo qual procuraremos refletir e explicar situações de “mal-entendido” como as descritas pelo Umberto Eco romancista e por Virginia Woolf, considerando-as, em primeiro lugar, como exemplos de um processo “suspensão da descrença” (ECO, 2006, p. 81) mal-sucedido. Entendemos estar diante de dois leitores que, em algum momento do estabelecimento desse acordo ficcional, ativeram-se no meio do caminho do pacto tácito e deram meia-volta para: desconfiar. O autor está me contando mentiras, a confusão em torno do ficcional se estabelece, as fronteiras entre “pano de fundo” do real e suspensão pontual se borram e se esvaem, o sujeito

vai até a Bibliothèque Nationale de France checar datas, senta-se para redigir uma série de correções sobre dados botânicos, entomológicos e geográficos que não estão de acordo com a “realidade”: o limiar do pequeno mundo é transposto. A fruição literária está mortalmente ferida. De acordo especificamente com o que postula Coleridge<sup>68</sup>, consideramos estes como dois casos exemplares de *falta de confiança*.

É importante não esquecer que a opção pela abordagem do fenômeno que começamos a delimitar pelo ponto de vista regulador de um gradiente fundado na confiança é justamente isso: uma escolha. É sabido que o próprio Umberto Eco disserta sobejamente sobre essa espécie de “sociologia da leitura” em torno da recepção textual, ponto cego de muitas teorias que se propuseram a compreender a comunicação e a construção do sentido pelos textos, em *Os limites da interpretação*, obra originalmente publicada em 1990. Nesse livro que consiste na reunião de numerosos artigos e ensaios produzidos na segunda metade dos anos 1980, Eco sustenta uma hipótese central, que perpassa toda a extensão dos escritos e poderia ser sucintamente descrita como uma oposição de base à ideia de que o texto produz uma “deriva infinita do sentido”, presente em Derrida e em algumas teorias pós-modernas da interpretação, de orientação desconstrutivista, segundo as quais torna-se radicalmente utópico pensar em qualquer sentido textual fixo, original ou definitivo.

Eco (1999, p. XXII) contrapõe-se a essa corrente defendendo que “dizer que um texto é potencialmente sem fim não significa que *todo* ato de interpretação possa ter um final feliz”, no sentido de que há interpretações flagrantemente inaceitáveis, que o texto interpretado impõe restrições a seus

---

68 Ressaltamos essa dependência por considerarmos como provável ou espontâneo o entendimento intuitivo precisamente inverso de que esses leitores questionaram a ficção por *confiar demais nela*. Acreditamos que esta é uma potencial via de análise (apesar de não nos atrair em absoluto por considerarmos uma leitura um pouco superficial, da ordem do senso-comum, sobre o fenômeno), desde que se parta de premissas teóricas distintas das que já começamos a estipular aqui, centradas nas noções de mundos ficcionais possíveis e suspensões pontuais da descrença que operam sobre o *background* do “real”.



intérpretes e que “Os limites da interpretação coincidem com os direitos do texto (o que não quer dizer que coincidam com os direitos de seu autor)”. Autor, obra e leitor, esses são os três eixos sobre os quais Eco (1999, p. 6-7) funda sua proposta para uma semiótica da recepção, em que se encontram imbricadas três intenções: a *intentio auctoris*, aquilo que o autor queria dizer; *intentio operis*, aquilo que o texto diz, independentemente das intenções do autor; e *intentio lectoris*, aquilo que o destinatário aí encontra relativamente a seus próprios sistemas de significação ou a seus próprios desejos, pulsões e arbítrios.

A esse arranjo se impõe ainda a escolha, de caráter mesmo precedente, entre adotar-se um enfoque gerativo sobre o texto, “decidindo que o esquema gerativo que o explica não pretende reproduzir as intenções do autor, e sim a dinâmica abstrata por meio da qual a linguagem se coordena em textos com base em leis próprias e cria sentido” (ECO, 1999, p. 7); ou um enfoque interpretativo de cunho hermenêutico, viés a que a reflexão de Eco se opõe globalmente, mas conjecturado como possível desde que se faça a ressalva em admitir-se, “no entanto, que a interpretação tem por finalidade buscar o que o autor queria realmente dizer, ou então o que o Ser diz através da linguagem, sem, contudo admitir que a palavra do Ser possa ser definida com base nas pulsões do destinatário” (ECO, 1999, p. 7). Segundo o autor, por meio de uma combinatória abstrata dos conceitos de intenção e enfoque já teríamos “pelo menos seis potenciais teorias e métodos críticos profundamente distintos”, completando que:

Recentemente (cf. o ensaio sobre a Epístola XIII de Dante em Eco, 1985) procurei mostrar que, diante das indubitáveis possibilidades que tem um texto para suscitar infinitas ou indefinidas interpretações, a Idade Média saíra em busca da pluralidade dos sentidos, embora atendo-se a uma noção rígida de texto como algo que não pode ser autocontraditório, ao passo que o mundo renascentista, inspirado no hermetismo platônico, procurou definir o

texto ideal, sob a forma de texto poético, com o que dá azo a todas as interpretações possíveis, mesmo as mais contraditórias. (ECO, 1999, p. 7)

Como já acenamos, o posicionamento de Eco nessa arena teórica é rastreável, e tonifica-se sobretudo ao fazer oposição ao privilégio conferido à iniciativa do leitor nas últimas décadas do século XX: primeiramente, ele determina que, em qualquer texto, há de maneira irrevogável uma espécie de limiar mínimo para o sentido, o primeiro nível de significado, que é sempre o *literal*, o que de antemão começa a desautorizar a ideia de que nunca há um sentido original. Para o autor (1999, p. 9), “todo discurso sobre a liberdade da interpretação deve começar por uma defesa do sentido literal” visto que, sem ele, é impossível abrir o texto a outras interpretações: temos uma formulação conceitual para a qual o problema é “estabelecer *o que é mister proteger para abrir, não o que é mister abrir para proteger*” (ECO, 1999, p. 11). Além disso, em relação a seus três tipos de *intentio*, que se afinam em uma balança de equilíbrio complexo, Eco também refreia a mística da interpretação ilimitada repondo o vigor da *intentio opera*: “uma interpretação, caso pareça plausível em determinado ponto do texto, só poderá ser aceita se for reconfirmada – ou pelo menos se não for questionada – em outro ponto do texto” (ECO, 1999, p. 14), abordagem que se poupa do dispêndio de energias hermenêuticas que o texto não corrobora, o que não significa, no entanto, a exclusão da colaboração do destinatário, mas justamente a reafirmação do princípio de interpenetrância entre os três polos.

De fato, na trajetória intelectual de Umberto Eco, *Os limites da interpretação* é um livro de resposta e diálogo ao seu *Obra aberta*, de 1962, em que, cerca de trinta anos antes, o autor defendia uma espécie de abertura interpretativa em torno dos sentidos da obra de arte, proposta retomada e comentada do seguinte modo por ele:

Poderia parecer, de fato, que, enquanto àquela época eu celebrava uma interpretação “aberta” das obras de arte, admitindo-se que se tratasse de uma provocação “revolucionária”, hoje me encastele numa posição conservadora. Não creio que seja verdade. Trinta anos atrás, baseando-me também na teoria da interpretação de Luigi Pareyson, eu me preocupava em definir uma espécie de oscilação ou de equilíbrio instável entre iniciativa do intérprete e fidelidade à obra. No decorrer desses trinta anos, a balança pendeu excessivamente para o lado da iniciativa do intérprete. O problema agora não é fazê-la pender para o lado oposto e, sim, sublinhar uma vez mais a ineliminabilidade da oscilação. (ECO, 1999, p. XXII)

A localização da semiótica entre os diferentes filões de teorias da interpretação depende, sobretudo, de: qual semiótica falamos. De fato, a noção de *semiose* adotada e desenvolvida por Eco em suas reflexões sobre a interpretação, desde *Tratado geral de semiótica* (1975) até *Lector in Fabula* (1979), *Semiótica e filosofia da linguagem* (1984) e também em *Os Limites da interpretação* (1990) e ainda em outros escritos, é a de Peirce, segundo a qual a semiose é entendida como “uma ação ou influência que é ou co-envolve uma cooperação de três sujeitos, como por exemplo um signo, seu objeto e seu interpretante, não podendo tal influência tri-relativa, em caso algum, resolver-se numa influência de pares” (PEIRCE, *CP*<sup>69</sup>, p. 5.484 apud ECO, 1999, p. XX). E, a fim de triar, “no tocante às teorias semióticas” (ECO, 1999, p. 4), quais delas encararam o problema do “fantasma do leitor”, Eco afirma tratar-se simplesmente de estabelecer quais delas levaram em consideração o momento pragmático, que aponta para o eixo enunciador e enunciatário ou autor e leitor no momento em que se dá a recepção interpretativa de qualquer texto.

É, no entanto, flagrante a ausência de menção à teoria semiótica narrativa de Greimas no seguinte parágrafo da seção denominada “1.1. Arqueologia”, em que Eco elenca autores pertencentes à linha semiótico-

---

69 PEIRCE, Charles S. [1934-1948] *Collected Papers*. (4 vols.). Cambridge: Harvard UP.

estrutural de abordagem do problema da interpretação empreendida por um leitor implícito:

(...) a seguir desenvolvem-se, ignorando-se reciprocamente, uma linha semiótico-estrutural e uma linha hermenêutica.

A primeira recorre sobretudo aos ensaios de *Communications*, 8, 1966, em que Barthes fala de um autor material que não se confunde com o narrador, Todorov evoca o par “imagem do narrador-imagem do autor” e repõe as distinções de Pouillon (1946) entre os vários pontos de vista (mas por trás de Pouillon estão Lubbock, Foster, James) e Genette quando muito aponta para aquela que, em 1972, será a sua teoria das “vozes” e da focalização. Daqui passamos, através de algumas indicações de Kristeva sobre a “produtividade textual” (*Le texte du roman*, 1970), do Lotman de *Struttura del Testo Poetico* (1970, da poética da composição de Uspenski (*A Poetic of Composition*, 1973), do conceito ainda empírico de “arquileitor” em Riffaterre (*Essais de stylistique structurale*, 1971), da polêmica em negativo de Hirsch (*Validity in Interpretation*, 1967), à noção de autor e leitor implícito, de Maria Corti (*Principia della Comunicazione Letteraria*, 1976) e de Seymour Chatman (*Story and Discourse*, 1978) – estes dois últimos com um conceito diretamente inspirado em Booth – e ao meu conceito de leitor-modelo (*Lector in Fabula*, 1979), que, ademais, também eu extraía de sugestões elaboradas no âmbito de uma lógica modal da narratividade por van Dijk e Schmidt, bem como por Weinrich, sem falar da ideia pareysoniana de um “modo de formar” como hipóstase autoral inscrita na obra. Maria Corti lembra, porém, no que toca ao autor, até mesmo um texto de Foucault de 1969 (“Qu’est-ce-qu’un auteur?”) levantava, em âmbito pós-estruturalista, o problema de um autor como “modo de ser do discurso”, campo de coerência conceitual e unidade estilística. (ECO, 1999, p. 2 – 3).

De nossa parte pensamos que o esquema narrativo de Greimas não se furta a empreender certa abordagem da questão do “intérprete”, especialmente por meio de seus mecanismos em torno da enunciação

(operacionalizados nos dispositivos de embreagem e debreagem), nas distribuições actanciais distintas dos pares enunciador-enunciatário, destinador-destinatário e narador-narratário, e também nas por vezes obliteradas noções de *perspectiva*, *focalização* e *ponto de vista* previstas na escalada do percurso gerativo do sentido elaborações, porém, que nos parecem livrar a semiótica greimasiana da omissão conceitual nessa seara temática apenas como posta por Roman Jakobson em *Essais de linguistique générale*:

As pesquisas que tentaram construir um modelo de linguagem sem qualquer relação com o locutor e o ouvinte, e assim hipostatizam um código separado da comunicação efetiva, correm o risco de reduzir a linguagem a uma ficção escolástica. (1963, p. 95)

Definitivamente apartada, por princípio, de qualquer inclinação à análise hermenêutica que vise à sondagem do sentido do Ser, a semiótica de Greimas, frente aos dois grandes enfoques delineados por Eco para o estudo da interpretação, o hermenêutico e o gerativo, coloca-se, como sabido e sem muito mistério, ao lado do último. Contudo, cumpre destacar também que a análise estrutural do sentido proporcionada por essa disciplina prima, enquanto método, pela descoberta, descrição, explicação e mesmo previsão de *qual é “o”* efeito sentido de determinado texto, apagando-se no horizonte de finalidades prioritárias as reflexões sobre discordâncias de recepção no movediço campo das leituras dissonantes, que nos parecem figurar antes como um objeto para uma eliminação resolutiva que patenteie a eficácia do método do que tópico legítimo o bastante para encetar, por si, uma reflexão preocupada centralmente com o problema da recepção que vem à esteira da leitura.

A baixa densidade teórica da semiótica greimasiana ao redor desse ponto específico da construção do sentido<sup>70</sup> é justamente o aspecto apontado e retrabalhado por Denis Bertrand em seu artigo “Lecture et croyance: pour une sémiotique de la lecture littéraire”, de 1999. Nesse estudo, Bertrand encara o impasse concernente ao *papel do leitor*<sup>71</sup>, afirmando de partida que:

(...) a semiótica é frequentemente entendida como uma teoria descritiva e explicativa, centrada, em virtude de seu princípio de imanência, nas relações internas ao texto, ignorando por consequência a presença e o papel do leitor. Apesar de dizermos sobre a semiótica que ela procura ‘compreender como compreendemos ao ler ou escrever’, mantemos habitualmente seu exercício sob uma visada puramente cognitiva. (BERTRAND, 1999, p. 275)

Entendendo que a reflexão semiótica “deve dar conta não somente do texto, suas estruturas e formas, mas da leitura, de suas esperas, interrogações e surpresas” (1999, p. 275), sua estratégia frente à lacuna é então regenerá-la por meio da reposição da questão retórica em torno da questão. Bertrand (1999, p. 276) aponta primeiramente que a retórica foi originalmente afastada da semiótica por Greimas em razão de “sua incompatibilidade frente aos princípios de uma teoria científica da significação” à época ambicionada, distanciamento posteriormente revertido pelo que ele identifica como um movimento geral de retorno à retórica por parte das ciências da linguagem observado no momento da publicação de seu artigo. O regresso fica motivado, de acordo com Bertrand (1999, p. 276), efetivamente pela natureza da

---

70 Esclareceremos e debateremos de maneira mais completa nosso ponto de vista adiante no item 3.3 *Contrato e regime* desta tese.

71 Em uma postura metodológica que se alinha à argumentação que buscamos construir aqui, Bertrand emprega placidamente, enquanto semioticista, desde a abertura de seu texto, o termo “leitor” para abordar a questão central que será discutida em seu artigo. No original, temos o “*rôle du lecteur*” (BERTRAND, 1999, p. 275), expressão que coincide, inclusive, com a tradução francesa para o título de *Lector in Fabula*, obra de Umberto Eco que versa também sobre os problemas implicados na recepção e interpretação da ficção.

disciplina retórica e a potência de seu contributo para estudos do sentido justamente por ela se definir como “o lugar de encontro do homem e do discurso”: ao se estabelecer como o domínio da verdade instável e precária, ela se opõe à lógica, e mesmo às relações lógico-semânticas, que definem condições de verdade necessárias e incontestáveis.

A retórica aqui é entendida como “a negociação da distância entre sujeitos” (BERTRAND, 1999, p. 276), que ativa, através de *enunciados*, determinadas *paixões* entre os interlocutores, sendo exatamente este o seu ponto de encontro com a semiótica. O objetivo desse artigo é, então, captar alguns aspectos dessa interação específica que é a leitura, interrogando-se especialmente sobre os modos de *adesão*, de *crença* ou de *participação* a que a leitura do texto literário induz, com vistas a descrever finamente as condições de engajamento emocional do leitor no universo da narrativa (BERTRAND, 1999, p. 278). Nesse sentido, o autor define quatro modos de captar o figurativo, chamados também de vias contratuais da significação figurativa, todos eles fundados em uma relação de *crença* — o que traz para o centro regulatório dos sentidos resultantes da leitura o parâmetro das modulações da *confiança*, tal como propomos para a análise e compreensão do problema que estamos delineando aqui.

Assim, a primeira via é a do *crer assumido*, da ordem da leitura escolarizada da literatura, de caráter ingênuo, em que o leitor “se deixa conduzir em confiança, age e sofre junto com os personagens, aguarda o que vem a seguir e anseia em conhecer o final”<sup>72</sup> (BERTRAND, 1999, p. 283). Na segunda temos o *crer recusado*, em que há no texto uma abertura provocadora que versa sobre o próprio uso da linguagem: o enunciador coloca a linguagem e seus protocolos figurativos no centro do discurso, conduzindo o leitor a se desvencilhar da visada referencial para descobrir outra, a das formas literárias

---

72 Essa proposta de Bertrand é mais uma evidência que corrobora nosso descarte da hipótese de que os leitores corrigiram Virginia Woolf e Umberto Eco porque *confiaram demais no texto*. Como propusemos e vemos se abrir aqui em desdobramento teórico, o mecanismo do questionamento é justamente o inverso: da ordem da falta de crença.

consagradas pelo uso – descortinamento que se dá por meio do uso da ironia. Para Bertrand (1999, p. 285) esse é um “meio de exibição e derrubada dos códigos semânticos e discursivos que a *praxis* enunciativa estabilizou, compondo assim as sedimentações que definem o uso e os hábitos, aí compreendidos os da leitura”.

Na terceira via encontramos o *crer crítico*, regime de leitura que se instaura notadamente em torno da parábola. Aqui, as primeiras impressões de verdade, puramente icônicas, esvaem-se e outra ordem de verdade – ou crença – aí se sobrepõe. Situa-se nesse exemplo uma “racionalidade figurativa”, que funciona por analogia, e dispõe de uma eficácia veridictória e persuasiva que lhe é própria: o leitor não é apenas convidado a ver algo, mas a interpretar e transcendê-lo, e desse modo “transforma-se o evento narrado em interrogação suspensa à espera da resposta do leitor: ela (*a parábola*) responsabiliza assim o enunciatário, que se torna fonte do sentido” (BERTRAND, 1999, p. 285). Para o autor, esse é o caso ainda das análises literárias e das leituras críticas. Finalmente, o quarto modo de captação do figurativo consiste em um *crer em crise*, em textos que se fundam numa degradação da figuratividade (o exemplo dado é um trecho do desestabilizante *L’Innomable*, de Beckett: “Onde agora? Quando agora? Quem agora? Sem me perguntar. Dizer eu. Sem pensar. Chamar isso de questões, hipóteses. Ir para frente. Chamar isso de ir. Chamar isso de frente.”), em que “estamos longe da visibilidade confiante, da confiabilidade figurativa, ou mesmo da eficácia interpretativa: todos esses modos da veridicção são postos em questão” (BERTRAND, 1999, p. 287).

É muito interessante a maneira como o autor aponta, ainda, que exemplos dessa ordem (do abalo do *crer em crise*) abundam em literatura, não apenas em textos contemporâneos, mas que a escolarização da leitura literária, fundada sempre num *crer assumido*, tende a ocultá-los; e também o que ele destaca em relação às quatro vias, de que “esses diferentes tipos de *crer* podem nos orientar na direção de uma história cultural da leitura” (BERTRAND, 1999, p. 287). O que nos é especialmente importante na



retomada desse estudo é, além da já mencionada centralidade da confiança para a análise, a semiotização do que se pode chamar como interpretação via leitura, onde se põe em evidência fundamental que o texto induz junto ao leitor atitudes emocionais e cognitivas regentes de diferentes estilos de crença, e também a conclusão de que “o leitor, ao ler, atualiza o texto e seu sentido”, mas, ao mesmo tempo, “o texto também busca e cria seu leitor” (BERTRAND, 1999, p. 288).

Essa é uma depreensão atinente com a noção de *leitor-modelo* como proposta por Umberto Eco em *Seis passeios pelos bosques da ficção* (2006, p. 15 - 31). De maneira brevemente resumida, para Eco (2006, p. 12), diante de qualquer texto narrativo, o leitor é obrigado a fazer escolhas o tempo todo, coerção “que existe até mesmo no nível da frase individual pelo menos sempre que esta contém um verbo transitivo” pois “Quando a pessoa que fala está prestes a concluir uma frase, nós como leitores ou ouvintes fazemos uma aposta (embora inconscientemente): prevemos sua escolha ou nos perguntamos qual será a sua escolha”. Mais especificamente em relação à ficção, aquele leitor que consegue identificar os limites de coerência interna do *pequeno mundo* onde adentra, agenciando as gradações de sua crença em direção à fruição estética, é um leitor que não só observa as “regras do jogo” como também “está ansioso para jogar” (ECO, 2006, p. 16) e que fica definido como o *leitor-modelo*. O que nos é bastante caro aqui é que, no sistema de Eco, essa entidade se define, por sua natureza, em oposição a um outro tipo de leitor, em uma diferenciação que consideramos significativamente ausente na teoria narrativa de origem greimasiana: ela encontra contraste descritivo frente ao que Eco chama de *leitor-empírico*:

O leitor-modelo de uma história não é o leitor-empírico. O leitor empírico é você, eu, todos nós, quando lemos um texto. Os leitores empíricos podem ler de várias formas, e não existe lei que determine como devem ler, porque em geral utilizam o texto como um receptáculo

de suas próprias paixões, as quais podem ser exteriores ao texto ou provocadas pelo próprio texto.

Quem já assistiu a uma comédia num momento de profunda tristeza sabe que em tal circunstância é muito difícil se divertir com um filme engraçado. E isso não é tudo: se assistir ao mesmo filme anos depois, mesmo assim talvez não consiga rir, porque cada cena irá lembrá-lo da tristeza que sentiu na primeira vez. Evidentemente, como espectadores empíricos, estaríamos “lendo” o filme de maneira errada. Mas “errada” em relação a quê? Em relação ao tipo de espectadores que o diretor tinha em mente – ou seja, espectadores dispostos a sorrir e a acompanhar uma história que não os envolve pessoalmente. Esse tipo de espectador (ou de leitor, no caso de um livro) é o que chamo de leitor-modelo – uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar. (ECO, 2006, p. 15)

Para simetria de seu gabarito, Eco estipula o *autor-modelo*, entendido como uma voz que fala ao leitor-modelo, a quem ela quer a seu lado, manifestando-se afetuosamente, imperiosamente ou dissimuladamente “como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo” (ECO, 2006, p. 21). Finalmente, completando esse sistema, o *autor-empírico* consiste no nome escrito na capa de um romance, que o assina em termos de autoria e aponta para existência “concreta” de figuras como Jane Austen, Dostoiévski, Proust ou Salinger, para a idiossincrasia de suas vidas particulares, dimensão que seguramente desperta o interesse dos amantes de sua literatura mas que, para Eco (2006, p. 17), não detém nenhuma pertinência frente ao texto narrativo.

A semiótica greimasiana trabalha muito bem com a distinção que Eco faz entre autor-empírico, entendido justamente como apenas o nome de um sujeito de carne e osso e remetido à impertinência do dado biográfico para a construção do sentido imanente, e o autor-modelo, nosso destinador,

conversível em enunciador e narrador, instâncias logicamente pressupostas a qualquer enunciação, manifestas e rastreáveis no texto por meio de um conjunto de estratégias discursivas. Do lado do leitor, no entanto, o leitor-modelo de Eco nos parece ser o único conceito de que a semiótica dispõe, em termos de uma noção formalizada e operacional, para encarar o fenômeno da leitura. É certo que o leitor-empírico poderia ser entendido como um enunciatário não manipulado, ou, por essência, *não manipulável*, que não entra em conjunção com o universo axiológico de valores do destinador-enunciador e, conseqüentemente, não adere ao contrato proposto e, então, nos perguntamos: teríamos uma ação analisável depois disso?

Inclinamo-nos fortemente a entender esse polêmico sujeito que declina do contrato, sendo-lhe por definição refratário, como estando fora, ou, no mínimo, em movimento de retirada do escopo iluminado pela teoria do esquema narrativo. É precisamente nessa zona de sombra que compreendemos que se deram os equívocos de correção endereçados aos romances de Woolf e Eco: nos dois casos temos dois leitores-empíricos, conforme a definição de Eco, autorizados a fazer o que bem entendem, inclusive a não entender o texto, que se levantam da sombra para proferir emendas impertinentes ao mundo ficcional. E, a partir disso, seguem e mantêm-se como objetos passíveis de análise. Tais especificações ficam suprimidas no âmbito do modelo greimasiano, sobretudo as que se voltam a precisar por que tais correções são irrelevantes especificamente junto ao texto de ficção — ponderações já ancoradas em uma reflexão sobre os limites da interpretação e a consistência do fabular —, visto que consideramos este como um campo fora do alcance da *macchinetta* dedicada à liquidação da falta de Greimas: essencialmente cega à distinção entre texto ficcional e não ficcional<sup>73</sup>, o veredicto que ela nos entrega é da sucinta ordem de “o sujeito não aderiu ao contrato”.

---

73 Pelas pesadas implicações dessa proposição, vamos retomá-la e debatê-la de forma mais completa no item 3.3 deste capítulo.

Dito de outro modo, enquanto na reflexão conduzida por Eco em *Seis passeios pelos bosques da ficção* o erro de leitura é o ponto de partida para a análise, que então eleva-o ao status de legítimo objeto para a investigação, de onde se depreendem conceitos e categorias, esse mesmo equívoco é a linha final de chegada, um ponto final conclusivo, para o exame narrativo greimasiano. É nesse sentido que esperamos ficar justificada a integração do ponto de vista de Umberto Eco e o emprego da terminologia própria à sua teoria ao nosso debate, que ao longo dessa primeira seção se centrou no descabido e ao mesmo tempo fascinante ato de “corrigir o incorrigível” ficcional: entendemos que suas ponderações tanto em *Os limites da interpretação* quanto em *Seis passeios* estabelecem com eficácia as bases para a discórdia. Campo então que se abre livremente, e, bem entendido, então sob vigilância teórica, a acolher os sentidos do equívoco.

Gostaríamos agora de extrapolar o fenômeno do erro na leitura do texto ficcional para o erro na leitura do *mundo*, aqui entendido como o “real” sem pretensão ontológica como aludido por Eco ou, simplesmente, o texto de caráter não ficcional. Vamos tratar de uma confusão generalizada e coletiva em torno da recepção de uma notícia falsa na internet, dando especial atenção aos oblíquos modos pelos quais se define a verossimilhança de um enunciado.

Antes de irmos a esse exemplo, achamos pertinente retomar, em uma espécie de digressão preparativa dos ânimos, o que nos conta Eco sobre a origem do hermetismo no século II. Uma das porções de escritos que compõem *Os limites da interpretação* consiste no conteúdo de um curso monográfico ministrado por ele na Universidade de Bolonha no ano acadêmico de 1986-1987 sobre *semiose hermética*, ou seja, “sobre a prática interpretativa do mundo e dos textos baseada na individuação das relações de simpatia que unem reciprocamente o micro e o macrocosmo” (ECO, 1999, p. XVIII). Essa virada do pensamento, que vai se opor ao racionalismo clássico,

interessa-nos por excluir o princípio de não-contradição (segundo o qual é impossível uma coisa ser A e não ser A ao mesmo tempo) da tríade em que formava, ao lado do princípio de identidade ( $A = A$ ) e o princípio do terceiro excluído (ou A é verdadeiro ou é falso e *tertium non datur*), o *modus ponens* definidor do caráter de verdade ou falsidade de qualquer proposição.

É possível que esse trecho pouco traga em termos de referência direta ao problema de interpretação que estamos em vias de encarar, porém, gostamos da ideia de introduzir nossa questão por meio da narração da origem mitológica do momento em que é rompida a cadeia causal unilinear pela qual o racionalismo grego, de Platão a Aristóteles e outros mais, reconhece a verdade no mundo, para que vejamos emergir a noção de que o verdadeiro pode existir, ao mesmo tempo, sob muitas formas diferentes e inclusive contraditórias entre si. Talvez o que nos atraia nessa passagem seja a impressão de que ela nos conta sobre a transição da concepção da verdade como entidade categoricamente una, indivisa e inequívoca, para a possibilidade de existência de infinitas gradações do verossimilhante, o que passa a permitir, por definição, que um sujeito *acredite no inacreditável*.

Assim, Eco começa comentando sobre o *modus ponens* racionalista:

É esse modelo de racionalismo que ainda domina as matemáticas, a lógica, a ciência e a programação dos computadores. Mas ele não exaure o que chamamos de herança grega. Aristóteles é grego, mas gregos são os mistérios eleusianos. O mundo grego é continuamente atraído pelo *apeiron* (o infinito). O infinito é aquilo que não tem *modus*. Foge à norma.

Fascinada pelo infinito, a civilização grega elabora, ao lado do conceito de identidade e não-contradição, a ideia de metamorfose contínua, simbolizada por Hermes. Hermes é volátil, ambíguo, pai de todas as artes mas deus dos ladrões, *iuvenis et senex* a um tempo. No mito de Hermes (...) as cadeias causais enrolam-se sobre si mesmas em espiral, o depois precede o antes, o deus

não conhece confins espaciais e pode estar, sob formas diferentes, em diferentes lugares ao mesmo tempo.

Hermes triunfa no decorrer do século II d. C. (...) É a época em que se define o conceito de *enkyklios paideia*, de educação global, que visa a produzir uma figura de homem completo e versado em todas as disciplinas. Mas esse saber descreve um mundo perfeito e coerente, ao passo que o mundo do século II é um cadinho de raças e línguas, uma encruzilhada de povos e ideias, onde todos os deuses são tolerados. Essas divindades tinham tido para cada povo um significado profundo, mas no momento em que o império dissolve as pátrias locais, dissolve também a identidade delas: já não existem diferenças entre Ísis, Astarte, Deméter, Cibele, Anaide e Maia.

Conhecemos a lenda do califa que ordena a destruição da biblioteca de Alexandria argumentando: ou estes livros dizem as mesmas coisas que o Alcorão, e são úteis, ou dizem coisas diferentes, e são falsos e danosos. O califa conhecia e possuía uma Verdade e, com base na sua verdade, julgava os livros. O hermetismo do século II, ao contrário, busca uma verdade que não conhece, e possui apenas livros. Portanto, imagina ou espera que cada livro contenha uma centelha de verdade, e que todas essas centelhas se reconfirmem entre si. Nessa dimensão sincretista, entra em crise um dos princípios do modelo racional grego, o do meio excluído. Muitas coisas podem ser verdadeiras no mesmo momento, embora se contradigam entre si.

Mas se os livros dizem a verdade mesmo quando se contradizem, então cada palavra deles é uma alusão, uma alegoria. O que dizem não é o que aparentam dizer. Cada um deles contém uma mensagem que nenhum deles jamais poderá, isoladamente, revelar. Para compreender a mensagem misteriosa contida nos livros era preciso buscar uma revelação para além dos discursos humanos, que chegasse por anúncio da própria divindade, através dos modos da visão, do sonho ou do oráculo.

(...) Assim, identifica-se a verdade com o que não é dito, ou que é dito de modo obscuro e deve ser compreendido para além da aparência e da letra. Os

deuses falam (hoje diríamos: o Ser fala) através de mensagens hieroglíficas e enigmáticas. (...)

O racionalismo clássico identificava os bárbaros com os que não sabiam sequer articular a palavra (esta a etimologia de barbaros: é bárbaro quem balbucia). Agora, ao contrário, é exatamente o suposto balbucio de estrangeiro que se torna a língua sagrada, plena de promessas e revelações silenciadas. Se, para o racionalismo grego, o verdadeiro era o que podia ser explicado, agora o verdadeiro é somente o que não se pode explicar.

Mas que saber misterioso era esse que só os sacerdotes dos bárbaros possuíam? A opinião corrente era a de que eles conheciam as cadeias ocultas que unem o mundo espiritual ao mundo astral e este ao mundo sublunar; daí por que, agindo sobre uma planta, podemos influir no curso das estrelas, o curso das estrelas influencia o destino dos seres terrestres, e as operações mágicas realizadas sobre a imagem de uma divindade obrigam a divindade a obedecer à nossa vontade. *Como é embaixo, assim é em cima.* O universo torna-se um grande teatro dos espelhos onde cada coisa, qualquer que ela seja, reflete e significa todas as outras.

Só é possível falar de simpatia e semelhança universal se se rejeita o princípio de não-contradição. A simpatia é efeito de uma emanção de Deus no mundo, mas na origem da emanção está um Uno incognoscível que é a sede mesma da contradição. O pensamento neoplatônico cristão procurará explicar que não podemos definir Deus de modo unívoco, dada a inadequação de nossa linguagem. O pensamento hermético diz que nossa linguagem, quanto mais ambígua e polivalente for, valendo-se de símbolos e metáforas, tanto mais habilitada estará a nomear um Uno no qual se realiza a coincidência dos opostos. Mas onde triunfa a coincidência dos opostos, cai por terra o princípio de identidade. *Tout se tient.*

Por conseguinte, a interpretação será infinita. Na tentativa de procurar um sentido último e inatingível, aceita-se um deslizamento irrefreável do sentido. (...)

(...) o universo da simpatia é um labirinto de ações recíprocas, no qual todo evento obedece a uma espécie de lógica espiraliforme onde entra em crise a ideia de

uma linearidade, ordenada temporalmente, das causas e dos efeitos. (...)

O pensamento hermético transforma todo o teatro do mundo em fenômeno linguístico e, concomitantemente, subtrai da linguagem todo e qualquer poder comunicativo. (ECO, 1999, p. 22 – 25)

## 3.2 ACREDITANDO NO INACREDITÁVEL

### *Sobre a verossimilhança*

No dia 27 de agosto de 2015, o neurocientista norte-americano Carl Hart, professor titular da Universidade de Columbia, em Nova York, veio ao Brasil para ministrar uma palestra sobre descriminalização das drogas no Seminário do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais que ocorreria em um hotel cinco estrelas em São Paulo chamado Tivoli Mofarrej. O professor desembarcou no aeroporto da cidade e foi para o hotel, onde entrou e dirigiu-se direto ao banheiro. Ao sair de lá, ele viu uma certa movimentação de pessoas no saguão, não entendeu direito o motivo, subiu imediatamente para iniciar sua palestra e, ao encontrar uma audiência composta em maioria por brancos, comentou que o Brasil deveria se envergonhar disso. Um detalhe importante: Carl Hart é negro.

No dia seguinte, 28 de agosto, sem que o professor pudesse desconfiar de nada, a seguinte notícia é publicada na internet às 5h47 da manhã pelo portal de notícias *Justificando*:



CATEGORIAS COLUNISTAS APOIADORES **Justificando** ANUNCIE CONTATO f t g+

home > #Notícias

# NOTÍCIAS

Sexta-feira, 28 de agosto de 2015

## Carl Hart é barrado na portaria de hotel cinco estrelas onde ocorre seminário criminal

35275 412 10 0

f t g+ in

o Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências

PÓS-GRADUAÇÃO UNISULVIRTUAL EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL  
ESTUDE ONDE E QUANDO QUISER  
Inscrições abertas até 14 de agosto de 2015  
Coordenadores: Patrícia Santos e Luiz Delloro  
ceapro UnisulVirtual  
PÓS GRADUAÇÃO - UNISUL[+]

35.275 compartilhamentos no Facebook  
412 retweets no Twitter  
10 republicações vis Google+

Esta é a fonte original do episódio que, a partir daí, começará a ser replicado por outros veículos de informação *online* sem que haja checagem do fato com nenhuma das partes envolvidas (nem o professor, nem o hotel, nem a organização do seminário ou algum de seus participantes), passando a ser compartilhado e comentado por leitores em números de vezes que chegarão à casa dos centenas de milhares, atingidos rapidamente pelo auxílio da providencial velocidade fulgurante de um simples *clique*. Os dados numéricos que vamos apresentar foram todos colhidos durante a manhã de 30 de agosto de 2015: momento em que a primeira notícia, veiculada pelo *Justificando*, contava, como indicado na legenda, com 35.275 compartilhamentos na rede social Facebook, 412 retweets no Twitter e 10 republicações via Google+. Dali em diante, o factóide começaria a tomar forma, crescendo em alcance e proporção.

No dia 28 de agosto, às 18h06, o portal online *Fórum* publica a notícia, empregando como chamada para a matéria a frase de fato proferida pelo professor, porém usando-a como um chamariz para o episódio inexistente, também sem checar sua veracidade, e atingindo os seguintes números de disseminação nas redes:

The screenshot shows the Portal Fórum website interface. At the top, there is a search bar and a navigation menu with categories like Home, Brasil, Global, Política, Movimentos, Direitos, Ambiente, Comunicação, Cultura, Mulher, LGBT, TV Fórum, Notícias, and Edições anteriores. Below the navigation is a ZAP real estate advertisement for a 'BUTANTÁ - Apartamento Padrão' priced at R\$ 300,000. The main article is titled "Olhem para o lado, vejam quantos negros estão aqui. Vocês deviam ter vergonha" and is dated August 28, 2015, at 18:05. The article features a photograph of a Black man with dreadlocks. To the right of the article are social media sharing options (Facebook, Twitter, LinkedIn, Print, Email) and a 'Fórum Semanal' section with a 'O MUNDO ALÉM DO FACEBOOK' graphic. At the bottom, there is a 'Veja também' section with a link to a story about Professor Roberto Amaral and a link to a story about Carl Hart. A 'Publicidade' section at the bottom right features the logo of the Câmara Municipal de São Paulo.

89 mil compartilhamentos no Facebook  
 669 retweets no Twitter  
 79 republicações no Google+

Alguns minutos mais tarde no mesmo dia, às 18h26, o portal *Opera Mundi* replica a notícia. Tudo continua sendo propagado sem que nenhum jornalista entre em contato com Carl Hart:

The screenshot shows the Opera Mundi website interface. At the top, there is a search bar and social media icons for YouTube, Facebook, and Twitter. Below the search bar, there are navigation links for 'Notícias', 'Especiais', 'Opinião', 'Samuel', 'Hoje na História', 'Babel', 'Cultura', 'Blogs', and 'Multimídia'. A secondary navigation bar lists various topics with hashtags: '# 20 Momentos Olímpicos', '# Arqueologia', '# Cuba e EUA', '# Direitos humanos', '# Equador', '# Grécia', '# Israel e Palestina', and '# Refugiados na Europa'. The main content area features the 'SAMUEL' logo and a navigation bar with categories: 'Brasil', 'Internacional', 'Economia', 'Comportamento', 'Cultura', 'Meio Ambiente', 'Ciência e Tecnologia', 'Mídia', 'Ativismo', and 'Mundo Melhor'. The featured article is titled 'Palestrante negro é barrado em portaria de hotel cinco estrelas que sedia seminário em São Paulo'. It includes a sub-headline: 'Atualização: no sábado, Carl Hart concedeu entrevista em que negou ter sido barrado e explicou a possível origem da notícia'. Below the article title, there are social sharing buttons for Facebook (173 mil), Twitter (868), Google+ (319), and YouTube (999+). To the right of the article, there is a 'SAMUEL BLOGS' section with a small map and the text 'Quer ir de bicicleta? O Google Maps ensina o'.

173 mil compartilhamentos no Facebook

868 retweets no Twitter

319 republicações no Google+

O alastramento chega a seu ápice na manhã do dia seguinte, 29 de agosto, às 7h45, quando o portal *online* da *Folha de S. Paulo*, o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação entre os diários em todo o território nacional<sup>74</sup>, publica a notícia, inclusive agravando a inexistência de apuração em torno do caso ao afirmar na chamada que o próprio Carl Hart *havia dito* ter sido barrado. Nenhuma verificação dos fatos foi feita.

The screenshot shows the homepage of the Folha de S. Paulo website. At the top, there is a navigation bar with links for 'UOL', 'Assine', '703 3030 SAC', 'Bate-papo', 'E-mail', 'BOL', 'Notícias', 'Esporte', 'Entretenimento', and 'Mídia'. The main header features the newspaper's name 'FOLHA DE S. PAULO' and the date 'DOMINGO, 30 DE AGOSTO DE 2015 10:43'. Below the header, there are several sections: a 'cotidiano' section with a blue background, a main article titled 'Neurocientista negro diz ter sido barrado em hotel em SP' with a photo of Carl Hart, and several advertisements including 'VeinViewer', 'Planik FACILITA', 'SIMULADO ENEM 2015', and '60 ANOS BARRETO'. The page also includes a search bar, a weather widget, and a 'Últimas notícias' section.

141 mil compartilhamentos totais:  
somando-se Facebook, Twitter, Google+, LinkedIn e envios por e-mail

74 Com tiragem da versão impressa de 189.254 exemplares e da versão digital de 146.641 no ano de 2015, totalizando a circulação total de 335.895. Isso a coloca no topo do ranking de todos os jornais diários pagos brasileiros e a configura como o jornal mais acessado na versão online durante o ano de 2015. Fonte: portal ANJ [www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil](http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil) (Acesso em: 3/4/2018)

É ao longo desse dia que a notícia vai então ser publicada por uma página dentro do próprio Facebook. O perfil *Catraca Livre*, talvez atingido pela visibilidade dada à pauta pela *Folha de S. Paulo*, que até então só havia sido replicada na rede social a partir de postagens retiradas de portais jornalísticos e sites externos ao Facebook, posta às 09h51 a notícia “Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel onde iria palestrar”. O Facebook, por sua configuração, permite que os posts recebam um comentário introdutório relativo à notícia, esta vem mais abaixo, e aqui ele foi “E ainda dizem que não existe racismo no Brasil.”:

The image shows a screenshot of a Facebook post from the page "Catraca Livre". The post is titled "Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel onde iria palestrar" and includes a photo of Carl Hart. The post text reads: "E ainda dizem que não existe racismo no Brasil. Carl Hart é primeiro neurocientista negro a se tornar professor titular na Universidade de Columbia (EUA)". The post has 60,397 likes and 16,333 shares. The left sidebar shows navigation options like "buscar vagas", "Instagram", "FOTOS", and "VÍDEOS". The right sidebar shows a "Criar Página" button and a "Patrocinado" section.

60.397 curtidas  
16.333 compartilhamentos  
2.494 comentários

Alguns minutos depois, às 9h58, o próprio *Catraca Livre* replica a notícia agora em seu site, com uma chamada levemente alterada sem que haja mudança substancial de sentido:

The screenshot shows the Catraca Livre website interface. At the top, there is a navigation bar with 'BRASIL' and 'REDE CATRACA' dropdowns, a search bar, and links for 'AGENDA', 'LUGARES', and 'TODO SITE'. Below this is the Catraca Livre logo with the tagline 'comunicar para empoderar'. A main banner features the headline 'Peças Carros Importados' with a sub-headline 'Especializada em Carros Importados Lataria e Iluminação em até 10x!' and a blue arrow button. A horizontal menu below the banner lists various categories: Dica Digital, Bem-Estar, Gastronomia, Geração E, Mundo Animal, Educação, Universidades, Urbanidade, Inovação, Emprego, and Negócios. The article section is titled 'Cidadania' and features the headline 'Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel'. The article text states that Carl Hart, a neuroscientist, was invited to give a lecture in São Paulo but was barred from entering the Tivoli Mofarrej hotel. It also mentions that he was invited by the Instituto Brasileiro de Ciências Criminais to speak about drug wars. To the right of the article, there is a 'Oferecido por' section with the Senac logo and the text 'Studios Estação da'.

**BRASIL** ▾ **REDE CATRACA** ▾ **BUSCAR:** **AGENDA** **LUGARES** **TODO SITE**

**CATRACA LIVRE** comunicar para empoderar

**Peças Carros Importados**  
Especializada em Carros Importados Lataria e Iluminação em até 10x!

**Dica Digital** **Bem-Estar** **Gastronomia** **Geração E** **Mundo Animal** **Educação** **Universidades** **Urbanidade** **Inovação** **Emprego** **Negócios**

**Cidadania**

**Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel**

REDAÇÃO EM 29 DE AGOSTO DE 2015 ÀS 9:58 | **79.5k** SHARES / **Facebook** **Twitter** **Google+**

Convidado para ministrar uma palestra na cidade de São Paulo, Carl Hart, primeiro neurocientista negro a se tornar professor titular na Universidade de Columbia (EUA), foi barrado na entrada do hotel Tivoli Mofarrej, local onde aconteceu o evento nesta última quinta-feira.

Carl Hart foi convidado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais para palestrar sobre guerra às drogas principalmente nos grupos vulneráveis, assunto do qual é especialista a mais de 20 anos.

Oferecido por **Senac**

**Studios Estação da**

79.500 compartilhamentos totais:  
somando-se Facebook, Twitter, Google+



Às 10h12, o site do *Brasil Post*, vinculado ao agregador de blogues norte-americano *The Huffington Post* e à Editora Abril no Brasil, publica da notícia. Sua chamada para a matéria se diferencia das demais por enfatizar as características físicas do pesquisador, “Negro e com dreadlocks”, antepondo-as à sua qualificação acadêmica e profissional, que vinha sendo colocada em primeiro lugar nas outras manchetes:

The screenshot shows the top of the Brasil Post website. At the top, it says "BRASIL POST" and "THE HUFFINGTON POST ASSOCIADO A Abril". Below that, there are social media icons for Facebook (with "Curtr" and "255 mil"), Twitter ("Seguir"), and Newsletters. A search bar is also present. The main navigation menu includes: HOME, PAÍS, MUNDO, DINHEIRO, COMPORTAMENTO, TECH, VIRAL, ESPORTES, DIVERSÃO, OUTRA MEDIDA, and BLOGS. Below the menu, there are three featured articles with thumbnails: "Por que Grazi Massafera foi a estrela desta semana", "Esta nova teoria de 'Game of Thrones' muda TU-DO", and "5 truques da Netflix que você não está usando (mas deveria)".

The main article headline is: **Negro e com dreadlocks, professor da Universidade de Columbia é barrado em hotel de São Paulo**. The author is "Brasil Post | De Thiago de Araújo". The article was published on 29/08/2015 at 10:12 BRT and updated at 10:16 BRT.

Below the headline is a photo of a man with dreadlocks and a woman. At the bottom of the article, there are social media sharing statistics: 13 mil likes on Facebook, 1513 shares on Facebook, 31 retweets on Twitter, 17 republishes on Google+, and 24 comments.

On the right side, there is a publicidade (advertisement) for "GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA" with the text "CLIQUE E SAIBA MAIS". Below that is a section titled "BOMBANDO" with the sub-headline "4 sinais que entregam que você se sente sozinho" and a small image of a person's head.

13 mil curtidas no Facebook  
 1.513 compartilhamentos no Facebook  
 31 retweets no Twitter  
 17 republicações no Google+  
 24 comentários

Dois minutos depois, às 10h14, o portal *Gazeta do Povo* também publica a notícia:

Assine agora | Clube Gazeta do Povo Entrar (login) Crie sua conta grátis

**GAZETA DO POVO** VIDA E CIDADANIA VIDA PÚBLICA ECONOMIA MUNDO ESPORTES CADERNO G VIVER BEM OPINIÃO + Seções ▾ **GUIA** ▾ **enkontra.com** ▾

**Vida e Cidadania**

HISTÓRIA MEIO AMBIENTE EDUCAÇÃO SAÚDE CONSUMIDOR COLUNISTAS ESPECIAIS

Leia também » Pracinhas na 2ª Guerra Guia de Feiras Geada Negra Obituário Inverno

PUBLICIDADE

PRECONCEITO

## Neurocientista negro é barrado em hotel onde ministraria palestra em SP

29/08/2015 | 10h14 | FOLHAPRESS WEB

946 2 0 Comentários (23)

Primeiro neurocientista negro a se tornar professor titular da Universidade de Columbia, em Nova York (EUA), Carl Hart, 48, foi barrado na quinta-feira (27) na entrada do hotel cinco estrelas onde se hospedaria e ministraria uma palestra a convite do seminário do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), em São Paulo.

Resolvido o imbróglio, Hart acabou sua apresentação no auditório no qual falou para advogados criminalistas e ju

Folha de S.Paulo: Neurocientista negro diz ter sido barrado em hotel em SP - elianrev@gmail.com - Gmail - ele à plateia. Google Chrome

PUBLICIDADE

946 compartilhamentos no Facebook

2 retweets no Twitter

23 comentários



Às 14h28, a notícia é publicada no portal virtual da revista *Exame*<sup>75</sup>. A difusão virulenta do incidente segue sem que nenhum jornalista cheque a informação:

The screenshot shows the Exame.com website interface. At the top, there is a navigation bar with the logo 'EXAME.COM' and various category links: NEGÓCIOS, MERCADOS, ECONOMIA, BRASIL, MUNDO, TECNOLOGIA, CARREIRA, SEU DINHEIRO, PME, MARKETING, ESTILO DE VIDA, and VÍDEOS. A search bar and a 'Login' button are also present. Below the navigation bar, there are several promotional banners for real estate listings, including one for 'zap' with a price of 'R\$ 270,000' and a 'CONTATAR' button. The main content area features a news article titled 'Negro e com dreadlocks, professor é barrado em hotel de SP' published on 29/08/2015 at 14:28. The article has 22,564 views and 64 comments. Social media sharing icons for Facebook, Twitter, Google+, and LinkedIn are visible. To the right of the article, there is a smaller version of the 'zap' real estate banner.

22.564 visualizações no site  
64 comentários

A partir da publicação na página *Catraca Livre* no Facebook, às 9h51, desencadeia-se uma onda de 16.333 compartilhamentos, à qual retornamos, pois nela é possível começar a observar alguns comentários escritos pelos leitores sobre notícia no momento em que a republicam em suas próprias páginas. O tom é de forte e ascendente indignação. A adesão à veracidade da notícia é espontânea, instantânea e total:

75 Maior publicação especializada em negócios e economia do país, com periodicidade quinzenal e 100.529 assinantes da versão impressa, que têm livre acesso ao portal online. Fonte: Instituto Verificador de Comunicação (IVC) dez/2017, disponível em: publiabril.abril.com.br/marcas/exame/plataformas/revista-impressa (Acesso em: 4/4/2018).

Mireia Santos Depiladora via **Catraca Livre**  
31 - 48

Vi isso ontem. ...achei um absurdo



Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel onde iria palestrar

CATRACALIVRE.COM.BR

👍 Curtir    💬 Comentar    ➦ Compartilhar

“Vi isso ontem. ...achei um absurdo”

Isa Baker  
13 - 48

Que absurdo! Cadê os direitos humanos?



Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel onde iria palestrar

CATRACALIVRE.COM.BR

➦ Compartilhar

“Que absurdo! Cadê os direitos humanos?”



“NEM TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI”

Os leitores acreditam no incidente de forma tão completa, o fato novo entra em tão fina coerência com o universo já conhecido, que lhes é possível se projetar como o sujeito da ação, em cumplicidade e desabafo, expondo-se históricos e motivações pessoais:





“Pergunta de novo, o por quê das minhas ações, vai?  
Experimenta apontar o dedo na minha cara, vai, experimental!”

As paixões da vergonha e do nojo são ativadas:



“Vergonha desse mundo.”



“QUE DESGRACEIRA! QUE VERGONHA!!”



“Nojo é o primeiro sentimento que veio à minha mente.”





“POBRE HUMANIDADE PODRE.”

A notícia, tomada como verdade, serve como base para se fazerem paralelos e comentários críticos sobre o contexto social e político do país. A relação é de pressuposição causal: o cenário brasileiro (causa) é responsável pela criação do incidente (efeito):

 **Neusa Isabel Pereira**  
11 · 48

MAIS UMA BOLA FORA DESTA PARTE DO POVO BRASILEIRO INTOLERANTE E RACISTA, SO QUE AGORA O CRIME NAO FOI CONTRA NEGRO BRASILEIRO E SIM CONTRA UM RENOMADO NEUROCIENTISTA DA UNIVERSIDADE DE OXFORD NOS EUA. BOM DIA A TODOS OS MEUS AMIGOS DO FACE.



Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel onde iria palestrar

CATRACALIVRE.COM.BR

4 curtidas 2 comentários

 Curtir  Compartilhar

 **Abel Calixto Cardoso**  
11 · 48

No Brasil é assim. Se fosse bandido seria recebido pela presidente. Diriam que era representante de uma ONG.



Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel onde iria palestrar

CATRACALIVRE.COM.BR

 Compartilhar

3 pessoas curtiram isso.

“No Brasil é assim. Se fosse bandido seria recebido pela presidente. Diriam que era representante de uma ONG.”

**Welliton Torres**  
21h · 48

Isso é o PT e outros governando mal, pois um povo culto ,por si só deixara certos preceitos de lado mas pela educação de um povo .



Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel onde iria palestrar

CATRACALIVRE.COM.BR

Compartilhar

Vanessa Freitas curtiu isso.

“Isso é o PT e outros governando mal, pois um povo culto, por si só deixará certos preceitos de lado mas pela educação de um povo.”

O sujeito seguinte traça a relação que parece a ele fazer sentido conforme seu repertório interpretativo e universo de referências. O segundo deseja o fim do mundo via asteroide:

**Andréia Lima**  
21h · 48

Pode, Freud? !



Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel onde iria palestrar

CATRACALIVRE.COM.BR

Compartilhar

5 pessoas curtiram isso.

**Ademira Vieira de Souza** lxi!!!! É o cúmulo!!!!  
1 · 2h

“Pode, Freud?!”



 Victor Monseñor Varas  
13 · 48

Otro caso de estupidez humana, cuando te das cuenta que pasa en países tan mestizos como Brasil, México o Ecuador empiezas a valorar que a lo mejor lo del asteroide, pues tampoco está tan mal oye...

[Ver tradução](#)



Neurocientista negro é impedido de entrar em hotel onde iria palestrar

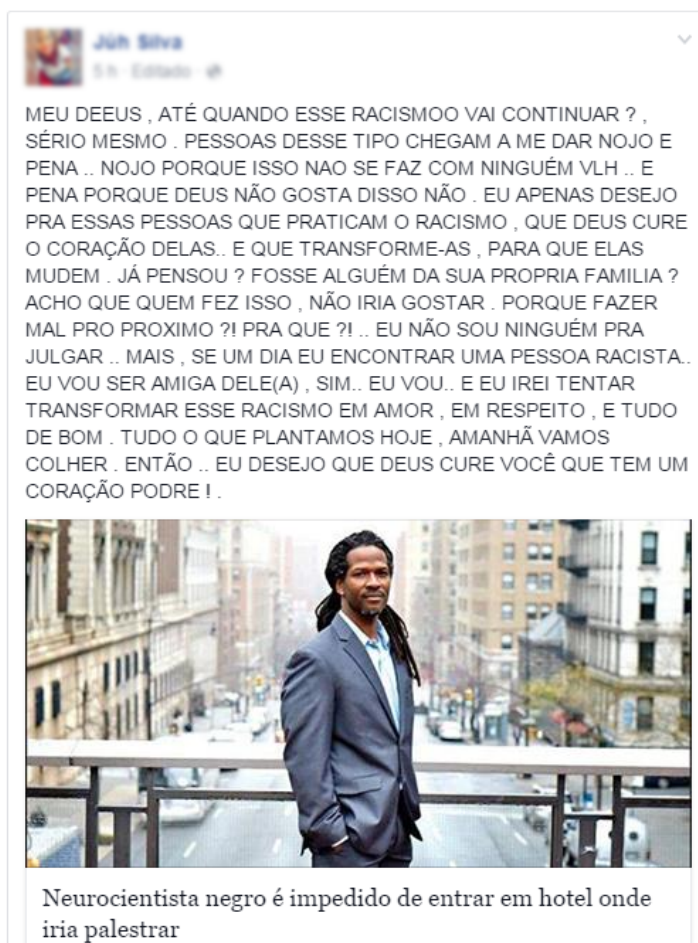
CATRACALIVRE.COM.BR

[Compartilhar](#)

5 pessoas curtiram isso.

“Outro caso de estupidez humana, quando se dá conta do que ocorre em países tão mestiços como Brasil, México e Equador, começa-se a dar valor para a história do asteroide, porque também não é uma má ideia...”

A alteração é generalizada. Aqui um exemplo externado em *capslock*:



Esses são 14 exemplos de compartilhamentos dessa notícia. Houve outros 16.319 contando-se apenas os realizados a partir do post do *Catraca Livre*. Nem todos são acompanhados do comentário introdutório de autoria do sujeito que compartilha a que demos destaque comentando brevemente aqui: na ânsia de *passar a notícia para frente* a maioria apenas a replica (são precisos apenas dois cliques nesse caso, em “compartilhar” e depois “compartilhar agora”) sem explicações ou opiniões preliminares.

Frente a um fenômeno dessa natureza, é possível observar um clima geral junto aos sujeitos em “alertar a sociedade” sobre “um absurdo”, “uma coisa muito grave”, de que todos precisam ficar sabendo o mais rápido possível. Essa tônica para a prática na qual o sujeito se identifica e se mostra como uma espécie de agente “de um serviço de interesse público” para o “bem geral” seguramente impulsiona a velocidade da propagação e nos parece ser

apenas um fino verniz superficial que esconde questões que lhe são na verdade díspares e que pretendemos analisar em detalhe mais adiante.

Autorizamos-nos a falar em termos de “um fenômeno dessa natureza”, que entendemos aqui como essencialmente *discursiva*, dado que o episódio de Carl Hart é apenas um exemplo de um expediente que se tornou comum na internet, mais intensamente a partir do advento das redes sociais: uma notícia que se alastra com alta virulência (diz-se de fato que ela se “viraliza”, como um vírus) em um curto período de tempo, para rapidamente ser desmentida em seguida, caindo em esquecimento quase completo. Isso foi denominado originalmente na língua inglesa como *hoax*, palavra que tem o sentido original de “embuste” ou “farsa” e origem etimológica<sup>76</sup> que data do final do século XVIII, consistindo em uma contração de “hocus”, termo usado na expressão *hocus pocus*, proferida como encantamento em rituais mágicos.

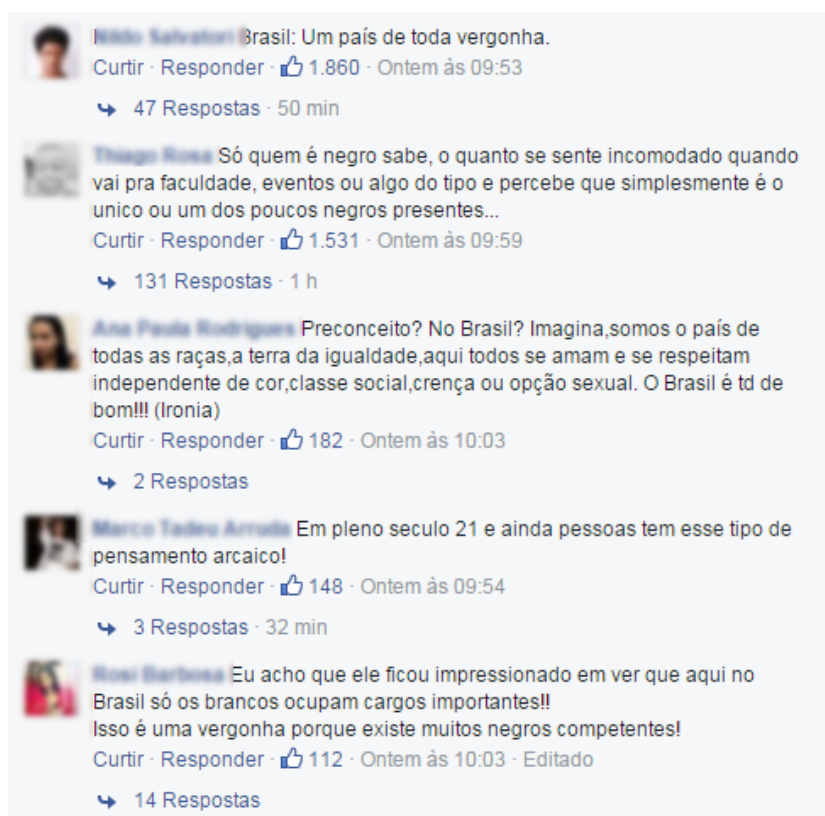
Em inglês há uma acepção mais intencional vinculada a essa palavra, de algo que é preparado premeditadamente com o objetivo de enganar alguém, como em uma pegadinha – o que não se aplica com precisão a nosso objeto –, e nos parece que, ao longo da primeira década do século XXI, ela acaba por ser progressivamente trocada pelo termo *fake news*, expressão que ganha projeção internacional notadamente durante a campanha eleitoral norte-americana de 2016. Já em francês, encontramos dois termos para denominar esse tipo de acontecimento: *intox* e *désintox*, cobrindo toda a extensão do fenômeno, em que *intox* se refere ao momento de enganação coletiva e disseminação massificada, e *désintox* nomeia a etapa posterior de descoberta e divulgação do equívoco, que se dá em tom mais melancólico, ou no mínimo não eufórico, quando ocorrem as tímidas erratas editoriais e eventuais decepções ou alívios íntimos<sup>77</sup>.

---

76 De acordo com o *Oxford English Dictionary*. 2ª edição. Volume VIII (Hat – Intervacuum). Clarendon Press: Oxford, 1989, p. 273.











77 No Brasil, frente à crescente proliferação de informações falsas na internet, sobretudo por meio do mecanismo de compartilhamento do Facebook, surgiu o trabalho da *Agência Lupa*,

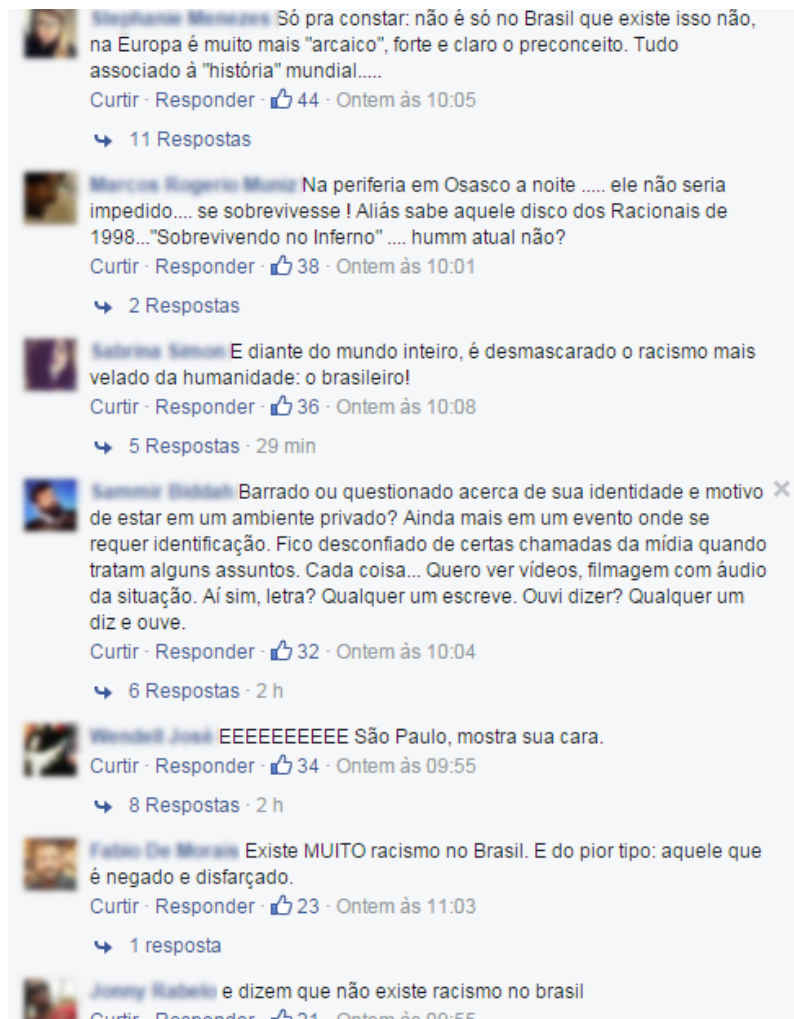
Mas voltemos ao nosso caso. Ao mesmo tempo em que a notícia era compartilhada nos termos que acabamos de observar, ao longo da tarde do dia 29 de agosto, o post do *Catraca Livre* receberia 2.494 comentários, dos quais apresentamos alguns exemplos:




---

primeiro veículo no país dedicado exclusivamente à checagem de notícias (piaui.folha.uol.com.br/lupa/). Na França, o presidente Emmanuel Macron anunciou no dia 3 de janeiro de 2018 uma lei para combater a proliferação de notícias falsas na internet, sobretudo nas redes sociais durante o período eleitoral, conforme matéria do *Le Monde* "Emmanuel Macron annonce une loi pour lutter contre les « fake news »", disponível em: [www.lemonde.fr/politique/video/2018/01/03/emmanuel-macron-annonce-une-loi-pour-lutter-contre-les-fake-news\\_5237300\\_823448.html#HRWlbpXBgdXhQ5X3.99](http://www.lemonde.fr/politique/video/2018/01/03/emmanuel-macron-annonce-une-loi-pour-lutter-contre-les-fake-news_5237300_823448.html#HRWlbpXBgdXhQ5X3.99) (Acesso em: 3/4/2018)

-  **Taty Godoi** Depois nos acusam de mimi, vítimas, que temos mania de perseguição. No Brasil não importa seu phd, seu diploma, se você for Negro sempre vão achar que vc é um intruso e está no lugar errado.  
Curtir · Responder ·  16 · 23 h
-  **Rafael Stanizone** Erro de português na reportagem! O certo é "HA MAIS DE 20 ANOS"  
Curtir · Responder ·  15 · Ontem às 10:02 · Editado  
↳ 5 Respostas
-  **Ezequiel Gomes** Depois falam que não existe preconceito no Brasil kkkkk  
Curtir · Responder ·  18 · Ontem às 09:54
-  **Marcelo Xavier** Existe preconceito em todos os lugares do mundo. Agora, na maior parte, as vítimas usam isso como estímulo para prosperar. No Brasil, vão chorando para a mãe governo.  
Curtir · Responder ·  11 · Ontem às 10:09  
↳ 28 Respostas · 4 h
-  **Helen de Freitas** Racismo? Onde? Naquele shopping onde meninos negros de comunidade fizeram rolezinho e você achou que eram marginais fazendo arrastão? Ou naquele ônibus onde entrou um negro de chinelo e bermuda e você já pensou logo que poderia ser um bandido? Imagina!... [Ver mais](#)  
Curtir · Responder ·  10 · Ontem às 10:27  
↳ 2 Respostas
-  **Fernanda Di Domenico** É esse o Brasil que infelizmente ainda insiste em existir! #fora #racismo  
Curtir · Responder ·  9 · Ontem às 10:01



A partir disso, muitos brasileiros começam a entrar na página pessoal de Carl Hart no Facebook para lhe pedir desculpas em nome do país. É só assim que o professor norte-americano, afinal, toma conhecimento do que estava acontecendo:

 **João Gomes** Sorry Dr. Carl Hart. Brasil é um país cheio de problemas, de governo, de educação. Mais existe muita gente que gosta dos americanos, muitos brasileiros que queriam e gostaria de estar nos Estados Unidos, muitos brasileiros que gostam da cultura americana. Eu gosto bastante de Hip Hop americano, R%B, Jazz.  
Curtir · Responder ·  2 · 10 h

 **Leticia Castro** "Brasil é um país lindo mas com pessoas de baixo nível cultural ... peço a você minhas sinceras desculpas garoto... não é querer generalizar.. (dizer que são todos ) mas o sul , sudeste e centro oeste brasileiro o pessoal lá se acham Deuses perante ... Ver mais  
Curtir · Responder · 16 min

 **Joyce Martins** I apologize for what happened at the hotel in Sao Paulo. Many brazilians are not like that.  
Curtir · Responder ·  16 · 12 h

 **Newton Narciso Pereira** Dear Dr. Dr. Carl Hart my name's Newton and I am Brazilian. I am a PhD in Naval Engineering and in Brazil we have been suffering problems like you lived today. The problem is that black people have few opportunities to participate in this society and a... Ver mais  
Curtir · Responder ·  7 · 10 h

 **Nise Lima** Minhas sinceras desculpas pelo ato racista no Tivoli Mofarej Hotel - SP. Nem tod@s @s brasileir@s são racistas. Obrigado pela palestra e sucesso!  
Curtir · Responder ·  10 · 13 h

↳ 1 resposta

 **Jacqueline Oliveira** Sinto muito pelo transtorno no hotel!  
Curtir · Responder ·  13 · 16 h

↳ 6 Respostas

 **Bárbara Barbone** Dr. Carl Hart, I saw many white people saying sorry and apologizing about what happens to you. I agree. But I can't agree when they say "many people here are not like that." The black brazilian people say what we feel and live everyday. White people sa... Ver mais  
Curtir · Responder ·  2 · 2 h · Editado

 **Diego Percebi** Not all Brazilians are racist and reactionary , Dr. Hart. My sincere apologies to you.  
Curtir · Responder ·  1 · 11 h

 **Bárbara Barbone** Dr. Carl Hart, I saw many white people saying sorry and apologizing about what happens to you. I agree. But I can't agree when they say "many people here are not like that." The black brazilian people say what we feel and live everyday. White people sa... Ver mais  
Curtir · Responder ·  2 · 2 h · Editado

 **Diego Percebi** Not all Brazilians are racist and reactionary , Dr. Hart. My sincere apologies to you.  
Curtir · Responder ·  1 · 11 h

 **Clara Aguiar G. Cardoso** I'm really sorry.  
Curtir · Responder ·  3 · 13 h

 **Silmara Atilas** Sinceramente, muito triste!!  
Curtir · Responder ·  3 · 12 h

 **Jenessa Getty** boa viagem!  
Curtir · Responder ·  1 · Ontem às 09:14

 **Wagner Henrique** nos perdoe.. nos não sabemos o que somos nem o que fazemos.  
forgive us .. we don't know who we are or what we do.... Ver mais  
Curtir · Responder ·  1 · 12 h

Reprodução/Facebook



Finalmente, às 21h do mesmo dia 29, Bruno Torturra, jornalista no portal *Fluxus* e que acompanhava Hart em sua visita a São Paulo, publica emergencialmente (em inglês e sem legendas), em sua própria página do Facebook, um vídeo<sup>78</sup> em que o neurocientista desmente todo o ocorrido. Chamamos atenção para a expressiva diferença no números de likes e compartilhamentos, que a partir desse ponto serão sempre menores:


**Bruno Torturra**  
17 h · Editado · 🌐

"EU NÃO FUI BARRADO. E as pessoas deveriam ficar indignadas com o racismo do dia-a-dia no Brasil. Não apenas quando ocorre com alguém da burguesia como eu".

Em entrevista exclusiva ao Fluxo, Carl Hart diz que não foi barrado em momento algum. E que toda essa repercussão sobre um não-episódio também diz muito sobre o racismo à brasileira.

E, na minha modesta opinião, sobre nossa imprensa também...

PS: ainda não temos legendas por falta de tempo. Fiz tudo sozinho. E acho que era urgente conter a disseminação da informação errada. Quem puder ajudar na tradução, agradeço. Desculpas a quem não fala inglês. Faço o que posso...



**CARL HART ESCLARECE O EPISÓDIO DO HOTEL**

1,9 mil curtidas 103 comentários 1,9 mil compartilhamentos

1.900 curtidas  
1.900 compartilhamentos  
103 comentários

---

78 Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JTaW3tiMyb4> (Acesso em: 5/5/2018)



Às 21h47, a *Folha de S. Paulo* publica uma errata<sup>79</sup>:

**cotidiano** barretos | educação | rio de janeiro | crise da água | den

## Cientista negro diz não ter visto cena; hotel mostra que ele não foi barrado

FABRÍCIO LOBEL  
DE SÃO PAULO

29/08/2015 @ 15h57 - Atualizado às 21h47

Compartilhar 13 mil Ouvir o texto Mais opções

O professor titular da Universidade de Columbia, em Nova York (EUA), Carl Hart, 48, disse neste sábado (29) que não testemunhou o que aconteceu porque assim que chegou ao hotel foi direto ao banheiro. O hotel Tivoli Mofarrej, nos Jardins (zona oeste de SP), apresentou à **Folha** imagens do circuito interno que mostra que Hart não foi barrado por seguranças.

"Quando sai [do banheiro], os organizadores da conferência vieram pedir desculpas pelo que aconteceu. Disseram que, quando cheguei, um segurança do hotel iria me abordar porque eu não pareci".

2 e 3 de setembro  
São Paulo (SP)

SIMULADO ENEM 2015

13 mil compartilhamentos:  
somando-se Facebook, Twitter, Google+ e LinkedIn

<sup>79</sup> Em relação ao status atual (em abril de 2018) das demais matérias que citamos aqui: o portal *Justificando* adicionou a palavra "supostamente" à sua chamada, que é atualmente "Carl Hart é supostamente barrado na portaria de hotel cinco estrelas onde ocorre seminário criminal", e também anexou a entrevista de Hart e uma nota do hotel que desmentem a notícia. A página *Fórum* mantém a matéria no ar sem nenhuma correção: na entrevista dada a Bruno Torturra, Hart destacou como a chamada desse veículo, "Olhem para o lado, vejam quantos negros estão aqui. Vocês deveriam ter vergonha", era especialmente enganosa pois fazia uma relação falsa de causalidade entre uma frase que ele de fato disse com uma situação que não ocorreu. O *Opera Mundi* publicou uma atualização logo abaixo da sua chamada, que diz: "Atualização: no sábado, Carl Hart concedeu entrevista em que negou ter sido barrado e explicou a possível origem da notícia". O portal da *Exame* retirou a matéria do ar e ela não mais pode ser encontrada lá. A matéria no site do *Catraca Livre* continua inalterada. O *Brasil Post* publicou uma atualização ao final do texto da matéria, que diz "ATUALIZADO EM 31/08/2015, ÀS 11h: O professor Carl Hart esclareceu o episódio e disse que não tomou ciência da tentativa de abordá-lo na entrada no hotel". A *Gazeta do Povo* fez uma atualização apenas um mês depois, em 1º/9/2015 às 11h39, mudando sua chamada original para "Neurocientista negro diz não ter sido barrado em hotel de SP" e prestando esclarecimentos no texto.

À meia-noite já do dia 3o, o próprio Carl Hart publica um vídeo<sup>80</sup> em seu perfil no Facebook desmetindo ter sido barrado no hotel em São Paulo:



**Carl Hart** 12 h · 🌐

There was no incident at the Hotel

**Carl Hart "Incidente" no Hotel**

Acesse todos os conteúdos do Justificando: Site: [http://www.justificando.com] Facebook: [https://www.facebook.com/justificando] Twitter: [https://twitter.co...]

YOUTUBE.COM

➔ Compartilhar

107 pessoas curtiram isso.

36 compartilhamentos

Ver mais 13 comentários

107 curtidas  
36 compartilhamentos  
13 comentários

O diálogo desse vídeo começa a revelar interessantes nuances para a compreensão dos motivos que parecem ter centralmente contribuído para a viralização da notícia:

**Entrevistador:** Você poderia explicar pra gente o que aconteceu nesse incidente na portaria do hotel Tivoli Mofarrej, e eu vou emendar também, eu estou emendando muita questão, mas é muito interessante porque... Como é que é ser negro numa sociedade onde apenas brancos chegam e experimentam o que há de melhor na sociedade em si?

**Carl Hart:** O incidente no hotel: eu nem sei o que aconteceu de verdade nesse incidente no hotel. Quando eu entrei no hotel, eu fui direto para o banheiro, porque eu tinha acabado de chegar de uma longa viagem, e aparentemente uma pessoa da segurança achou que **eu**

80 Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WM32wZ-iiM8> (Acesso em: 4/4/2018)

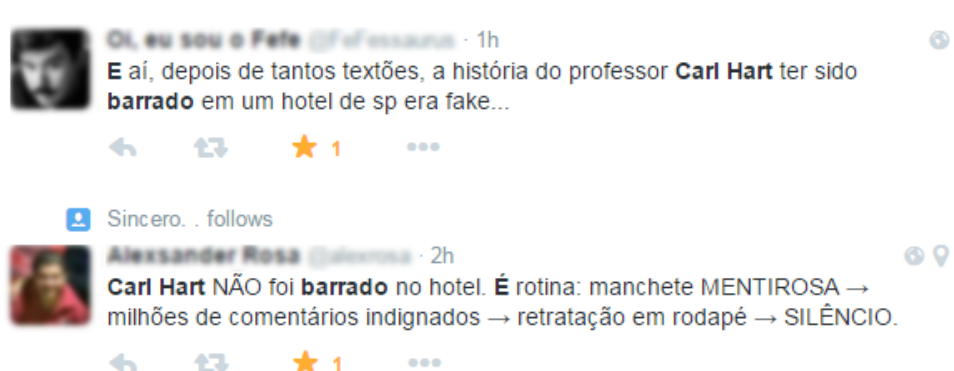
**não pertencia ao lugar.** Porém, imediatamente, outras pessoas falaram com essa pessoa da segurança, e eu continuei andando, então nada foi realmente dito pra mim. Eu simplesmente continuei andando. E aí, depois de conversarem com esse segurança, as pessoas vieram se desculpar comigo, elas estavam injuriadas, não estavam felizes com o que havia acontecido. Mas, para mim, foi relativamente algo muito pequeno quando penso no que acontece nessa sociedade todo dia. Essa sociedade **conseguiu efetivamente isolar** a sua população negra. E eles fazem isso todo dia. Quanto a mim, as pessoas vieram me ajudar e resolver o incidente antes mesmo de ele me afetar. Isso é muito pequeno na minha vida, eu nem penso nisso. Mas o que mais me preocupa é que existe, agora, essa mesma quantidade de ofensa desse tipo nessa sociedade em relação a seus cidadãos, os cidadãos negros dessa sociedade. Por exemplo, em todos os espaços que você mencionou, como aquela conferência, havia tão poucos negros lá. Há tão poucos negros nas universidades, na classe média, na política, seus políticos... o país tem 50% de afrodescendentes, mas **eles estão isolados**. Essa é a maior preocupação para mim. As coisas que acontecem comigo pessoalmente, eu consigo lidar com elas por ser quem eu sou: eu escrevi um livro, já sou conhecido por todas as coisas que faço, então isso não é um problema. É mais importante nos preocuparmos com os cidadãos comuns dessa sociedade. Então, se eu pude chamar um pouco de atenção para o que eles passam, isso é muito mais importante. (Transcrição do vídeo, grifos nossos)

Ao longo do dia 30 de agosto, então, os compartilhamentos diminuem drasticamente, e as pessoas já alertam umas às outras que havia se tratado de um hoax:



Leitor compartilha a notícia no Facebook e é corrigido:

“Você sabe que a notícia foi um ‘hoax’, né...?”  
 “Oq?!”



Comentários no Twitter no dia 30 de agosto de 2015

Tomamos o que diz Carl Hart no conteúdo de suas duas entrevistas esclarecedoras do equívoco como ponto de partida para nossa análise: em sua conversa com Torturra, ele dá ênfase a um aspecto fundamental implicado nesse hoax, ressaltando que a notícia só conseguiu se espalhar tanto e tão rapidamente pelo fato de que, para um brasileiro, é totalmente verossímil que um negro seja barrado na porta de um hotel 5 estrelas e, conseqüentemente: “Toda a repercussão sobre esse não-episódio diz muito sobre o racismo à brasileira”. Entendemos estar aqui diante de um exemplo bastante pertinente para nossa reflexão sobre a dimensão cognitiva do discurso, por se tratar de um caso em que vemos emergir discursivamente, de forma quase cristalina (no sentido de uma assunção próxima à unanimidade) e seguramente intensificada pelas violentas paixões despertadas em torno do tema do racismo, *uma mentira que é mais verossimilhante do que a verdade*.

Sabemos que, por princípio, a semiótica substitui o problema da verdade pelo da veridicção ao postular a autonomia, ou seja, o caráter imanente, de qualquer linguagem. Liberada, a partir de Saussure, da conferência de seu teor com um referente externo, a questão em torno da linguagem, no nível de manifestação dos enunciados, para a semiótica greimasiana, não é mais o de sua verdade, mas o do dizer-verdadeiro, a sua veridicção, à qual a instância do enunciatário é chamada a legislar pela deflagração do contrato, em dinâmica canonicamente descrita por Greimas e Courtés (2008, p. 530). É ele quem vai definir em sobremodalização veridictória, acomodada sobre seu juízo epistêmico, pelas categorias da verdade, falsidade, segredo e mentira, que adotamos tal como postuladas no *Dicionário* (GREIMAS e COURTÉS, p. 532) para abordar o hoax: a mentira é definida como o que parece mas não é (*parecer e não-ser*) e a verdade consiste em um parecer que de fato é (*parecer e ser*). Em nosso objeto, a mentira parece muito, mas muito *mesmo*, ser real. Autorizamos-nos a essa tônica, em primeiro lugar, pela extensão numérica de sujeitos em adesão com seu *parecer*.

Limitando-nos apenas às ocorrências rastreadas e descritas aqui, a notícia teve mais de meio milhão de interações (somando-se likes, compartilhamentos e comentários), mais especificamente, o número total foi de 654.599.

A definição de verossimilhança encontrada no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 534) conta com duas entradas: a primeira se refere especificamente ao emprego dessa noção por uma “semiótica literária” à qual se atribui muito precisamente o papel de explicar “as produções literárias europeias da idade moderna” e cuja utilização em qualquer “contexto cultural” que fuja do que é assim delimitado “deve ser excluída, já que é a expressão de um eurocentrismo inadmissível”. Essa noção fica à espera, conforme indicam os autores, de uma redefinição que a situe como uma variável tipológica no quadro do modelo geral da verificação discursiva para que possa assim alcançar aplicação mais ampla. A segunda acepção, curiosamente, e de forma especialmente produtiva para nossa análise, aponta para algo da ordem do coletivo: de ações e acontecimentos que são culturalmente esperados pelo enunciatário, muito pelo que trazem enquanto encadeamentos estereotipados em um contexto social:

Enquanto conceito intracultural, a verossimilhança está ligada à concepção de discurso – e, de modo mais genérico, da linguagem em seu conjunto – como representação mais ou menos conforme a “realidade” sociocultural. Trata-se, aí, da atitude que uma cultura adota em relação a seus próprios signos, atitude metassemiótica de ordem conotativa, que alguns consideram um dos principais parâmetros capazes de prever a elaboração de uma tipologia de culturas. A verossimilhança concerne, então, mais especialmente, à organização sintagmática dos discursos, na medida em que esta “representa” os encadeamentos estereotipados – e esperados pelo enunciatário – dos acontecimentos e ações, de seus fins e de seus meios. No interior de tal concepção, a verossimilhança serve de critério veridictório para avaliar os discursos narrativos de caráter figurativo (e não unicamente os discursos literários), com

exclusão dos discursos normativos (jurídico, estético, etc.), dos discursos científicos e, mais geralmente, dos discursos com predominância não-figurativa e abstrata (discurso filosófico, econômico, etc.). Vê-se, por outro lado, que, nessa perspectiva, o discurso verossímil não é apenas uma representação “correta” da realidade sociocultural, mas também um simulacro montado para fazer parecer verdadeiro e que ele se prende, por isso, à classe dos discursivos persuasivos. (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 534)

É interessante observar o quanto essa definição nos oferece em termos de um entendimento discurso-narrativo da verossimilhança como uma via pavimentada pela estereotipia. Retomando Barthes, podemos lembrar oportunamente da sua defesa da língua como reição generalizada (1980, p. 13) a fim de pensar o *esperado* que ganha a chancela de *verossímil* como resultado da dinâmica pela qual, através da língua, os sujeitos em sociedade produzem estereótipos que se acumulam para depois serem consumidos como sentidos inatos, descritos como “cúmulos da natureza” (BARTHES, 1980, p. 33). É certo que Barthes funda sua reflexão no funcionamento dos signos (“em cada signo dorme este monstro: um estereótipo: nunca posso falar senão recolhendo aquilo que *se arrasta* na língua” (1980, p. 15) para depois extrapolar seu argumento de modo a pensar a língua em função do poder já no âmbito dos discursos. Pensamos aqui, por nossa vez, em um encadeamento narrativo estereotipado que funda a verossimilhança do episódio Carl Hart: para um negro que adentra um hotel 5 estrelas no Brasil do século XXI, espera-se de forma muito “natural” que, como resolução narrativa, tenhamos sua barragem e eventual expulsão.

E por quê? Bom, certamente temos em mãos um objeto que aponta “para fora” da alçada da análise discursiva, trazendo-nos um dado que pode ser entendido como “social” ou “antropológico”, mas que serve, ao mesmo tempo, como um patente exemplo de como o preconceito racial emerge discursivamente em uma narrativa. A expectativa pela resolução tida como

*natural* para um brasileiro médio, com tudo que ela traz de perverso em termos de um racismo que não consiste em episódios pontuais mas que age sistematicamente e regra tacitamente o funcionamento cotidiano dos espaços públicos, é o estopim para a verossimilhança do episódio. O previsível que não acontece desperta decepção ou mesmo da surpresa, ânimos que rondam o descortinamento da verdade por parte de um professor que diz: não, eu não fui barrado no hotel. A certeza sobre esse desfecho previsto ou esperado, que de fato ocorre na versão mentirosa do fato, justamente propulsionando sua viralização, revela-nos uma espécie de estrutura em negativo, onde temos a circunscrição dos espaços autorizados e interditados aos negros, um mapa do confinamento da população afrodescendente no Brasil (como apontado com precisão por Hart) composto por barreiras e limites invisíveis, da ordem do não dito, mas que se acusam e em alto tom quando são ultrapassados.

Nesse sentido, consideramos que o ato de compartilhar, de espalhar a notícia, de modo imediato, sem verificação nem reflexão como ocorre por *praxe* nos casos de hoax, talvez tenha muito menos do que se imagina de uma “boa ação” de exposição de um “absurdo” com vistas a um “bem geral” via juízo crítico (apesar de esse aspecto existir), e seja antes e também uma espécie de validação das crenças que o sujeito leitor da narrativa já possui, uma reiteração de que o mundo segue sendo regido conforme seus preconceitos mais arraigados. Trata-se, enfim, de um encontro tranquilizador do sujeito com ele mesmo que, muito embora possa ganhar uma camada superficial de indignação em enunciados como “Que absurdo!” e “Vergonha desse mundo”, tem seu prazer cognitivo garantido pelo mecanismo que procuramos evidenciar e descrever ao longo do item 2.4 *O querer subestimado* desta tese, responsável de modo geral pelo fato tão humano de que gostamos muito de ouvir o que *queremos* escutar (ou, nesse caso, ler).

É nesses termos e desse modo que entendemos a fortíssima verossimilhança do falso episódio como elemento textual (discursivo e narrativo) dinamizador da partida de arranque para a disseminação do boato



que, lembremos, não é propagado só por leitores usuários das redes sociais, mas também replicado pelos profissionais da informação, especializados no que *é ou não* notícia: os veículos jornalísticos que, sem qualquer checagem, republicaram a mesma notícia apenas olhando para o lado e baseando-se no que outra plataforma de notícias já havia noticiado, guiados fundamentalmente por aquele que consideramos ser o segundo aspecto sem o qual esse hoax não existiria: a confiança.

Se a verossimilhança funciona como uma espécie de centelha persuasiva para o incêndio da adesão, entendemos que os centenas de milhares de sujeitos mesmerizados em torno da notícia se encontram todos *unidos em confiança* — um combustível que garante o alastramento do fogo. A ideia regente e que observamos agir aqui é o princípio apontado por Eco (2006, p. 95) segundo o qual, muito embora tendamos a acreditar que nosso conhecimento sobre o mundo se dê pautado fundamentalmente no critério da verdade, grande parte do que sabemos não provém de nossa experiência mas da confiança no conhecimento de outras pessoas. Eu acredito no que me é dito sobre toda uma região inatingível do universo sobre a qual nunca colocarei meus olhos ou qualquer outro de meus sentidos (não apenas longínquas em termos geográficos mas também em relação a campos disciplinares muito especializados) — o que não condena em absoluto o conhecimento humano à imprecisão ou ao mal-entendido mas, antes, põe em destaque a centralidade da confiança, atrelada ao universo de racionalidade crer, para a construção do sentido, situando-a como elemento que perpassa as relações intersubjetivas, desde as mais breves e fortuitas, até a construção de objetos cognitivos bastante complexos.

A primeira tônica que demos a nosso objeto, enquanto “mentira que parece muito, mas muito *mesmo*, ser real”, foi numérica. Descrevemo-la em números e extensidade do alcance coletivo via verossimilhança, que nos dá a dimensão da persuasão da ordem do social ou cultural como posto por Greimas e Courtés (2008, p. 534). Mas há também nesse “mesmo” uma

intensidade da adesão individual: cada um dos sujeitos que gostou, compartilhou e vociferou sobre o factóide acreditou muito nele, em junção completa a esse objeto cognitivo onde não há espaço para a contestação ou a dúvida. É dessa maneira que entendemos a incidência da confiança no fenômeno do hoax, agindo no sentido de dar-lhe, ao lado da verossimilhança, sua sustentação fundamental.

É célebre e muito visitada a recorrência à frase de Proust de que “os fatos não entram no reino de nossas crenças”<sup>81</sup> para se tratar da questão dos sujeitos irreduzíveis e intransigentes em relação ao que acreditam: essa referência proustiana é feita por exemplo por Girard (2009, p. 226) e Zilberberg (2006, p. 142) ao encarar, cada um em sua reflexão teórica, problemas dessa natureza. Se a definição de verossimilhança retirada do *Dicionário de Semiótica* nos auxiliou a compreender por meio de qual dispositivo discursivo *tanta* gente acreditou em uma mentira, consideramos que o que nos coloca Girard sobre a confiança, crença e a pertinente noção de “mentira orgânica” ao retomar Proust em trecho de *No Caminho de Swann*, pode nos explicar, ou no mínimo descrever, por meio de qual dinâmica cognitiva os sujeitos acreditaram *tanto*, criando-se de fato um cenário de mediação em que a necessidade de checagem da informação foi extirpada:

Os fatos, nos diz Proust, não penetram no mundo onde reinam nossas crenças. Não são eles que as geraram, não são eles que podem destruí-las. Os olhos e ouvidos se fecham quando a saúde e a integridade do universo pessoal estão em jogo. A mãe olha o pai, mas não muito atentamente, para não penetrar “o segredo de suas superioridades”. As tias Céline e Flora possuem num grau superior a preciosa faculdade de não perceber; elas param de ouvir assim que se conversa em sua presença de coisas que não lhe interessam:

---

81 “*Les faits ne pénètrent pas dans le monde où vivent nos croyances*”. Marcel Proust [1913]. *Du côté de chez Swann*, Paris: Librairie Générale Française, 1992, p. 193.

*Seu sentido auditivo... deixava então em repouso os respectivos órgãos receptores, fazendo-os sofrer um verdadeiro princípio de atrofia. Se então meu avô necessitava chamar a atenção das duas irmãs, tinha de recorrer a essas advertências físicas de que se servem os alienistas para com certos maníacos da distração: golpes repetidos num copo, com a lâmina da faca, coincidindo com uma brusca interpelação da voz e do olhar*<sup>82</sup>.

Esses mecanismos de defesa têm origem, obviamente, na mediação. No grau de afastamento do mediador que é o de Combray, eles correspondem menos à “má-fé” sartriana do que à “mentira orgânica” de que fala Max Scherer em *O Homem do Ressentimento*; a falsificação da experiência não se faz conscientemente, como na mentira simples, e sim antes de qualquer experiência consciente, já na elaboração das representações e dos sentimentos de valor. A “mentira orgânica” funciona a cada vez que o homem só quer ver aquilo que convém a seu “interesse” ou a alguma outra disposição de sua atenção instintiva, cujo objeto fica assim modificado até em sua lembrança. O homem que se engana assim não precisa mais mentir. (GIRARD, 2009, p. 226 – 227).

Finalmente, uma vez que consideramos os dois episódios apresentados no primeiro item deste capítulo, em que leitores corrigiram a ficção por estes lhes parecer “incorreta”, como fenômenos da ordem da *falta* de confiança, entendemos o hoax como ocorrência exemplar da confiança em *excesso*. É apenas nessa direção que o título desta seção intenciona fazer sentido: *acreditar no inacreditável* de fato não se aplica ao cenário que vimos se apresentar, em que a informação mentirosa era, pelo contrário, *muito crível*, ou seja, excessivamente verossímil para ser posta em questão.

O que nomeamos como “inacreditável” fica escamoteado sob a ação de uma confiança excessiva ao ponto de se tornar pejorativa, a que produz algo próximo à “mentira orgânica” conforme René Girard – contradição tão humana trazida também pela fala do personagem Cotrone “Nunca dizemos

---

82 PROUST, Marcel. *No Caminho de Swann*. Tradução: Mario Quintana. São Paulo: Globo, 1993, p. 26.

tanto a verdade como quando a inventamos” em *Os gigantes da montanha*, de Pirandello, em frase que oportunamente abre este capítulo –, e que, no padrão de emergência discursiva de um hoax na internet, deixa marcas atualmente já identificáveis por parte do enunciatário mais atento.

Por padrão, há grande comoção indignada em torno de um tema sempre “polêmico” no sentido de acionar paixões violentas junto à comunidade (como morte, crime, estupro, incesto, racismo, desastres naturais, decisões políticas francamente controversas e deslocamento da atenção sobre figuras públicas para sua vida íntima e sexual<sup>83</sup>), a publicação da notícia por uma única fonte (o que não pode ser observado em nosso objeto, dado que foi replicado em diversas plataformas) e por vezes observa-se também que a data da informação original não é atual (uma notícia antiga que é publicada como atual: essa estratégia de embaralhamento de datas causa especial confusão, engajamento e mesmo fúria quando se trata, por exemplo, de leis revogadas ou aprovadas pelo governo, resultados de votações na câmara ou senado, etc.), entre outros traços. Entendemos essas como marcas de textualização do que poderia ser caracterizado até mesmo como um *gênero textual* a notícia falsa de internet, rastreáveis pelo leitor mais competente que, em um primeiro momento, pode considerá-la duvidosa ou prontamente inacreditável, sendo posta na dependência de uma verificação.

Para concluir esta seção, gostaríamos de, mantendo em mente os dois equivocados padrões de leitura vistos até aqui, em que se corrigiu o incorrigível da ficção e se acreditou no inacreditável de uma mentira

---

83 Durante a campanha presidencial dos EUA, em 2016, houve a publicação e disseminação, por exemplo, das notícias: “Hillary Clinton supports pedophilia” (<https://www.youtube.com/watch?v=RgA22A1o4lw>), desdobrada em “Hillary Clinton ‘covered up’ elite pedophile ring at state department according to NBC news report” (aqui com 15,5 mil compartilhamentos: <http://www.collective-evolution.com/2017/09/23/hillary-clinton-covered-up-elite-pedophile-ring-at-state-department-according-to-nbc-news-report/>) e “Michelle Obama was born a man” (notícia com mais de 3 milhões de visualizações no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=ZfLcO3JFMI>)

traioeiramente muito persuasiva, fazer uma pequena reflexão sobre o limiar que separa a leitura do texto literário da leitura do mundo, observando em especial o que a teoria semiótica de linha francesa é capaz de nos oferecer para a compreensão dessa fronteira; e também destacar a contribuição suplementar dada especificamente pelo que Landowski (2004) chama como um regime de interação contagiosa do sentido, que se instaura entre os sujeitos, para que um fenômeno como o hoax consiga se sustentar e atingir seu ápice.

### 3.3 CONTRATO E REGIME

É notória a já por nós mencionada desvinculação que os estudos semióticos de origem greimasiana empreendem, a partir da estrutura binária do signo de Saussure, entre a geração do sentido por meio da linguagem e uma eventual conferência de sua “verdade” em relação a um referente externo a ela. Uma vez suprimida a noção do referente, que se encontraria no real ontológico, dado não pertinente para um estudo imanente da linguagem, o problema da verdade, como vimos, é repostado pelo da veridicção, ou seja, do *dizer-verdadeiro*.

É apenas por meio dessa tomada de posição epistemológica imanente que os estudos semióticos do texto conseguem se apartar de maneira bem-sucedida, por exemplo, da abordagem filosófica do texto literário, segundo a qual, em uma espécie de lacuna interpretativa um tanto obtusa, não há distinção entre literatura e mentira, aspecto anedoticamente posto em evidência por Umberto Eco no trecho:

Parece óbvio dizer que, no mundo narrativo concebido por Shakespeare, verdadeiro é Hamlet ser solteiro e falso é ele ser casado. Os filósofos, prontos a objetar que os

enunciados narrativos carecem de referente e por isso são falsos – ou que os dois enunciados sobre Hamlet teriam o mesmo valor de verdade (Russell, 1919, p. 169)<sup>84</sup> –, não levam em conta o fato de haver gente que, ao tratar da falsidade ou verdade de semelhantes informações, põe em jogo seu próprio futuro. Um estudante que afirmasse que Hamlet era casado com Ofélia seria reprovado em literatura inglesa, e não poderíamos sensatamente criticar seu professor por ter-se fiado em tão sensata noção de verdade. (ECO, 1999, p. 161)

O autor italiano completa ainda que, justamente para tentar reconciliar uma visão tão incongruente com o que se encontra até mesmo no senso comum, muitas teorias da narratividade acabam por adotar a noção de “mundo possível”, tal qual já apresentada brevemente no início deste capítulo. Porém, esse não é absolutamente o caso do modelo de Greimas para a descrição e a explicação da construção do sentido nas narrativas.

É justo destacar a magnitude do ganho da saída teórica da semiótica greimasiana para esse impasse: compreendida estritamente no âmbito da veridicção, a “veracidade” de qualquer texto, de qualquer natureza, é definida dentro dos limites do *contrato*. Do conceito de contrato podem-se distinguir dois traços proeminentes: seu obrigatório papel desencadilhador junto a qualquer narrativa e sua essência eminentemente cognitiva. Na perspectiva em que “o contrato aparece como uma organização de atividades cognitivas recíprocas que provocam a transformação da competência modal dos sujeitos em presença” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 99), estamos diante da etapa seminal onde, de forma muito geral, os sujeitos contraem uma relação que tem por efeito modificar seu estatuto, seja seu ser e/ou parecer.

Essa “tomada de contato”, como nomeiam os autores, de um sujeito para com o outro é uma condição mínima e pressuposta para o

---

84 RUSSELL, Bertrand. *Introduction to mathematical philosophy*. London: Allen & Unwin.

estabelecimento da estrutura da comunicação semiótica. Greimas e Courtés falam, nessa etapa, em termos de uma primeira capa do contrato que abriga uma comunicação ainda em função fálica: o simples vínculo intersubjetivo é concebido como um contrato implícito, “por um lado, uma abertura sobre o futuro e sobre as possibilidades da ação e, por outro, uma coerção que limita de certa forma a liberdade de cada um dos sujeitos” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 100). É importante observar que teremos, de acordo com a teoria, uma troca fundamentalmente baseada em um objeto-valor. Essa ação, no entanto, não é apenas pragmática, mas antes e essencialmente se situa na dimensão cognitiva:

(...) para que a troca possa se efetuar, é preciso que as duas partes sejam asseguradas do “valor” do valor do objeto a ser recebido em contrapartida, por outras palavras, que um contrato fiduciário (muitas vezes precedido de um fazer persuasivo e de um fazer interpretativo dos dois sujeitos) seja estabelecido previamente à operação pragmática propriamente dita. (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 101)

A vantagem que sinalizamos ser trazida pela primazia narrativa do contrato reside no fato de que, para que qualquer sentido seja gerado, encontramos em seu ponto de partida o arranjo mínimo de dois sujeitos em “convenção fiduciária” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 101), entendidos então como enunciador e enunciatário, na qual o último delibera peremptoriamente sobre o estatuto veridictório do discurso enunciado. O tom geral é de um acordo, seja ele fruto de uma certeza imediata evidencial ou já resultado de um fazer-persuasivo, um fazer-creer da parte do enunciador sobre o enunciatário. O que nos interessa aqui é que essa arquitetura conceitual concentra os poderes do *dizer-verdadeiro* em uma afinção entre partes.

Assim, e entendemos isso como um ganho, esse gesto teórico e metodológico tem o mérito de apagar os limites entre texto ficcional e o

“mundo real”, ou não ficcional, na medida em que fica formalmente autorizada a leitura do mundo como ficção e da ficção como mundo desde que assim estipule o contrato, visto que, pela tomada de posição imanente, o *mundo é um texto* e, frente a uma epistemologia discursiva (Beividas, 2014), nada pode ser além disso cujo valor de “verdade” (seu valor veridictório) é dado por esse acordo. O parâmetro para coerência aqui se dá no sentido de um enunciatário que lê o proposto como ficção tal qual ficção por ter aceitado o contrato ficcional posto pelo seu enunciador, o mesmo se aplicando aos domínios do real linguageiro e às diferentes gradações e nuances textuais que possam aí se interpor.

É inegável o modo como a teoria semiótica greimasiana eleva o status do texto ficcional, colocando-o lado a lado ao texto “real” (não-ficcional) em direitos e poderes na criação de sentidos pertinentes, persuasivos, veridictórios e verossímeis, espantando, por exemplo, qualquer fantasma de “mentira” que possa pairar sobre a literatura de acordo com outras disciplinas, aí inclusa, como vimos na anedota contada por Eco, a própria filosofia. Evidencia-se, muito pelo contrário, o pungente poder verossimilhante do texto literário e a forte veridicção de seus sentidos junto aos sujeitos. É também graças a essa perspectiva que a teoria greimasiana voltada à narrativa prescinde da noção de “pequeno mundo” ou “mundo possível” frequentemente aplicada à descrição e compreensão do ficcional: todos os mundos são possíveis desde que haja um *contrato possível*.

E esse contrato exige e repousa sobre, como vimos, um acordo.

Tal aspecto da teoria semiótica abre o flanco para um primeiro tipo de crítica, com a qual não nos engajamos aqui, que vai no sentido de acusar o seu solipsismo. Se a definição sobre a “verdade” reside no julgamento veridictório por parte de um sujeito enunciatário, pode-se bastante facilmente chegar, pela via filosófica, por exemplo, ao posicionamento de que se trata aqui de uma doutrina fundada no “eu” para a qual nada mais existe ou concorre para a



produção de qualquer conhecimento sobre o mundo além desse sujeito enredado nas próprias sensações que passam pela sua mente. Entendemos essa censura como uma dificuldade, talvez irreconciliável por se tratar aqui do embate de duas epistemologias distintas (a *filosófica* e a *discursiva*), em se compreender a derrubada do edifício lógico de averiguações referenciais de proposições empreendida pela análise textual de cunho imanente. Com a qual continuamos alinhados aqui.

Um segundo tipo de crítica somos nós mesmos que o colocamos: ao mesmo tempo em que a visada semiótica sobre a noção de narrativa expande prodigiosamente seu escopo ao conceber, em postura imanente, o mundo como um texto, ela, pelo mesmo movimento, dissolve a fronteira entre “realidade” e “ficção” (como entendido no senso comum), campos que são homogeneizados e resolvidos estritamente em termos do contrato. Assim, à medida que estende seu alcance de abordagem em relação à criação de efeitos de sentido textuais, a teoria perde de vista uma nuance particular, própria a nosso objeto de análise, concernente ao “erro” de leitura, à interpretação dissonante que toma o ficcional como real, fenômeno que poderia começar a ser conjecturado como um “contrato malfeito” ou um “contrato não cumprido” ou “desvirtuado”, porém, se nos ativermos às definições formais dessas noções greimasianas, somos por elas autorizados a pensar apenas em um contrato que não é feito, ou seja, que não chega a se estabelecer.

O que encontramos na definição do *Dicionário de Semiótica* para o termo “contrato”, ao longo de suas seis acepções, sugere uma imperiosa presença de acordo intersubjetivo, matizado pela possibilidade de alguma alteridade em dois trechos. O primeiro dá conta de uma distinção que nos parece não ter encontrado muito emprego profícuo na teoria, do que se chama de “duas espécies de contrato” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 100): o “unilateral” e o “bilateral”. A ideia de unilateralidade pode à primeira vista nos sugerir a existência de conceitualização de um sujeito que, malgrado em contrato, faz o que quer, no nosso caso, interpreta um texto como bem entende,

aproximando-se do que Eco (2006, p. 15) define como o “leitor-empírico”, impressão que é, infelizmente, rapidamente dissipada: “o contrato é chamado unilateral quando um dos sujeitos emite uma ‘proposta’ e o outro assume um ‘compromisso’ em relação a ela”; conceito contrastado então ao “contrato bilateral ou recíproco”, em que “as ‘propostas’ e ‘compromissos’ se cruzam” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 100). É importante ressaltar, como encontrado algumas linhas depois, que esse compromisso assumido no contrato unilateral consiste já modalmente em um *querer* aliado ao *dever* por parte de  $S_2$ , que assume o fazer sugerido por  $S_1$ .

O outro trecho que guarda a possibilidade de algum dissenso em torno do contrato está na mesma página e trata das especificações sobre as “estruturas polêmicas” e as “estruturas contratuais”: é verdade que a definição aqui trabalha no sentido de deixar claro que ambas constituem “uma mesma organização contratual da subjetividade” e salienta-se, inclusive, que uma análise que se diga estrutural não pode tomar a vida social apenas como feita de “confrontos e lutas” ou apenas fundada em “caridade e convenções benevolentes”, sendo imprescindível levar em consideração “tanto o termo positivo quanto o negativo de uma categoria” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 100). Essa acepção, que constitui a segunda para a entrada “contrato”, além-se aí. A que a precede e as que a sucedem reiteram noções de tomada de contato, abertura e coerção, convenção fiduciária, confiança e obrigação, contrato de veridicção, falam em ambas as partes asseguradas do “valor” de um valor e, em metáfora de fundo monetário, caracteriza-se o contrato como troca que estabelece “uma tensão que é ao mesmo tempo uma espécie de crédito e de débito” (GREIMAS e COURTÉS, p. 101).

Maiores precisões do que pode se entender como controvérsia em torno da estrutura da comunicação intersubjetiva podem ser encontradas, então, na definição dicionarizada na mesma obra para “polêmica”. No nível do enunciado, fala-se em um princípio polêmico em que repousa a organização narrativa e se refere à manifestação do anti-sujeito, na figura do oponente,

caracterizando o que é chamado, então de “estrutura polêmica”. No nível da enunciação, que acreditamos se aproximar mais de nosso ponto de interesse aqui, mencionam-se, então, estruturas polêmicas coercitivas, exemplificadas pelas já bastante contratuais, parece-nos, figuras da *provocação* e da *chantagem*, concluindo-se com uma nada usual – no quadro de um estudo estruturalista – referência à luta de classes em termos bastante marxistas:

No nível da enunciação, a estrutura da comunicação intersubjetiva, que repousa num contrato implícito entre os participantes, revela a existência de uma tipologia virtual das “atitudes”, isto é, das competências modais enunciativas, que vai das estruturas contratuais “benevolentes” (tais como acordo mútuo, a obediência, etc.) às estruturas polêmicas “coercitivas” (em caso de provocação ou chantagem, por exemplo).

O reconhecimento, na semiótica, desse tipo de estruturas, permite-nos articular e formular, com maior precisão, a problemática mais geral – peculiar ao conjunto das ciências sociais – no interior da qual se opõem duas concepções quase irreconciliáveis de sociabilidade: a vida social, enquanto luta (de classes) e competição, e a sociedade fundada na troca e na coesão social. (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 376)

É justo reconhecer que a teoria semiótica greimasiana prevê e acolhe a discórdia entre sujeitos com alta pertinência para a geração do sentido em diversos pontos de sua modelização, por exemplo, em figuras como a provocação (lipo também de manipulação) e chantagem ou na posição actancial de anti-sujeito ou oponente que acabam de ser mencionadas, e ainda em outros pontos e formulações, como nas configurações modais narrativas do *não-querer* ou do *não-creer*, que podem se desdobrar no nível de pertinência das *paixões* em termos da contrariedade mais ou menos intensa e seus estados correlatos.

No entanto, continuamos persuadidos a acreditar que todos esses focos de relações conflituais localizam-se em etapa narrativa posterior ao fulcral estabelecimento do contrato, assentando-se de alguma forma nele. Tomando como exemplo a estrutura polêmica subjacente à concepção de “vida social” como “luta de classes” apresentado por Greimas e Courtés, compreendemos haver aí um enunciatário que “lê”, entende e contrai o contrato para então justamente combatê-lo – recebendo inclusive, e em consequência disso, uma sanção pragmática negativa por parte seu destinador-julgador: estamos aqui frente a actantes e figuras discursivas inscritas em um esquema narrativo, e há uma espécie de convenção compulsória mesmo no arranjo polêmico.

Retomando as noções de Umberto Eco em *Seis passeios pelos bosques da ficção* (2006, p. 15), reflexão especialmente atenta às especificidades do texto ficcional, entendemos que a teoria de Greimas trabalha fundamentalmente com a ideia de leitor-modelo, aquele que origina uma narrativa analisável a partir de sua adesão ao contrato, enquanto o leitor-empírico nos parece fugir dos limites do perímetro de controle da semiótica greimasiana. Como já dissemos aqui e agora reiteramos em maiores detalhes, a explicação que esse modelo pode nos oferecer sobre o caso dos dois leitores que enviaram cartas a escritores de literatura a fim de corrigir informações que não correspondiam à “realidade” detém-se onde entendemos apenas começar a problema: a semiótica narrativa bate o martelo e limita-se a dizer que o sujeito não fez o contrato (ficcional).

Nesse sentido, é interessante observar como Bertrand (1999), ao propor um modelo de abordagem semiótica das condições de participação do leitor no universo da narrativa literária, mexe justamente na modalização estanque do crer ou não-crer, que define pela existência ou não da convenção fiduciária em contrato, apresentando em seu lugar as diferentes modulações do crer assumido, crer recusado, crer crítico e crer em crise, noções que aparecem como matizações operacionais capazes de dar conta dos agenciamentos

específicos implicados no ato da leitura, aí inclusos os equívocos, surpresas, adesões, interrogações, esperanças e abalos.

Em “Petite philosophie de l’énonciation” (1998, p. 12), Bruno Latour é um autor que também indica, como fizemos aqui, que a semiótica greimasiana, em suas palavras, “não soube” dar distinção descritiva à ficção frente a outros regimes narrativos. Resgatamos suas ponderações mais pelo fato de que elas reiteram a existência dessa indistinção, assim como procuramos evidenciar, e menos pelo que emitem como opinião sobre tal lacuna, tida por Latour talvez como uma espécie de inabilidade. Para nós, mesmo que esse seja um ponto cego da teoria, trata-se de uma característica ambivalente: ela ganha em alcance e generalidade ao trabalhar com a noção ampla de texto, cujas especificidades de leitura são definidas por ocasião do contrato, ao mesmo tempo em que abrevia precocemente a reflexão sobre uma leitura equivocada e dissonante por classificá-la e descartá-la sinteticamente como um contrato não feito – sem maiores especificações.

Consideramos também instigante observar a explicação dada por Latour sobre o que define particularmente o regime da ficção, explanação que se dá entre as instâncias do enunciado e da enunciação como definidas por Greimas. Atendendo aos parâmetros do seu sistema de nove regimes de enunciação, diferenciados pela noção do que “passam”<sup>85</sup> para a frente, a ficção é entendida pelo autor como o regime que povoa de figuras, lugares e tempos as relações entre enunciador e enunciatário: “O que conta em Ficção é a formidável ramificação de envios inumeráveis que vão para todas as direções, tempos e lugares, deixando atrás deles narradores e narratários deslumbrados” (LATOURE, 1998, p. 11). É apenas o regime da ficção que permite, para o autor, que tenhamos identidade humana: ao nos instalarmos nas narrativas, nos inscrevemos uns aos outros alhures e pouco a pouco aprendemos quem somos, passando então a *figurar* quem somos: aquilo que “nós somos” emerge

---

85 O conceito de “passe”, central para a compreensão desse artigo de Latour, foi explicado no capítulo 2 desta tese, no item 2.3.2 *Revisitando Foucault: as camadas do saber*.

da força do discurso e é justamente essa projeção debreada para fora de si que define o “passe” da ficção:

Sem esse regime nós não seríamos nada visto que, incapazes de nos enviar a outros lugares como outros personagens, incapazes de nos colocar a figura de outros interlocutores, seríamos limitados a um “nós” indefinível tão evanescente quanto um ponto matemático. O passe desse regime de enunciação é a debreagem definida por Greimas. (...) As marcas deixadas por esse passe são bastante conhecidas e listadas, são todas aquelas que revelam e dissimulam, instalam e inscrevem as relações entre o enunciado  $n$  e a enunciação  $n-1$ . (LATOURE, 1998, p. 11)

A profusão de figuras que se dá nesse intervalo, entre  $n$  e  $n-1$ , conta ainda com o que o autor chama de “convivência do enunciatário”, uma ideia recorrente vinculada ao ficcional que nos remete em certa medida à noção de *suspensão da descrença* de Coleridge, mas esse ainda não é o traço fundamental que caracteriza o regime, apesar de lhe ser contribuinte. No entendimento de Latour, a característica definitivamente distintiva da ficção é o fato de que ela se concentra, se fecha e se completa em si mesma no nível  $n$  do enunciado: “O retorno, a repatriação das figuras, a reembreagem em direção ao nível  $n-1$ , não interessa muito a esse regime”, o que leva o autor a afirmar de maneira bastante abstrata que: “Eu viajo na Ficção, mas quando eu saio da narrativa não tenho nenhum traço dessa viagem entre meus dedos” (LATOURE, 1998, p. 12). Essa espécie de autonomia e exílio das figuras em nível  $n$  é o que diferencia, para o autor, a *ficção da ciência*, entendida como um regime de enunciação onde também há o envio de figuras a outros espaços e tempos, mas que aqui devem estar em ida e retorno permanente à mão do enunciador em  $n-1$ . Tal dinâmica deve ser rápida ao ponto de promover uma confusão entre as posições de enunciador e enunciatário, criando como efeito de sentido uma verificação empírica do método da ordem do: “Se eu estivesse no

seu lugar eu veria e saberia as mesmas coisas. Ocupe o meu lugar. Eu vejo e sei as mesmas coisas.” (FABBRI e LATOUR, 1977).

Se nos inclinamos em direção a outras vertentes de reflexão sobre a natureza e especificidade do texto de ficção para melhor compreender o primeiro objeto de análise deste capítulo, as correções em torno da ficção, é certo que as categorias modais veridictórias que trabalham com as oposições entre o ser e o parecer, ao lado da definição semiótica para a verossimilhança, auxiliam sobremaneira na compreensão da estruturação narrativa e emergência discursiva de um fenômeno como o hoax. Esse primeiro reconhecimento no nível da estruturação narrativa do texto sob análise no item 3.2 *Acreditando no inacreditável*, bem como das estratégias de leitura que ele convoca e aciona, prepara-nos para agora discutir algo que introduzimos nas palavras de Umberto Eco (1999, p. 16) como as “ousadias mais libidinais” ligadas à interpretação. Frente a uma notícia falsa que se alastra em velocidade meteórica para logo depois ser consumida pelo fulgor da própria chama sem deixar muito vestígio, não podemos deixar de identificar um exemplar caso do que Landowski (2004) define como um *regime de contágio do sentido*.

Abandonamos aqui, ou no mínimo deixamos em segundo plano pelo momento, os dispositivos lógico-semânticos e juntivos organizadores da geração de sentido, pelos quais o sujeito interpreta o mundo, sob um contrato, emitindo um juízo epistêmico, da ordem do *crer-ser*, ao qual vem se justapor uma sobremodalização veridictória, em que se definem os valores de verdade, falsidade, mentira ou segredo, para encarar a faceta mais irracional do hoax. Malgrado continuemos a concebê-lo como um evento de ordem fundamentalmente cognitiva, fiamos nossa proposta no vínculo entre desejo e cognição que procuramos evidenciar de forma justificada ao longo do item 2.4 *O querer subestimado* desta tese e apontamos no hoax a existência de, como posto por Landowski (2004, p. 118), uma camada de “reação menos intelectual

do que sumariamente somática” quando se analisa particularmente nesse fenômeno a relação que se dá *entre os sujeitos*.

Enquanto o liame entre sujeito e objeto cognitivo nesse caso pode ser relativamente bem entendido e mapeado por meio dos investimentos fiduciários da ordem da adesão para cuja intensidade concorre o efeito de verossimilhança, acreditamos não ser possível compreender o hoax em sua potência e complexidade sem se levar em consideração, digamos, “o poder da turba enlouquecida”, figura familiar e até mesmo clichê, bastante explorada em literatura, e que passa a ser habitualmente depreensível dos casos de linchamento virtual resultantes de episódios de hoax em sua versão mais socialmente nociva. É verdade que já apontamos e descrevemos até aqui um aspecto *intersubjetivo* sustentador do hoax: a produção do conhecimento humano que se baseia em grande parte na *confiança* nas outras pessoas. Gostaríamos agora de nos aprofundar na relação entre sujeitos no âmbito coletivo que emoldura esse evento, introduzindo nossa reflexão com uma visão antropológica embasada em que René Girard nos detalha o momento em que o perigo da violência indiscriminada de todos contra todos que paira sobre o convívio social coletivo humano é estancado com o surgimento de uma “vítima expiatória”<sup>86</sup>:

Ali onde, alguns instantes antes, havia mil conflitos particulares, mil pares de irmãos inimigos isolados uns dos outros, novamente existe uma comunidade una no ódio que lhe é inspirado por um só de seus membros. Todos os rancores disseminados em mil indivíduos diferentes e todos os ódios divergentes vão convergir, de agora em diante, para um indivíduo único, a *vítima expiatória*.

A direção geral da presente hipótese parece clara. Qualquer comunidade às voltas com a violência, ou

---

86 O mecanismo da vítima expiatória e seu papel fundador das culturas de acordo com René Girard em *A violência e o sagrado* já foi mais detidamente explicado no capítulo 2 desta tese, no item 2.3.1 *Fé: a celebração do mistério*.



oprimida por uma desgraça qualquer, irá se lançar, de bom grado, em uma caça cega ao “bode expiatório”. Os homens querem se convencer de que todos os seus males provêm de um único responsável, do qual será fácil livrar-se.

Aqui, lembramos imediatamente das formas de violência coletiva que se desencadeiam espontaneamente nas comunidades em crise, de fenômenos do gênero linchamento, *pogrom*, “julgamento sumário”, etc. É significativo que muitas vezes estas violências se justifiquem por acusações do tipo edipiano, parricídio, incesto, infanticídio, etc. (GIRARD, 1998, p. 105)

É preciso guardar as devidas proporções dessa descrição. Girard se refere aqui a uma violência fundadora cuja virtude é sua propriedade estruturante das culturas junto aos agrupamentos humanos. Alegadamente em torno de nosso *hoax* e animando-o, temos uma sociedade já fundada e culturalmente estruturada sobre a qual, porém, o trecho citado talvez possa indicar o quanto de crise a ronda. Há um outro aspecto que nos chama a atenção em relação ao fenômeno descrito por Girard: o caráter aleatório de escolha da vítima. Sem muita distinção moral, e configurando mesmo uma “seleção arbitrária” (GIRARD, 1998, p. 392), a vítima expiatória é escolhida de forma “relativamente indiferente” apenas por portar a característica de ser “sacrificável”. E para ela, então, a sociedade desvia “uma violência que talvez golpeasse seus próprios membros, que ela pretende proteger a qualquer custo” (GIRARD, 1998, p. 14).

Semioticamente, pensando em relações intersubjetivas ( $S_1$   $S_2$ ) e interactanciais ( $S$   $O$ ) contraídas no bojo desse evento de feição coletiva, começamos a distinguir uma união entre sujeitos capaz de sobrepujar a natureza do objeto, sobre o qual não é preciso saber muita coisa e cujo sentido não é de fato relevante desde que ele tenha um fim definido: ser aniquilado. É Eric Landowski quem notadamente dá relevo teórico à relação que se estabelece estritamente entre sujeitos, reivindicando a autonomia dessa

interação para a geração de sentido nas narrativas, sem que haja a necessidade de mediação entre eles por meio de um objeto-valor, ou seja, em um horizonte em que a importância do objeto progressivamente se apaga. Como já mencionamos mais detidamente no item 2. 4 *O querer subestimado* desta tese, nisso consiste a crítica fundamental do autor à gramática narrativa de Greimas: o fato de que nela temos interações intersubjetivas forçosamente mediadas, ou seja, onde os sujeitos são postos em relação exclusivamente por intermédio de objetos.

É nesse sentido que em *Passions sans nom* (2004, p. III) Landowski propõe uma saída dos limites de uma semiótica da junção, baseada na programação, manipulação e intencionalidade, para que se possa observar a emergência de um regime de sentido de tipo diferente, que leva em conta a presença, o sensível e o estésico das interações não mediadas, ou seja, em que os sujeitos entram em contato direto entre si sem o anteparo objetual: aqui se pensa em termos de uma lógica da *união* nos quadros de um regime de contágio do sentido. De fato, vemos o objeto-valor sendo trocado por um sujeito enquanto parâmetro para a ação: o elemento pressuposto para o contágio é justamente a mera presença de um sujeito ao outro.

O exemplo provido por Landowski, já mencionado aqui mas que retomamos com o perdão da repetição apenas para maior clareza da explanação, é o da contagiante crise de riso que se espalha de um sujeito a outro sem que haja para tanto um motivo racional qualquer. Para autor, temos aí um regime de contágio onde ocorre uma reafirmação erótica da copresença dos corpos, a passagem de “uma espécie de energia subliminar e transindividual” (LANDOWSKI, 2004, p. 117), contexto em que “um riso ‘com razão’, cognitivamente controlado, um riso ‘adulto’, que responde a algo cômico da ordem intelectual fundado no ‘humor’ ou na ‘disposição de espírito’” se opõe a uma “risada louca e incontrolável, um riso ‘pueril’ que, tomando-nos esteticamente ‘pelo ventre’, parece se impor em um plano puramente somático” (LANDOWSKI, 2004, p. 118).

O modo como esse regime de geração do sentido contagioso incide na dimensão cognitiva do sujeito, alterando o que se pode entender como a sua interpretação do mundo, aspecto central e trampolim para um fenômeno como o hoax, interessa-nos especialmente e é descrito da seguinte forma pelo autor:

Em relação ao regime de sentido fundado na troca de objetos cognitivos, perfilam-se então diferenças profundas quanto à maneira de estar-no-mundo, e ao mesmo tempo de interagir com os outros. O cálculo interpretativo e judicativo que mobiliza um suposto *saber apreciar* que visa a garantir que se rimos é “com razão” (porque isso “vale a pena”) é substituído pela modalidade contagiosa de um riso imediato que é puro gasto de si na relação com o outro: abolição da distância crítica, suspensão da competência cognitiva e interpretativa (ou seja, objetivante) e, em contrapartida, entrada em sintonia de sujeitos em sua relação recíproca de corpo sensível a corpo sentido (...). (LANDOWSKI, 2004, p. 117)

É evidente que, como já expusemos em nossa análise desse episódio, muito do efeito de sentido criado pelo texto está ancorado em sua verossimilhança, veridicção (parecer-ser verdadeiro) e adesão promovida pela confiança que se dão na relação actancial do sujeito com seu objeto cognitivo, aqui sob a lógica juntiva. Mas nos parece que, de maneira suplementar a essa estruturação narrativa, fica acionada em um hoax uma camada de sentido da ordem da união e do contágio entre os sujeitos, onde encontramos formalmente as noções definidas por Landowski como a interação somática pouco racional ou intelectual, um momento de suspensão da competência cognitiva de sujeitos que entram em sintonia reiterada por sua copresença e um alastramento contagioso do sentido.

Uma evidência da minimização da relevância do objeto – que viemos apontando desde as considerações de Girard sobre a seleção arbitrária da vítima expiatória –, malgrado o tema do racismo desperte forte e até mesmo

inalienável comoção social, é justamente o fato de que a checagem da informação, já a partir dos momentos iniciais desse fenômeno discursivo, é sumariamente descartada, sendo substituída por uma espécie de certeza dada pelo outro, uma contaminação pelo estado de ânimo (convicto e indignado) do outro, que se tonifica progressivamente na direta proporção em que a notícia é compartilhada e deplorada, lançando os sujeitos no que Landowski denomina como uma “espiral passional”.

É por essa razão que consideramos, finalmente, interessante retomar um último parágrafo de Landowski, em que ele descreve duas formas de se conceber o sentido, em que vemos caracterizados dois modos de se abordar a geração do senso. Entendemos o hoax como um texto que pode ser encarado por ambos vieses porém, e sobretudo por sua especificidade enquanto objeto de análise, para que possa ser mais bem compreendido em sua considerável complexidade, não pode ter o segundo modo negligenciado:

Podemos efetivamente conceber o sentido primeiramente como uma grandeza *realizada*, por assim dizer presente “nos” enunciados (apesar de que de maneira imaterial), enfim como uma substância (semântica) imanente ao discurso. Mas podemos também pensar o sentido como uma forma indefinidamente em construção, espécie de reluzir ou de efeito apreendido “em pleno voo”, em ato e, precisamente, em situação, portanto na presença do processo que lhe faz aparecer. (LANDOWSKI, 2004, p. 107).

Essa ideia de sentido que se cria e se sustenta *em processo* de ser criado nos parece ainda esclarecer o traço típico do desfecho da disseminação de uma notícia falsa: o seu desaparecimento brusco dado pelo fim da interação virtual entre os sujeitos que a animaram.

Terminamos assim nossa reflexão sobre os limites teóricos impostos pela noção de contrato e sobre a incidência da interação intersubjetiva em regime de contágio do sentido: aspectos centrais para a descrição e o entendimento dos dois objetos de análise abordados neste capítulo.

# CAPÍTULO 4

---

## SABER E MEMÓRIA



## 4.1 AS LIGAÇÕES PERIGOSAS

A questão da memória entra para o campo de interesse desta tese na medida em que aparece associada ao saber em dois modelos semióticos para a dimensão cognitiva do discurso, já apresentados aqui, mas que gostaríamos de retomar agora dando ênfase a tal vínculo que nos parece, no mínimo, problemático. O primeiro deles é encontrado em “Un point de vue sur ‘croire’ et ‘savoir’ - Les deux systèmes de l’adéquation cognitive”, artigo de Jacques Fontanille (1982). Como já visto, com o objetivo de identificar e descrever modelos de adequação cognitiva para o sujeito engajado na interpretação de enunciados, nesse estudo o autor realiza uma série de análises empíricas e indutivas sobre quatro *Diálogos* de Platão para deles extrair operações discursivas que subjazem à transmissão dos conhecimentos. Tais operações, de acordo com suas características, podem ser agrupadas na formação do que Fontanille denomina como *dois universos de racionalidade* distintos concernentes à dimensão cognitiva, um referente ao crer e o outro, ao saber, conforme a seguinte esquematização:

	Crer	Saber
Conteúdos cognitivos	crenças ("conhecimento falso")	ciências ("conhecimento verdadeiro")
Estratégia cognitiva	persuasão	convicção
Origem do conhecimento	S <sub>1</sub> (exterioridade) por manipulação	S <sub>2</sub> (interioridade) por <b>reminiscência</b>
Relação ao objeto	imediateza não aspectualizada	mediata, aspectualizada, com resistência do objeto
Relação dominante no sintagma intersubjetivo	S <sub>2</sub> – S <sub>1</sub> (ligação às pessoas)	S <sub>2</sub> – O (ligação às ideias)
Figuras dominantes	consenso, acordo, identidade	desacordo, discussão, alteridade

(FONTANILLE, 1982, p. 11, destaques nossos)

Nesse quadro temos uma série de distinções entre os dois universos segundo sua “estratégia cognitiva” predominante, o “conteúdo cognitivo” de crenças ou ciências, a relação que se estabelece no “sintagma intersubjetivo”, como Fontanille denomina as ligações que se estabelecem entre S<sub>1</sub> (mestre) e S<sub>2</sub> (discípulo) e O (objeto cognitivo), etc. Gostaríamos de nos ater aqui à linha destacada no quadro, que trata da “Origem do conhecimento”, em que observamos, para o universo de racionalidade do saber, um vetor que se direciona à fonte da “interioridade” e a associação à ideia de “reminiscência”, que encontra a seguinte definição dicionarizada:

**Reminiscência:** s.f. 1. Imagem lembrada do passado; o que se conserva na memória 2. Lembrança vaga ou incompleta 3. Sinal ou fragmento que resta de algo extinto 4. FIL no *platonismo*, lembrança de uma verdade que, contemplada pela alma no período de desencarnação (o entremeio que separa suas existências materiais), ao tornar à consciência se evidencia como o fundamento de todo o



conhecimento humano; anamnese. (...). (HOUAISS, 2008, p. 2.425, grifos nossos)

Já Bernard Pottier, em “Le croire dans une perspective sémiolinguistique dynamique” (1983), delimita também duas instâncias, no seu caso dois ciclos, que de forma análoga a Fontanille recobrem, cada um, um tipo de racionalidade: o *ciclo do conhecimento/memória*, ao que se encontra diretamente vinculado o saber e nos interessa problematizar aqui, e o *ciclo da fé*, associado por sua vez ao crer:

Ciclo do conhecimento/memória:

	<i>saber</i>		<i>saber de novo ...</i>
	<i>aprender</i>	<i>esquecer</i>	<i>se lembrar</i>
<i>ignorar</i>			<i>ter esquecido</i>

Ciclo da fé:

	<i>ter fé</i>		<i>crer de novo ...</i>
	<i>se converter</i>	<i>perder a fé</i>	<i>reencontrar a fé</i>
<i>ser incrédulo</i>			<i>ter perdido a fé</i>

(POTTIER, 1983, p. 272)

É Machado de Assis quem nos narra, em “Um homem célebre”, o curioso caso de Pestana, um compositor de polcas de sucesso porém frustrado pela natureza popular das suas canções, e que ambiciona um dia se equiparar

aos grandes nomes da música clássica por meio da criação de algo mais erudito. Seus esforços incansáveis em frente ao piano pela madrugada, sob o olhar dos retratos de Cimarosa, Mozart, Bach e Schumann pendurados na parede, dão resultado quando lhe ocorre a inspiração para um noturno que surge completo: finalmente havia chegado a sua primeira obra séria e profunda, que o faz ir dormir satisfeito e apaziguado consigo e com o mundo. Na primeira execução, porém, advêm a surpresa e o vexame de se tratar de uma peça de Chopin na íntegra, que sua mente lhe havia sugerido tal e qual sem atinar com a cópia, e que faz o narrador do conto concluir de modo melancólico dizendo que “Pestana achara-a em algum daqueles becos escuros da memória, velha cidade de traições” (MACHADO, 2007, p. 423).

O problema do erro ou equívoco da memória, do sujeito que não se lembra mais de algo ou daquele cuja memória “o trai”, apesar de colocar em jogo a pesada questão do esquecimento e os intrincados dispositivos recalcantes previstos em psicanálise, estes, sim, profícuos pontos que merecem reflexão e análise nos quais tocaremos mais à frente, talvez seja o aspecto mais superficial ou facilmente acusável em torno de uma possível imprecisão do vínculo criado entre o saber e a memória, que não pretendemos abordar nesse nível de obviedade aqui: não é porque o sujeito *se esquece* que há um problema em se ligar uma coisa à outra.

Bastante diversamente, como começaremos a observar, a bem estabelecida e amplamente aceita ideia no senso comum de que guardamos em nossa “cabeça” – noção essencialmente liquidada pela hipótese central de Henri Bergson em seu *Matéria e memória*<sup>87</sup> (1896) – uma série de “saberes” que ficam então espacialmente distribuídos em prateleiras temáticas de um grande armazém à espera de nosso acesso, podendo eventualmente ser perdidos ou apagados, é fruto de uma milenar construção filosófica sobre a questão. Em partes, essa herança é endossada hoje por estudos de uma neurociência que

---

87 A proposta central desse livro de Bergson está apresentada e brevemente comentada no capítulo 2 desta tese, ao longo do item 2.3.2 *Revisitando Foucault: as camadas do saber*.

busca mapear o espaço cerebral e encontrar algo como a “região da memória”, e talvez não se mantenha tão sólida quando analisamos tais dispositivos em sua relação com a linguagem, sob o ponto de vista tanto da discursivização do que pode ser entendido como um conteúdo cognitivo memorizado quanto da circulação em discurso do que compreendemos como a memória.

É de autoria de Harald Weinrich a obra *Lete: arte e crítica do esquecimento*, que “se propõe a analisar e descrever, a partir de numerosos exemplos retirados essencialmente da literatura europeia no sentido amplo, as formas mais notáveis que revestem o esquecimento no desenrolar da história cultural, da Antiguidade aos nossos dias” (2001, p. 11-12). Apesar de o autor se lançar centralmente à construção de uma “teoria do esquecimento”, um primeiro ponto que nos interessa em seu texto é que, para tanto, ele se serve de histórias literárias mas também do que ele chama de histórias intelectuais, entre elas a doutrina platônica da contemplação das ideias, “anterior ao nascimento e que o nascimento nos faz esquecer” (2001, p. 12), explorada no item de seu texto “Esquecimento transcendental e recordação terrena” (2001, p. 42-48).

Ali encontramos o que pode ser indicado como a origem platônica da noção do saber ligado à memória. Weinrich aponta que no diálogo *Mênon*, de Platão, nos é apresentado o método pedagógico socrático, que consiste em aprender por meio de perguntas e respostas. Ao final desse diálogo, o sujeito atinge o objetivo de aprendizado que, no exemplo do texto, é saber que ao se duplicar o comprimento dos lados de um quadrado a sua superfície não duplica, mas sim quadruplica. Sobre isso, Weinrich questiona:

Mas de onde ele tirou esse saber, se não lhe foi apresentado como matéria de estudo positiva? A resposta de Platão vai bem além do campo da pedagogia, para o centro de sua metafísica. Está convencido de que esse saber nasce de uma existência

anterior ao nascimento, em que a alma, livre de qualquer corporeidade, contemplou as eternas ideias das coisas e com isso também a verdadeira natureza das figuras geométricas. **Por isso aprender é na sua essência recordar.** (WEINRICH, 2000, p. 43, grifos nossos)

Assim, por meio de uma perspectiva metafísica, o saber está ligado à memória por razão da existência de um mecanismo de contemplação pré-natal e recordação terrena. E aqui nos perguntamos: seria essa uma dinâmica pertinente para a semiótica pensar hoje a relação entre o saber e a memória?

O modelo de Fontanille (1982) é coerente com suas raízes. Logo em sua apresentação, como mencionado, o autor anuncia que buscará extrair padrões de adequação cognitiva a partir da análise dos textos de *Protágoras*, *Eutidemo*, *Górgias* e *Mênon*, quatro diálogos platônicos. De nossa parte, deixamos assinalado que, ao olharmos para os modelos teóricos semióticos criados para a dimensão cognitiva do discurso, alguns deles já apresentados em capítulos precedentes desta tese, é possível observar uma tendência geral dos semioticistas em alocar inicialmente, talvez em busca de contraste descritivo, o crer tradicionalmente em um território mais desestabilizado, ligado às questões da persuasão e disputa que se instauram no contato intersubjetivo, a algo “externo” ao sujeito e que concerne à relação “entre pessoas” (como visto no quadro de Fontanille, 1982, p. 11), aos procedimentos retóricos por excelência e aos problemas da dúvida e da fé.

Ao passo que ao universo do saber associa-se a noção de relação direta ou não mediada do sujeito com seu objeto, como observamos no sintagma  $S_2$  O de “ligação às ideias” proposto por Fontanille (1982, p. 11), concebendo-se esta como uma modalidade capaz de nos aproximar ao máximo, na medida do possível em um mundo apreendido por meio da semiose, da real “verdade” das coisas, produtora de um tipo de conhecimento mais “puro” ou “objetivo” e isento dos afetos intersubjetivos. Fica ensejada, por aí, a ligação do saber em ponte direta com a memória, espécie de mérito conquistado pelo valor de seu

conteúdo cognitivo correlato: a memória, por tradição de sua figura, guarda o *importante*, por justificativa pragmática de sua existência, o que *pode* e *vai ser usado* depois, e, como o apresentado pelos dois modelos semióticos que abrem este capítulo: armazena o conhecimento e o saber.

Uma primeira evidência da estreita e necessária relação da memória com o crer pode ser encontrada no âmbito da própria disciplina retórica. Tradicionalmente, a retórica clássica é dividida formalmente em cinco partes, cujas primeiras consistem na *inventio* (encontrar o que dizer), a *dispositio* (ordenar o que se encontrou), a *elocutio* (acrescentar o ornamento das palavras, das figuras) e a *actio* (representar o discurso como um ator: gestos e dicção), e a última delas nos traz justamente a *memoria* (à qual se recorre). Precisamos fazer uma primeira e fundamental distinção aqui: a memória que nos interessa abordar nos domínios da retórica não é em absoluto este quinto elemento composicional, descrito por Cícero (2005, p. 181) como “o guardião de todas as partes da retórica” e explicamos por quê.

Como nos conta Barthes em *A aventura semiológica* (2001, p. 49), a *memoria*, junto à *actio*, foram partes sacrificadas, depois da origem da retórica em 485 a.C. e sua posterior estabilização aristotélica, a partir do momento em que a retórica deixa de ter como objeto apenas os discursos falados ou declamados frente a grandes júris ou audiências populares que precisavam ser mobilizados e convencidos “ao vivo” e passa a consistir, quase exclusivamente, em obras escritas. No contexto dessa transição, o que antes era tido como uma qualidade crucial para a figura orador, sem a qual seu poder sobre as massas perderia muito (ou tudo) em capacidade de fogo, a memória como definida e enaltecida por Cícero (2005, p. 55), ainda entre 86 a.C. e 82 a.C., enquanto “a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição” fica relegada a um segundo plano acessório ou residual: as técnicas mnemônicas, concernentes à memorização de conteúdos e informações, antes profusamente hiperdesenvolvidas, praticadas e ensinadas de maneira escolar por inúmeros manuais de retórica válidos “em toda a Idade Média e até um período bem

avanzado dos tempos modernos” (WEINRICH, 2000, p. 69), tornam-se, sobretudo a partir da visão dos pensadores iluministas, formas estereotipadas, caricatas ou até pejorativas de se lidar com o conhecimento, em que se passa a entender que o sujeito recita, à maneira de um papagaio, dados para os quais sua inteligência ou raciocínio pouco contribuem.

Desabilitada a *memoria* enquanto imprescindível depositária de todo o sistema retórico, isso, no entanto, em nada desabona a amplitude e eficácia dessa arte através dos séculos, como nos anuncia Barthes já nos anos 1960 ao apontar que “o mundo está incrivelmente repleto de antiga Retórica” (2001, p. 3). Dessa maneira, a memória que nos interessa tratar aqui por sua relação com a crença e os processos de convencimento intersubjetivos encontra-se em vigor em uma das três partes sobreviventes após a queda da *actio* e *memoria*: a *inventio*. Primeiro componente na hierarquização formal das partes retóricas, a *inventio* remete justamente ao ponto original que precede qualquer discurso, à folha ou tela em branco que questiona: o que dizer? Observando-se os tratados retóricos, porém, é importante atentar para o fato talvez não muito evidente de que, no âmbito dessa prática, a *inventio* consiste menos em uma invenção que gera algo novo e mais numa espécie de extração de argumentos que serão, no máximo, descobertos:

(...) tudo já existe, basta reencontrá-lo: (a *inventio*) é uma noção mais “extrativa” do que “criativa”. Isso é corroborado pela designação de um “lugar” (a Tópica), de onde se pode extrair argumentos e aonde se deve levá-los: a *inventio* é uma caminhada (*via argumentorum*). (BARTHES, 2001, p. 51)

A noção de “lugar” ou *topos* em retórica, e o modo como o orador *leva* ou *conduz* a audiência até ele formam nosso ponto de interesse central aqui, visto que nisso consiste justamente a dinâmica pela qual *a memória do público é*

*mobilizada* em torno de um discurso. Sobre o papel desempenhado pela *inventio* em relação à questão, Barthes ainda completa:

(...) a amplidão e a fortuna dessa parte da *inventio* está encarregada de fornecer conteúdos para o arrazoado que começa agora: a *Tópica*. As premissas podem de fato ser tiradas de certos lugares. Que é um lugar? É, diz Aristóteles, aquilo em que coincide uma pluralidade de arrazoados oratórios. Os lugares, diz Port-Royal, são “grandes itens gerais aos quais se pode relacionar todas as provas que são utilizadas nas diversas matérias tratadas”; ou ainda (Lamy): “opiniões gerais que fazem aqueles que as consultam lembrar todas as faces pelas quais se pode considerar um assunto”. (...) por que *lugar*? Porque, diz Aristóteles, para lembrar-se das coisas, basta conhecer o lugar em que elas se encontram (o lugar é pois o elemento de uma associação de ideias, de um condicionamento, de um adestramento, de uma mnemotécnica); os lugares não são pois os próprios argumentos, mas os compartimentos em que se alojam. Daí toda imagem associando a ideia de um espaço e a de uma reserva, de uma localização e de uma extração: uma região (em que se pode encontrar argumentos), um *veio de tal mineral*, um *círculo*, uma *esfera*, uma *fonte*, um *poço*, um *arsenal*, um *tesouro*, e mesmo um *nicho de pombas* (W. D. Ross); “Os lugares, diz Dumarsais, são as células em que toda gente pode ir pegar, por assim dizer, a matéria de um discurso e argumentos sobre toda espécie de temas”. (BARTHES, 2001, p. 66)

É por essa via que começamos a nos aproximar do modo bastante interessante pelo qual opera a evocação da memória do público em retórica clássica, justamente por esse procedimento se afastar da “entrada na cabeça dos sujeitos”, de maneira biologizante ou neural, em busca de qualquer conteúdo tal e qual como contido na “mente” de cada um. Muito diversamente, trabalha-se aqui numa espécie de nível de consagração das formas, bem entendido, de formas linguísticas: nesse sentido temos que o efeito do tempo sobre a *tópica*, por reição, origina em torno do senso

compartilhado, ativado pelo preenchimento do lugar, o que se pode entender como o lugar-comum:

Os lugares são, em princípio, formas vazias; mas essas formas tiveram bem cedo tendência para se preencher sempre da mesma maneira, a carregar conteúdos, primeiro contingentes, depois repetidos, reificados. A Tópica tornou-se uma reserva de estereótipos, de temas consagrados, de “trechos” completos que são colocados quase obrigatoriamente no tratamento de qualquer assunto. Daí a ambiguidade histórica da expressão lugares-comuns (*topoi koinoi, loci comuni*): 1. são formas vazias comuns a todos os argumentos (quanto mais vazias são, mais são comuns); 2. são estereótipos, proposições repetidas. (BARTHES, 2001, p. 69)

Nesse contexto, é Aristóteles quem radicaliza o artifício da técnica indo na direção de que um sentido compartilhado pelo público por estar na “cabeça de cada um”, ou seja, forçosamente memorizado, consiste precisamente em “partes de linguagem” detidas pelo coletivo e sustentadas por uma espécie de crivo do “verossímil”:

Quanto a Aristóteles, reconhece uma retórica psicológica, mas como continua a fazê-la depender de uma *technè*, fica sendo uma psicologia “projetada”: a psicologia, tal como toda gente a imagina: não “o que há na cabeça” do público, mas aquilo que o público acredita que os outros têm na cabeça: é um *endoxon*, uma psicologia “verossímil”, oposta à psicologia “verdadeira” (...). Antes de Aristóteles, alguns tecnógrafos recomendavam que se levassem em conta estados psicológicos como o dó; mas Aristóteles inovou ao classificar cuidadosamente as paixões, não segundo o que elas são, mas segundo o que se acredita que elas sejam: ele não as descreve cientificamente, mas procura os argumentos que se podem utilizar em função das ideias do público sobre as paixões. As paixões são expressamente premissas, lugares; a “psicologia” retórica de Aristóteles é uma descrição do *eikos*, do verossímil passional. (...) para ele,



as paixões são pedaços de linguagem já prontos que o orador deve simplesmente conhecer bem. (BARTHES, 2001, p. 77 – 79)

É saboroso ainda observar como Cícero, no auge da forja dos manuais retóricos de conteúdo normativo e prescritivo, tomando em alta conta em *Retórica a Herênio* o dispositivo da *inventio* pelo qual se mobiliza a memória da audiência, diz que “É louvável aquilo que produz uma lembrança honesta tanto no presente quanto na posteridade” (2005, p. 157) e faz uma relação entre os lugares (da tópica, como acabamos de ver) com o que ele chama de imagens “que o ouvinte guarda na memória”. Já recorrendo à famigerada metáfora da memória como uma inscrição num bloco de cera, o filósofo postula que “os lugares se assemelham muito às tábuas de cera ou rolos de papiro; as imagens, às letras” completando que “se desejamos lembrar muitas coisas, devemos então preparar muitos lugares para neles colocar muitas imagens” (2005, p. 185). Sobre a escolha dessas imagens pelo orador junto ao público, Cícero afirma:

Como costuma acontecer de umas imagens serem fortes e incisivas, adequadas à recordação, e outras serem obtusas e fracas a ponto de dificilmente conseguirem estimular a memória, é preciso considerar o motivo dessa diferença, para que possamos saber que imagens buscar e quais evitar.

A própria natureza nos ensina o que é preciso fazer. As coisas pequenas, comezinhas, corriqueiras, que vemos na vida, não costumamos guardar na memória, porque nada de novo ou admirável toca o ânimo. Mas, se vemos ou ouvimos algo particularmente torpe, desonesto, extraordinário, grandioso, inacreditável ou ridículo, costumamos lembrar por muito tempo. É assim que esquecemos a maioria das coisas que vemos ou escutamos à nossa volta, mas quase sempre nos lembramos muito bem de acontecimentos da infância. Isso não pode ter outra causa senão que as coisas usuais facilmente escapam à memória, as inusitadas e insígnies permanecem por mais tempo. (CÍCERO, 2005, p. 191)

Interessa-nos ainda no texto do filósofo um intrigante princípio de ordenação das imagens nos lugares no âmbito da memória:

Também julgamos que se devam ordenar esses lugares, para não acontecer de, por confundir a ordem, sermos impedidos de seguir as imagens partindo do ponto que quisermos – do começo ou do fim – e de proferir o que havia sido confiado aos lugares. (...) Com efeito, se vissemos vários de nossos conhecidos em pé, numa determinada ordem, seria indiferente começar a dizer seus nomes do começo, do fim ou do meio da fila. O mesmo acontecerá com os lugares dispostos numa sequência: uma vez lembrados pelas imagens, poderemos repetir aquilo que assinalamos aos lugares, começando de qualquer lugar e indo na direção que desejamos. (CÍCERO, 2005, p. 185)

A ideia de memória como uma ordenação de lugares, mais próxima de uma espécie de edição do que da organização sumariamente cronológica, apesar de ser um fenômeno dado única e exclusivamente pela passagem do tempo, será retomada e debatida em maior profundidade no último item deste capítulo. Pelo momento, esperamos ter conseguido apontar um aspecto da linguagem posta em discurso em que a noção de memória se encontra intimamente atrelada a processos de convencimento intersubjetivos, trabalhando no domínio da persuasão e das crenças, o que começa a tornar um pouco problemática ou imprecisa sua estrita associação ao universo do saber.

Quem traça outra significativa ligação entre o crer e a memória, unindo esses elementos pela virtude de sua natureza no âmbito da construção do conhecimento, é Françoise Bastide em seu artigo “Exploration du ‘croire’ dans le domaine scientifique”, de 1982. A anticonvencionalidade e interesse desse estudo começam com a escolha do domínio científico para se falar do crer, o que “pode parecer à primeira vista surpreendente, visto que tendemos a vê-lo

como uma fortaleza do saber” (BASTIDE, 1982, p. 1), explorando-se aí as acepções contraditórias desse verbo, que designa igualmente bem tanto a *certeza* quanto a *ilusão*; e prolongam-se em uma original inclusão dos efeitos da passagem do tempo junto aos textos produzidos pelas ciências experimentais.

O tempo é um parâmetro central para o seu debate na medida em que, de forma geral, o processo progressivo de aquisição do saber científico sobre o mundo natural aparece como tal apenas quando “visto de muito longe”, reconstituído sob a forma da história das ciências. Para Bastide (1982, p. 1), “o detalhe de um curto período de tempo, como em um artigo ou série de artigos sobre determinado tema, mostra um quadro bem diferente: polêmicas, recuos e contradições abundam”, sendo que “o efeito de avanço linear se deve ao apagamento da duração e à seleção pela memória por parte dos historiadores de descobertas que se mostram férteis posteriormente”.

Mais especificamente sobre as modalidades *crer* e *saber* e seu papel frente ao transcorrer do tempo, Bastide entende que o saber, nos artigos escritos por cientistas para o uso e a circulação entre colegas, por meio dos quais se faz o dia a dia de uma ciência, tem caráter pontual, local e provisório, ficando sempre à espera de uma técnica de observação melhor ou de outra explicação mais satisfatória. Assim, “cada artigo aparece como uma batalha para se fazer acreditar em um resultado e, por consequência, em um autor contra outros resultados produzidos por outros autores (ou pelo próprio autor em uma fase anterior de sua pesquisa)” (BASTIDE, 1982, p. 2).

Nesse contexto, e definindo o *crer* como “uma escolha que sobrevaloriza certos objetos em relação a outros, e que repousa sobre a confiança dada a certos sujeitos no lugar de outros”, a autora (1982, p. 16) reivindica destaque para o fato de que a noção de “descoberta”, apresentada em ciência como evidência, tende a mascarar a própria existência preliminar

de uma alternativa “para que a escolha não apareça como escolha, mas como aceitação inevitável”.

Assim, o crer emerge em posição distintiva ao saber pelo que Bastide chama como sua “dimensão polêmica”, estabelecida em estreita relação com a passagem do tempo: “o crer *guarda na memória* a incerteza que antecedeu a escolha” (BASTIDE, 1982, p. 17, destaque nosso) e é também por essa via que Bastide entende o seu papel sobredeterminante: o crer sobredetermina um saber pela escolha entre dois saberes. Consequentemente, a autora relaciona o pontual saber a um *estado*, e o crer, em oposição, a um processo ou a um *fazer*: ele tem dimensão temporal não só por guardar uma memória mas também porque carrega “uma previsão de afrontamento que o tempo lhe reserva” (BASTIDE, 1982, p. 18). E é isso, o tempo, que lhe definirá como certeza ou ilusão — o que justifica finalmente, para a autora, que o verbo crer seja empregado em francês (e também em português) igualmente bem nesses dois sentidos.

Temos aqui mais uma elaboração conceitual que afasta a noção de memória do saber, aproximando-a do crer, e procuraremos ainda reiterar, ao longo de todo este capítulo, uma certa fragilidade ou mesmo impertinência do liame entre saber e memória.

\*\*\*

Em *Sutures sémiotiques* (2006, p. 93), Herman Parret chama atenção para uma característica facilmente flagrante por qualquer sujeito que, uma vez interessado pela memória, comece a se dedicar a leituras sobre o tema: ele nos adverte para o fato de que “os filósofos da memória são todos afetados por uma extrema metaforização”. Talvez a mais comum e amplamente retomada e difundida dessas metáforas seja justamente a da memória como a “escrita gravada em bloco de cera” já mencionada aqui, mas certamente há muitas outras: como indica Parret, a memória é tesouro, armazém, caixa forte, tábula, prateleira, pegada, palácio e poleiro de pombos (em célebre imagem de Platão

em *Teeteto*), metaforização espacial (ou espacializante) que, nos parece, vem convenientemente encontrar a necessidade apontada por Bergson (2012, p. 198) que temos de fazer as lembranças “conter e estarem contidas” para que fique assim garantida a sobrevivência de um passado memorizado.

Nesse sentido, gostaríamos de evitar tanto quanto possível a proliferação metafórica em torno desse tema, que de fato enseja a criação de belas imagens, atendo-nos especialmente à questão do espaço (que procuraremos especificar progressivamente de que modo entra para o debate) e à passagem do tempo em torno dos fenômenos da memorização e rememoração, encarados aqui em sua dimensão discursiva. Como indica Parret (2006, p. 94), “a problemática pertinente em relação à memória em psicologia contemporânea resulta diretamente da aquisição aristotélica”, concentrando-se em questões de duas ordens: no problema da base física para a marca mental mnésica, que engloba, para o autor, o impasse sobre como se dá a codificação de sensorialidades heterogêneas (visuais, auditivas, olfativas, gustativas, tácteis)<sup>88</sup>, e na questão referente ao processo de rememoração.

Longe de estarmos aqui conduzindo uma reflexão de viés psicológico sobre a memória, os dois pontos delineados por Parret surgem reincidentemente como focos de interesse nos estudos sobre o tema também em outras disciplinas, dos quais vamos recuperar aqueles de maior inclinação discursiva. Neles encontramos frequentemente colocada a questão da marca ou do traço (relativo à memorização), em remissão ao problema da materialidade da “inscrição” mnemônica, que emerge mesmo que seja para ter sua existência negada, como faz Bergson em *Matéria e memória*; e, atrelado a ela, o modo como isso será reaccessado pelo sujeito, ou seja, a permanência ou

---

88 Entendemos que tanto a noção de *lembrança imagem* de Bergson (2012, p. 181 - 226) quanto o conceito de imagem implicado no momento da *iconicidade*, etapa do percurso gerativo de sentido para o plano da expressão como postulado por Bordron (2011, p. 145 - 196), resolvem de maneira bastante clara e produtiva esse impasse da heterogeneidade do registro sensorial.

persistência de um sentido e a maneira pela qual ele poderá ser lembrado através do tempo (rememoração) ou não.

Procuraremos nos ater a esses dois aspectos mínimos e incontornáveis para se debater a memória, pensando sua relação com os parâmetros mais gerais do espaço e do tempo dados pela linguagem, e evitando, finalmente, outra atitude recorrente (ao lado da metaforização filosófica) quando se trata da pesquisa sobre o tema, dessa vez por parte da própria disciplina semiótica: o uso da interface teórica com os conceitos da fenomenologia husserliana, especificamente a importação direta das noções de *noesis* e *noema*, por meio das quais se começa a pensar a percepção e a memória em termos da ação de uma consciência intencional.

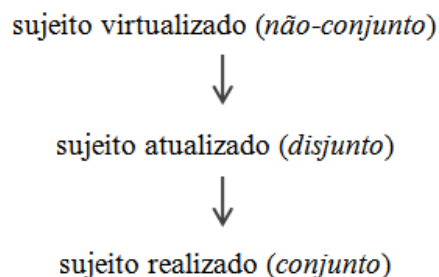
O próprio termo “sutura” no título de *Sutures sémiotiques*, de Parret, refere-se justamente ao procedimento epistemológico que o autor propõe e define como “caracterização do estatuto da semiótica enquanto disciplina entre, com ou através de outras disciplinas” (2006, p. 7), por meio do qual ele coloca nesse livro a semiótica em relação “sutural” com a antropologia, a retórica, a estética e, no capítulo em que analisa Proust e a memória, com a fenomenologia. Desse capítulo composto por três ensaios, porém, vamos nos ater ao conteúdo de um deles, “Les ‘transversales’ (Proust): le temps non spatialisable du sens”, em que o autor privilegia a análise do tempo e do espaço atrelados à memória a partir da noção de dimensão transversal do sentido encontrada em Deleuze (1970). Outros exemplos de estudos sobre a memória em que se recorre à fenomenologia podem ser encontrados em *Corps et sens* (2011), de Jacques Fontanille, e *Sémiotique de la perception dans “À la recherche du temps perdu” de Marcel Proust* (1999), de Laila El Hajji-Lahrimi.

Nesse contexto, optamos por abrir o debate nos voltando para os recursos providos pela própria semiótica francesa em sua produção teórica relativamente recente, onde a noção de memorização, de sujeito que encontra

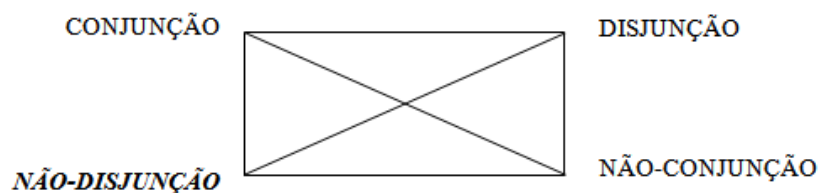
seu objeto, mas depois o perde e o memoriza, parece estar contida no conceito de *potencialização*.

#### 4. 2 SEMIOTIZAÇÃO DA MEMÓRIA: OS DOIS PERCURSOS DA POTENCIALIZAÇÃO

É em *Semiótica das Paixões*, texto originalmente publicado em 1991, de Greimas e Fontanille, que o termo potencialização aparece pela primeira vez associado a um *modo de existência* do sujeito. Os *modos de existência* já estabelecidos pela semiótica narrativa limitavam-se então a uma série de três papéis intimamente ligados às etapas do esquema narrativo canônico, cada um fundado em um tipo de junção, como se pode observar em:



Diante disso, os autores apontam que “se levarmos em conta os diferentes termos possíveis de ser construídos a partir da categoria da junção, constataremos a existência de uma quarta posição, que não aparece no inventário dos modos de existência”:

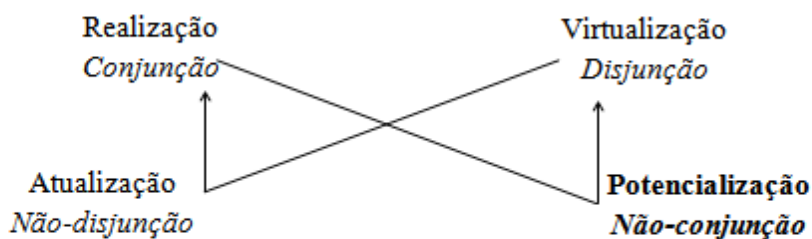


(GREIMAS e FONTANILLE, 1993, p. 52)

Essa quarta posição é a da “não-disjunção” e, sobre ela, os autores afirmam que temos ali “uma posição e um modo de existência do sujeito que não teriam sido levantados até o presente”, propondo então “denominar esse papel como ‘sujeito potencializado’, na medida em que ele resulta de uma negação do sujeito atualizado e é pressuposto pelo sujeito realizado” (GREIMAS e FONTANILLE, 1993, p. 52-53). Não é sem dificuldades, porém, que se dá o preenchimento dessa quarta posição existencial (que mais tarde mostrar-se-á de fato ser um arranjo provisório) junto ao quadro teórico que já se havia construído até então.

Efetivamente, anos mais tarde, em *Tensão e significação*, texto originalmente de 1998, a posição do quarto modo de existência, o potencializado, é corrigida por Fontanille e Zilberberg. A potencialização aparece, então, no modo de não-conjunção. Assim, as grandezas potencializadas “não estão nem ‘virtualizadas’ nem ‘atualizadas’, porque já foram realizadas em uso, nem mesmo propriamente ‘realizadas’, dado que estão de algum modo ‘postas em memória’, à disposição dos sujeitos da enunciação” (2001, p. 254):





(FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 58)

De acordo com os autores:

Esse remanejamento pareceu-nos necessário na medida em que (i) a acepção linguística mais corrente da atualização é a de uma 'subida' das estruturas virtuais em direção à manifestação e, por conseguinte, em direção à realização, e (ii) a potencialização, principalmente pelo efeito de práxis enunciativa, conduz a um retorno das formas do uso para o sistema ou, pelo menos, a uma memória esquemática que fica em seu lugar.

Desde então, podemos considerar que: (i) os valores de absoluto são *virtualizantes* porque são disjuntivos; (ii) os valores de universo são *realizantes* porque são conjuntivos; (iii) os valores melhorativos são *atualizantes* por serem não-disjuntivos: admitem algum suplemento no interior dos valores de absoluto; (iv) os valores pejorativos são *potencializantes* por serem não-conjuntivos: suspendem, de um determinado elemento, a condição de pertencente aos valores de universo.

A partir disso, estamos aptos a afirmar que os grandes tipos de valores podem ser considerados como *modos de existência do valor* no interior das culturas individuais e coletivas e que esses se mostram, por isso mesmo, capazes de articular as *modulações da presença e da ausência* dos valores (cf. capítulo "Presença"); os regimes de valores serão, então, reformuláveis em termos de

densidade de presença para um sujeito sensível, e capazes de fundar sua “forma de vida”. (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 58)

É interessante observar mais uma evidência teórica do vínculo entre o crer e a memória, aqui entendida no âmbito do fenômeno de potencialização, no modo como os autores apontam e comentam a relação, tida por eles como comutável, entre a memorização de grandezas sintáticas pelo sujeito e a sua crença, em que a primeira pode substituir a última caso falte uma espécie de convicção para a ação. A ligação é traçada no trecho a seguir em que, curiosamente, Fontanille e Zilberberg fazem referência direta a dois aspectos ligados ao crer já abordados por nós aqui, ao longo do capítulo 2 desta tese, justamente pelo que trazem enquanto marcas distintivas de grande contribuição para a descrição da singularidade dessa modalidade junto ao espaço cognitivo do discurso: a sua capacidade única de sobremodalizar um enunciado já modal, como em crer-poder ou crer-dever, e a menção à notável figura da “recondução à fé” de Pascal. Assim, sobre o aparecimento do quarto modo de existência em adição aos três já estabelecidos e sua possível relação associativa às modalidades, eles começam dizendo:

Se a distribuição das modalidades em três deles (os *modos de existência*) está já fixada, a que corresponde ao quarto modo de existência, o potencializado, ainda está por determinar. *Semiótica das paixões* define a potencialização a partir da não-disjunção, prévia à asserção que leva à conjunção (e ao sujeito realizado); os autores levantam também a hipótese de que a modalidade correspondente poderia ser o *crer*, sem apresentar quanto a isso um argumento decisivo.

Falta na série das modalidades básicas (*querer, dever, saber e poder*) uma das condições da realização; de fato, não basta que o sujeito disponha de todas as competências virtualizantes e atualizantes para que aja e se realize. É preciso também que ele *creia querer, creia*

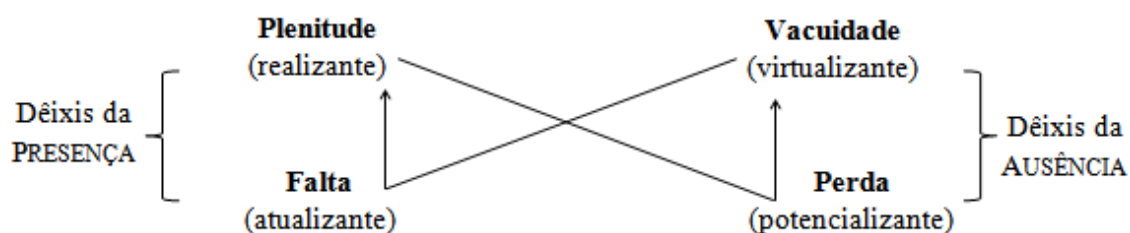
*dever, creia saber e creia poder*; em suma, que ele creia em sua competência e, de modo mais geral, creia no sistema de valores em cujo seio sua ação vai se inscrever.

Obviamente, nem todos os sujeitos que agem creem obrigatoriamente no que são e no que fazem; na verdade, aquilo que em tais casos substitui essa “crença” é particularmente revelador. Pascal propõe por exemplo, ao libertino, que retorne à igreja, que faça o sinal da cruz, que recite as preces, para que adquira ou readquira a fé: a ritualização do fazer substitui a crença na identidade modal do sujeito; ademais, ela pode aparecer tanto como uma degradação da crença (como uma “automatização” que a dessemantizaria) quanto como um procedimento de restauração da crença. De igual modo, em Proust, Swann, antes da descoberta da pequena frase de Vinteuil e, portanto, antes da restauração da crença, só conhecia programas ritualizados, atrações estereotipadas e repetitivas. A repetição, a fixação, a ritualização produzem “tipos” (aqui, “estereótipos” e “ritos”) disponíveis a todo momento para o sujeito nutrir sua programação discursiva. Para nós, literalmente, trata-se de grandezas sintáticas “potencializadas” (cf. o capítulo “Práxis enunciativa”) (...). A comutação é clara e probante: quando a crença já não cumpre mais, ou ainda não cumpre, seu ofício de potencialização, o rito, o hábito, o estereótipo, produtos de usos discursivos, podem também desempenhar esse papel. A “crença” seria qualquer coisa como a versão “tônica” e “intensiva” do modo potencializado, enquanto o “tipo” e o “rito” seriam sua versão “átona” e “extensiva”. (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 254)

Na mesma obra, então, encontramos o capítulo intitulado “Presença” (p. 123-151) em que Fontanille e Zilberberg introduzem a categoria presença/ausência como algo central para a abordagem e compreensão da existência semiótica do sujeito, entendida, então, como uma *presença sensível*. Retomada do discurso filosófico ao qual pertence por origem, essa categoria é reformulada pela fenomenologia e culmina, de acordo com os semioticistas, “em Merleau-Ponty, na noção de ‘campo de presença’, e assenta numa

interpretação do par *presença/ausência* em termos de operações (aparecimento/desaparecimento) pelas quais os ‘entes’ sensíveis se destacam do ‘ser’ subjacente, e depois retornam a ele” (2001, p. 123).

O campo de presença é entendido como o “domínio espaço-temporal em que se exerce a percepção” (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 125), ou seja, o espaço em que ocorrem o aparecimento e desaparecimento dos objetos para o sujeito e onde também se dá a diminuição ou o aumento de densidade de presença do próprio sujeito, em relação a seus objetos, de acordo com os modos de existência estabelecidos no quadrado semiótico anterior. A homologação entre os modos de existência e as diferentes densidades de presença que o sujeito pode assumir pode ser observada no arranjo abaixo:



(FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 134)

É dessa maneira, finalmente, que a noção de potencialização, compreendida, a partir de uma abordagem já tensiva, como um modo de existência do sujeito *não-conjunto* e correspondente à etapa da narrativa em que há *perda* de densidade de presença no campo de presença (dêixis da ausência), enseja o que seria o percurso semiótico da memória: de *conjunto* a seu objeto (plenitude/realização), o sujeito o perde mas o memoriza (perda/potencialização); e, ao rumar à vacuidade (virtualização), o objeto entra

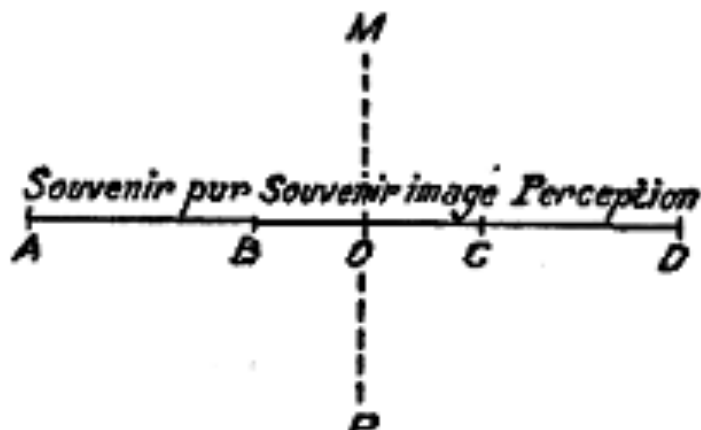
para o sistema de crenças e valores do sujeito e, em última instância, é desintegrado em atonia até ser esquecido.

Este, porém, não constitui o único percurso implicado no que entendemos como o fenômeno da memória humana.

Quando olhamos para o percurso *realização* → *potencialização* → *virtualização*, temos, sob o ponto de vista semiótico, uma perda gradual de densidade do objeto que acompanha sua saída do campo de presença do sujeito. Apesar de a etapa de memorização estar contida na *potencialização*, ao considerarmos o percurso em si, o que encontramos é a ordenação das etapas do *esquecimento*. De modo a abordar e compreender o funcionamento da memória, é preciso convocar o percurso inverso e complementar ao primeiro: *virtualização* → *atualização* → *realização*, trajeto semiótico da *rememoração* ou *lembrança*.

Nele, o objeto entra no campo de presença do sujeito, aumentando sua densidade à medida que abandona a *virtualização* em direção à *realização*. Essa “entrada”, no entanto, é antes um retorno, distinção que fundamenta a diferenciação entre *percepção* e *lembrança*, questão de que se ocupa Bergson (2012, p. 182) ao afirmar, por exemplo, que o retorno não é da coisa em si, mas de semelhanças. Teríamos, assim, uma sintaxe da memória: uma vez que o objeto percorre o caminho da memorização, esse percurso sintático lhe imprime marcas que o distinguirão, por ocasião de sua *atualização/realização*, da percepção, destacando-o como memória.

Nesse sentido, vale a pena observar a explanação de Bergson sobre sua seguinte esquematização conceitual referente a seu sistema categorizado que define o modo de “sobrevivência das imagens” na memória, em sua relação com a percepção:



(BERGSON, 2012, p. 181)

Como já mencionado brevemente no capítulo 2 desta tese, o filósofo concebe uma série ordenada de três termos, a *lembrança-pura*, a *lembrança-imagem* e a *percepção*, “dos quais nenhum se produz, na realidade, isoladamente” (2012, p. 181), e faz o comentário a seguir sobre o diagrama acima, ao longo do qual achamos pertinente observar: o emprego dos termos “atual” e “virtual” em uma acepção algo análoga à formulação oferecida pela semiótica tensiva; a caracterização da memória como um movimento cognitivo; o modo como esses três termos se contaminam entre si; e, justamente, por meio do funcionamento de seu sistema, como somos capazes de distinguir uma lembrança de uma percepção:

A percepção não é jamais um simples contato do espírito com o objeto presente; está inteiramente impregnada das lembranças-imagens que a completam, interpretando-a. A lembrança-imagem, por sua vez, participa da “lembrança-pura” que ela começa a materializar e da percepção na qual tende a se encarnar: considerada desse último ponto de vista, ela poderia ser definida como uma percepção nascente. Enfim, a lembrança pura, certamente independente de direito, não se manifesta normalmente a não ser na imagem colorida e viva que a revela. Simbolizando esses três termos pelos segmentos

consecutivos AB, BC, CD de uma mesma reta AD, pode-se dizer que nosso pensamento descreve essa reta num movimento contínuo que vai de A a D, e que é impossível afirmar com precisão onde um dos termos acaba, onde começa o outro.

Aliás, é isso que a consciência constata facilmente toda vez que acompanha, para analisar a memória, o próprio movimento da memória que trabalha. Trata-se de recuperar uma lembrança, de evocar um período de nossa história? Temos consciência de um ato *sui generis* pelo qual deixamos o presente para nos recolocar primeiramente no passado em geral, e depois numa certa região do passado: trabalho de tentativa, semelhante à busca do foco de uma máquina fotográfica. Mas nossa lembrança permanece ainda em estado virtual; dispomo-nos simplesmente a recebê-la, adotando a atitude apropriada. Pouco a pouco aparece como que uma nebulosidade que se condensasse; de virtual ela passa ao estado atual; e, à medida que seus contornos se desenham e sua superfície se colore, ela tende a imitar a percepção. Mas continua presa ao passado por suas raízes profundas, e se, uma vez realizada, não se ressentisse de sua virtualidade original, se não fosse, ao mesmo tempo que um estado presente, algo que se destaca do presente, não a reconheceríamos jamais como uma lembrança. (BERGSON, 2012, p. 181 – 182)

Assim como a linguagem em discurso tem no seu funcionamento acusada uma espécie de conservação dos traços de operações sintáticas anteriormente efetuadas (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 402), o que funda e sustenta para Greimas (1976, p. 92) o fato de que em semiótica discursiva, diferentemente da abordagem em nível frásico da lógica proposicional, os termos e enunciados possuem uma inalienável significação posicional, estamos interessados aqui em abordar a memória como uma função engajada na produção de sentido.

Em torno desse ponto, começaremos dizendo que a semiótica se ocupou bastante em trabalhar em dois tipos distinções fundamentais, e mesmo opostas, em relação à memória: (i) no delineamento dos dois

diferentes percursos implicados nesse fenômeno (a perda de densidade rumo à *virtualização* no esquecimento e reaparecimento da lembrança em direção à *realização*) e (ii) e na caracterização já de cunho tensivo de dois modos de memorização e suas respectivas consequências: a memória *átona* e a *tônica*.

Para comentar esse último par opositivo, baseamo-nos na fala de Luiz Tatit “A afinação do sentido nos modelos de Saussure e da Semiótica”<sup>89</sup>. Nela, o semioticista brasileiro destacou preliminarmente a importância da noção de potencialização junto à teoria semiótica, e seu poder de renovação especialmente em relação a um aspecto já sedimentado e enrijecido do percurso narrativo, que é inicialmente concebido por Greimas e se consagra como uma “maquineta” de liquidações da falta: em que o sujeito desde o início já sabe qual é o seu objeto, sai em busca dele e, uma vez que entra em conjunção com ele, a narrativa está resolvida e é finalizada. Para Tatit, então, a potencialização vem salvar a teoria de Greimas de certa monotonia pois, por meio dela, o sujeito pode encontrar seu objeto e, depois de toda a sua satisfação, perdê-lo e memorizá-lo.

A potencialização, assim, segundo ele, pode ser *átona*, como no caso por exemplo da aprendizagem de idiomas, ou da memorização de movimentos cotidianamente repetidos e por isso automatizados, ou *tônica*, em que o sujeito passa por uma experiência de impacto e a memória absorve aquilo, em suas palavras, “com poder de transformação”. Em relação a esses dois modos de memorização, Tatit ainda os projeta nos amplos quadros de modulação da disciplina, e afirma que, por meio de seu surgimento, é possível pensar hoje em uma “semiótica da espera” (da identidade, das consonâncias, de caráter implicativo e assonâncias) e uma “semiótica da surpresa” (que introduz a tonificação como produtora de sentidos, concessiva, de dissonâncias).

---

89 Comunicação oral feita no Congresso 100 Anos com Saussure, ocorrido na FFLCH-USP, São Paulo, em setembro/2013. Esse conteúdo pode ser encontrado também no artigo “Afinación del sentido en el progreso semiótico”, publicado por Tatit em *Tópicos del Seminario*, 30, p. 73-92.



Nesse contexto, em semiótica, para além dessa espécie de impressão ou geração de sentido suplementar dada pela memorização *tônica*, que fica bastante ao redor da fundamental noção zilberbeguiana de “impacto do acontecimento” sob a lógica narrativa concessiva, pouco se falou ou refletiu sobre como os dois percursos semióticos imbricados na memória, complementares e ligados à categoria ausência/presença, são capazes de modificar por si mesmos um sentido ou ainda como eles se relacionam e incidem entre eles.

Por mais que busquemos evitar a metaforização em torno do tema, retomamos nesse ponto o que diz Parret (2006, p. 98) sobre o fato de que “A memória é esculpida pelo esquecimento como os contornos da costa pelo mar”<sup>90</sup>, apenas pelo que essa figura encontra como desdobramentos teóricos e implicações conceituais bastante concretos. O que temos posto aqui é o considerável postulado de que o esquecimento não é apenas uma mera *perda* da memória, e sim um componente essencial da memória ela mesma, ou seja, da constituição de qualquer lembrança memorizada.

Entendemos que o modelo oferecido pela semiótica trabalha com essa questão em termos antes quantitativos. Sabe-se que, no cerne da modalização da semiótica tensiva de Zilberberg para o que se pode entender como a estrutura narrativa e sua principal “ação”, encontramos o modelo de silabação de Saussure como apresentado no capítulo “Princípios de fonologia” de seu *Curso de linguística geral* (2004, p. 49 – 78). De forma muito sintética, o que temos aqui, para Saussure, é um arranjo mínimo em que uma vogal alcança o máximo de sonoridade e abertura no ponto chamado de *implosão*, momento a partir do qual necessariamente ela entra em declínio, ou seja, sua sonoridade decresce em uma vogal mais fechada ou uma consoante. Essa etapa é a da *explosão*, que, por sua vez, encontrará forçosamente outra abertura, e assim por diante, a menos que o discurso seja interrompido.

---

90 Sobre essa formulação, Parret indica se referir ao conteúdo de algumas “belas páginas” de *Les formes de l’oubli* (1998), de Marc Augé.

Ápice e queda, implosão seguida de resolução modulada, essa é a maneira como Zilberberg transpõe também para o plano do conteúdo a estrutura desse modelo de Saussure (cf. menções em *Elementos de semiótica tensiva*, na edição traduzida de 2011, p. 54 - 55), definindo assim formalmente no que consiste a sua noção de “acontecimento” narrativo (implosão), uma espécie de abertura máxima que entra em declínio obrigatório e resolutivo após sua ocorrência.

As noções de “perda” e “ganho” de densidade de presença de um objeto cognitivo qualquer no campo do sujeito, que some em direção à *virtualização* do esquecimento e reaparece no exercício da rememoração *realizante*, traduzem formalmente de maneira bem-sucedida uma ideia de ampla aceitação, também no senso-comum e quase intuitiva, de que “não se pode lembrar de tudo” e, enfim, é preciso se esquecer de algumas coisas para que outras sejam memorizadas.

Em termos saussurianos relidos por Zilberberg, é impossível ao sujeito se manter em abertura cognitiva máxima, em implosão contínua onde ele tudo percebe e de tudo se lembra, sem que esse estado seja seguido de um necessário decaimento ou fechamento, em que se perde em densidade de percepção e memória: talvez o exemplo mais célebre do absurdo da abertura cognitiva contínua nos seja fornecido pela literatura argentina, no personagem Funes, de Jorge Luis Borges, que é incapaz de se esquecer de qualquer coisa por mais insignificante que ela seja, condição de acumulação extraordinária que se torna mórbida, levando-o inexoravelmente à morte.

É verdade que, além do parâmetro pronunciadamente quantitativo, temos também uma pequena contribuição da qualidade definindo, de acordo com esse modelo tensivo, o que será ou não lembrado: os acontecimentos *tônicos* são geralmente e pacificamente entendidos, de maneira um pouco ingênua e até idealista, como aqueles que serão armazenados em memória, que têm o poder de ser retidos, tendo também sua capacidade de

transformação do sistema de crenças do sujeito (já em *virtualização*) destacada, dinâmica que a perspectiva psicanalítica da questão vem convenientemente abalar.

Para nos ater a um breve exemplo, podemos citar o estudo “O mecanismo psíquico do esquecimento”, artigo de Freud de 1898 sobre o recalque, em que se discute a natureza tendenciosa de nosso lembrar e esquecer. Nele, o autor conclui, entre outros pontos, que “a função da memória, que gostamos de encarar como um arquivo aberto a qualquer um que sinta curiosidade” fica “sujeita a restrições por uma tendência da vontade exatamente como qualquer parte de nossa atividade dirigida para o mundo externo” (1996, s.p.). Freud completa ainda dizendo mais especificamente, já em relação à patologização, que “Metade do segredo da amnésia histérica é desvendado ao dizermos que as pessoas histéricas não sabem o que não *querem* saber” e “o tratamento psicanalítico, que se esforça por preencher tais lacunas da memória no decorrer de seu trabalho, leva-nos à descoberta de que a tarefa de resgatar essas lembranças perdidas enfrenta certa resistência, que tem de ser contrabalanceada por um trabalho proporcional a sua magnitude”.

Longe de quereremos adotar a ação do *inconsciente* freudiano para a definição dos conteúdos lembrados ou esquecidos, lapsos e atos falhos da memória, noções que acreditamos fugir do escopo teórico de nosso estudo de caráter discursivo sobre o problema, esse texto recuperado de Freud começa a nos apontar um aspecto que nos interessa centralmente em nossa abordagem: ele revela a memória como uma *sequência*, que gostaríamos de encarar a partir daqui como uma sequência passível de se tornar uma narrativa, organizada de forma não estritamente cronológica ou de acordo com a ordem justaposta em que se deram os acontecimentos, mas antes em um arranjo que coloca em jogo também um princípio de agrupamento, que Bergson, por exemplo, trata em termos de uma aglutinação impura.

No trecho a seguir, em crítica ao associativismo da psicologia, o filósofo comenta esse mecanismo em relação a uma espécie de amálgama que acabam por formar os três termos (lembrança pura, lembrança imagem e percepção esta tida como ponta continuamente imersa no “tecido dos acontecimentos” ou devir) que representam em seu sistema os modos de sobrevivência mental das imagens e, por fim, constroem em dinamismo o que se entende como memória. É importante lembrar que, para Bergson, não é possível pensar na existência ou produção isolada de nenhum desses três elementos, visto que eles se lançam uns por cima dos outros, impregnando-se. Contexto em que a percepção nunca é tida como um simples ou direto contato do sujeito com o objeto presente, mas sempre contaminada pelas lembranças-imagem, que a completam interpretando-a (BERGSON, 2012, p. 181); e onde se aponta, contraintuitivamente, um movimento de reconhecimento de ordem centrífuga<sup>91</sup> em que nos colocamos, de partida, no passado, e esse então avança em direção ao presente. O filósofo opõe essa complexa composição ao atomismo psicológico da seguinte forma:

O erro constante do associativismo é substituir a essa continuidade do devir, que é a realidade viva, por uma multiplicidade descontínua de elementos inertes e justapostos. Justamente porque cada um dos elementos assim constituídos contém, em razão de sua origem, alguma coisa daquilo que o precede e também do que vem a seguir, isso deveria assumir sob nossos olhos a forma de um estado misto e de alguma maneira impuro. Mas, pelo contrário, o princípio do associativismo deseja que todo estado psicológico seja uma espécie de átomo, um elemento simples. (BERGSON, 2012, p. 182)

---

91 “Quaisquer que sejam o número e a natureza dos termos interpostos, nós não vamos da percepção à ideia, mas da ideia à percepção, e o processo característico do reconhecimento não é centrípeto, mas centrífugo” (BERGSON, 2012, p. 178).

Para não nos restringirmos apenas a um ponto de vista filosófico ou psicológico sobre a questão, temos, em uma perspectiva mais alinhada ao nosso interesse discursivo, as formulações e problematizações de Paul Ricoeur em *A memória, a história e o esquecimento* ([2000] 2007) sobre a memória enquanto produção narrativa para representar o passado, a já mencionada reflexão de Parret (2006, p. 83 – 88) sobre a dimensão transversal depreensível do texto de Proust, e a exploração literária do tema, feita magistralmente pelo próprio Marcel Proust nos sete volumes de *Em busca do tempo perdido*. Todos esses são pontos que vamos abordar e discutir ao longo dos dois itens seguintes deste capítulo, atendo-nos ao problema que fica por ora introduzido como a maneira pela qual a memória poderia ser entendida como uma instância produtora de sentido ela mesma.

Pelo momento, há um último aspecto relativo aos dois percursos estabelecidos pela semiótica para a descrição e o entendimento da memória sobre o qual gostaríamos de refletir um pouco: muito embora os dois trajetos propostos para o fenômeno sejam apresentados em simetria visual e formulados em equivalência conceitual, consistindo nas mesmas etapas que se distinguem apenas por sua ordem inversa (rumo à perda ou ao ganho de densidade no campo de presença), lembrar-se e esquecer-se não são ações homólogas e nem sequer duas vias igualmente frequentadas pelos sujeitos em sua atividade cognitiva.

O pesado problema colocado pela modelização teórica ou conceitual do esquecimento é introduzido por Weinrich (2001, p. 17) ao comentar uma qualidade formal do verbo em latim para a ação de esquecer:

Tomaremos as primeiras e mais elementares informações sobre o esquecimento da inaparente sabedoria do uso linguístico. Recomenda-se começar com o latim, que se tornou direta ou indiretamente critério para muitas

línguas europeias e também para o uso especializado das ciências. Partimos do verbo *oblivisci*, que é um “depoente”, isto é, um verbo em forma passiva mas de sentido ativo. Essa qualidade formal combina bem com o sentido “esquecer”, que também é uma espécie de “meio” entre atividade e passividade.

Esse aspecto reflete originalmente a ambivalência de uma ação que se mantém problemática no decorrer dos séculos junto a diversas disciplinas que lhe são interessadas, justamente porque o esquecimento, em sua faceta passiva, talvez a mais fascinante e desafiadora dele, foge totalmente ao controle dos sujeitos.

Podemos contrastar, nesse sentido, o amplo desenvolvimento da já aqui mencionada arte mnemotécnica do lembrar, ou *ars memoriae*, ligada à retórica clássica desde sua origem e formalmente relevante no ensino escolar como propedêutica às ciências até parte da era moderna, enquanto forma bem-sucedida para os sujeitos, por meio de seu esforço reiterado, associarem, dominarem e armazenarem conteúdos, frente à inexistência, ou mesmo caráter inviável ou risível, de uma *ars oblivionis*, uma arte do esquecimento, que surge em anedota na Antiguidade, como nos conta Weinrich (2001, p. 31–32):

(...) um contemporâneo do poeta Simônides<sup>92</sup>, muito mais conhecido que este, foi em Atenas o político e general Temístocles (cerca de 524 - 459 a.C.). Ele transformou Atenas numa importante cidade portuária e, depois da vitória sobre os persas na batalha naval de Salamina (480 a.C.), na maior potência marítima do Mediterrâneo leste. Apesar dessas assombrosas façanhas bélicas, em sua velhice ele foi submetido a um júri popular e banido da cidade. Viveu no reino persa como refugiado e lá acabou se suicidando. Conforme sabemos pela descrição de sua vida por Plutarco e outras fontes, Temístocles era um homem de grandes talentos

---

92 Simônides é figura central do mito de origem da *ars memoriae*, que se encontra descrito no item 4.3 deste capítulo.

intelectuais, que também dominava a arte do discurso.  
(...)

Os dois atenienses (*Simônides e Temístocles*) são ligados entre si por uma anedota que Cícero relata em várias passagens de seus textos sobre a eloquência. Assim, certo dia Simônides teria procurado Temístocles, oferecendo-se para ensinar-lhe a arte da memória, de modo que com a ajuda dela ele “pudesse recordar-se de tudo” (*ut omnia meminisset*). Temístocles teria respondido que não precisava de uma arte da memória. Antes de recordar tudo que fosse possível, preferia aprender dele a esquecer aquilo que quisesse esquecer (*gratius sibi illum esse facturum, si se oblivisci quae vellet, quam si meminisse docuisset*). Segundo outra versão da mesma anedota, Temístocles teria respondido de maneira categórica que não estava interessado em uma arte da memória (*ars memoriae*), mas em vez disso, em uma arte do esquecimento (*ars oblivionis*).

Em franca oposição à *ars memoriae*, visto que não domesticável pela técnica, o esquecimento parece ser imune ao “aprendizado”, lacuna que lança os sujeitos em um estado de indefinição e mesmo impotência sobre o que se apagará de sua memória ou não. O esforço para esquecer é, paradoxalmente, capaz de resultar em uma lembrança ainda mais viva, ao mesmo tempo em que escrever para se lembrar, recorrendo-se ao auxílio do registro em suporte material, pode definitivamente selar o esquecimento completo. Nesse sentido, a possibilidade de existência de uma arte do esquecimento é interessantemente derrubada no artigo “An *Ars Oblivionalis*? Forget it!” (1988), de Umberto Eco e de forma peremptória, como nos indica o título.

Eco nos conta que esse estudo nasceu de uma brincadeira entre colegas em que eles se propuseram a inventar “anúncios de cargos universitários em disciplinas que não existem” (1988, p. 254). Em oposição à arte mnemônica, ocorre-lhe conjecturar sobre as condições para uma *ars oblivionalis*, que consistiria na elaboração de técnicas para se esquecer. Ela faria parte do departamento imaginário tanto das ciências “historicamente impossíveis” quanto

daquelas “autocontraditórias e analiticamente impossíveis”, e o texto do artigo se dedica a demonstrar por quê. O autor (1988, p. 255) estabelece de partida para sua argumentação um postulado de base em que se entende a mnemotécnica como uma *semiótica* no sentido de Hjelmslev para o termo, ou seja, um sistema conotativo em que se reúne uma expressão a um conteúdo. Assim, retomando o mecanismo retórico clássico de preenchimento da *tópica* pelas *imagens* como já comentado em trecho de Cícero neste capítulo, temos que:

A mnemotécnica é essencialmente uma semiótica porque, em sua forma mais elaborada, usa um sistema sintático de *lugares* (quartos em um palácio ou teatro, estruturas celestiais, etc.) destinado a comportar *imagens* que assumem a função de unidades lexicais. Essas imagens são por sua vez ligadas a um sistema de *res memorandae*, que representa as unidades correspondentes de conteúdo. Cada uma de sua vez, essas unidades semânticas são arranjadas em relações estruturais e organizadas em um sistema de conteúdo que aparece como homólogo ao sistema de lugares. Apesar de que a relação aqui parece ser dupla: entre sintaxe da expressão e sintaxe do conteúdo de um lado e entre “lexemas” e “sememas” de outro. (ECO, 1988, p. 255)

Na base desse sistema, encontra-se o princípio retórico prescritivo por excelência “para se lembrar” de algo que é o de *guardar uma coisa ao lado de outra*, em que incide um processo de seleção por contiguidade ou similaridade feito pelo sujeito, definido em grande medida por suas idiossincrasias. Parte da efervescência e fertilidade do método mnemônico repousa justamente no fato de que, retomando-se a interpretação do mundo de caráter hermético<sup>93</sup>, em que “tudo pode ser o signo de tudo”, “parece que todas as artes da memória unem expressão e conteúdo de uma maneira que é bastante aventureira e assistemática” (ECO, 1988, p. 257). Nesse sentido, um primeiro

---

93 Comentamos de forma mais completa a origem do hermetismo e o tipo de interpretação associado a esse modo de pensamento no capítulo 3 desta tese, ao longo do item 3.2 *Acreditando no inacreditável*.



empecilho à realização da técnica para se esquecer é que ela não pode se valer do grande trunfo de sua irmã *ars memoriae*:

Se um objeto x foi de algum modo imaginado em contato com o objeto y, ou se o objeto x apresenta qualquer tipo de homologia com o objeto y, toda vez que o objeto x é evocado, o objeto y também será. Mas eu não vejo como podemos imaginar um objeto x que, quando evocado, age no centro cerebral de maneira a cancelar o objeto y. (ECO, 1988, p. 254)

Mas há ainda outro obstáculo, esse definitivamente intransponível. O autor (1988, p. 258) aponta que, uma vez que a *ars memoriae* é uma semiótica, torna-se impossível construir uma *ars oblivionalis* em mesmo molde, visto que uma característica própria aos sistemas semióticos – notadamente observável e apontada na linguagem verbal – é efetivamente *tornar presente algo ausente*. Nesse cenário, resta a Eco indicar como única técnica possível para (colateralmente) se esquecer uma espécie de contorno via multiplicação de sentidos, dada pelo exercício, que fique bem entendido, da própria *ars memoriae* gerando suas associações, que produziria antes uma confusão do que um esquecimento.

Assim, esquecer-se “por excesso” seria o que naturalmente ocorre nos casos de “confusão” de memória: o autor destaca que isso nunca se dá por subtração mas por adição, de dois termos memorizados que se sobrepõem, como duas respostas possivelmente certas para a mesma questão (o exemplo usado é não saber mais se *fraise* quer dizer “strawberry” ou “blueberry”), sobre as quais não conseguimos mais nos definir por nenhuma delas. E isso poderia ser artificialmente estimulado, voluntariamente buscado pelo sujeito, por exemplo pela repetição de duas frases muito parecidas para um mesmo ditado, até que a confusão se instaure e nos “esqueçamos” qual é a versão certa. Há no artigo uma noção de alívio vinculada ao resultado assim atingido, aspecto que

nos parece ser responsável pelo que coloca Weinrich (2001, p. 34) em seu breve comentário sobre esse estudo de Eco, em que diz que “uma arte do esquecimento só poderia ser anexada à arte da memória como uma espécie de válvula de segurança para o transbordamento”.

Outra evidência da acentuada assimetria entre os atos de se lembrar e se esquecer nos é fornecida por Paul Ricoeur, que aponta a existência de dois processos distintos e operantes dentro da mesma ação que chamamos indistintamente como esquecimento: sobre o lembrar-se, definindo o seu conteúdo, incidem tanto o *esquecimento de reserva* como o *esquecimento de apagamento* (2007, p. 423 - 425).

O fenômeno de *apagamento* como definido por Ricoeur se aproxima bastante da noção de esquecimento por *perda* de densidade de presença como proposta por Fontanille e Zilberberg em *Tensão e significação*. Trata-se aqui, para Ricoeur, de um esquecimento profundo, em sua faceta mais radical, que se dá pelo apagamento dos *rastros*. O autor trabalha com os conceitos de rastro documental, concernente ao plano da operação historiográfica, o rastro psíquico, como ele denominada a “impressão, no sentido de afecção deixada em nós por um acontecimento marcante ou, como se diz, chocante” (2007, p. 425), e o rastro cerebral ou cortical, como tratado pelas neurociências e que, já adiantamos, é em partes resolvido em seu estudo de acordo com as conclusões de *Matéria e memória*, de Bergson, ou seja, na direção de uma deslegitimação da ideia de cérebro como sede física da atividade cognitiva.

Entendemos que as noções teóricas de esquecimento de apagamento (Ricoeur) e por perda de densidade de presença (Fontanille e Zilberberg) delimitam o contexto privilegiado para o viés passivo da ação de se esquecer, como observamos estar na raiz desse verbo em latim ao lado de sua contraparte ativa. Ambas noções (apagamento e perda) identificam e descrevem uma espécie de decaimento natural do acontecimento ou enfraquecimento progressivo de um traço ou rastro rumo a seu apagamento,

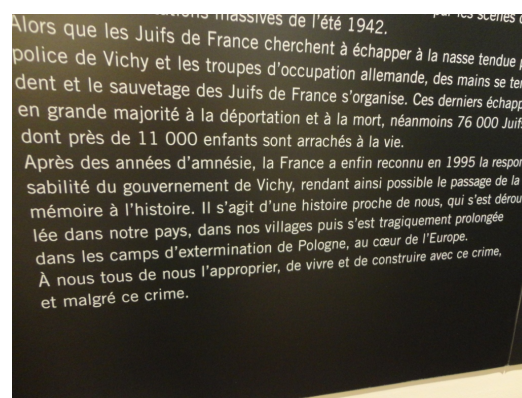
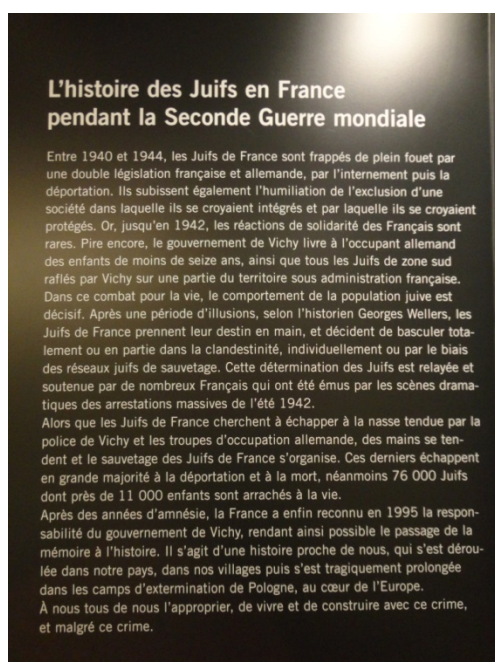
que em última instância pode ser total, ocorridos à revelia do sujeito e dados em grande parte unicamente pela simples passagem do tempo.

Estamos diante da porção mais obscura desse processo, correspondente às figuras do “esquecimento sombrio” ou “abismo da memória”, como descrito por Weinrich (2001, p. 21), da ideia de “um ‘buraco na memória’, dentro do qual algo cai”, onde “a lembrança abissal passa imperceptivelmente para o esquecimento”, dita por Hegel como “a funda cova do eu” e por Thomas Mann como o “poço do passado”, figuras que encontram expressão também em termos como “cair no esquecimento” em português, “tomber dans l’oubli” em francês e “fall into oblivion” em inglês. Em grande medida, essas metáforas povoam a via oponente à memória tal qual herdamos da Antiguidade, como algo que é impresso, gravado ou talhado em base material, originando uma marca física, que chega aqui a um estágio de dissolvimento dos contornos, decaimento, gasto e desintegração fatal.

Esse percurso é especialmente desafiador à teorização pois, em nível individual, o sujeito fica vulnerável à ação de algo sobre o qual ele não tem controle malgrado sua estatura intelectual ou “esforço” mental, uma espécie de preço pago pelo transcorrer da própria vida, e, em nível coletivo, há o risco de perda da integridade da história, o que leva Ricoeur (2007, p. 423) a descrever o esquecimento por apagamento “como a inquietante ameaça que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história”.

Nesse sentido, o caráter coletivo do problema do esquecimento assume proporção indelével após o holocausto durante a Segunda Guerra Mundial. Junto aos autores que se dedicaram ao estudo da memória, a partir da segunda metade do século XX há uma unanimidade em se apontar que a ideia de um “esquecimento feliz” em simetria ao que seria uma “memória feliz” que nos ocorre espontaneamente torna-se inconcebível na dimensão pública e deve ser implacavelmente combatida.

Disso decorre a exclusão dos crimes de guerra da possibilidade de receberem anistia (WEINRICH, 2001, p. 238), dispositivo formal em que se obriga o esquecimento por lei, onde fica compulsoriamente induzido algo muito próximo ao perdão, em esfera social ou política, por apagamento do dano. Muito contrariamente, após a Shoah, ergue-se uma barreira vigilante, uma obrigação da memória antes não vinculada especialmente a esse fenômeno cognitivo, prática notadamente expressa pelo termo francês “le devoir de mémoire”. É possível encontrar essa expressão escrita em placas nas fachadas de escolas em Paris de onde foram deportadas crianças para os campos de concentração durante o governo de Vichy. A história desse episódio é explicada no texto expositivo abaixo, onde podemos observar também uma interessante relação entre amnésia, memória e história:



Placa do Memorial de la Shoah, em Paris, que descreve a história dos judeus na França durante a Segunda Guerra Mundial<sup>94</sup>. No detalhe, o período entre o governo

94 "A história dos judeus na França durante a Segunda Guerra Mundial: Entre 1940 e 1944, os judeus na França são atingidos em cheio por uma dupla legislação, francesa e alemã, que define seu confinamento e posterior deportação. Eles sofrem igualmente a humilhação e exclusão por uma sociedade da qual acreditavam fazer parte e pela qual acreditavam estar protegidos. Mas até 1942 as reações de solidariedade dos franceses são raras. Ainda pior, o

de Vichy, quando houve a deportação de judeus franceses para os campos de concentração, até 1995 é chamado de “anos de amnésia”. Apenas depois disso houve o reconhecimento da responsabilidade do governo francês nesses crimes, tornando possível “a passagem da memória à história”.

Ricoeur dedica uma extensa análise que aborda também essa questão no epílogo de *A memória, a história e o esquecimento*, intitulado justamente “O perdão difícil”. O autor identifica e descreve existir aí uma equação, que conjuga a profundidade da falta com a altura do perdão (2007, p. 467 - 484), dispositivo em relação ao qual, em foro íntimo, o sujeito é soberano para definir se existe ou não um ponto de equilíbrio possível que lhe permita exercer a ação de perdoar. Ficam naturalmente interditados o perdão ou esquecimento relativos ao genocídio do povo judeu, em que há uma desproporcionalidade perversa e intransponível entre os elementos dessa equação e onde “é fundamentalmente a gravidade extrema dos crimes que justifica a perseguição dos criminosos sem limite no tempo” (RICOEUR, 2007, p. 479).

Ainda sobre esse aspecto, é interessante observar em *Os afogados e os sobreviventes*, de Primo Levi, o rico testemunho dado em primeira pessoa pelo autor, sobrevivente dos *Lager* nazistas, onde temos um sujeito que lida com as

---

governo de Vichy entrega aos nazistas que ocupavam o país crianças menores de 16 anos, assim como todos os judeus da zona sul, varridos por Vichy para uma parte do território sob administração francesa. Nessa luta pela vida, o comportamento da população judia é decisivo. Depois de um período de ilusões, de acordo com a história de Georges Wellers, os judeus na França tomam as rédeas de seu destino, e decidem pela clandestinidade parcial ou completa, individualmente ou por via das redes judias de resgate. Essa determinação dos judeus é retransmitida e apoiada por numerosos franceses que ficaram mudos diante das cenas dramáticas de prisões em massa no verão de 1942. Enquanto os judeus na França procuram escapar das armadilhas criadas pela polícia de Vichy e pelas tropas alemãs de ocupação, mãos são estendidas e o resgate de judeus da França se organiza. Estes últimos escapam em grande maioria da deportação e da morte, no entanto, 76.000 judeus, dos quais aproximadamente 11.000 crianças, têm suas vidas arrancadas. Depois dos anos de amnésia, a França reconheceu em 1995 a responsabilidade do governo de Vichy, tornando assim possível a passagem da memória à história. Trata-se de uma história próxima de nós, que aconteceu em nosso país, em nossa vizinhança, e depois se prolongou nos campos de extermínio na Polônia, no coração da Europa. Cabe a nós nos apropriarmos dela, viver e construir com esse crime, e apesar desse crime.”

duas dimensões do problema: ao mesmo tempo em que sua escrita é um registro para que jamais se esqueça o ocorrido no plano da história da humanidade, em nível individual ele debate a problemática e incômoda “memória da ofensa”, tanto aquela de quem a recebeu, as vítimas, como a dos algozes. Por parte dos criminosos, o autor aponta que “quem feriu expulsa a recordação até as camadas profundas para dela se livrar, para atenuar seu sentimento de culpa” (1990, p. 20).

Assim, frente aos tribunais de justiça onde serão confrontados, o autor nos conta ser observável no comportamento dos nazistas, para além daqueles que mentem de modo ostensivo e consciente, algo que ele chama como passagem da mentira de má-fé para a de boa-fé. Ela é o resultado já de uma manipulação da recordação, de reelaboração do passado, em que o sujeito parte do cenário extremo que foi real para restaurá-lo, atenuá-lo, maquiá-lo, onde há um consenso geral ao redor da motivação dos delitos como “fiz porque me mandaram”, contexto em que “a passagem da mentira ao autoengano” é extremamente útil publicamente, pois enxerta convicção genuína ao apelo de defesa, e também privadamente, por ser a construção de uma verdade deformada por conveniência que permitirá ao sujeito viver em paz (LEVI, 1990, p. 21-23).

É nesse sentido proeminentemente narrativo que Levi (1990, p. 26) afirma que “toda a história do curto ‘Reich Milenar’ pode ser relida como guerra contra a memória, falsificação orwelliana<sup>95</sup> da memória, falsificação da realidade, até o ponto de fuga definitiva da realidade mesma”. Do lado dos sobreviventes, há uma espécie de movimento defensivo, legítimo a fim de se cancelar ou filtrar a memória do trauma para não renovar a dor e a perturbação, porém ambivalente e especialmente complexo e desafiador para a

---

95 Em referência ao romance *1984*, de George Orwell, em que o estado exerce uma manipulação pública e histórica do conhecimento à disposição dos cidadãos, por meio de um vigilante, autoritário e complexo sistema de apagamento de memórias e informações que não lhe são convenientes.

vítima, pois, nesse caso, manter a integridade da memória da ofensa é manter o poder de narrá-la, ou seja, denunciá-la em sua totalidade atroz.

Em relação ao percurso do esquecimento por apagamento ou perda de densidade, modo passivo pelo qual o sujeito se esquece, temos assim estabelecido e justificado o ponto histórico culminante que convoca a construção de barreiras, sobretudo na dimensão social, política e no domínio da história, para que nenhuma recordação se perca ou se apague. Para além dessa maneira de esquecimento, já é possível observar no parágrafo anterior que nos traz as descrições de Levi a ação do que distinguimos ser a porção ativa desse processo, algo que já aponta no sentido de uma composição, definida por Ricoeur como *esquecimento de reserva*, aquele que entendemos “esculpir” a lembrança retomando-se a metáfora de Augé, e que merece um pouco de destaque descritivo por facilmente poder ser confundido com a própria construção da lembrança, sendo-lhe de fato um procedimento conexo.

Se pensarmos nos trajetos propostos pela semiótica para a composição do complexo fenômeno da memória, da *realização* à *virtualização* (memorização) e da *virtualização* de volta à *realização* (rememoração), identificamos o esquecimento por apagamento agindo preponderantemente no percurso de perda de densidade do objeto, ao longo do caminho da realização à potencialização, daí à virtualização, e especialmente no que poderíamos conceber como o que se passa, extrapolando-se o diagrama, depois da virtualização: onde o objeto transpõe a última barreira de ligação com o sujeito e “cai no esquecimento”, fatalmente desintegrado em apagamento total.

Por outro lado, tentaremos pensar, e elaborar a seguir em maiores detalhes, o *esquecimento de reserva* antes como a própria relação entre esses percursos, mais especificamente como a marca que um objeto passa a portar uma vez que já tenha sido “memorizado” pelo sujeito, ou seja, já tenha percorrido todo o circuito rumo à virtualização, e que ele traz de volta à

realização quando é então “lembrado”: essa espécie de talha escultora, resultado da ação do esquecimento de reserva, pode ser pensada como a marca que nos permite reconhecer esse objeto como uma lembrança e não uma percepção, noção que procuraremos relacionar intimamente com a ideia de memória como uma composição narrativa. É a esses aspectos que gostaríamos de nos ater a partir daqui, procurando dar algumas possibilidades de resposta à ampla tarefa formal ainda a ser feita em relação à memória, como nos aponta Primo Levi no trecho a seguir:

A memória humana é um instrumento maravilhoso, mas falaz. Esta é uma verdade gasta, conhecida não só pelos psicólogos, mas também por qualquer um que tenha prestado atenção ao comportamento de quem o rodeia, ou a seu próprio comportamento. As recordações que jazem em nós não estão escritas na pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam e mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos. Sabem-no bem os magistrados: quase nunca sucede que duas testemunhas oculares do mesmo fato o descrevam do mesmo modo e com as mesmas palavras, ainda que o fato seja recente e nenhum dos dois tenha interesse em deformá-lo. Esta escassa confiabilidade de nossas recordações só será explicada de modo satisfatório quando soubermos em qual linguagem, em qual alfabeto elas são escritas, sobre qual material, com qual instrumento: ainda hoje, é uma meta de que estamos longe. (1990, p. 19)



### 4.3 LEMBRAR PARA CONTAR: DO VÍNCULO DA SEQUÊNCIA ÀS FORMAS DO NARRADO

Compreender *em qual linguagem a memória é escrita*, como nos diz Levi, é uma reflexão que nos propomos fazer aqui, ambicionando esclarecer ao menos alguns aspectos dessa construção. Partimos, para tanto, da seguinte hipótese: nos inclinamos a entender a memória, no sentido de nossas lembranças, as sabidas e também as insuspeitas, enfim, tudo aquilo que armazenamos à salvo do esquecimento desintegrador, como um arranjo em sequência que pode ser preponderado em uma narrativa.

Quem compõe esse arranjo é a memória, agora na acepção do fenômeno cognitivo ou a “faculdade mental” como poderia ser dito por outras disciplinas, que concebemos como um mecanismo discursivo cognitivo que agencia, para além da perda ou apagamento de informações (mas também fundamentalmente tais ações), uma espécie de *edição* ativa dos conteúdos (ou objetos cognitivos), cuja operação identificamos se dar em duas ordens: (i) a primeira por incidência do esquecimento sobre a lembrança, não por apagamento mas em sua porção não-passiva, definida como *esquecimento de reserva* por Ricoeur, a que nos dedicaremos a explicar neste item; (ii) a segunda por promoção da transversalidade do sentido, como definida por Deleuze e retomada por Parret (2006, p. 83), que aproximaremos de um princípio de aglutinação ou amálgama de sentidos como apontada por Bergson (2012, p. 181), em um dispositivo capaz de transpor a ordenação cronológica do tempo e a disposição euclidiana do espaço, mas que organiza sempre e necessariamente uma *sequência* para a memória, que defendemos, a partir daí, poder assumir natureza narrativa. Esse segundo aspecto ganhará aprofundamento no item 4.4, enquanto o primeiro começa a ser debatido a partir daqui.

Assim, temos já estabelecido, como discutido no item anterior, que a memória comporta forçosamente um processo de apagamento definitivo, de caráter passivo, para que a própria lembrança possa, por sua vez, existir. A fim de que memorizemos algo, é preciso que isso se *potencialize* e *virtualize*, percurso que fica bem captado e descrito na noção de perda progressiva de densidade de presença como proposta pela semiótica tensiva. Por outro lado, o retorno desse conteúdo, no trajeto *virtualização* → *atualização* → *realização*, em que o sujeito sai da *disjunção* em relação ao objeto rumo a uma nova retomada em *conjunção*, não pode ser entendido como um mero *ganho* de densidade, visto que aí não teríamos a diferença entre um objeto percebido e um objeto lembrado. É nesse sentido que entendemos que o *rememorado* precisa trazer um traço semântico suplementar, que o distinga do percebido e o diferencie da simples aparição no campo de presença, e, para tanto, gostaríamos de propor uma forma de complexificar um pouco esse percurso da lembrança.

O esquecimento em sua porção ativa ou positiva é concebido por Ricoeur (2007, p. 427) em íntima relação com a ideia de latência, sobrevivência da lembrança e *duração* como definida por Bergson. Retomando brevemente o que denota essa noção bergsoniana, no contexto de *Matéria e memória*, livro em que é apresentada, há uma ideia geral de que o presente é habilitado pelo passado, no sentido de que há uma ação da memória sobre a percepção. Assim, a *duração* de uma percepção, por mais fortuita que ela seja, já é resultado de um trabalho da memória que “contrai” o real, ou seja, uma pluralidade de momentos, para torná-lo uma só lembrança (BERGSON, 2012, p. 74). A duração, para Ricoeur, é tomada como sinônimo da preservação do passado, ou seja, o modo como somos capazes de guardar o passado em forma de lembrança, mesmo que essa seja latente, e para tal fenômeno ele cunha sua própria expressão e noção: nisso consiste seu esquecimento de reserva. Assim, para o autor (RICOEUR, 2007, p. 427), “é a esse tesouro do esquecimento que recorro quando tenho o prazer de me lembrar do que, certa vez, vi, ouvi,

experimentei, aprendi, adquiri” e “É com base nessa perseverança que o historiador poderá (...) edificar o projeto de um ‘conhecimento adquirido para sempre’”.

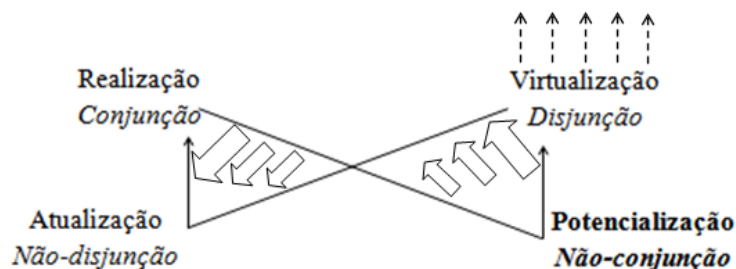
Torna-se explícito, dessa maneira, o modo como Ricoeur compreende o esquecimento em seu viés positivo: enquanto o esquecimento por apagamento é negativo, agindo para erradicar e extinguir o ocorrido, o de reserva é um trabalho exercido *em cima* da lembrança, muito próximo da noção de “escultura” de uma forma de Augé e entendida por Bergson como uma “contração”. Chamamos atenção para o aspecto de que, muito embora a ação de se esculpir algo opere por subtração, podendo sugerir que apenas o exercício de um apagamento seria o suficiente para se criar uma lembrança, a ideia de contração contida na duração de Bergson, à qual Ricoeur se alinha conceitualmente, implica antes uma concentração ou aglomeração, apesar de não deixar de ser uma espécie de triagem.

Os parâmetros que definem as escolhas abarcadas nesse processo complexo em que já se relacionam apagamento e reserva ficam fora do escopo de nossa investigação. Não temos intenção de entender as motivações pelas quais se preserva ou se apaga qualquer dado, amplo canteiro para a exploração psicanalítica, mas sim caracterizar minimamente o modo pelo qual se dá essa operação. Sobre a natureza dos critérios para a seleção, Bergson vai se inclinar no sentido de que o que define o presente, o que orienta e dirige a nossa própria percepção do presente, é o passado, ou seja, o que já está armazenado como lembrança; enquanto Ricoeur sublinha a ideia de que, apesar de o esquecimento de reserva ser *ativo*, isso não quer dizer que ele esteja sob o arbítrio das vontades do sujeito.

O que propomos aqui, então, é entender esse processo como um princípio de edição narrativa da memória, responsável pelo fato de que o objeto, quando lembrado, não volta tal e qual o conhecemos, mas já portador de marcas que o configuram como uma lembrança: em nosso ponto de vista

ele está, fundamentalmente, posto em uma sequência e, a partir daí, passa a poder ser narrativizado.

Antes de especificarmos mais essas duas características – e sua natureza eminentemente discursiva – apresentamos esquematicamente em diagrama, com base no que expusemos até aqui, como as noções de esquecimento por apagamento e de reserva podem ser alocadas no quadrado dos modos de existência do sujeito que comporta os percursos de perda e ganho de densidade no campo de presença. De acordo com nossa perspectiva, o esquecimento de apagamento é uma perda irreversível que aponta para fora do campo de presença do sujeito (flechas verticais pontilhadas), numa espécie de evaporação dissipativa do sentido, enquanto o esquecimento de reserva consiste na ação do percurso do esquecimento (*virtualização*) sobre a rememoração (*realização*), relação *entre* os trajetos, modo pelo qual um incide sobre o outro, contaminando-se e criando um vínculo entre os processos concebidos como apartados de *perda* e *ganho* (setas maiores):



A memória é entendida ainda como relação em duas acepções, de fato intimamente ligadas e implicadas entre si: enquanto uma *seqüência* e um *arranjo narrativo*. Ao apontarmos um contorno narrativo que pode ser assumido pelo que é memorizado não queremos dizer em absoluto que nossas lembranças sejam sinônimo de histórias completas e prontas para ser contadas, acontecimentos com começo, meio e fim que giram em torno de

uma intriga central onde os fatos se encadeiam sob lógica implicativa ou concessiva, ou mesmo de acontecimentos que obrigatoriamente, por seu encadeamento, façam algum sentido. Mas elas *também* podem ser isso. Porém, quando nos referimos, em um primeiro momento, a uma estruturação narrativa para a memória, descemos a um nível mais essencial correspondente a um ponto apresentado e ricamente desdobrado por Ricoeur ainda em *A memória, a história e o esquecimento*, que dá conta do fato de que a forma narrativa, enquanto tal, é um instrumento cognitivo e promotor de inteligibilidade em si.

Esse é um aspecto constatado por Ricoeur (2007, p. 250 - 260) e também por outros historiadores, dos quais ele cita especialmente Louis O. Mink e seu ensaio “Narrative form as a cognitive instrument”<sup>96</sup> (1976), e sobre o qual eles se põem a refletir visto que tal característica reativa o problema de diferenciação entre a história, enquanto disciplina, e a ficção. Por um lado, a resposta clássica a esse impasse, tida por Ricoeur como já insuficiente, vai esclarecer que apenas a história “relata o que aconteceu efetivamente” e carrega, portanto, como marca específica e distintiva a sua “pretensão à verdade” (RICOEUR, 2007, p. 253 - 254), fiação ao veridictório que é ricamente problematizada pelo autor.

Esse esclarecimento, para ele, subestima em linhas gerais o fato de que diferentes historiadores frequentemente constroem narrativas distintas e mesmo opostas em torno dos mesmos acontecimentos, que a delimitação da intriga central que caracteriza o fato histórico já é um procedimento narrativo de síntese do heterogêneo e que podemos observar mesmo um “percurso narrativizado das mudanças de escalas”, que pressupõe “a imbricação da pequena história na grande história” e onde “a micro-história não deixa de se situar num percurso de mudança de escala que ela narrativiza enquanto

---

96 MINK, L. O. [1976] “Narrative Form as a Cognitive Instrument”. In: R. H. Canary and H. Kozicki (eds.), *The Writing of History: Literary Form and Historical Understanding*. Madison, WI: The University of Wisconsin Press, 1978, p. 129-149.

caminha”, sendo esse também o caso “das operações de periodização que escandem o tempo da história em grandes sequências balizadas por grandes narrativas” (RICOEUR, 2007, p. 257).

De forma sintética, Ricoeur oferece como soluções possíveis para a distinção entre história e ficção o fato de que, embora ambas se baseiem em uma prática de narrativização do dito “acontecimento”, este assumirá relevos distintos junto a cada uma delas, interessando à história em apenas um aspecto de suas potencialidades: sua brevidade associada à subitaneidade, e aponta também que, no âmbito da disciplina histórica, além da inteligibilidade narrativa é preciso também apresentar o que ele chama como inteligibilidade explicativa. O que nos interessa centralmente nesse debate é o modo como ele põe em evidência a função cognitiva da narrativa enquanto estrutura que promove a inteligibilidade junto aos sujeitos, afastando também em boa medida a noção de que narrativizar é obrigatoriamente ficcionalizar, ou seja, falsear um fato.

Fugimos o máximo quanto nos foi possível da excessiva metaforização que se dá ao redor dos temas da memória e do esquecimento, mas não poderemos fugir de um aspecto herdado da Antiguidade em relação à memorização: a ideia de que guardar em memória é “por uma coisa ao lado da outra”. Esse arranjo mínimo e seminal de uma sequência está presente no mito de origem da arte da memorização, que achamos pertinente retomar nesse ponto de nossa argumentação:

Vamos para a Grécia. É em torno de 500 antes de Cristo. Comemora-se uma festa. Essa festa fornece a moldura para o mito fundador da arte da memória (mnemotécnica, *ars memoriae*).

Um boxeador chamado Scopas conseguiu uma vitória e contrata o poeta Simônides de Ceos (cerca de 557 a 467 a.C.) para escrever um hino de louvor (*epinikon*) em memória desse fato esportivo e apresentá-lo na festa da

vitória. Assim se faz, e o esportista é festivamente louvado no canto do poeta.

(...) não conhecemos seu canto de louvor a Scopas. Desse texto só sabemos por anedota contada por Cícero e Quintiliano em seus textos retóricos, repetida depois por vários outros autores. (...) Segundo essas fontes, Scopas não ficou satisfeito com o trabalho de Simônides, pois o poeta usou dois terços de seu hino laudatório para os deuses gêmeos esportistas, os dióscuros Castor e Pólux, e só um terço para Scopas. Por isso mesmo o poeta só teria direito a um terço do pagamento. Os dois outros terços deviam ser pagos pelos deuses.

Mas a história continua. No banquete festivo para o qual o boxeador também convidou o seu poeta, Simônides é inesperadamente chamado para fora da sala pelo porteiro. Teriam chegado dois jovens querendo falar-lhe urgentemente. Simônides deixa a sala, mas lá fora não encontra ninguém à sua espera. Nesse momento o teto do salão desaba, soterrando os convidados e o anfitrião. Só Simônides, retirado da sala em tempo, é poupado da morte. Assim os deuses – Castor e Pólux pessoalmente – pagaram sua dívida pela canção. Mas Scopas, que queria esquecer a dívida pelo poema, foi castigado.

E onde fica a mnemotécnica? Os retóricos Cícero e Quintiliano conhecem uma continuação da história. Quando, depois da horrível desgraça, os parentes querem enterrar seus mortos, encontram cadáveres tão mutilados e desfigurados que não os podem identificar. Mas Simônides pode vir em seu auxílio. Como poeta, ele tem uma boa memória visual e recorda exatamente em que local da mesa de banquete se sentara cada um dos convidados. Essa memória espacial permite-lhe identificar os mortos segundo sua localização no aposento.

Desde essa façanha de memória, o poeta Simônides passa por inventor da mnemotécnica, considerada uma arte que pode vencer até mesmo o esquecimento. (WEINRICH, 2001, p. 29 – 30)

Entendemos que uma ordenação em sequência é o primeiro tratamento ou marca que recebe um conteúdo memorizado. Essa organização não é

apenas sintagmática, no sentido de colocar um objeto ao lado de outro, em uma ordem que pode ser cronológica ou não, mas também tem uma porção que poderíamos entender como paradigmática (o que Parret vai definir talvez com maior precisão como transversal, como debatido no item 4.4 desta tese): e aqui encontramos os fenômenos de sobreposição das lembranças, por vezes de natureza sinestésica, em que uma música é capaz de nos lembrar um lugar específico e um cheiro nos remete a um período de nossas vidas, e assim é possível continuar “puxando-se pelo fio da memória” lembranças que ocorrem em uma espécie de cadeia, tipo de ocorrência exemplificada na literatura pela célebre passagem da madeleine de Proust:

(...) a covardia que nos afasta de todo trabalho difícil, de toda obra importante, aconselhou-me a deixar aquilo, a tomar meu chá pensando simplesmente em meus cuidados de hoje, em meus desejos de amanhã, que se deixam ruminar sem esforço.

E de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedaço de madalena que nos domingos de manhã em Combray (pois nos domingos eu não saía antes da hora da missa) minha tia Leônia me oferecia, depois de o ter mergulhado no seu chá da Índia ou de tília, quando ia cumprimentá-la em seu quarto. (...)

E mal reconheci o gosto do pedaço de madalena molhado em chá que minha tia me dava (...), eis que a velha casa cinzenta, de fachada para a rua, onde estava o seu quarto, veio aplicar-se, como um cenário de teatro, ao pequeno pavilhão que dava para o jardim e que fora construído para meus pais aos fundos da mesma (esse truncado trecho da casa que era só o que eu recordava até então); e, com a casa, a cidade toda, desde a manhã à noite, por qualquer tempo, a praça para onde me mandavam antes do almoço, as ruas por onde eu passava e as estradas que seguíamos quando fazia bom tempo. E, como nesse divertimento japonês de mergulhar numa bacia de porcelana cheia de água pedacinhos de papel, até então indistintos e que, depois de molhados, se estiram, se delineiam, se colorem, se diferenciam, tornam-se flores, casas, personagens



consistente e reconhecíveis, assim agora todas as flores do nosso jardim e as do parque do sr. Swann, e as ninfeias do Vivonne, e a boa gente da aldeia e suas pequenas moradias e a igreja e toda Combray e seus arredores, tudo isso que toma forma e solidez saiu, cidade e jardins, da minha taça de chá. (PROUST, 1982, p. 32 – 33)

Essa sobreposição pode ser observada também no seguinte trecho em que o narrador, já adulto, volta aos Champs-Élysées, onde quando criança observava, apaixonado, a madame Swann, e é acometido por memórias que se lhe apresentam como em um *bloco*:

**Devido à solidariedade que guardam entre si as diferentes partes de uma recordação e que a nossa memória mantém em equilíbrio num conjunto a que não é permitido tirar nem recusar coisa alguma,** eu desejaria terminar o dia em casa de uma daquelas mulheres, diante de uma taça de chá, num apartamento de paredes de cor sombria, como ainda era o da sra. Swann. (PROUST, 1982, p. 247, destaque nosso)

Dessa forma, estamos persuadidos a acreditar que a memorização impõe um vínculo mínimo aos objetos, que é o da sequência, estrutura que é intuída e descrita na base do fenômeno mnemônico também por Aristóteles (que fala em termos de uma “série”) em *Sobre a memória e a reminiscência* (350 a.C.), em trecho em que observamos certamente uma valorização desse dispositivo, descrito em sua espécie de “eficácia” que não nós é tão central aqui, em coerência com o contexto histórico de prestígio das técnicas mnemônicas junto à retórica clássica:

Não precisamos examinar uma série cujo começo e fim encontram-se distantes para que possamos ver como

(por recordação) nós lembramos; uma em que se encontram perto um do outro servirá igualmente bem. Pois está claro que o método é, em cada caso, o mesmo, isto é, caça-se com afinco a série objetiva sem nenhuma busca ou recordação prévias. Pois (há, além da ordem natural, a saber a ordem dos palmata, ou eventos de existência primária, uma ordem costumeira) pelo efeito do costume os movimentos mnemônicos tendem a suceder-se uns aos outros em uma certa ordem. Por conseguinte, portanto, quando se deseja recordar, far-se-á isto: tentar-se-á obter um começo de movimento cuja sequência será o movimento que se deseja redespertar. Isto explica por que tentativas de recordação dão frutos mais cedo e melhor quando partem de um começo (de uma série objetiva). Pois, na ordem de sucessão, os movimentos mnemônicos são uns aos outros como os fatos objetivos (dos quais derivam). Por conseguinte, coisas dispostas em uma ordem fixa, como demonstrações sucessivas na geometria, são fáceis de lembrar (ou recordar) enquanto matérias mal arranjadas são lembradas com dificuldade. (ARISTÓTELES, p. 6)

Quando sugerimos um arranjo mínimo em sequência para o que é memorizado, não estamos excluindo a existência de memórias desconexas, avulsas ou que aparentemente “não se ligam a nada” ou não fazem sentido. Esse tipo de ordenação não parece de fato concernir ao conteúdo das lembranças e ser antes uma estruturação ou encadeamento formal.

O que nos interessa nesse fenômeno começa a partir do momento em que isso é lembrado, ou seja, puxado de volta à *atualização e realização*, em nosso ponto de vista, discursivizado, momento em que acusamos que o objeto lembrado estará formalmente posto em uma sequência que pode ser, então, transformada em um arranjo narrativo. A ideia geral aqui é que a sequência é a marca e o vínculo mínimo para o estabelecimento de uma lembrança, condição para que ela possa reemergir e se diferencie de uma percepção. Desse modo, entendemos que nos lembramos em uma cadeia que tende à narrativização, fato que pode ser compreendido como bastante tributário da

noção de que existe uma inteligibilidade cognitiva da forma narrativa (RICOEUR, 2007, p. 253) que, de acordo com nossa reflexão, os acontecimentos memorizados parecem buscar para continuar sobrevivendo.

Assim, em nossa perspectiva sobre o problema, abre-se um gradiente conceitual em que uma lembrança é, no mínimo, parte de uma sequência e, no máximo, uma narrativa completa – com intriga central, posições actanciais preenchidas, resolução e efeito de sentido final, a tradicional “moral da história” que vêm nos contar os causos, as fábulas, os mitos e toda uma cultura oral milenarmente transmitida. Efetivamente, por definição, um arranjo narrativo é mais complexo que uma simples sequência porque consiste em uma sequência mínima de dois estados entre os quais deve ocorrer obrigatoriamente uma *transformação*.

Não se excluindo a narrativa completa que nos “surge à mente”, tomando-nos de assalto, como no episódio icônico do chá com bolachas de Proust, que origina a noção de “momento proustiano”, em que ocorre uma compreensão epifânica do passado no presente, entendemos que a complexificação do simples vínculo da sequência fica privilegiada no exercício da porção pragmática da ação de se recordar no contexto em que o sujeito *se lembra para contar*. O fato de que se lembrar comporta tanto um aspecto ativo, de busca pela lembrança, quando um estado passivo, em que ela nos ocorre ou vem nos encontrar espontaneamente, fica bem demarcado por Ricoeur (2007, p. 23 – 24) e o leva a discriminar um lado que ele chama de *pragmático* para a *recordação buscada*, quando lembrar-se é *fazer* alguma coisa, contrastado a outro propriamente *cognitivo*:

Neste aspecto, a história das noções e das palavras é instrutiva: os gregos tinham dois termos *mnēmē* e *anamnēsis*, para designar, de um lado, a lembrança como aparecendo, passivamente no limite, a ponto de caracterizar sua vinda ao espírito como afecção – *pathos*

–, do outro lado, a lembrança como objeto de uma busca geralmente denominada recordação, *recollection*.

Argumentando em convergência à nossa indicação de que narrativizar a memória é, de algum modo, tornar o vínculo elementar por sequência mais espesso ou, no exemplo que será dado, como veremos, subvertê-lo colocando no entanto a recordação forçosamente em outra sequência, Ricoeur (2007, p. 24) aponta que os desdobramentos *cognitivo* e o *pragmático* do ato de se lembrar possuem diferentes implicações em relação às condições de veridicção da memória. Enquanto a lembrança cognitiva, uma vez transformada em discurso, passa a poder ser confrontada com o discurso da história apenas na proporção de sua pretensão de fidelidade em relação ao passado, “a interferência pragmática da memória, em virtude da qual lembrar-se é fazer algo, exerce um efeito de confusão sobre toda a problemática veritativa (ou veridictiva): possibilidades de engano inserem-se inelutavelmente nos recursos dos usos e abusos da memória”, dos quais Primo Levi já nos ofereceu alguns exemplos judicialmente extremos, bem captados e expressos na noção de falsificação orwelliana da memória.

Finalmente, para evidenciarmos e especificarmos um pouco a relevância do mecanismo pelo qual caracterizamos inicialmente o funcionamento da memória, baseado na vinculação de objetos cognitivos em uma sequência passível de ser narrativizada, gostaríamos de trazer o ponto de Jean-Marc Devaud sobre o problema, apresentado em sua fala “Du souvenir au récit, de la trace à la trame” na “Journée ProustTime II – Penser le temps avec Marcel Proust: traces, interpolation, anachronisme”<sup>97</sup>, encontro que reuniu pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento (física, biologia, história e literatura) com o objetivo de refletir de maneira transdisciplinar sobre a noção

---

97 Jornada organizada por Isabele Serça junto à Equipe Proust de l’Institute des Textes et Manuscrits Modernes (CNRS – ENS) e ocorrida em 25 de novembro de 2016 na École Normale Supérieure de Paris.

de tempo como apresentada tematicamente e estilisticamente por Marcel Proust em *Em busca do tempo perdido*.

Biólogo e pesquisador do mecanismo molecular da memorização olfativa em abelhas, Devaud traz, evidentemente, um estudo desenvolvido no âmbito de uma epistemologia científica, que se ocupa centralmente do problema da base física da memória, ou seja, a marca material, aqui nomeada como *traço*, que a memória imprimiria fisicamente no cérebro, entendido sem muita problematização como sede de toda a atividade cognitiva e sinônimo da “mente”. Essa é uma dimensão de elaboração conceitual descartada de partida pelos estudos vistos aqui de Bergson (2012) e Ricoeur (2007), e da qual também nos afastamos para abordar a memória em termos de um discurso que é potencializado e suas condições mínimas de retorno ao campo perceptivo do sujeito.

No entanto, sua fala nos interessa especificamente por apontar como dispositivo para a sobrevivência da memória, justamente em seu percurso de retorno via lembrança, a criação de uma estrutura narrativa, entendida em seus termos como um *preenchimento narrativo*, como anuncia seu título: “Da lembrança à narrativa, do traço à trama”, surpreendentemente desempenhado por parte de abelhas, seres que, como nos lembra Benveniste em notório ensaio “Comunicação animal e linguagem humana” (1966, p. 56 - 62), são capazes de alguma comunicação mas não dominam ou detêm qualquer linguagem. Assim, o trabalho de Devaud vem a ratificar o forte aporte da estrutura narrativa junto à dinâmica cognitiva, mesmo sob o ponto de vista da neurobiologia molecular, ao mesmo tempo em que consiste em um estudo em que fica afastada a ideia de narrativização como sinônimo de ficcionalização, permitindo-nos enxergar com maior limpidez o que a noção de inteligibilidade da forma narrativa, como posta por Ricoeur, quer dizer.

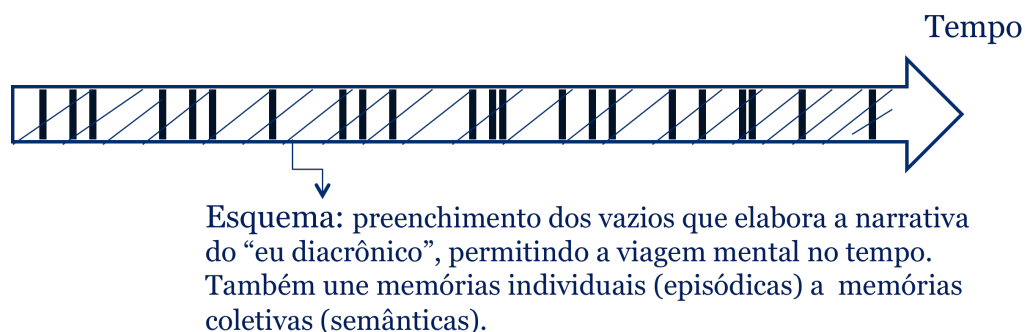
Desse modo, Devaud abre sua exposição concentrando-se na definição do conceito de “traço” associado à memória, não só de abelhas, mas de

maneira geral. Ele explica que, em neurobiologia, a atividade elétrica numa pequena rede de neurônios corresponde à percepção de algo. No processo de memorização ou aprendizagem, as conexões entre essa rede são reforçadas quimicamente criando-se traços, que são espécies de marcas físicas na plasticidade do cérebro. Nós podemos usar pedaços de uma mesma rede para memórias diferentes e por isso podemos perder o traço inicial mas resgatá-lo por ligação a outra memória, de outra coisa, pois ela usava algumas partes da rede da lembrança perdida. Por isso, a partir de um sabor, e aqui ele usa o exemplo da madaleine de Proust, é possível reaccessar uma lembrança perdida do quarto da minha infância.

Os traços, porém, são instantâneos individuais episódicos, eles são fragmentários e descontínuos, e interpolados a eles temos vários espaços brancos de coisas que são esquecidas. Até aqui este é o esquema apresentado:



A hipótese de Devaud, então, é que ocorre um preenchimento, que ele chama de *esquema*, que nada mais é do que a construção de uma narrativa que nos permite ter a experiência do “eu-diacrônico”, ou seja, ter uma percepção unitária da nossa vida e da nossa história através do tempo, e também nos projetar no futuro, entendendo-nos sempre como o mesmo sujeito:



Devido à plasticidade cerebral, o traço não é fixo e pode se perder ou se apagar, e é através do preenchimento pelo esquema que essa marca é estabilizada e passa a poder ser lembrada. Essa estabilização também pode ser obtida por uma “modulação de conteúdo”, em que há uma grande quantidade de investimento emocional e afetivo que, indica o pesquisador, é capaz de alterar o conteúdo da memória. Sobre o preenchimento, incidem aí o que são chamadas de memórias “semânticas”, de caráter não individual, que abrangem aprendizados, dados históricos, informações impessoais ou pouco carregadas de emoção. Por definição, então, a *narrativa* é entendida sempre como uma construção baseada na semantização de traços episódicos que elabora um esquema.

Atendo-nos, portanto, a alguns comentários e decorrências desse arranjo que nos interessam aqui, sob o ponto de vista de Devaud, a ação de nos lembrar fornece uma reconstrução do passado mas sempre *em coerência* com o contexto presente, e de forma a preservar a integridade do eu-diacrônico e a sua possibilidade de viagem no tempo entendendo-se como a mesma pessoa. Para o pesquisador, isso implica que nunca se lembra de fato do passado, visto que não somos mais a mesma pessoa de então, mas antes se constrói uma narrativa, por meio do dispositivo acima exposto, que nos fornece lembranças coerentes com o que vivemos atualmente. No âmbito do convívio social, esse aspecto permite que, por ocasião de seu compartilhamento, do nosso ponto de vista, quando se tornam discurso, as memórias sejam remodeladas.

No contexto cognitivo das abelhas, as recordações são preservadas na medida em que *funcionam*: mesmo que aqui não se fale no “eu-diacrônico”, mantém-se a geração do que Devaud chama como narrativa, por meio do preenchimento dos traços, que os estabiliza, permitindo, por exemplo, que o inseto registre uma informação e evite uma região perigosa por reconhecer-lhe o cheiro. De forma geral, tanto para humanos como para abelhas, o biólogo afirma que, em termos de memória, importa menos o status de verdade do que

é lembrado e mais a sua coerência com o presente, que trabalha no sentido de preservar a unicidade e integridade do sujeito, permitindo aos humanos narrar-se através da passagem do tempo reconhecendo-se como a mesma pessoa e, às abelhas, evitar a morte.

Guardadas as devidas proporções dos diferentes sistemas conceituais constitutivos de disciplinas distintas como a neurobiologia e a linguística, em que não podemos tomar ou reduzir noções similares como francas equivalências, consideramos proveitoso ou, no mínimo, curioso observar o modo como, mesmo sob a perspectiva cientificista, a memória pode ser entendida como uma construção narrativa. Gostaríamos, assim, de discutir mais alguns aspectos dessa constatação. Nesse sentido, não há melhor exemplo de memória como a narrativa da vida do que o encontrado no texto de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust.

#### 4.4 TEMPO, MEMÓRIA E SENTIDO: UM POUCO DE PROUST

Em diversos pontos deste capítulo mencionamos que o arranjo da memória, muito embora seja, sob nosso ponto de vista, em primeiro lugar uma sequência, não consiste obrigatoriamente ou estritamente em uma sequência de natureza cronológica. Gostaríamos de, nesta seção final, esclarecer de que modo entendemos que essa ordenação pode se dar e refletir sobre a noção do tempo e sua incidência na memória para a construção dos sentidos.

Em *Sobre a memória e a reminiscência*, texto de Aristóteles já citado neste capítulo, encontramos o que talvez seja um primeiro tratamento teórico para a memória, que é definida pelo filósofo precisamente como “um estado ou afeição condicionado pela passagem do tempo”. Ele observa que “não existe memória do presente enquanto presente, porque o presente é objeto apenas



da percepção” enquanto “o futuro é objeto da expectativa ou da opinião” e “o objeto da memória é o passado”. E completa afirmando que “Toda memória, portanto, implica um tempo decorrido, e conseqüentemente apenas os animais que percebem a passagem do tempo se lembram”.

A centralidade do fenômeno da passagem do tempo é algo que se encontra nos recentes desenvolvimentos da teoria semiótica, para além da abordagem apenas da memória, mas também para a compreensão geral da produção de sentido nos textos. De fato, ao final dos anos 1980, a partir dos estudos de Claude Zilberberg, vemos surgir, ainda sob o paradigma greimasiano, uma semiótica tensiva, que entende o tempo, mais especificamente a velocidade dos acontecimentos, conformada na subdimensão do *andamento*, como o agente fundamental, em nível profundo, para a geração de sentido nas narrativas. Como vimos ao longo do capítulo 2 desta tese em maiores detalhes, nas próprias palavras de Zilberberg (2011, p. 9), o que ele concebe e desenvolve é fundamentalmente “Uma teoria que submete o espaço ao tempo, e o próprio tempo, por sua vez, ao andamento”.

O transcorrer do tempo, em sua quantidade (o quanto decorre) e sua qualidade (de que modo decorre, tonicamente ou atonicamente, rapidamente ou lentamente) é o elemento central para a geração de sentido sob essa perspectiva. Especificamente em relação à tirinha que abre este capítulo, a passagem do tempo ganha uma importância suplementar uma vez que é tematizada, ela mesma, por meio das figuras da *espera* e do *atraso*. Aqui, temos um sentido que é construído e alterado decisivamente, e de forma explicitada no enunciado, pela passagem do tempo, que nos dá essa espécie de gradação dos afetos.

Assim, no contexto de expectativa de um sujeito pela chegada do outro, os dois primeiros quadros podem sugerir que, quanto maior o atraso, maior a frustração e a raiva daquele que aguarda. É sob essa lógica *implicativa* que funciona a gradação da primeira à segunda imagem: enquanto um atraso de

dez minutos é desprezível e em nada interfere na relação (o sujeito se mostra, alheio à demora, satisfeito com a chegada do outro), o atraso de uma hora já altera-lhe a disposição e ele surge contrariado. Se a série implicativa seguisse, teríamos no último quadro, com o atraso de dez anos, talvez a indignação completa e mesmo o rompimento da relação entre os sujeitos que, porém, não ocorre. Muito contrariamente, assume aqui a lógica narrativa *concessiva*, e, apesar da demora de dez anos, há contentamento, conforto e mesmo gratidão pela chegada do sujeito esperado (uma lágrima de alívio escorre pelo rosto daquele que aguardou). Esse texto funciona como um breve exemplo preliminar do modo como a passagem do tempo influi soberanamente na produção e alteração dos sentidos em uma narrativa.

Mas não é esse aspecto que queremos caracterizar e ao qual dedicaremos a nossa reflexão. Entendemos que ele já está bem identificado, descrito e operacionalizado pelo modelo e reflexões teóricas encontradas na obra de Zilberberg. Certamente a passagem do tempo, o quanto e como ele passa, e a sua respectiva percepção, única faculdade que de fato permite a existência da memória, como aponta seminalmente Aristóteles, definem o sentido dos acontecimentos. O tempo “assenta” a memória e aqui é imprescindível que o sujeito se possa entender como o mesmo através do tempo, como expresso na noção de “eu-diacrônico” evocada por Devaud, para que encontre o efeito de sentido “ao final” da narrativa e autoriza sua existência, modelando o sentido, como vimos no exemplo da tirinha; mas há uma subversão da organização cronológica performada pela própria memória enquanto atividade cognitiva construtora de sentido: e é essa questão que gostaríamos de abordar.

Para tanto, a partir daqui vamos nos valer ilustrativamente de alguns trechos do romance *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, que, enquanto vasta narrativa da memória que o sujeito detém sobre a própria vida, em determinados pontos nos apresenta a constatação, por parte do narrador, dessa espécie de desorganização cronológica do tempo seguida de uma

reorganização sequencial que nos interessa discutir centralmente. Um desses trechos é o seguinte, encontrado em *À sombra das raparigas em flor*:

Aliás, deixei de ir àquela casa, porque, desejoso de demonstrar meus bons sentimentos à mulher que a dirigia e que tinha necessidade de móveis, dei-lhe alguns, notadamente um grande sofá – que havia herdado de minha tia Leôncia. Nunca os via, pois a falta de espaço não permitia que meus pais os recolhessem em casa e achavam-se em um depósito. Mas logo que tornei a vê-los na casa onde aquelas mulheres se serviam dêles, tôdas as virtudes que se respiravam no quarto de minha tia em Combray se me afiguraram supliciadas ao cruel contato a que as entregara sem defesa! Não sofreria mais se tivesse feito violar uma morta. Não voltei mais à casa da medianeira, pois eles me pareciam viver e suplicar-me, como esses objetos aparentemente inanimados de um conto persa onde estão encerradas almas que sofrem um martírio e imploram libertação. **Aliás, como nossa memória não nos apresenta habitualmente as recordações na ordem cronológica, mas como um reflexo onde está alterada a ordem das partes,** só muito mais tarde foi que me lembrei que sobre aquele mesmo sofá é que eu havia conhecido há anos pela primeira vez os prazeres do amor (...) (PROUST, 1973, p. 120, destaque nosso)

Uma primeira intuição sobre como, e por meio de quais elementos, poderíamos compreender essa reorganização sequencial ocorrida por ocasião do armazenamento das lembranças, que mais tarde nos voltam em uma ordenação que muitas vezes prescinde da cronologia “oficial” ou histórica dos fatos, aponta na direção da relação conceitual, que nos parece incontornável, que o tempo contrai com o espaço. A iniciativa teórica que busca trazer o espaço para dentro de um fenômeno que sabidamente acontece no (e pelo) tempo, a fim de melhor compreender o modo como a memória é narrada por

Proust, pode ser identificada, por exemplo, no trabalho de Isabelle Serça<sup>98</sup> em *Ésthetique de la ponctuation* (2012).

Neste livro, a pesquisadora, entendendo a literatura como uma construção cognitiva, defende e demonstra o fato de que há um movimento de interpolação (por traços, vírgulas, parênteses) na raiz da narrativa de Proust, em que pontuar o texto é pontuar o tempo: é criar um espaço para que o tempo possa existir, de modo que uma cronologia, aqui a cronologia da memória, apresente-se. Para a autora, opondo-se à obsessão histórica do homem que exige uma perspectiva cronológica dos fatos, o tempo de nossa vida é não cronológico, descontínuo e polissêmico, o que ela denomina como *anacrônico*.

É também nesse sentido que vai a fala “Le temps en physique: sur les traces du temps disparu”<sup>99</sup>, de Thimbault Damour que, apesar de físico teórico, coloca seu repertório e pesquisa em função de melhor compreender o tempo como textualizado pela narrativa de *Em busca do tempo perdido*, que ele entende estar não só intimamente atrelado ao espaço, como começamos a apontar, mas efetivamente fusionado a ele. O ponto central de sua exposição, em que pese sua perspectiva científicista, indica de maneira pertinente – e observável em trecho do romance que veremos a seguir – que a concepção de tempo em Proust pode ser entendida como einsteniana, e não newtoniana, transição de paradigma em sua disciplina que, afirma Damour, foi pouco absorvida por outras áreas do conhecimento e mesmo pelo imaginário humano, até a atualidade, sobre o que é a passagem do tempo.

Desse modo, ele aponta inicialmente que a física passa por uma troca de paradigma temporal no início do século XX, em que se parte de uma noção de tempo absoluto, que em muito coincide com o senso comum do que essa

---

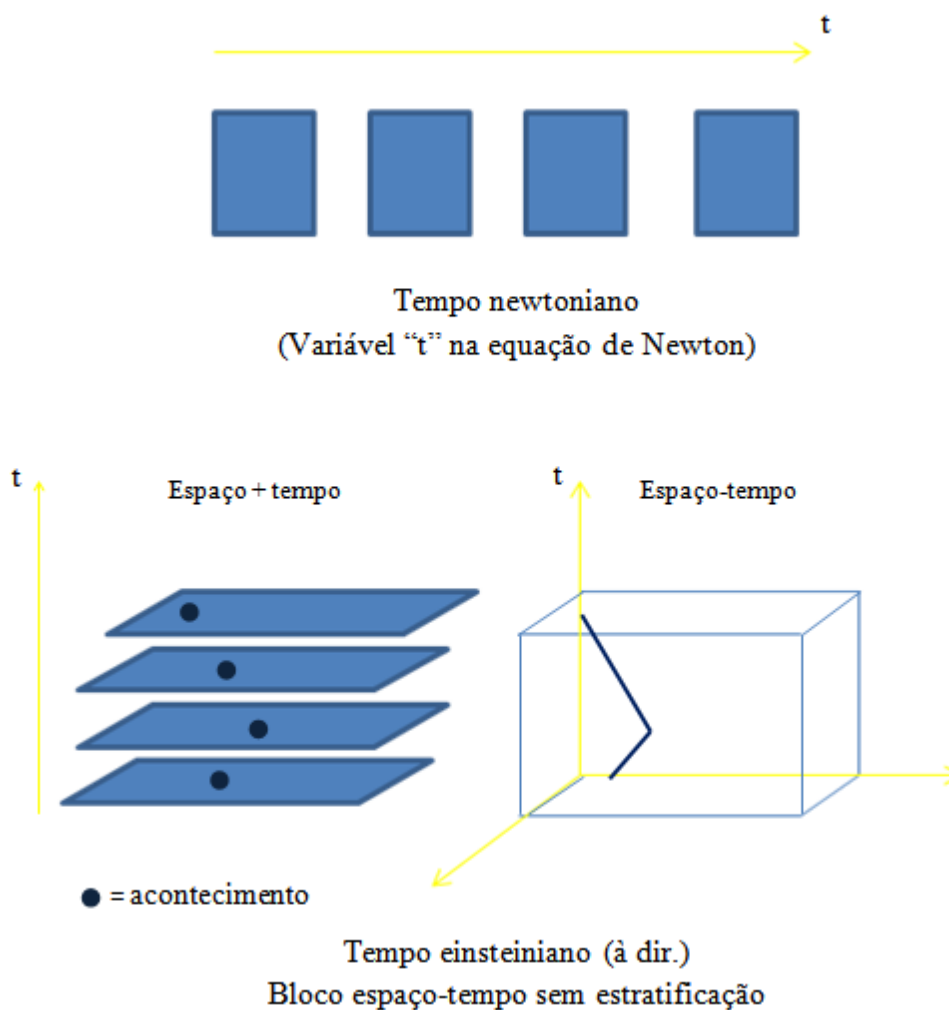
98 Professora de língua e literatura francesa na Université de Toulouse-Jean Jaurès.

99 Apresentada na “Journée ProustTime II – Penser le temps avec Marcel Proust: traces, interpolation, anachronisme” em 25 de novembro de 2016 na École Normale Supérieure de Paris.

grandeza seria: algo que *passa* em direção ao futuro, de maneira irreversível e uniforme para todos os seres, que possui existência absoluta e exterior a toda matéria e que, se todo o universo fosse suprimido, continuaria a correr na ausência de qualquer consciência humana. Essa é a concepção de tempo de Newton (1686), que é então abalada por Einstein em 1905, quando este apresenta em um artigo o conceito de *tempo relativo*.

Esse artigo e conceitos decorrentes são resultado do fato de que Einstein havia então conseguido provar que, em relação a um relógio parado, ou apenas em velocidade de rotação da Terra, um relógio posto em movimento na velocidade da luz (300.000 km/h) bate duas vezes mais lentamente do que o que ficou em repouso. Isso dá origem ao *paradoxo dos gêmeos*, em que se uma dupla de bebês gêmeos for separada, deixando-se um na Terra e colocando o outro em órbita na velocidade da luz, 50 anos depois eles vão se encontrar e um ainda vai ser jovem, enquanto o outro já terá envelhecido, pois o tempo não passou uniformemente para os dois. Dessa forma, o tempo deixa de ser tratado como um absoluto e fica autorizada a noção de existência de uma multiplicidade de tempos discordantes entre si. É importante notar que o tempo, no entanto, não passa a ser uma grandeza subjetiva: ele continua objetivo porém deixa de ser geral, podendo ser definido localmente *em relação* ao parâmetro adotado.

Mas o princípio de relatividade einsteniano concerne também ao espaço. Há a troca do espaço euclidiano pelo espaço relativo: enquanto no espaço euclidiano eram precisas apenas coordenadas espaciais de altura e comprimento para localizar algo, para Einstein o espaço também é relativo ao tempo e, a fim de se definir a posição de qualquer acontecimento, é preciso ainda uma coordenada temporal. Assim, espaço e tempo se encontram fundidos em um arranjo em bloco. Sob essa perspectiva, temos que um espaço específico só é localizado em um ponto específico do tempo, inexistindo fora ou independentemente dele. Esquemáticamente, para a noção de tempo de Newton e Einstein, temos:



Antes que nosso mergulho nos parâmetros e conceitos da física comece a parecer desviante e despropositado, gostaríamos de avançar para de que maneira a noção de tempo relativo, fundido ao espaço em um bloco, pode ser observada já tematizada e textualizada por Proust. Uma primeira confissão geral dessa influência é encontrada em uma carta do escritor, datada de 1921, que ele envia a seu amigo físico Armand de Guiche, onde diz como havia de alguma forma captado intuitivamente e narrativizado o tempo-espaço relativo de Einstein. É importante lembrar que Proust e Einstein foram intelectuais contemporâneos do início do século XX, e Einstein apresentou a sua teoria em Paris em 1922, em conferência no Collège de France, na qual Proust não estava presente, mas muitos de seus colegas, sim:

Eu adoraria falar de Einstein com você! Me escreveram muito dizendo que eu derivo dele, ou ele de mim, eu não compreendo nenhuma palavra da teoria dele, visto que não sei álgebra. E eu duvido que ele tenha lido meus romances. Porém nós temos uma maneira análoga de deformar o tempo. (DAMOUR, 2005, p. 48 - 49)

Para Damour, frente à mudança de compreensão do tempo após Newton, em que essa grandeza começa a ser entendida como reversível e deixa de ter existência fora do universo material (em uma espécie de éter absoluto que tudo envolve), Proust se atém especialmente ao fato de que o decorrer inexorável do tempo é uma fantasia do imaginário comum, ao passo que, porém, os traços do tempo, “observados pelas suas estruturas sensíveis na realidade” podem ser mantidos pelo sujeito. Nesse sentido, é interessante observar o físico (2005, p. 48) apontar com justiça que, se para um leitor incauto ou desavisado, que julga o *Em busca do tempo perdido* pelo título, o romance pode ser entendido como uma procura obstinada por se recuperar o que já passou, todos os que de fato leram o texto sabem que “essa obra é sustentada pela ideia de que a passagem do tempo é apenas uma ilusão, e que, de tempos em tempos, o ser humano pode ter acesso à ‘essência permanente e habitualmente escondida das coisas’ e sentir que seu verdadeiro eu está ‘apartado da ordem do tempo’”.

A ideia de que o sujeito que se lembra está em posse de um conteúdo cognitivo em que se fusionaram tempo e espaço, e que esse ponto, ou conjunto de todos eles, em bloco, podem ser, à maneira einsteiniana, simultâneos à sua atual existência nos parece ficar de fato sugerida no seguinte trecho do volume VII, *O tempo redescoberto*:

Acabava de compreender por que o duque de Guermantes, a quem admirava, vendo sentado, por

haver envelhecido tão pouco, apesar de ter sob si muitos mais anos do que eu, mal se erguera e quisera permanecer de pé, logo vacilara nas pernas incertas de arcebispo senil amparado por jovens seminaristas, no qual só é sólida a cruz metálica, e caminhara a tremular como uma folha no cume pouco seguro de 83 anos, como se os homens se equilibrassem sobre ondas animadas, sempre crescente, algumas mais altas do que campanários, tornando-lhes difícil e perigosa a marcha, e de onde subitamente caem. Horrorizava-me ver tão elevadas as minhas, temeroso de já não ter mais forças para manter por muito tempo preso a mim esse passado que se prolongava tanto para baixo, e que tão dolorosamente eu carregava! Se ao menos me fosse concedido um prazo para terminar minha obra, eu não deixaria de lhe imprimir o cunho desse tempo cuja noção se me impunha hoje com tamanho vigor, e, ao risco de fazê-los parecer seres monstruosos, **mostraria os homens ocupando no tempo um lugar muito mais considerável do que o tão restrito a eles reservado no espaço, um lugar, ao contrário, desmesurado, pois, à semelhança de gigantes, tocam simultaneamente, imersos nos anos, todas as épocas de suas vidas**, tão distantes – entre as quais tantos dias cabem – no tempo. (PROUST, 2004, p. 291 – 292, destaque nosso)

O que retemos centralmente dos pontos de vista de Serça e Damour ora retomados, no entanto, é a sua explicitação de que há uma inevitabilidade da relação contraída entre tempo e espaço na configuração de um acontecimento em memória. Nesse sentido, é proveitoso observar que, de forma bastante perspicaz, como exploramos detidamente ao longo do capítulo 2, a noção de tempo em Zilberberg se encontra fundida à de espaço, que constituem juntos o eixo horizontal da *extensidade* no arranjo do gráfico tensivo, onde hierarquicamente o espaço fica submetido ao tempo e, ambos, por sua vez, são regidos pelas afecções do sujeito na *intensidade*.

Para termos finalmente uma visão mais textualista, e mesmo semiótica, sobre a questão, recorreremos à análise sobre o romance de Proust apresentada



por Parret (2006), que especifica um modo pelo qual podemos compreender como se dá a organização sequencial não cronológica ou “apartada da ordem do tempo”, como coloca Damour, para o que mantemos em memória, com base na noção *dimensão transversal* de Deleuze, especialmente no que Parret define como sua função de aglutinação não linear do sentido.

Assim, a transversalidade é definida por Deleuze (1970, p. 184 – 185), ainda bastante metaforicamente, como “aquilo que permite em um trem não unificar os pontos de vista de uma paisagem, mas fazê-los se comunicar seguindo sua própria dimensão, enquanto eles permanecem incomunicáveis de acordo com as deles”. Essa espécie de unidade não totalizadora do sentido, composta por objetos parciais “sem totalização lógica nem orgânica”, define a dimensão transversal e é característica distintiva da obra de arte, seja ela literária, plástica, musical, por manifestar uma unidade de sentido que surge de pronto, porém sempre “produzindo efeitos de ressonância e assegurando a mudança de pontos de vista” (PARRET, 2006, p. 83). Mais especificamente:

Trata-se conseqüentemente de se fazer comunicar transversalmente o que ficaria incomunicável sem essa dimensão, tal como o trabalho de um inseto polinizador que faz se comunicarem os sexos por si mesmos compartimentados, tal é a transmissão de um raio no universo, de um mundo astronômico a outro, tal é o percurso de sentido em uma obra de arte, discursiva, plástica, musical. (PARRET, 2006, p. 83)

Em relação à abordagem da teoria semiótica sobre o problema da unicidade do sentido no cruzamento de universos de discursos e linguagens distintas, região onde Parret indica ser possível se depreender e conceitualizar uma *topologia da transversalidade*, aponta-se que:

A semiótica estrutural, objetual e fixista, em busca de uma totalização formal (hjelmsoviana) não vê aí nada mais do que uma dimensão suplementar, à primeira vista marginal e caótica. E, no entanto, essa topologia da transversalidade parece dominar o percurso de estesias que marcam nossos estados de alma. (PARRET, 2006, p. 85)

Sobre esse contexto teórico, o autor (2006, p. 86) afirma que em semiótica atualmente há uma taxinomia francamente eclética, em que encontramos noções como a de “instâncias de enunciação na perspectiva fenomenológica, a iconicidade em relação à percepção e à estesia, o ‘contágio’, a hipótese tensiva relativa à categorização, o sincretismo e a sinestesia, as condições de uma naturalização do sentido”, que lhe parecem todas, no entanto, evocar fenômenos que são sempre captados por uma *semiótica do percurso*, ou seja, em que cada uma delimita a seu turno percursos apartados de geração de sentido.

Frente a isso, a postura de Parret é defender a promoção de uma interdisciplinaridade que reavalie a posição da semiótica enquanto uma metadisciplina, em abordagem que seja capaz de trabalhar na região *entre* os percursos, dito de outro modo, no âmbito da transversalidade do sentido<sup>100</sup>. Isso posto, o autor se volta, então, à narrativa de Proust em *Em busca do tempo perdido*. Apesar de se tratar uniformemente de um texto escrito, uma produção narrativa de sentido em linguagem verbal, temos aqui uma narrativa da memória, ou seja, do que está memorizado pelo sujeito (no caso, o narrador), onde o semioticista aponta a forte e distintiva presença da dimensão transversal para a geração do sentido. Em primeiro lugar, em relação à ordenação dos acontecimentos em memória, Parret aponta existir a incidência

---

100 É respondendo à atualidade e magnitude desse problema que entendemos, por exemplo, a pertinência da proposta de Veronica Estay Stange em *Sens et musicalité. Les voix secrètes du symbolisme* (2014), que trabalha no sentido de captar, descrever e explicar a geração de sentido em linguagens distintas a partir de seu conceito transversal de *musicalidade*.

de um princípio de aglutinação no lugar da simples justaposição ou armazenamento cronológico:

(...) para Proust, as ‘rotas transversais’ (...) percorrem sobretudo nossos amores e nossos estados de alma até se confundirem em uma unidade onde eles existem como vasos comunicantes, em simbiose. É verdade que os eventos do mundo se aglutinam, as sequências diegéticas convergem, as obras de arte se confundem em unidade, a longínquas distâncias no tempo e no espaço, no entanto sem totalização, por meio das ‘transversais’. Os estados de alma ainda mais, os amores de toda uma vida, aglutinam-se, convergem, confundem-se de acordo com a topologia da transversalidade. (PARRET, 2006, p. 84)

Afastando-se da mera cronologia, porém em uma “dinâmica orientada” que traça “uma linha potente” (PARRET, 2006, p. 85) para os acontecimentos, a transversalidade que estabelece vasos comunicantes entre eventos apartados no tempo e no espaço em muito remete ao que Bergson (2012, p. 181) denomina como estado misto e impuro de nossas lembranças.

Tomando Proust incontestavelmente como “o mestre genial” da evocação do que Parret (2006, p. 86 – 87) chama como percurso transversal de tipo estésico, em que o sujeito “medita, reflete, sonha e sofre em sua interioridade” (para nós especialmente interessante por seu caráter proeminentemente cognitivo), postula-se que tal organização transversal, unificante porém não totalizante do sentido, pode prescindir da cronologia justamente porque aqui “o triângulo dêitico (*relativo à actorialização, temporalização e espacialização*) se organiza ao redor da pessoa”: para Parret, na narrativa de Proust o tempo é encarnado pelo narrador, de onde decorre uma “humanização da temporalidade” acompanhada de uma desespacialização do acontecimento – o que não quer dizer que seja rompido o vínculo necessário entre as grandezas amarradas do tempo e do espaço em uma lembrança, e sim

que esse espaço deixa de ser euclidiano, ou seja, aqui “o ‘antes’ e o ‘depois’ não são posições fisicamente localizadas”.

Conseqüentemente, Parret (2006, p. 88) afirma que “É preciso enxergar os personagens proustianos como campos magnéticos que mantêm juntas as dimensões daquilo que eles foram, daquilo que eles são para os outros e no que eles se tornarão” e, mais ainda, “o tempo emana desses campos magnéticos que são os personagens” e “os ‘transversais’ são como os fios misteriosos tecidos entre os seres e os acontecimentos, que não têm origem nem finalidade, revelando as marcas da ‘lanterna mágica do tempo’”. Tais colocações conceituais nos parecem bastante relevantes para se pensar a organização do espaço e do tempo na narrativa da memória que nos oferece o narrador, sendo até mesmo tematizadas ao longo do romance, por exemplo, pela figura do “homem que dorme” no seguinte trecho de *No caminho de Swann*:

Um homem que dorme mantém em círculo em torno de si o fio das horas, a ordem dos anos e dos mundos. Ao acordar consulta-os instintivamente e neles verifica num segundo o ponto da Terra em que se acha (PROUST, 1982, p. 8)

Finalmente, muito embora se trate aqui de uma ficção, esse império dos afetos regente da rota transversal que aglutina os eventos do mundo (percebidos, memorizados e então passíveis de serem vividos cognitivamente e narrados), como indicado por Parret, parece ser uma proposta pertinente para pensarmos de que modo se dá o arranjo sequencial para nossas memórias, em detrimento de qualquer ordenação estritamente cronológica ou coerção espacial cartográfica. A triangulação dêltica em torno do sujeito nos parece ainda uma boa caracterização da configuração discursiva para o conceito de eu-diacrônico, capaz de entender-se o mesmo e narrar-se através do tempo.

Assim, gostaríamos de encerrar este capítulo com a passagem final de *No caminho de Swann* em que o narrador, décadas depois de sua infância, visita o bosque onde costumava passear e avistar a madame Swann, por quem era então apaixonado. Escolhemos este trecho por acreditarmos ser possível observar nele alguns dos conceitos constitutivos do fenômeno da memória tal como procuramos apresentá-la e debatê-la aqui: o armazenamento dos objetos cognitivos em uma sequência necessária, porém não necessariamente cronológica, que defendemos ser de natureza transversal e aglutinante, além de construir a marca distintiva da lembrança que já foi potencializada em relação à simples percepção ou aparição; a ideia de que o evento em memória vincula forçosamente um tempo a um espaço, que se tornam aí grandezas fusionadas e inseparáveis; e, por fim, em decorrência da argumentação sustentada ao longo de todo o capítulo, o entendimento amplo da memória como um dispositivo cognitivo complexo que age como uma instância produtora de sentido ela mesma, fundando realidades que passam a subexistir, tanto para Proust como para nós, na forma de narrativas:

Ai! A avenida das Acácias – a alameda dos Mirtos – tornei a ver algumas, velhas, que não eram mais do que as sombras terríveis do que tinham sido, errantes, a procurar desesperadamente não se sabia o quê, pelos bosques virgilianos. De há muito já haviam desaparecido e eu ainda a interrogar em vão os caminhos desertos. O sol se havia posto. A natureza recomeçava a reinar sobre o Bois, de onde se alara a ideia de que era o Jardim Elísio da Mulher; acima do moinho falso, o verdadeiro céu era cinzento; o vento enrugava o Grande Lago em pequeninas vagas, como um lago; grandes pássaros cruzavam rapidamente o bosque, como a um bosque, e soltando gritos agudos, pousavam um após outro nos grandes carvalhos que, sob a sua coroa druídica e com uma majestade dodônea, pareciam proclamar o vazio inumano da floresta desapropriada, e me ajudavam melhor compreender a contradição que existe em

procurar na realidade os quadros da memória, aos quais faltaria sempre o encanto que lhes vem da própria memória e de não serem percebidos pelos sentidos. A realidade que eu conhecera não mais existia. Bastava que a sra. Swann não chegasse exatamente igual e no mesmo momento que antes, para que a Avenida fosse outra. Os lugares que conhecemos não pertencem tão pouco ao mundo do espaço, onde os situamos para maior facilidade. Não eram mais que uma delgada fatia no meio de impressões contíguas que formavam a nossa vida de então; a recordação de certa imagem não é senão saudade de certo instante; e as casas, os caminhos, as avenidas são fugidios, infelizmente, como os anos. (PROUST, 1982, p. 247)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproveitaremos este espaço dedicado às considerações finais de nosso estudo para reunir e apresentar algumas decorrências mais estabilizadas e nítidas que podem ser extraídas da reflexão conduzida até aqui. Pela natureza ampla de nosso tema, variedade de nossos objetos de análise e também pela diversidade de aspectos concernentes à dimensão cognitiva do discurso levantados e explorados ao longo do texto, optamos por estruturar uma conclusão em itens, que segue a ordem dos capítulos e procura trazer um balanço final de caráter avaliativo centrado sobretudo em torno das hipóteses principais defendidas em cada uma das seções. No entanto, acolhemos aqui também algumas observações incidentais ou fortuitas resultantes do trajeto trilhado e que podem ter ficado de fora do primeiro plano do debate, onde tentávamos justamente provar a relevância de nossas hipóteses.

### *Sobre a teoria*

Assim, em relação às “origens e destinos” da teoria semiótica em torno das modalidades *crer* e *saber*, tópico de *recensão* teórica desenvolvido ao longo de nosso primeiro capítulo, destacamos em primeiro lugar um curioso bom uso que o quadrado relativo às modalidades *veridictórias* e seus termos aí alocados encontrou na análise da estruturação narrativa do *hoax*, ao longo de nosso capítulo 3. Por ocasião de apresentação desse quadrado, definido por Greimas e Courtés (2008, p. 532) como o diagrama relativo à segunda etapa do “juízo epistêmico” emitido pelo sujeito, quando ele decide pela verdade, segredo, mentira ou falsidade do objeto, criticamo-lhes justamente sua inclinação um tanto “espetacular”, herança ainda arraigada ao desfecho narrativo do conto maravilhoso, onde se espera pelo “reconhecimento do herói” e a “confusão do vilão”, figuras da ordem da sanção talvez por demais

teatralizadas para se conceber, por exemplo, a simples atividade de reconhecimento do sujeito sobre o mundo a seu redor canonicamente explicada por meio desse mesmo quadrado.

O fato que queremos ressaltar sobre esse modelo central na teoria semiótica *standart* para a compreensão do medular problema da veridicção, que observamos ao o aplicarmos na análise do capítulo 3 e consideramos conceitualmente interessante em termos de modelizações referentes à dimensão cognitiva, é que ele nos parece ter sido especialmente eficaz por configurar um quadrado semiótico atípico em dois sentidos.

Primeiramente, porque coloca em jogo dois “esquemas” em seus eixos diagonais da contradição: o esquema da *imanência* (em *ser/não-ser*) e o da *manifestação* (*parecer/não-parecer*), duas dimensões da existência em que atua o “jogo da verdade”. Da fato, foi por meio da composição entre o *ser* e o *parecer* que logramos explicar de forma bastante precisa a configuração narrativa de uma notícia falsa em que todos acreditam: ela *não é* ao mesmo tempo em que *parece*.

Adicionando certa modulação quantitativa já de orientação tensiva, em um hoax a notícia *não é* mas *parece muito*. Consideramos, em termos de balanço sobre uma análise já feita, que essa adição de modulação junto às categorias da existência e imanência é especialmente produtiva para compreendermos a diferença do efeito de sentido entre a tonicidade de uma revelação de que *algo que parece muito não é* e a atonia de se revelar que algo que *parece pouco de fato não é*. De alguma maneira, não deixamos de observar que essa adequação descritiva que o quadrado das modalidades veridictórias e seus termos correlatos encontrou em um objeto de análise como o hoax acaba por ratificar em certa medida nossa crítica ao caráter “tetral” de seus termos: o que temos em jogo na resolução de um episódio como esse é uma revelação surpreendente, e mesmo avassaladora, de uma verdade que é desmascarada como mentira, na mais estrita acepção desses termos, frente ao actante



coletivo de uma audiência que aderiu tunicamente à sua veridicção precedente.

Em segundo lugar, trata-se de um quadrado atípico porque, enquanto a combinação dos termos *não-ser* e *parecer* configura uma mentira, *ser* e *parecer* forma a verdade, *parecer* e *não-ser* é a composição da falsidade e *ser* e *não-parecer* estabelece o segredo, ou seja, esse é um quadrado que de maneira *sui generis* na teoria tem todas as suas posições de segunda geração preenchidas: termo complexo, termo neutro e dêixis positiva e negativa. Isso não é corriqueiro em semiótica greimasiana e sabemos que, quando há o esforço para o preenchimento, essa empresa não se dá sem alguma dificuldade. Tal exceção prodigiosa nos remete a dois aspectos: (i) ao esforço teórico de Greimas, em *Du Sens II*, em conceber e descrever crer e saber como uma espécie de amálgama que preenche a posição de termo complexo e rege as operações de *admitir* e *recusar*, acompanhado de nossa observação, feita no capítulo 1, de que esse movimento teórico em direção à não-dicotomização dos termos nos parecia ter permanecido bastante eclipsada frente às demais relações que regem o quadrado e estabelecem oposições lógico-semânticas categoriais; (ii) e a observação de Zilberberg (2011, p. 22) de que, apesar de a teoria prever o termo complexo, ele não desempenha aí nenhum papel.

O fato de haver em teoria semiótica clássica um termo complexo previsto mas subutilizado, cuja posição existe mas raramente é preenchida, mantendo-se em capacidade ociosa, parece-nos expressar toda uma problemática que se perpetua na abordagem e modelização do crer e do saber ao longo dos anos 1980, e ainda depois, e que nos traz, como em muitos modelos vistos aqui, um enfoque de inclinação opositiva binarista entre esses termos. Porém, para além da estrutura do misto como proposta por Greimas ao espaço cognitivo, mas que não conseguiu se enraizar a partir dele, nossa conclusão sobre esse arranjo vai na direção de uma proeminência inevitável do crer em relação ao saber que vamos comentar mais detidamente ao longo do balanço sobre o capítulo 2.

Evoluindo então para uma última consideração concernente ao capítulo 1, agora relativa à reformulação tensiva que Zilberberg traz sobre o cognitivo, concebido então em termos de um espaço fiduciário imantado pelo valor: gostaríamos de ressaltar a pertinência da noção de *percurso fiduciário* estratificado em cinco níveis (cf. quadro em ZILBERBERG, 2006, p. 156) – modelo que talvez tenha permanecido um tanto à margem diante da profusa e generalizada aplicação dos gráficos das correlações zilberbeguianas na pesquisa semiótica que se faz no Brasil –, por meio do qual o sujeito realiza a ocupação, de caráter avaliativo, do espaço fiduciário. Essa é uma elaboração que se mostrou especialmente elucidativa e produtiva junto à nossa reflexão, que parte das modalidades crer e saber imbricadas no espaço cognitivo com o objetivo de fazê-las avançar, por prever níveis *pré-modais* de avaliação (*fórico e nômico*) por parte do sujeito.

Tal formulação conceitual nos auxiliou sobejamente em nossa defesa e demonstração tanto da foria enquanto direcionadora do movimento cognitivo, quanto nos permitiu falar em termos de um *desejo* em termos semióticos, alocado em nível *pático* do percurso fiduciário, evidenciando descritivamente em que etapa se dá a incidência decisória do querer em nossas avaliações de ordem eminentemente cognitivas: hipótese demonstrada de forma ilustrativa em nossa análise do conto “A Cartomante”, de Machado de Assis.

O percurso fiduciário assim postulado, de caráter avaliativo, estruturado de forma correspondente e espelhada ao percurso gerativo de sentido canônico (Zilberberg (2006, p. 154) diz que “cada nível do percurso gerativo se apresenta, por assim dizer, como a sombra projetada do nível correspondente no percurso fiduciário”), e trilhado em um espaço fiduciário conexo, parece-nos uma robusta complexificação da predecessora noção de espaço cognitivo e também repõe, de partida, a centralidade do afeto na cognição. Nesse sentido, entendemos que esse modelo responde de maneira feliz à própria tentativa original de Greimas de “tingir” inicialmente sua teoria com os afetos ou disposições do sujeito que o leva a conceber justamente as modalidades.

*Sobre o movimento*

Em seguida, em relação a um balanço do capítulo 2, abrimo-lo reafirmando a premência do princípio de movimento ali demonstrado. Buscado desde cedo pelos modelos semióticos voltados à dimensão cognitiva, ele fica definitivamente concebido e operacionalizado por meio da noção de *elã* de Zilberberg. Mostra-se ainda especialmente pertinente naquilo que, em sua faceta negativa, em uma espécie de estancamento da dinâmica, consegue especificar sobre os efeitos retensivos da fé na atividade cognitiva do sujeito aspecto em relação ao qual, além do já exposto ao longo do capítulo, lembramos ainda do que aponta Zilberberg ao dizer que, sobre a perspectiva do agir do sujeito no espaço, a sacralização consiste justamente em “fechar o fechado” (2011, p. 252).

Consideramos rico notar que, assim como para nós a fé, tal qual definida e demarcada no capítulo 2, funciona como um freio para esse movimento, Barthes (1980, p. 47) também se ocupa de refletir e caracterizar essa espécie de engessamento concernente ao cognitivo, especialmente vigente para ele a partir do momento em que a língua em discurso passa a servir a um poder: é justamente em relação à institucionalização do ensino e dos saberes que o autor vai se preocupar em definir seu conceito de *saber com sabor*, o único que de fato interessa, processo de construção do conhecimento que se dispõem ao contraditório e, também, ao livre esquecimento.

Ainda sobre a tese “pensar é mover-se”, retomamos a proposta de Bordron (2011) de distribuição estrutural para o pensamento, de caráter espacial e dinâmico, com base na experiência do *cogito* de Descartes por dois motivos. Em primeiro lugar, gostaríamos de reforçar e reiterar a pertinência que identificamos nesse arranjo, pois ele pode ter permanecido um pouco lateral ao longo da argumentação do capítulo. De fato, ele nos mostra as etapas distintas de elaboração e efetuação do “pensamento” sendo reelaboradas sob o ponto

semiótico por Bordron, que aponta no sentido de existir, respectivamente, um nível mais profundo e abstrato, remissivo ao *figural*, que depois emerge, quando esse “pensamento” se torna objetivo (para Bordron, quando se estabelecem sujeito e objeto), mais superficialmente, o que nos sugere a dimensão *figurativa*.

Segundo pelo que ela nos traz enquanto pesado postulado filosófico cartesiano absorvido e retrabalhado por Bordron de que, para atingir a certeza de ser pensante, ou seja conhecer-se ou saber-se, basta ao sujeito percorrer seu inventário de crenças. Evidentemente não é nesses termos filosóficos que a nossa reflexão e nem argumentação se dão, porém, esse é um ponto tocado ao longo do capítulo 2 que corresponde à nossa inclinação em conceber, alinhados a certo consenso junto aos semioticistas, de que há uma incontornável proeminência do crer na dimensão cognitiva. Ponto, então, que é desdobrado, explicitado e endossado pela análise apresentada em nosso capítulo 3.

### *Sobre a confiança*

De fato, no capítulo 3 acreditamos ter exemplificado de forma ampla, ao mesmo tempo em que detalhada, a presença da confiança na base da construção do conhecimento humano. É interessante notar, por meio dos resultados de nossa análise, como ela, tanto em sua *falta* como em seu *excesso*, pode ser visada enquanto elemento definidor do modo de interpretação que o sujeito lança ao mundo.

Foi produtivo ainda, ao longo deste capítulo, observar o rendimento e os limites que a noção semiótica de *contrato* nos impõe por ocasião da abordagem do problema da leitura, ou do “papel do leitor” como posto por Eco, que abarca os impasses sobre como conceber e explicar teoricamente um “erro” de interpretação sem necessariamente eliminá-lo de maneira resolutiva.

Nesse sentido, consideramos conceitualmente interessante observar como a proposta de Bertrand (1999) sana uma lacuna da semiótica greimasiana ao repor a importância da retórica junto à disciplina e propor seus quatro *modos de captar o figurativo*, todos centrados no crer, porém modulados de acordo com os diferentes níveis de *adesão* ou *participação* a que a leitura do texto literário induz.

Ainda sobre o caráter proeminente do crer junto ao cognitivo, aquisição teórica que essa tese trabalhou para sedimentar, ressaltamos como Bastide (1982) sana explicativamente um aspecto do crer, enquanto modalidade, que é frequentemente levantado e retomado em discussões e reflexões sobre esse tema: seu caráter distintivo em relação às demais modalidades, por meio do qual de forma única e distintiva apenas o crer é capaz de sobremodalizar um enunciado já modalizado (como em crer-poder ou crer-dever), o que lhe denota uma espécie de precedência e mesmo ubiquidade. Propriedade singular bastante evocada mas pouco desenvolvida para além do que posto nesse breve parágrafo (à exceção de Fontanille e Zilberberg 2001, p. 254, que a partir disso traçam uma ligação entre memorização de grandezas sintáticas pelo sujeito e sua crença), ela é interessantemente solucionada por Bastide ao repor a importância da ação da passagem do tempo junto ao processo de produção de conhecimento, o que o leva a, em sua reflexão, conceder ao crer uma dimensão temporal mais densa e estendida, em oposição ao saber tido como um fenômeno pontual. Resumidamente em sua proposta, que retomamos aqui por sua originalidade e relevância, temos que o crer sobremodaliza o saber porque guarda em memória a escolha entre dois saberes.

### *Sobre a memória*

Finalmente, em relação à questão da memória, discutida em nosso capítulo 4, aproveitamos essa seção final para amarrar conclusivamente pontas

que podem ter parecido ficar um pouco soltas na seção original. De fato, ali abrimos nosso debate problematizando o liame entre saber e memória mas, a partir do item seguinte do texto, enveredamos para a reflexão sobre como conceber e descrever a memória semioticamente sem, no entanto, retornarmos ao saber ou apontarmos qualquer implicação ou decorrência mais específica do fenômeno da memorização em relação ao modal.

Assim, sobre o que nos apresentam os dois diagramas iniciais, de Fontanille e Pottier, o vínculo estrito da memória ao saber a despeito do crer acaba como um ponto conceitual bastante inviabilizado. Seria, no mínimo, preciso ligar a memória tanto ao saber como também ao crer, porém, acreditamos que essa dupla associação pouco diz ou explica sobre a composição cognitiva complexa do fenômeno sob análise. O quanto de nossas lembranças são saberes ou crenças, o quanto sabemos ou acreditamos no que lembramos: esse é um debate que não nos parece poder ser resolvido por meio da oposição ou compartimentação desses tipos de racionalidades, mas antes nos reenvia diretamente às noções já visitadas no capítulo 4 de condições veridictórias da memória e a de eu-diacrônico, que nos parecem produtivas para elaborar a questão.

Desse modo, em dimensão pública, como nos coloca Ricoeur (2007, p. 24), o que é narrado como lembrado torna-se passível de ser confrontado em sua veridicção à medida que se pretende fiel ao passado, compromisso necessário e indissociável do discurso e do fazer da história enquanto disciplina. Já no âmbito individual, consideramos que o problema do status de verdade da memória em muito responde e é respondido pelo conceito de eu-diacrônico, como posto por Jean-Marc Devaud, em que menos importa a veracidade de nossas lembranças, e mais o fato de que fique cumprido um princípio de coerência que põe passado e presente em contato garantindo nossa unicidade identitária, ou seja, permitindo nos entendermos como o mesmo sujeito através do tempo. Como vemos, ao nos perguntarmos se a memória é um saber adquirido ou uma crença sedimentada, não teremos uma

resposta fácil. Ela é, no entanto, possível, desde que se observem alguns aspectos imbricados nesse fenômeno, como os debatidos e demonstrados no capítulo 4.

De forma um tanto análoga à compartimentação inviabilizada de crer e saber em relação à memória, acreditamos que nossa principal ressalva teórica sobre o que a semiótica recente propõe enquanto modelização dos processos mnemônicos se concentre, de fato, em nossa crítica à representação gráfica espelhada e concepção conceitual simétrica dos percursos de lembrança e esquecimento (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 134). De forma sintética, propomos em relação a ela uma complexificação do percurso do esquecimento por meio da observância da ação do esquecimento de apagamento (como proposto por Ricoeur) sobre o percurso da *potencialização* rumo à *virtualização*, e uma complexificação da relação *entre* os percursos, onde concebemos a ação do esquecimento de reserva (também de acordo com Ricoeur) sobre a lembrança, ou seja, um modo como podemos entender a *virtualização* agindo sobre o que é trazido de volta à *realização*. Finalmente, reiteramos também que, sobre esses trajetos semióticos que trabalham com as noções de *perda* e *ganho* de densidade de presença da relação entre sujeito e objeto, sugerimos suplementarmente, como marca distintiva entre percepção e lembrança de um objeto que reconquista densidade, a sua ordenação em uma sequência que se dá por ocasião de sua memorização pelo sujeito (na *potencialização*) e que, a partir daí, pode ser preponderada em uma narrativa.

## §

Em um estudo de caráter discursivo e imanente que buscou investigar como o conhecimento é produzido por meio do próprio discurso, achamos oportuno recuperar, finalmente, a seguinte fala de Zilberberg:

(...) o discurso se constitui – por si próprio, e independentemente de nós – sob o signo da reflexividade. Ele é ao mesmo tempo o objeto e o meio do conhecimento, tendo, portanto, vocação para conhecer-ser. Ele é o problema e a solução, se é que ela existe. (2011, p. 27)

O autor complementa essa constatação apontando ainda que é devido a tal risco de circularidade que fica justificada a posição e importância dada à retórica em sua reflexão. Dois aspectos do que é assim colocado nos interessam centralmente para concluir nosso trabalho: o primeiro deles é essa recorrência à retórica ao se pensar os problemas que vêm à esteira do cognitivo e que, como nos sugere aqui Zilberberg, seria uma espécie de anteparo de defesa ao circular. Esse foi um movimento teórico de fato frequente por parte dos autores cujos trabalhos utilizamos aqui: Paolo Fabbri e Bruno Latour situam a retórica no centro de sua reflexão “La rhétorique de la science - pouvoir et devoir dans un article de science exacte” (1977); Denis Bertrand (1999) logra nos descrever e explicar semioticamente diferentes regimes de leitura ao repor a centralidade da retórica junto à disciplina de Greimas; e foi também nos preceitos da retórica clássica que fomos, nós, buscar na *inventio* um modo pelo qual seria possível conceber discursivamente a “mobilização da memória da audiência” por parte do orador.

Nesse sentido, vem-nos também à mente a violenta reação indignada que Fabbri e Latour receberam em relação a esse artigo por parte da comunidade científica (episódio que comentamos em detalhe e exemplos em nosso capítulo 2, na seção 2.3.2), essencialmente pelo fato de terem apontado a existência de estratégias retóricas nos textos de artigos científicos. Nesse referido ponto de nossa tese, nossa argumentação nos conduziu à constatação de um aspecto irreconciliável entre uma *epistemologia científica* e uma *epistemologia discursiva*, como coloca Beividas (2014), ponto fundamental para



entendermos em que medida podemos dar algumas respostas, valendo-nos um estudo discursivo, sobre como o discurso produz o conhecimento.

Esse tipo de discussão abre o flanco para a crítica ao caráter potencialmente solipsista da disciplina, que não temos muito pudor em mencionar, como já o fizemos no capítulo 2, quando a consideramos uma incompreensão ou, mais precisamente do que isso, uma não adesão à noção de imanência linguística. Avançando um pouco esse argumento, temos que não é apenas a imanência que fica descartada por uma epistemologia não-discursiva (seja ela a científica, que quer ler os mistérios do mundo olhando para fora, diretamente nele, ou a filosófica, que busca nos arranjos do pensamento ou da razão a criação dos sentidos), mas além dela, especialmente no que se refere ao estudo que apresentamos aqui, também se negligencia a existência de uma *racionalidade discursiva* que, como nos coloca Bevidas (2014), dá conta do fato de que percebemos o mundo já por meio das categorias languageiras, ou seja, “dentro” da linguagem para o qual não há um fora.

De fato, sem o embasamento dado por esses conceitos, a maioria das hipóteses por nós colocadas e defendidas aqui desmontariam. É só por meio da sustentação teórica deles, e também da noção capital de que há uma estruturação para o sentido, que conseguimos nos aventurar em discussões sobre o movimento do pensamento relativo à atividade cognitiva sem entrar “dentro da cabeça do sujeito” e também, por exemplo, falar sobre a memória sem ir buscar um armazenamento “cerebral” dos conteúdos. Visto que, desse modo, temos estabelecido francamente que em nossa tese o discurso é ao mesmo tempo o problema e a solução, se conseguimos demonstrar o que nos propusemos defender, o leitor leva daqui o fato de que é só através da linguagem que somos capazes de nos *mover*, *desejar*, *confiar*, nos *lembrar* e, finalmente, *esquecer*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse, Alberto Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- \_\_\_\_\_. *On memory and reminiscence*. Tradução: J. I. Beare Edghill. (Original de: 350 a.C.). Disponível em: <http://classics.mit.edu/Aristotle/memory.html>. Acesso em: 18/5/2017.
- ASSIS, Machado [1884]. “A Cartomante”. In: *50 contos de Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 351–358, 2007.
- ASSIS, Machado [1883]. “Um homem célebre”. In: *50 contos de Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 417–425, 2007.
- BACHELARD, Gaston [1938]. *A formação do espírito científico*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARTHES, Roland [1973]. *O prazer do texto*. Tradução: J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- \_\_\_\_\_. [1978] *Aula*. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.
- \_\_\_\_\_. [1985] *A aventura semiológica*. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. [2002] “Plaisir au langage”. In: *Oeuvres complètes*. Tome II 1962–1967. Paris: Éditions du Seuil, p. 1.238–1.240.
- BASTIDE, Françoise [1982]. “Exploration du ‘croire’ dans le domaine scientifique”. *Documents de Travail*. Itália: Centro Internazionale di Semiotica e di Linguistica, Università di Urbino, n. 114, série A.
- BEIVIDAS, Waldir [2014]. “Una epistemología discursiva en construcción: la teoría semiótica immanente entre la percepción y la semiocepción”. *Tópicos del Seminario*. La inmanencia en cuestión, 31, janeiro-junho/2014, p. 139–159.
- \_\_\_\_\_. [2017]. *La sémiologie de Saussure et la sémiotique de Greimas comme épistémologie discursive: une troisième voie sur la connaissance*. Limoges: Lambert-Lucas.

- BENVENISTE, Émile [1966]. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard.
- BERGSON, Henri [1896]. *Matière et mémoire*. Essai sur la relation du corps à l'esprit. Paris: GF Flammarion, 2012.
- \_\_\_\_\_. [1934] *La pensée et le mouvant*. Paris: PUF.
- BERTRAND, Denis [1999]. “Lecture et croyance. Pour une sémiotique de la lecture littéraire”. In: J.-F. Bourdet (Ed.). *Fiction littéraire et apprentissage des langues, ELA. Etudes de Linguistique Appliquée*, Paris: Didier-Erudition, p. 275–289.
- \_\_\_\_\_; ESTAY STANGE, Veronica. [2014] “Reflexões sobre a perspectiva gerativa em semiótica”. Tradução: Arnaldo Cortina. In: Cortina, Arnaldo e SILVA, Fernando Moreno da. *Semiótica e comunicação: estudos sobre textos sincréticos*. Araraquara: Editora Cultura Acadêmica. Série Trilhas Linguísticas, n° 25.
- BORDRON, Jean-François [2011]. *L'iconicité et ses images. Études sémiotiques*. Paris: PUF.
- BORGES, Jorge Luis [1944]. “Funes, o memorioso”. In: *Ficções*. Tradução: Carlos Nejar. São Paulo: Círculo do Livro, p. 109–118, 1975.
- CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Tradução: Ana Paula Celestino e Adriana Ceabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- DAMOUR, Thibault [2005]. *Si Einstein m'était conté*. Paris: Le cherche midi.
- DELEUZE, Gilles [1970]. *Proust et les signes*. Paris: PUF.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA [2008]. Instituto Antônio Houaiss, Rio de Janeiro: Objetiva.
- ECO, Umberto [1962]. *Obra aberta*. Tradução: Giovanni Cutolo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- \_\_\_\_\_. [1988] “An *Ars oblivionalis*? Forget it!”. *Modern Language Association*, v. 103, n° 3, p. 254–261.
- \_\_\_\_\_. [1990] *Os limites da interpretação*. Tradução: Pérola de Carvalho. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- \_\_\_\_\_. [1994] *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Tradução: Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- ESTAY STANGE, Veronica [2014]. *Sens et musicalité. Les voix secrètes du symbolisme*. Paris: Garnier.
- FONTANILLE, Jacques. [1982] “Un point de vue sur ‘croire’ et ‘savoir’”. *Actes Sémiotiques*, IV, 31, p. 5 – 31.
- \_\_\_\_\_. [1987] *Le savoir partagé – Sémiotique et théorie de la connaissance chez Marcel Proust*. Paris/Amsterdam/Filadélfia: Editions Hadès-Benjamins.
- \_\_\_\_\_; ZILBERBERG, Claude [1998]. *Tensão e significação*. Tradução: Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001.
- \_\_\_\_\_. [1999] *Semiótica do discurso*. Tradução: Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.
- \_\_\_\_\_. [2006] *Pratiques sémiotiques: immanence et pertinence, efficience et optimisation*. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, n° 104, 105, 106. Limoges: Pulim.
- FOUCAULT, Michel [1962]. *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.
- \_\_\_\_\_. [1966] *As palavras e as coisas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. [1969] *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- \_\_\_\_\_. [1971] *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. [1973] *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução: Roberto Machado e Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: Editora Nau/ PUC RIO, 2005.
- \_\_\_\_\_. [1975] *Vigiar e punir*. Tradução: Ligia Pondé Vassallo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_. [1984] *Histoire de la sexualité III: Le souci de soi*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT CONTRE LUI-MÊME. Direção: François Caillat. França, 2014. Duração: 52 min. Disponível na íntegra e legendado em: [www.youtube.com/watch?v=FVKw8V-CgXk](http://www.youtube.com/watch?v=FVKw8V-CgXk). Acesso em: 7/11/2017.
- FREUD, Sigmund [1898]. “O mecanismo psíquico do esquecimento”. Tradução: Alix Strachey. In: *Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Volume III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- GREIMAS, Algirdas Julien [1987]. *Da imperfeição*. Tradução: Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- \_\_\_\_\_; COURTÉS, Joseph [1979]. *Dicionário de Semiótica*. Tradução: Alceu Dias Lima, Diana Luz Pessoa de Barros, Eduardo Penuela Canizal, Edward Lopes, Ignacio Assis da Silva, Maria José Castagnetti Sombra, Tiekō Yamaguchi Miyazaki. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. [1970] *Du sens I*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. [1983] *Du sens II. Essais sémiotiques*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. [1976] “Pour une théorie des modalités”. *Langages* n 43, p. 90 – 107.
- \_\_\_\_\_. [1966] *Semântica estrutural*. Tradução: Izidoro Blikstein e Haquira Osakabe. São Paulo: Cultrix, 1973.
- \_\_\_\_\_; FONTANILLE, Jacques [1991]. *Semiótica das paixões*. Tradução: Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- GIRARD, René [1961]. *Mentira romântica e verdade romanesca*. Tradução: Lilian Ledon da Silva. São Paulo: É Realizações, 2009.
- \_\_\_\_\_. [1972] *A violência e o sagrado*. Tradução: Martha Conceição Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HJELMSLEV, Louis [1943] *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução: Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- \_\_\_\_\_. [1959] *Ensaio linguísticos*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- \_\_\_\_\_. [1972]. *La catégorie des cas*. Munique: Wilhelm Fink Verlag.
- JAKOBSON, Roman [1963]. *Essais de linguistique générale*. Tradução: Nicolas Ruwet. Paris: Les Éditions de Minuit.
- KUHN, Thomas [1962]. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LANDOWSKI, Eric [2004]. *Passions sans nom*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_. [2006] “Les interactions risquées”. *Nouveaux Actes Sémiotiques*. Limoges: PULIM, n° 101, 102 e 103.
- LATOUR, Bruno; FABBRI, Paolo [1977]. “La rhétorique de la science - pouvoir et devoir dans un article de science exacte”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 13, fev/1977, p. 81 – 95. Disponível em:

[http://www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_1977\\_num\\_13\\_1\\_3496](http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1977_num_13_1_3496) Acesso em: 18/1/2018.

\_\_\_\_\_. [1998] “Petite philosophie de l'énonciation”. In: Basso, P.; Corrain, L. (Dir.). *Eloqui de senso. Dialoghi semiotici per Paolo Fabbri, Orizzonti, compiti e dialoghi della semiotica*. Saggi per Paolo Frabbri. Milão, 37, p. 71-94. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/fr/node/187>. Acesso em: 18/1/2018.

LEVI, Primo. [1986] *Os afogados e os sobreviventes*. Os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

LOPES, Ivã Carlos; BEIVIDAS, Waldir [2009]. “Argumentação e persuasão: tensão entre crer e saber em ‘Famigerado’, de Guimarães Rosa”. *Revista Alfa*. 53 (2), p. 443-455.

MACHADO, Roberto [2017]. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: N-1 Edições.

MARRONE, Gianfranco [2000]. “Le corps de la nouvelle: trois études sur identités et styles dans les journaux télévisés italiens”. *Nouveaux Actes Sémiotiques* 68, 69, 70. Limoges: Pulim.

MICHAELIS MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA [1998]. São Paulo: Melhoramentos.

NOVO AURÉLIO O DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA [1999]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ORWELL, George [1949]. *1984*. Tradução: Wilson Velloso. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

PARRET, Herman [2006]. *Sutures sémiotiques*. Limoges: Editions Lambert-Lucas.

PEREIRA, Eliane Domaneschi [2014]. *Crer e saber: um estudo semiótico*. 164 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PETITOT, Jean [1983]. Choix et croyance: vers une logique de l'idéal. In: PARRET, H. (Org.) *De la croyance. Approches épistémologiques et sémiotiques*. Berlim-Nova York: Walter de Gruyter Verlag, p. 237-266.

\_\_\_\_\_. [1985] *Morphogenèse du sens*. Paris: Presses Universitaires de France.

- PIRANDELLO, Luigi [1934]. *Os gigantes da montanha*. Tradução: Beti Rabetti. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.
- POTTIER, Bernard [1983]. Le croire dans une perspective sémio-linguistique dynamique. In: PARRET, H. (Org.) *De la croyance. Approches épistémologiques et sémiotiques*. Berlim-Nova York: Walter de Gruyter Verlag, p. 267-273.
- \_\_\_\_\_. [1987] *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette.
- PROUST, Marcel [1913]. *Em busca do tempo perdido v. I. No caminho de Swann*. Tradução: Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- \_\_\_\_\_. [1919] *Em busca do tempo perdido v. II. À sombra das raparigas em flor*. Tradução: Mário Quintana. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.
- \_\_\_\_\_. [1927] *Em busca do tempo perdido v. VII. O tempo redescoberto*. Tradução: Lúcia Miguel Pereira. São Paulo: Editora Globo, 2004.
- RICOEUR, Paul [2000]. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. [2004]. *Percurso do reconhecimento*. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- ROSA, João Guimarães [1988]. “Famigerado”. In: *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, p. 13-17.
- SAUSSURE, Ferdinand de [1916]. *Curso de linguística geral*. Tradução: Antônio Chelini, João Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2004.
- \_\_\_\_\_. [2002] *Ecrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- SERÇA, Isabelle [2012]. *Ésthetique de la ponctuation*. Paris: Gallimard.
- WEINRICH, Harald [2000]. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Tradução: Lya Luft. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- WOOLF, Virginia [1928]. *Orlando*. Tradução: Cecília Meireles. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- ZILBERBERG, Claude [1988]. *Razão e poética do sentido*. Tradução: Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Edusp, 2006.
- \_\_\_\_\_. [2006] *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução: Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

# ANEXOS

## Anexo A

Transcrição da cena do longa-metragem *Doubt* (4'27" a 8'30"), que contém o sermão do padre Flynn.

### Padre Flynn

O que você faz quando não tem certeza? Este é o tema do meu sermão de hoje. No ano passado, quando o presidente Kennedy foi assassinado<sup>1</sup>, quem entre nós não teve a experiência da mais profunda desorientação? Desespero? Qual caminho seguir? E agora? O que digo aos meus filhos? O que digo para mim mesmo? Houve um tempo em que as pessoas ficavam sentadas juntas, unidas por um sentimento comum de desesperança.

Mas pense nisso: seu vínculo com o seu companheiro foi o seu desespero. Foi uma experiência pública. Foi horrível, mas nós estávamos juntos nisso. O quanto pior seria, então, para o homem solitário, a mulher solitária, serem atingidos por uma calamidade privada? “Ninguém sabe que eu estou doente”; “Ninguém sabe que eu perdi meu último verdadeiro amigo”; “Ninguém sabe que eu fiz algo errado”. Imaginem o isolamento. Você vê o mundo através de uma janela. Em um dos lados do vidro: pessoas felizes e serenas. E, do outro lado, você.

---

<sup>1</sup> O assassinato de John F. Kennedy (1917 - 1963), presidente dos Estados Unidos, ocorreu em 22 de novembro de 1963, em Dallas, Texas. Kennedy foi mortalmente ferido por disparos enquanto circulava no automóvel presidencial na Praça Dealey. A ação do filme se passa em uma escola católica no Bronx, no outono de 1964.



(Irmã James espirra)

**Garota**

Deus te abençoe, irmã.

**Irmã James**

Obrigada.

**Padre Flynn**

Eu quero contar uma história para vocês.

Um navio de carga naufragou uma noite. Pegou fogo e afundou. E somente um marinheiro sobreviveu. Ele encontrou um bote salva-vidas, improvisou uma vela e, de acordo com a disciplina náutica, voltou seus olhos para o céu e leu as estrelas. Ele definiu uma rota até a sua casa e, exausto, adormeceu. Nuvens encobriram o céu. Pelas 20 noites seguintes, ele não pôde mais ver as estrelas. Ele achava estar em seu curso, mas não havia como ter certeza. E, com os dias encobertos, e o marinheiro lançado ao mar, ele começou a ter dúvidas. Como ele iria definir seu curso corretamente? Ele ainda estava indo em direção à sua casa? Ou estava horrivelmente perdido e condenado a uma morte terrível? Não havia como saber. A mensagem das constelações, ele teria a imaginado devido às circunstâncias desesperadoras? Ou teria ele visto a verdade uma vez...

**Irmã Aloysius** (para um garoto que dorme sobre o banco da igreja)

Endireite-se!

**Padre Flynn**

...e agora precisava se agarrar a ela sem mais confirmações?

Alguns de vocês na igreja hoje conhecem exatamente a crise de fé que eu descrevo. E eu quero dizer a vocês: a dúvida pode ser um vínculo tão poderoso e sustentador quanto a certeza. Quando vocês estiverem perdidos, vocês não estão sozinhos. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amém.

Por favor, levantem-se.

## Anexo B

**A Cartomante**, de Machado de Assis.

Fonte: ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II.

Texto proveniente de:

A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo

Permitido o uso apenas para fins educacionais.

Texto-base digitalizado por: Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística (<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/literat.html>)

Este material pode ser redistribuído livremente, desde que não seja alterado, e que as informações acima sejam mantidas. Para maiores informações, escreva para [bibvirt@futuro.usp.br](mailto:bibvirt@futuro.usp.br).

### A Cartomante

Hamlet observa a Horácio que há mais cousas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia. Era a mesma explicação que dava a bela Rita ao moço

Camilo, numa sexta-feira de novembro de 1869, quando este ria dela, por ter ido na véspera consultar uma cartomante; a diferença é que o fazia por outras palavras.

Ria, ria. Os homens são assim; não acreditam em nada. Pois saiba que fui, e que ela adivinhou o motivo da consulta, antes mesmo que eu lhe dissesse o que era. Apenas começou a botar as cartas, disse-me: "A senhora gosta de uma pessoa..." Confessei que sim, e então ela continuou a botar as cartas, combinou-as, e no fim declarou-me que eu tinha medo de que você me esquecesse, mas que não era verdade...

Errou! interrompeu Camilo, rindo.

Não diga isso, Camilo. Se você soubesse como eu tenho andado, por sua causa. Você sabe; já lhe disse. Não ria de mim, não ria...

Camilo pegou-lhe nas mãos, e olhou para ela sério e fixo. Jurou que lhe queria muito, que os seus sustos pareciam de criança; em todo o caso, quando tivesse algum receio, a melhor cartomante era ele mesmo. Depois, repreendeu-a; disse-lhe que era imprudente andar por essas casas. Vilela podia sabê-lo, e depois...

Qual saber! tive muita cautela, ao entrar na casa.

Onde é a casa?

Aqui perto, na Rua da Guarda Velha; não passava ninguém nessa ocasião. Descansa; eu não sou maluca.

Camilo riu outra vez:

Tu crês deveras nessas cousas? perguntou-lhe.

Foi então que ela, sem saber que traduzia Hamlet em vulgar, disse-lhe que havia muita coisa misteriosa e verdadeira neste mundo. Se ele não

acreditava, paciência; mas o certo é que a cartomante adivinhara tudo. Que mais? A prova é que ela agora estava tranquila e satisfeita.

Cuido que ele ia falar, mas reprimiu-se. Não queria arrancar-lhe as ilusões. Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve um arsenal inteiro de crendices, que a mãe lhe incutiu e que aos vinte anos desapareceram. No dia em que deixou cair toda essa vegetação parasita, e ficou só o tronco da religião, ele, como tivesse recebido da mãe ambos os ensinamentos, envolveu-os na mesma dúvida, e logo depois em uma só negação total. Camilo não acreditava em nada. Por quê? Não poderia dizê-lo, não possuía um só argumento: limitava-se a negar tudo. E digo mal, porque negar é ainda afirmar, e ele não formulava a incredulidade; diante do mistério, contentou-se em levantar os ombros, e foi andando.

Separaram-se contentes, ele ainda mais que ela. Rita estava certa de ser amada; Camilo, não só o estava, mas via-a estremecer e arriscar-se por ele, correr às cartomantes, e, por mais que a repreendesse, não podia deixar de sentir-se lisonjeado. A casa do encontro era na antiga Rua dos Barbons, onde morava uma comprovinciana de Rita. Esta desceu pela Rua das Mangueiras, na direção de Botafogo, onde residia; Camilo desceu pela da Guarda Velha, olhando de passagem para a casa da cartomante.

Vilela, Camilo e Rita, três nomes, uma aventura e nenhuma explicação das origens. Vamos a ela. Os dois primeiros eram amigos de infância. Vilela seguiu a carreira de magistrado. Camilo entrou no funcionalismo, contra a vontade do pai, que queria vê-lo médico; mas o pai morreu, e Camilo preferiu não ser nada, até que a mãe lhe arranhou um emprego público. No princípio de 1869, voltou Vilela da província, onde casara com uma dama formosa e tonta; abandonou a magistratura e veio abrir banca de advogado. Camilo arranhou-lhe casa para os lados de Botafogo, e foi a bordo recebê-lo.

É o senhor? exclamou Rita, estendendo-lhe a mão. Não imagina como meu marido é seu amigo, falava sempre do senhor.

Camilo e Vilela olharam-se com ternura. Eram amigos deveras. Depois, Camilo confessou de si para si que a mulher do Vilela não desmentia as cartas do marido. Realmente, era graciosa e viva nos gestos, olhos cálidos, boca fina e interrogativa. Era um pouco mais velha que ambos: contava trinta anos, Vilela vinte e nove e Camilo vinte e seis. Entretanto, o porte grave de Vilela fazia-o parecer mais velho que a mulher, enquanto Camilo era um ingênuo na vida moral e prática. Faltava-lhe tanto a ação do tempo, como os óculos de cristal, que a natureza põe no berço de alguns para adiantar os anos. Nem experiência, nem intuição.

Uniram-se os três. Convivência trouxe intimidade. Pouco depois morreu a mãe de Camilo, e nesse desastre, que o foi, os dois mostraram-se grandes amigos dele. Vilela cuidou do enterro, dos sufrágios e do inventário; Rita tratou especialmente do coração, e ninguém o faria melhor.

Como daí chegaram ao amor, não o soube ele nunca. A verdade é que gostava de passar as horas ao lado dela, era a sua enfermeira moral, quase uma irmã, mas principalmente era mulher e bonita. *Odor di femmina*: eis o que ele aspirava nela, e em volta dela, para incorporá-lo em si próprio. Liam os mesmos livros, iam juntos a teatros e passeios. Camilo ensinou-lhe as damas e o xadrez e jogavam às noites; ela mal, ele, para lhe ser agradável, pouco menos mal. Até aí as cousas. Agora a ação da pessoa, os olhos teimosos de Rita, que procuravam muita vez os dele, que os consultavam antes de o fazer ao marido, as mãos frias, as atitudes insólitas. Um dia, fazendo ele anos, recebeu de Vilela uma rica bengala de presente e de Rita apenas um cartão com um vulgar cumprimento a lápis, e foi então que ele pôde ler no próprio coração, não conseguia arrancar os olhos do bilheteinho. Palavras vulgares; mas há vulgaridades sublimes, ou, pelo menos, deleitosas. A velha caleça de praça,

em que pela primeira vez passeaste com a mulher amada, fechadinhos ambos, vale o carro de Apolo. Assim é o homem, assim são as cousas que o cercam.

Camilo quis sinceramente fugir, mas já não pôde. Rita, como uma serpente, foi-se acercando dele, envolveu-o todo, fez-lhe estalar os ossos num espasmo, e pingou-lhe o veneno na boca. Ele ficou atordoado e subjugado. Vexame, sustos, remorsos, desejos, tudo sentiu de mistura, mas a batalha foi curta e a vitória delirante. Adeus, escrúpulos! Não tardou que o sapato se acomodasse ao pé, e aí foram ambos, estrada fora, braços dados, pisando folgadamente por cima de ervas e pedregulhos, sem padecer nada mais que algumas saudades, quando estavam ausentes um do outro. A confiança e estima de Vilela continuavam a ser as mesmas.

Um dia, porém, recebeu Camilo uma carta anônima, que lhe chamava imoral e pérfido, e dizia que a aventura era sabida de todos. Camilo teve medo, e, para desviar as suspeitas, começou a rarear as visitas à casa de Vilela. Este notou-lhe as ausências. Camilo respondeu que o motivo era uma paixão frívola de rapaz. Candura gerou astúcia. As ausências prolongaram-se, e as visitas cessaram inteiramente. Pode ser que entrasse também nisso um pouco de amor-próprio, uma intenção de diminuir os obséquios do marido, para tornar menos dura a aleivosia do ato.

Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu à cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que a cartomante restituiu-lhe a confiança, e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez. Correram ainda algumas semanas. Camilo recebeu mais duas ou três cartas anônimas, tão apaixonadas, que não podiam ser advertência da virtude, mas despeito de algum pretendente; tal foi a opinião de Rita, que, por outras palavras mal compostas, formulou este pensamento: a virtude é preguiçosa e avara, não gasta tempo nem papel; só o interesse é ativo e pródigo.

Nem por isso Camilo ficou mais sossegado; temia que o anônimo fosse ter com Vilela, e a catástrofe viria então sem remédio. Rita concordou que era possível.

Bem, disse ela; eu levo os sobrescritos para comparar a letra com as das cartas que lá aparecerem; se alguma for igual, guardo-a e rasgo-a...

Nenhuma apareceu; mas daí a algum tempo Vilela começou a mostrar-se sombrio, falando pouco, como desconfiado. Rita deu-se pressa em dizê-lo ao outro, e sobre isso deliberaram. A opinião dela é que Camilo devia tornar à casa deles, tatear o marido, e pode ser até que lhe ouvisse a confidência de algum negócio particular. Camilo divergia; aparecer depois de tantos meses era confirmar a suspeita ou denúncia. Mais valia acautelarem-se, sacrificando-se por algumas semanas. Combinaram os meios de se corresponderem, em caso de necessidade, e separaram-se com lágrimas.

No dia seguinte, estando na repartição, recebeu Camilo este bilhete de Vilela: "Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora." Era mais de meio-dia. Camilo saiu logo; na rua, advertiu que teria sido mais natural chamá-lo ao escritório; por que em casa? Tudo indicava matéria especial, e a letra, fosse realidade ou ilusão, afigurou-se-lhe trêmula. Ele combinou todas essas cousas com a notícia da véspera.

Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora, repetia ele com os olhos no papel.

Imaginariamente, viu a ponta da orelha de um drama, Rita subjugada e lacrimosa, Vilela indignado, pegando da pena e escrevendo o bilhete, certo de que ele acudiria, e esperando-o para matá-lo. Camilo estremeceu, tinha medo: depois sorriu amarelo, e em todo caso repugnava-lhe a idéia de recuar, e foi andando. De caminho, lembrou-se de ir a casa; podia achar algum recado de Rita, que lhe explicasse tudo. Não achou nada, nem ninguém. Voltou à rua, e a idéia de estarem descobertos parecia-lhe cada vez mais verossímil; era natural

uma denúncia anônima, até da própria pessoa que o ameaçara antes; podia ser que Vilela conhecesse agora tudo. A mesma suspensão das suas visitas, sem motivo aparente, apenas com um pretexto fútil, viria confirmar o resto.

Camilo ia andando inquieto e nervoso. Não relia o bilhete, mas as palavras estavam decoradas, diante dos olhos, fixas, ou então, o que era ainda pior, eram-lhe murmuradas ao ouvido, com a própria voz de Vilela. "Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora." Ditas assim, pela voz do outro, tinham um tom de mistério e ameaça. Vem, já, já, para quê? Era perto de uma hora da tarde. A comoção crescia de minuto a minuto. Tanto imaginou o que se iria passar, que chegou a crê-lo e vê-lo. Positivamente, tinha medo. Entrou a cogitar em ir armado, considerando que, se nada houvesse, nada perdia, e a precaução era útil. Logo depois rejeitava a idéia, vexado de si mesmo, e seguia, picando o passo, na direção do Largo da Carioca, para entrar num túburi. Chegou, entrou e mandou seguir a trote largo.

"Quanto antes, melhor, pensou ele; não posso estar assim..."

Mas o mesmo trote do cavalo veio agravar-lhe a comoção. O tempo voava, e ele não tardaria a entestar com o perigo. Quase no fim da Rua da Guarda Velha, o túburi teve de parar, a rua estava atravancada com uma carroça, que caíra. Camilo, em si mesmo, estimou o obstáculo, e esperou. No fim de cinco minutos, reparou que ao lado, à esquerda, ao pé do túburi, ficava a casa da cartomante, a quem Rita consultara uma vez, e nunca ele desejou tanto crer na lição das cartas. Olhou, viu as janelas fechadas, quando todas as outras estavam abertas e peçadas de curiosos do incidente da rua. Dir-se-ia a morada do indiferente Destino.

Camilo reclinou-se no túburi, para não ver nada. A agitação dele era grande, extraordinária, e do fundo das camadas morais emergiam alguns fantasmas de outro tempo, as velhas crenças, as superstições antigas. O



cocheiro propôs-lhe voltar à primeira travessa, e ir por outro caminho: ele respondeu que não, que esperasse. E inclinava-se para fitar a casa... Depois fez um gesto incrédulo: era a idéia de ouvir a cartomante, que lhe passava ao longe, muito longe, com vastas asas cinzentas; desapareceu, reapareceu, e tornou a esvair-se no cérebro; mas daí a pouco moveu outra vez as asas, mais perto, fazendo uns giros concêntricos... Na rua, gritavam os homens, safando a carroça:

Anda! agora! empurra! vá! vá! Daí a pouco estaria removido o obstáculo. Camilo fechava os olhos, pensava em outras cousas: mas a voz do marido sussurrava-lhe a orelhas as palavras da carta: "Vem, já, já..." E ele via as contorções do drama e tremia. A casa olhava para ele. As pernas queriam descer e entrar. Camilo achou-se diante de um longo véu opaco... pensou rapidamente no inexplicável de tantas cousas. A voz da mãe repetia-lhe uma porção de casos extraordinários: e a mesma frase do príncipe de Dinamarca reboava-lhe dentro: "Há mais cousas no céu e na terra do que sonha a filosofia..." Que perdia ele, se... ?

Deu por si na calçada, ao pé da porta: disse ao cocheiro que esperasse, e rápido enfiou pelo corredor, e subiu a escada. A luz era pouca, os degraus comidos dos pés, o corrimão pegajoso; mas ele não, viu nem sentiu nada. Trepou e bateu. Não aparecendo ninguém, teve idéia de descer; mas era tarde, a curiosidade fustigava-lhe o sangue, as fontes latejavam-lhe; ele tornou a bater uma, duas, três pancadas. Veio uma mulher; era a cartomante. Camilo disse que ia consultá-la, ela fê-lo entrar. Dali subiram ao sótão, por uma escada ainda pior que a primeira e mais escura. Em cima, havia uma salinha, mal alumiada por uma janela, que dava para o telhado dos fundos. Velhos trastes, paredes sombrias, um ar de pobreza, que antes aumentava do que destruía o prestígio.

A cartomante fê-lo sentar diante da mesa, e sentou-se do lado oposto, com as costas para a janela, de maneira que a pouca luz de fora batia em cheio

no rosto de Camilo. Abriu uma gaveta e tirou um baralho de cartas compridas e enxovalhadas. Enquanto as baralhava, rapidamente, olhava para ele, não de rosto, mas por baixo dos olhos. Era uma mulher de quarenta anos, italiana, morena e magra, com grandes olhos sonsos e agudos. Voltou três cartas sobre a mesa, e disse-lhe:

Vejamos primeiro o que é que o traz aqui. O senhor tem um grande susto...

Camilo, maravilhado, fez um gesto afirmativo.

E quer saber, continuou ela, se lhe acontecerá alguma coisa ou não...

A mim e a ela, explicou vivamente ele. A cartomante não sorriu: disse-lhe só que esperasse. Rápido pegou outra vez das cartas e baralhou-as, com os longos dedos finos, de unhas descuradas; baralhou-as bem, transpôs os maços, uma, duas, três vezes; depois começou a estendê-las. Camilo tinha os olhos nela curioso e ansioso.

As cartas dizem-me...

Camilo inclinou-se para beber uma a uma as palavras. Então ela declarou-lhe que não tivesse medo de nada. Nada aconteceria nem a um nem a outro; ele, o terceiro, ignorava tudo. Não obstante, era indispensável muita cautela: ferviam invejas e despeitos. Falou-lhe do amor que os ligava, da beleza de Rita. . . Camilo estava deslumbrado. A cartomante acabou, recolheu as cartas e fechou-as na gaveta.

A senhora restituiu-me a paz ao espírito, disse ele estendido a mão por cima da mesa e apertando a da cartomante.

Esta levantou-se, rindo.

Vá, disse ela; vá, *ragazzo innamorato*...

E de pé, com o dedo indicador, tocou-lhe na testa. Camilo estremeceu, como se fosse a mão da própria sibila, e levantou-se também. A cartomante foi à cômoda, sobre a qual estava um prato com passas, tirou um cacho destas, começou a despencá-las e comê-las, mostrando duas fileiras de dentes que desmentiam as unhas. Nessa mesma ação comum, a mulher tinha um ar particular. Camilo, ansioso por sair, não sabia como pagasse; ignorava o preço.

Passas custam dinheiro, disse ele afinal, tirando a carteira. Quantas quer mandar buscar?

Pergunte ao seu coração, respondeu ela.

Camilo tirou uma nota de dez mil-réis, e deu-lha. Os olhos da cartomante fuzilaram. O preço usual era dois mil-réis.

Vejo bem que o senhor gosta muito dela... E faz bem; ela gosta muito do senhor. Vá, vá, tranquilo. Olhe a escada, é escura; ponha o chapéu...

A cartomante tinha já guardado a nota na algibeira, e descia com ele, falando, com um leve sotaque. Camilo despediu-se dela embaixo, e desceu a escada que levava à rua, enquanto a cartomante, alegre com a paga, tornava acima, cantarolando uma barcarola. Camilo achou o túlburi esperando; a rua estava livre. Entrou e seguiu a trote largo.

Tudo lhe parecia agora melhor, as outras cousas traziam outro aspecto, o céu estava límpido e as caras joviais. Chegou a rir dos seus receios, que chamou pueris; recordou os termos da carta de Vilela e reconheceu que eram íntimos e familiares. Onde é que ele lhe descobrira a ameaça? Advertiu também que eram urgentes, e que fizera mal em demorar-se tanto; podia ser algum negócio grave e gravíssimo.

Vamos, vamos depressa, repetia ele ao cocheiro.

E consigo, para explicar a demora ao amigo, engenhou qualquer cousa; parece que formou também o plano de aproveitar o incidente para tornar à antiga assiduidade... De volta com os planos, reboavam-lhe na alma as palavras da cartomante. Em verdade, ela adivinhara o objeto da consulta, o estado dele, a existência de um terceiro; por que não adivinharia o resto? O presente que se ignora vale o futuro. Era assim, lentas e contínuas, que as velhas crenças do rapaz iam tornando ao de cima, e o mistério empolgava-o com as unhas de ferro. Às vezes queria rir, e ria de si mesmo, algo vexado; mas a mulher, as cartas, as palavras secas e afirmativas, a exortação: *Vá, vá, ragazzo innamorato*; e no fim, ao longe, a barcarola da despedida, lenta e graciosa, tais eram os elementos recentes, que formavam, com os antigos, uma fé nova e vivaz.

A verdade é que o coração ia alegre e impaciente, pensando nas horas felizes de outrora e nas que haviam de vir. Ao passar pela Glória, Camilo olhou para o mar, estendeu os olhos para fora, até onde a água e o céu dão um abraço infinito, e teve assim uma sensação do futuro, longo, longo, interminável.

Daí a pouco chegou à casa de Vilela. Apeou-se, empurrou a porta de ferro do jardim e entrou. A casa estava silenciosa. Subiu os seis degraus de pedra, e mal teve tempo de bater, a porta abriu-se, e apareceu-lhe Vilela.

Desculpa, não pude vir mais cedo; que há?

Vilela não lhe respondeu; tinha as feições decompostas; fez-lhe sinal, e foram para uma saleta interior. Entrando, Camilo não pôde sufocar um grito de terror: ao fundo sobre o canapé, estava Rita morta e ensanguentada. Vilela pegou-o pela gola, e, com dois tiros de revólver, estirou-o morto no chão.

FIM